UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

FELIPE MATTOS MONTEIRO

A produção social e política dos homicídios
Uma análise macrossocial da trajetória das taxas de homicídios em Santa Catarina
(1992 a 2017)

Versão corrigida

São Paulo
2019

Felipe Mattos Monteiro

**A produção social e política dos homicídios: uma análise macrossocial da trajetória das
taxas de homicídios em Santa Catarina (1980 a 2010)**

Versão corrigida

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em
Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Sergio França Adorno de Abreu

São Paulo

2019

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M732p Monteiro, Felipe Mattos
A produção social e política dos homicídios: uma análise macrossocial da trajetória das taxas de homicídios em Santa Catarina (1992 a 2017) / Felipe Mattos Monteiro ; orientador Sergio França Adorno. - São Paulo, 2019.
224 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. Homicídios. 2. Trajetórias latentes. 3. Taxas bayesianas. 4. Desorganização social. 5. Santa Catarina. I. Adorno, Sergio França, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Felipe Mattos Monteiro

Data da defesa: 29/08/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Sergio França Adorno de Abreu

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 24, 09, 2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

Nome: MONTEIRO, F. M.

Título: A produção social e política dos homicídios: uma análise macrossocial da trajetória das taxas de homicídios em Santa Catarina (1980 a 2010).

Versão corrigida da tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Titulares:

Prof.^a Dr.^a Márcia Regina Lima da Silva – Universidade de São Paulo

Julgamento: _____. Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^a Maria Fernanda Tourinho Peres – Universidade de São Paulo

Julgamento: _____. Assinatura: _____

Prof. Dr. Renato Sérgio de Lima – Fundação Getúlio Vargas

Julgamento: _____. Assinatura: _____

Suplentes:

Prof. Dr. Cleber da Silva Lopes – Universidade Estadual de Londrina

Julgamento: _____. Assinatura: _____

Prof. Dr. Erni José Seibel – Universidade Federal Santa Catarina

Julgamento: _____. Assinatura: _____

Prof. Dr. Marcelo Batista Nery – Universidade de São Paulo

Julgamento: _____. Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Este espaço é um muito especial, pois, uma vez encerrada a escrita do trabalho, posso agradecer a todos(as) aqueles(as) que de algum modo contribuíram para o encerramento de uma etapa tão importante da minha vida acadêmica e profissional. A tese representa muito mais do que um simples texto, ela expressa uma síntese de uma trajetória longa, difícil, repleta de desafios, mas sobretudo de muitas realizações.

Por isso, eu gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a várias pessoas e instituições, que, de muitas maneiras, contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa. Começo agradecendo a uma pessoa que foi muito importante e um dos principais responsáveis por eu ter conseguido chegar ao fim de mais uma etapa da minha trajetória acadêmica, o meu orientador, o Prof. Sergio Adorno. Com ele, tive a oportunidade de receber uma formação plena. Cada orientação se transformava em uma verdadeira aula de sociologia. O professor Sergio Adorno é um daqueles intelectuais que nos cativam, que nos conquistam e que nos fazem querer sempre pensar sociologicamente. Com ele, a sociologia é protagonista. Obrigado, professor, por ter me acolhido e acreditado no meu trabalho, minha eterna gratidão. Também gostaria de agradecer a outro grande mestre, o Prof. Erni José Seibel, que me orientou na graduação e no mestrado. Além da excelente formação acadêmica que pude ter com ele, o Prof. Seibel ensinou-me a perceber a sociedade de um ângulo muito mais humano e ético, e com sua capacidade única de ter ideias, nunca deixou que eu e os meus colegas baixássemos a cabeça e desistíssemos. Se hoje eu sou professor, isso se deve a ele. Meus agradecimentos também ao Prof. Julian Borba, presente em minhas bancas de graduação e mestrado, que trouxe para mim ganhos formativos imensuráveis, sempre me apoiou e me deu a oportunidade de participar de um excelente e qualificado grupo de trabalho. Estendo meu agradecimento ao Prof. Ednaldo Ribeiro, sempre prestativo, que prontamente atendeu a todas as minhas solicitações, ajudando-me e muito na conclusão deste trabalho. E ao Prof. Riccardo Valente, cujo convívio durante um ano de trabalho permitiu que eu avançasse na elaboração desta investigação. Gostaria de agradecer à Prof.^a Maria Fernanda Tourinho Peres e ao Prof. Renato Sérgio de Lima, que, além de trazerem já no exame de qualificação contribuições valiosíssimas para o desenvolvimento desta pesquisa, aceitaram participar da banca de defesa da tese. Também gostaria de agradecer à Prof.^a Marcia Lima, que gentilmente aceitou o convite para participar como membra titular da banca final, e aos demais membros suplentes: Prof. Cleber Lopes, Prof. Erni José Seibel e Prof. Marcelo Nery.

Meu mais forte agradecimento às universidades públicas, pois sem elas nada disto teria sido concretizado. À Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde realizei minha graduação em ciências sociais e o mestrado em sociologia política, e à Universidade de São Paulo (USP), lugar em que hoje tenho a alegria de ter realizado meu doutorado. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PGSP – USP), que, na figura de seus técnicos e professores, contribuiu para ampliar ainda mais minha formação, e também ao Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV – USP), um lugar de excelência em pesquisa. Aproveito também para transmitir meus agradecimentos ao Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas (NIPP – UFSC), instituição em que atualmente participo como pesquisador, na qual pude desenvolver, ao longo dos anos, uma série de trabalhos. Estendo meus agradecimentos aos colegas do Grupo de Pesquisa Estado Sociedade e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), uma parceira que vem resultando em vários trabalhos importantes. Agradeço também à Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS), instituição em que trabalho como professor desde 2010, e sem sua política de capacitação não haveria condições de ter realizado este doutorado. Amplio os agradecimentos aos meus colegas professores e técnicos do *campus* Laranjeiras do Sul da UFFS; o convívio de anos foi revigorante. Gostaria de expressar um agradecimento especial àqueles que são a razão de a universidade existir: os estudantes. Durante estes anos todos, tive a oportunidade de ministrar aulas e trocar experiências. A convivência com cada um deles foi capaz de me transformar não só como profissional, mas sobretudo como pessoa.

Do mesmo modo, quero expressar meus agradecimentos a meus amigos e amigas que, de forma direta ou indireta, me auxiliaram e me deram força nesses momentos repletos de desafios. Por isso, agradeço à Lucimara e ao Alemão, amigos que amavelmente me receberam em sua casa e deram-me um suporte imensurável. Eles foram os primeiros a me apresentar à metrópole. Agradeço a minha colega de turma Ariadne Natal, uma excelente pesquisadora e uma socióloga a quem admiro muito, foi ela quem me guiou pela USP, sempre esteve presente nos momentos de que eu mais precisei. Ao querido Tiago, que prontamente me socorreu e deu valiosíssimas dicas estatísticas, e ao meu outro querido amigo, Benno, que com sua sociologia fina da história me ensinou muito e pude compartilhar grandes momentos na cidade que aprendi a amar, São Paulo. Deixo também meu agradecimento a todos os meus colegas de turma. E, claro, não podia deixar de citar meus amigos e amigas de Florianópolis, por isso, meu agradecimento a um casal mais do que especial: uma cientista política *from* Peru, a Yasmim, e um excelente geógrafo ‘e surfista’, o Vinicius. Quantos momentos compartilhados: queridos, muito obrigado por tudo! Ao Rafael da Silva, meu amigo de longa data, meu compadre, que

junto com a sua esposa, a Patrícia, deram-nos a honra de ser padrinhos de sua linda filha, a Sophia. Não haveria outro nome possível para a filha de um verdadeiro guerreiro, um trabalhador que se tornou um trabalhador-professor, um intelectual. Como eu me inspiro nele! Ao Luiz, que é capaz de preencher os vários lados de nossas almas com o seu raciocínio rápido, inteligente e divertido, obrigado a ele, que salvou a minha vida. Ao Denis, à Carol, ao Fábio e à Denise, que tornaram ainda mais agradável o período de um ano que passei em Florianópolis durante a escrita da tese.

Por fim, quero agradecer a minha mãe, Marcia Aparecida Mattos Monteiro, a primeira feminista que conheci. É verdade, talvez não se reconheça como tal, pois não é uma feminista nas ideias, mas sim na prática, no chão da vida real. Uma mulher que, como muitas brasileiras, trabalhou fora e em casa, superou inúmeras adversidades, lutou incansavelmente para que tivéssemos o melhor, muitas vezes, mais do que lhe era possível. Como eu admiro essa mulher, minha mãe. Ao meu pai, Tanoir Manoel Monteiro, talvez as minhas primeiras aulas de sociologia. Um trabalhador, caminhoneiro, com quem conheci praticamente todos os estados do Brasil. Quanto eu aprendi. Um trabalhador que soube encarar os ruídos da vida e ter a clareza de aceitar apoio quando mais precisava e, com uma simplicidade e riqueza admirável, soube nos incentivar com uma frase que sigo até hoje: *“o jogo é duro, mas vai dar nós”*.

E este último parágrafo, reservo a minha esposa, Gabriela Ribeiro Cardoso. A Gabriela é para mim a versão mais plena e acabada de um ser humano e por isso não há palavras na ordem das coisas para expressar o quanto eu sou grato a ela. A importância dela é tão grande que, sem ela, esta tese não existiria. Apoiou-me, aconselhou-me, foi minha principal fonte de segurança. Esteve ao meu lado em todos os momentos. Nos agradecimentos da minha dissertação de mestrado, escrevi essas palavras: *“E por fim, gostaria de agradecer a minha namorada Gabriela, que tive a sorte de conhecer no início do meu mestrado e que esteve sempre presente, auxiliando-me, aconselhando-me, participando de todas as minhas realizações, uma pessoa muito especial, atenciosa, carinhosa, a principal responsável por eu completar mais esta etapa”*. Dez anos depois, nada mudou: você continua sendo a principal responsável por eu estar aqui.

RESUMO

MONTEIRO, F. M. **A produção social e política dos homicídios**: uma análise macrossocial da trajetória das taxas de homicídios em Santa Catarina (1980 a 2010). 2019. 224 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Nas últimas décadas, Santa Catarina registrou tendências de incremento em suas taxas de homicídios. No período correspondente aos anos de 1992 a 2017, a taxa do estado passou de oito para 17 mortes por cem mil habitantes, o que representa um aumento de 112,5%. Uma série de estudos vem investigando as tendências de crescimento e de queda das taxas de homicídios em diferentes contextos. Porém, a maioria deles foca sua análise no movimento das tendências gerais, o que os leva a desconsiderar a existência de heterogeneidades latentes. Portanto, nesta tese, propomo-nos a investigar a trajetória das taxas de homicídios nos municípios de Santa Catarina (1992 a 2017) com vistas a responder três questões principais: 1) em um estado com diferenças regionais importantes e com incremento nos níveis de homicídios, poderia existir uma heterogeneidade oculta nas taxas de homicídios? Ou seja, a tendência de crescimento do estado esconderia diferentes trajetórias com especificidades e características distintas? 2) Seria possível identificar uma tipologia de tendências de homicídios ao longo do tempo, sejam essas de crescimento, estabilidade ou queda? 3) E mais: uma vez registrada essa tipologia, haveria a possibilidade de traçar as bases dessa distinção, isto é, o que faria com que um conjunto de municípios se estabelecesse em um determinado grupo de alta trajetória comparada com um de baixa? Para identificar a existência de trajetórias latentes bem como de grupos de municípios com tendências similares ao longo do tempo, utilizamos a técnica denominada *Group-Based Trajectory Modeling*. Após esse trabalho, desenvolvemos uma série de índices que retratam os principais argumentos apontados pela literatura macrossociológica dos homicídios e, por meio de um estudo de regressão logística (binária e multinomial), traçamos as bases dessa distinção tipológica, ou seja, apontamos quais aspectos estruturais, políticos e situacionais são capazes de explicar a participação de um município em determinado grupo de trajetória. Para resolver o problema da superestimação das taxas de homicídios em municípios nos quais o tamanho da população é pequeno e o risco de acontecimento do evento é reduzido, transformamos o número de homicídios em taxas bayesianas empíricas locais de homicídios. Os dados foram selecionados a partir de duas fontes principais: informações disponibilizadas pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade SIM/Datasus e pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina. Os resultados revelaram a existência de uma estrutura subjacente à tendência principal das taxas de homicídios em Santa Catarina. Foram identificadas quatro trajetórias latentes com tendências heterogêneas no período de 1992 a 2017: uma de intenso crescimento, outra de moderado crescimento, uma terceira de queda e uma última de estabilidade. No que diz respeito ao mapeamento das bases dessa distinção tipológica, ou seja, do que explica a participação de um município em determinado grupo de trajetória, verificamos uma relação complexa que combina os efeitos dos aspectos estruturais, das ações de controle do crime e das questões situacionais de acordo com as características de cada trajetória.

Palavras-chave: Homicídios. Trajetórias latentes. Covariáveis estruturais. Desorganização social. Santa Catarina. Taxas bayesianas.

ABSTRACT

MONTEIRO, F. M. **Political and social production of homicide**: a macrosocial analysis of homicide rate trajectory in Santa Catarina (1992 to 2017). 2019. 224 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

In recent decades, homicide rates tended to increase in Santa Catarina. Between 1992 and 2017 the rates increased from 8.0 to 17.0 deaths per thousand inhabitants, which means an increase of 112.5%. A series of studies have been investigating both upward and downward trends of homicide in different contexts. However, the majority of them focus their analysis on general trends, which in turn disregards the existence of latent heterogeneity. Therefore, this thesis aims at investigating the homicide rate trajectory in cities of Santa Catarina (1992 to 2017) in order to answer three central questions: 1) in a state characterized by both important regional differences and homicide rate increase, could there be a hidden heterogeneity in homicide rates? In other words, the increasing trend in Santa Catarina state could hide different trajectories with distinct characteristics and specificities? 2) Would it be possible to identify a typology of homicide trends over time related to increase, stability or decrease? 3) What is more, once such typology is registered, would it be possible to establish the grounds for such distinction, i.e., what would determine that a set of cities is settled in a certain group of high trajectory compared to the low trajectory? To identify the existence of latent trajectory as well as groups of cities with similar trajectories over time, a Group-Based Trajectory Modeling has been used. After this work, we developed an index series, which shows the main arguments found in macrosociological studies about homicides. By means of a binary and multinomial logistic regression study, we established the grounds of the typological distinction, i.e., we point out which situational, structural and political aspects can explain the inclusion of a city in a certain trajectory group. To solve the problem of overestimated homicide rates in small-sized towns where the risk of homicide is smaller, their homicide numbers were transformed into local empirical Bayesian rates. Data were collected at two main sources: information available at the Mortality Information System (SIM/Datasus) and at the Public Security Bureau in Santa Catarina. Our results show that there is an underlying structure in the main homicide rate trend in Santa Catarina. Four latent trajectories with heterogeneous trends between 1992 and 2017 were identified: intense increase, moderate increase, decrease and stability. Regarding the mapping of distinct typologies, i.e., the reasons why a city belongs to a certain trajectory group, we observed a complex relationship, which combines the effects of structural aspects, actions of crime control and situational issues according to each trajectory characteristic.

Keywords: Homicide. Latent trajectory analysis. Structural covariates. Social disorganization. Santa Catarina. Bayesian rates.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa bruta de homicídios do Brasil (1980 a 2016)	19
Gráfico 2 – Taxa bruta de homicídios por Grande Regiões do País (1980 a 2016)	23
Gráfico 3 – Taxa bruta de homicídios em Santa Catarina e média das taxas por décadas (1980 a 2017)	30
Gráfico 4 – Taxa de homicídios por faixa etária do Brasil (1980, 1991, 2000 e 2010)	67
Gráfico 5 – Taxa de homicídios – Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo (1980 a 2012).....	83
Gráfico 6 – Taxa de homicídios da Inglaterra, Holanda, Alemanha e Itália no período de 1200 a 2000.....	87
Gráfico 7 – Trajetória das taxas de homicídios para 55 países desenvolvidos e em desenvolvimento no período de 1990 a 2005	91
Gráfico 8 – Taxas de condenação por idade em Londres	93
Gráfico 9 – Média de crimes em Albany no período de 2000 a 2013	94
Gráfico 10 – Trajetórias das taxas de homicídios segundo raças para os municípios dos Estados Unidos no período de 1980 a 2006	96
Gráfico 11 – Taxa de mortes por homicídios e causas indeterminadas em Santa Catarina (1980 – 2015)	105
Gráfico 12 – Proporção do número de mortes por homicídios e mortalidade por causas não esclarecidas em Santa Catarina	106
Gráfico 13 – Taxa bruta de homicídios em Santa Catarina (1980 a 2014).....	113
Gráfico 14 – Taxa bruta de homicídios de Galvão/SC (1992 a 2017).....	117
Gráfico 15 – Média e desvio padrão das taxas brutas e taxas bayesianas empíricas locais de homicídios para os municípios de Santa Catarina (1992 a 2017)	121
Gráfico 16 – Taxa bruta e empírica de homicídios do município de Galvão/SC no período de 1992 a 2017	125
Gráfico 17 – Taxa bruta e empírica de homicídios do município de Florianópolis/SC no período de 1992 a 2017	126
Gráfico 18 – Histograma das taxas brutas de homicídios dos municípios de Santa Catarina (2002)	127
Gráfico 19 – Histograma das taxas bayesianas empíricas locais de homicídios dos municípios de Santa Catarina no período de 1992 a 2017	127
Gráfico 20 – Trajetórias de pertencimento a <i>gangs</i>	129
Gráfico 21 – Taxa bruta de homicídios em Santa Catarina (1992 a 2017).....	140
Gráfico 22 – Médias ponderadas para as trajetórias do modelo de quatro grupos	141
Gráfico 23 – Trajetórias das taxas bayesianas empíricas locais de homicídios para os municípios de Santa Catarina no período de 1992 a 2017	142
Gráfico 24 – Média das taxas bayesianas empíricas locais de homicídios por grupo.....	147
Gráfico 25 – Percentual do número de homicídios por grupo segundo a escolaridade.....	148

Gráfico 26 – Taxa bruta de homicídios por grupo segundo “cor/raça”	149
Gráfico 27 – Taxa bruta de homicídios para Santa Catarina segundo ‘cor/raça’	150
Gráfico 28 – Percentual do número de homicídios segundo sexo.....	151
Gráfico 29 – Percentual do número de homicídios por grupo segundo local de ocorrência e sexo.....	152
Gráfico 30 – Percentual do número de homicídios por grupo segundo faixa etária.....	153
Gráfico 31 – Percentual do número de homicídios por grupo segundo instrumento utilizado	154
Gráfico 32 – Histogramas do IDS gerado a partir da análise fatorial.....	165
Gráfico 33 – Diagramas de dispersão: média das taxas bayesianas e IDS	167
Gráfico 34 – Trajetórias das taxas empíricas locais de homicídios para os municípios de Santa Catarina: 2 grupos (1992 a 2017)	223
Gráfico 35 – Trajetórias das taxas empíricas locais de homicídios para os municípios de Santa Catarina: 3 grupos (1992 a 2017)	224

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Taxa bruta de homicídios por Unidade da Federação – Brasil (1980 a 2016).....	27
Tabela 2	– Número de municípios e homicídios excluídos da análise distribuídos por Mesorregião Geográfica de SC no período de 1992 a 2017	116
Tabela 3	– Número de municípios (casos) que apresentaram na série taxas brutas e empíricas com valor igual a zero no período de 1992 a 2017 (Santa Catarina)	122
Tabela 4	– Critérios de seleção de grupos para as trajetórias das taxas bayesianas de homicídios.....	139
Tabela 5	– Informações descritivas sobre os grupos	146
Tabela 6	– Eigenvalues e variância acumulada do modelo de análise fatorial.....	162
Tabela 7	– Componentes de matriz rotacionada da análise fatorial	163
Tabela 8	– Medidas descritivas dos índices gerados a partir da análise fatorial	165
Tabela 9	– Regressão múltipla entre a média das taxas bayesianas de homicídios e o IDS	167
Tabela 10	– Regressão logística binária: grupos de trajetórias e preditores selecionados (Modelos A, B e C).....	171
Tabela 11	– Regressão logística binária: grupos de trajetórias e preditores selecionados (Modelos D e E).....	174
Tabela 12	– Regressão multinomial logística: grupos de trajetórias das taxas de homicídios e preditores selecionados (Modelo F).....	175
Tabela 13	– Regressão multinomial logística: grupos de trajetórias das taxas de homicídios e preditores selecionados (Modelo G)	176
Tabela 14	– Análise Descritiva.....	210
Tabela 15	– Comunalidades	211
Tabela 16	– Eigenvalues	212
Tabela 17	– Component Matria	212
Tabela 18	– Rotated Component Matrixa.....	213

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Variáveis utilizadas para compor a taxa de homicídios dos municípios de Santa Catarina	109
Quadro 2 – Matriz de indicadores estruturais, políticos e situacionais.....	135
Quadro 3 – Tipologia da trajetória das taxas de homicídios em Santa Catarina (1992 a 2017)	145
Quadro 4 – Lista de municípios analisados.....	215
Quadro 5 –Lista de municípios excluídos da análise	222

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Taxa bruta de homicídios por Unidade da Federação (1980 e 2016) e nos países da América do Sul (2016).....	26
Figura 2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Santa Catarina (2010).....	29
Figura 3 – Mapa dos municípios de Santa Catarina	112
Figura 4 – Mapa das mesorregiões e microrregiões geográficas de Santa Catarina	112
Figura 5 – Mapas e gráfico de dispersão das médias das taxas brutas de homicídios nas décadas de 1980 e 1990 nos municípios de Santa Catarina.....	114
Figura 6 – Mapa de municípios de Santa Catarina com população superior a 100 mil habitantes	119
Figura 7 – Mapa da taxa bruta de homicídios nos municípios de Santa Catarina (2017) ...	123
Figura 8 – Mapa da taxa bayesiana empírica local de homicídios nos municípios de Santa Catarina (2017)	124
Figura 9 – Mapa dos municípios de SC identificados no modelo principal.....	155
Figura 10 – Os quatro grupos de municípios de SC identificados no modelo principal	156
Figura 11 – Mapa de homicídios e indicadores selecionados do município de Chapecó (SC)	157
Figura 12 – Mapa do Índice de Desorganização Social	166
Figura 13 – Mapa dos municípios de SC identificados no modelo de trajetória para 2 grupos	223
Figura 14 – Mapa dos municípios de SC identificados no modelo de trajetória para 3 grupos	224

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABPC	Associação Brasileira de Ciência Política
AIC	<i>Akaike Information Criterion</i>
art.	artigo
BIC	<i>Bayesian Information Criterion</i>
BTS	<i>Bartlett's Test of Sphericity</i>
Cenepi	Centro Nacional de Epidemiologia
CID	Classificação Internacional de Doenças
CPSPA	Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara
CVE	<i>Cross-Validation Criteria</i>
DO	Declaração de Óbito
ED	Estatuto do Desarmamento
hab.	habitantes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Índice de Desorganização Social
IML	Instituto Médico Legal
InArmas	Número Homicídios Resultantes do Uso de Armas de Fogo
InTrafico	Índice de Aprisionamento por Tráfico de Drogas
KMO	<i>Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy</i>
n.	número
NCVS	<i>National Crime Victimization Survey</i>
NEV	Núcleo de Estudos da Violência
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCC	Primeiro Comando da Capital
PGC	Primeiro Grupo da Capital
PIB	Produto Interno Bruto
PopTotal	Índice de População Total
PopUrb	Índice de População Urbana
SC	Santa Catarina
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
Sinan	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SSP	Secretaria de Segurança Pública
UCR	<i>Uniform Crime Reports</i>

USP

Universidade São Paulo

v.

volume

ZIP

Zero-Inflated Poisson

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	PERSPECTIVAS TEÓRICO-ANALÍTICAS DA MORTALIDADE POR HOMICÍDIOS	40
2.1	TEORIA DA DESORGANIZAÇÃO SOCIAL	40
2.1.1	Estrutura social e homicídios	40
2.1.2	Controle Social e Tensão social	47
2.1.3	Estratificação social e os correlatos de homicídios	51
2.2	TEORIAS CULTURAIS DOS HOMICÍDIOS	72
2.2.1	Estratégias de controle do crime e aspectos contextuais	76
2.2.2	Trajetória das taxas de homicídios	85
3	DESENHO DE PESQUISA, SELEÇÃO DOS DADOS E MODELO ESTATÍSTICOS	99
3.1	SOBRE OS DADOS	99
3.2	TRATAMENTO DOS DADOS	111
3.2.1	Taxas bayesianas empíricas locais dos homicídios	116
3.3	SOBRE O MODELO <i>GROUP-BASED MODELING OF DEVELOPMENT</i>	128
3.4	INDICADORES ESTRUTURAIS E POLÍTICOS	131
4	TRAJETÓRIA DAS TAXAS DE HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA	137
4.1	TRAJETÓRIAS PARA AS TAXAS BAYESIANAS EMPÍRICAS LOCAIS DE HOMICÍDIOS	137
4.2	FATORES ESTRUTURAIS E POLÍTICOS – TAXAS BAYESIANAS	159
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
	REFERÊNCIAS	192
	APÊNDICE A – Análise Fatorial	207
	APÊNDICE B – Lista de municípios de Santa Catarina incluídos na análise	215
	APÊNDICE C – Lista de municípios de Santa Catarina excluídos da análise	222
	APÊNDICE D – Gráfico e mapas dos modelos testes para 2 e 3 grupos de trajetórias	223

1 INTRODUÇÃO

Há muitas informações disponíveis sobre a caracterização dos níveis de homicídios no país. Sabemos, por exemplo, que temos o maior registro de mortes por homicídios do mundo (62.517 casos), o que nos coloca, em termos de taxas, na 8º posição do *ranking*.¹ Na América do Sul, apenas a Venezuela apresenta taxas de homicídios superiores à brasileira.² Embora a violência esteja constituída como um problema histórico, é inegável que o século XXI inaugura um cenário de profundas incertezas, com homicídios ultrapassando a barreira das 60 mil mortes anuais (LIMA; BUENO; CERQUEIRA, 2017). A maioria das vítimas é do sexo masculino, com idade entre 15 a 24 anos (LIMA; BUENO, 2016). Mas, de um lado, se há uma sobre representação de jovens do sexo masculino, de outro, os assassinatos de mulheres vêm crescendo. Esta é uma característica de toda a América Latina, dado que a região possui as maiores taxas de feminicídio do mundo (UNODC, 2013). Soma-se a isso o caráter desigual das mortes por homicídios, que, em sua maioria, vitimizam pessoas negras e moradoras das periferias urbanas do país.³

¹ O dado refere-se ao ano de 2016 e é proveniente do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM – Datasus). O número corresponde às categorias X85 – Y09 (Agressões) e Y35 – Y36 (Intervenções legais e operações de guerra).

² As taxas brutas de homicídios dos países são as seguintes: El Salvador (60,1 - 2017); Jamaica (56 - 2017); Venezuela (51,1 - 2017); Honduras (43,6 - 2017); Lesotho (41,2 - 2015); Trinidad e Tobago (36 - 2017); África do Sul (34,1 - 2017) e Brasil (30,3 - 2016). Estas informações podem ser visualizadas no Observatório de Homicídios. Disponível em: <https://bit.ly/2F2jCy0>. Acesso: 5 fev. 2019.

³ Do total de homicídios registrados em 2015, 73% foram de pretos e pardos (LIMA; BUENO, 2016).

Gráfico 1 – Taxa bruta de homicídios do Brasil (1980 a 2016)⁴

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) e nos Censos Demográficos (IBGE, 1980, 1991, 2000, 2010).

Convém mencionar que não se trata de um problema novo, pois tanto as informações disponíveis (**Gráfico 1**) quanto os estudos realizados nas últimas décadas demonstram como os anos 1980 foram marcados pelo crescimento das taxas de homicídios. Em um período de nove anos (1980 a 1989), a mortalidade chegou a crescer 44% (LIMA; XIMENES, 1998), alcançando o segundo lugar no total da mortalidade por causas externas (acidentes, suicídios e homicídios) (JORGE; GAWRYSZEWSKI; LATORRE, 1997; LIMA; XIMENES, 1998). Segundo Minayo (1994), em 1930 as mortes por causas externas representavam 2% da mortalidade geral, passando para 12,3% em 1980 e culminando, no ano de 1989, em 15,5%.

As grandes cidades brasileiras foram as que mais contribuíram para o crescimento da mortalidade por homicídios. Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém apresentaram elevadas tendências de incremento em suas taxas de homicídios (JORGE; GAWRYSZEWSKI; LATORRE, 1997; SOUZA, 1994). A maior proporção de mortes encontrava-se na faixa dos 20 a 29 anos, mas já se registrava um

⁴ Para a composição das taxas no período de 1980 a 1995 selecionamos as informações referentes ao Grupo (Classificação Internacional de Doenças) 'CID9: E55 Homicídios e lesões provocadas intencionalmente por outra pessoa' e 'E561 Lesões resultantes de operações de guerra'. Para as taxas de 1996 a 2016, utilizamos as informações provenientes do Grupo 'CID10: Agressões, Intervenções legais operações de guerra', do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

incremento surpreendente, nos grupos de idade dos 10 a 14 anos e dos 15 a 19 anos, respectivamente, de 79,5% e 45,3%. Além disso, constatava-se a maior participação de homens entre as vítimas de homicídios (MINAYO, 1994; YUNES; ZUBAREW, 1999). Outros países da América Latina também registravam tendências de incremento nas suas taxas, entre os quais Colômbia, El Salvador, Porto Rico, Venezuela e o próprio Brasil (YUNES; ZUBAREW, 1999). Os estudos chamavam a atenção para associação do incremento com a letalidade das armas de fogo, observando que, em cidades como o Rio de Janeiro, a participação das armas nas mortes por causas externas passou de 28,5% em 1980 para 46,8% em 1989; e em Recife, de 19,7% para 38,2%. No total geral, o uso de armas de fogo representava quase metade das mortes por homicídios (MINAYO, 1994, p. 11).⁵

Na década de 1990, as taxas de homicídios consolidaram-se no primeiro lugar entre as mortes por causas externas, gerando preocupação para uma série de analistas, pois países com histórico elevado de mortes vinham apresentando tendência contrária (JORGE; GAWRYSZEWSKI; LATORRE, 1997, p. 11). Foi nesta mesma década que a taxa brasileira ultrapassou a dos Estados Unidos e, da mesma forma que no período anterior, os trabalhos registraram a superioridade das mortes de pessoas jovens do sexo masculino (JORGE; GAWRYSZEWSKI; LATORRE, 1997; SOUZA, 1994) e da letalidade das armas de fogo. Do total de mortes por homicídios na cidade de Porto Alegre no ano de 1996, quase 80% tiveram o uso de armas de fogo (SANTOS *et al.*, 2001).

As capitais passaram a ser estudadas com maior ênfase, pois, até a metade da década de 1990, 16 delas apresentavam taxas de homicídios acima da média brasileira. Vitória (63/100 mil hab.), Macapá (48,9/100 mil hab.), São Paulo (46,8/100 mil hab.) e Recife (43,9/100 mil hab.)⁶ sustentavam as maiores taxas de homicídios do país. Além das altas taxas, também chamavam a atenção os percentuais de crescimento das capitais em relação à década passada. Por exemplo, em São Paulo o incremento chegou a 337,4% e, em Natal, o acréscimo superou a casa dos 1.000% (JORGE; GAWRYSZEWSKI; LATORRE, 1997, p. 18).

Embora com grandes limitações, no início do século XXI ocorreu uma melhora substantiva na disponibilização das informações sobre violência, permitindo, desse modo, que

⁵ Minayo (1994) também aponta que estes percentuais podem ser ainda maiores, já que o período foi marcado por uma grande subnotificação de informações.

⁶ Os valores tratam da taxa bruta de homicídios. A leitura deve ser realizada do seguinte modo: no caso de Vitória, por exemplo, são 43 mortes por homicídios para cada 100 mil habitantes.

outras características além dos aspectos geracionais e de gênero entrassem em evidência.⁷ Por exemplo, enquanto no ano de 2001, a taxa de homicídios da população branca ficava em torno de 24,84 mortes para cada 100 mil habitantes, a da população negra alcançava 46,29 mortes para cada 100 mil habitantes, fato que chamava ainda mais atenção para o caráter desigual das mortes violentas (CANO; RIBEIRO, 2007). Além do mais, o *Relatório de Desenvolvimento Humano: Racismo, pobreza e violência*, publicado em 2005, revelou que, embora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população negra tenha crescido de forma superior ao da população branca entre os anos de 1991 a 2000, o IDH da população negra em 2000 ainda permanecia inferior ao da população branca registrado nove anos atrás, em 1991 (ALMEIDA; LIBÂNIO; OSÓRIO, 2005). De qualquer modo, as tendências gerais continuaram sendo de crescimento; no período entre 1980 a 2000, o incremento nas taxas de homicídios foi de 125%, consolidando assim o caráter desigual da violência fatal, que atingia, em sua maioria, jovens negros do sexo masculino. Em vista disso, Adorno (2002, p. 88) considerou que as décadas de 1980 e 1990 levaram a sociedade brasileira a entrar no século XXI experimentando quatro tendências: em primeiro lugar, o “crescimento da delinquência urbana, em especial dos crimes contra o patrimônio [...] e de homicídios dolosos”; em segundo, a “emergência da criminalidade organizada”, que se materializa no papel proeminente do crime organizado, superando as fronteiras do local e se conectando a uma rede complexa de relações, que envolve diferentes níveis e atores; em terceiro, de “graves violações de direitos humanos”, exemplificada na relação entre Estado e sociedade, que marginaliza determinados grupos sociais; e, por último, a “explosão de conflitos intersubjetivos”.

Ainda que o perfil das vítimas de homicídios não tenha se alterado de forma consistente, os estudos mais recentes apontam duas diferenças marcantes na trajetória do fenômeno: a interrupção, em 2003, do crescimento das taxas de homicídios e o novo arranjo territorial da distribuição das mortes por homicídios no país. Em relação à interrupção, o período coincide com o debate referente à aprovação do Estatuto do Desarmamento. Apesar de ser possível encontrar em diversos estratos sociais da sociedade brasileira posições segundas as quais ações em direção ao desarmamento foram responsáveis pelo aumento das taxas de homicídios no país, a maior parte da literatura especializada considera que as campanhas e políticas que tiveram como foco limitar e/ou coibir o acesso à armas de fogo contribuíram para conter a explosão da

⁷ A análise de Lima (2005) sobre a produção de estatísticas criminais pelas agências de segurança pública considerando os anos de 1871 a 2000 em São Paulo, aponta que até o limite do período da pesquisa, estas agências ainda não haviam produzido uma cultura de transparência das informações. Diferente de outras áreas que com o processo de democratização estabeleceram protocolos importantes de publicização de indicadores, a área da segurança pública produzia um *modus operandi* baseado na lógica do segredo.

magnitude da violência letal (CERQUEIRA; MELLO, 2012). De acordo com Cerqueira *et al.*, (2016, p. 33), “[...] caso o ED [Estatuto do Desarmamento] não tivesse sido sancionado em 2003, em média, entre 2011 e 2013 haveria pelo menos 77.889 homicídios no Brasil, ou 41% a mais de homicídios, em relação ao observado”. Waiselfsz (2016) acrescentou que 133.987 mortes foram evitadas com a aprovação do Estatuto, e Cerqueira (2014), em outro trabalho, verificou que a redução de 1% de armas na sociedade implicaria uma queda de 1% nas taxas de homicídios.⁸

Além disso, se as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pelo avanço dos homicídios nas regiões metropolitanas, as décadas de 2000 e 2010 assinalaram um novo arranjo territorial da distribuição de mortes. Waiselfsz (2012) denominou este processo de desconcentração de homicídios, representado, de um lado, pela interiorização dos homicídios, que alcançaram cidades fora do espectro dos grandes centros urbanos, e, de outro, por uma espécie de disseminação sustentada pela participação cada vez maior de estados que até então não experimentavam altas tendências de homicídios. Cabe salientar que, após uma análise das duas hipóteses, Andrade e Diniz (2013) preferiram chamar este processo de “reorganização da violência”, pois não encontraram evidências claras da efetivação não aleatória das teses da interiorização e da disseminação dos homicídios.

⁸ E este fenômeno não foi apenas geral; Monteiro e Constante (2018) verificaram que, no mesmo período, cidades importantes de Santa Catarina, como Chapecó, apresentaram tendências de queda em suas taxas de homicídios. Neste trabalho, poderemos acompanhar o papel das armas de fogo para explicar um conjunto de municípios com altas trajetórias de homicídios.

Gráfico 2 – Taxa bruta de homicídios por Grande Regiões do País (1980 a 2016)⁹

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) e nos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010).

De qualquer modo, se ainda existem lacunas em relação à tese da interiorização, podemos constatar que ocorreram mudanças significativas na distribuição de mortes por homicídios. Como retratado no **Gráfico 2**, no período de 1980 a 2002, a Região Sudeste sustentava as maiores taxas de homicídios. A partir de 2004, as taxas de violência letal passaram por uma forte tendência de queda, tornando-se os mais baixos em toda a série histórica. Na verdade, a Região Sudeste foi a única que efetivamente apresentou ruptura na tendência de incremento. Mesmo a Região Sul, que evidenciou as menores taxas de homicídios do país até o ano de 2007, não obteve interrupções relevantes no crescimento, apenas com pequenas variações. Se, de um lado, as taxas de homicídios das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste alcançaram marcas superiores à da brasileira, por outro lado, as regiões Sul e Sudeste apresentaram taxas inferiores.

Desse modo, em razão dos altos níveis de mortalidade por homicídios, podemos considerar que a violência constitui-se como uma das marcas principais da sociedade brasileira (ADORNO, 2017). Cano e Ribeiro (2007), por exemplo, destacaram o caráter endêmico da violência letal, uma vez que, ao se constituir como uma das principais causas de morbidade e

⁹ Para a composição das taxas no período de 1980 a 1995, selecionamos as informações referentes ao Grupo 'CID9: E55 Homicídios e lesões provocadas intencionalmente por outra pessoa' e 'E561 Lesões resultantes de operações de guerra'. Para as taxas de 1996 a 2016, utilizamos as informações provenientes do Grupo 'CID10: Agressões, intervenções legais e operações de guerra', do SIM.

mortalidade entre jovens do sexo masculino, pode afetar até mesmo o equilíbrio demográfico. A despeito dos efeitos não calculáveis sobre a vida das pessoas, conforme os autores, a violência letal também amplia os custos e os gastos com saúde pública causados pelas altas taxas de criminalidade. De acordo com Cerqueira e Soares (2016), até o final dos anos 2000, os homicídios representavam uma perda de um ano na expectativa de vida dos brasileiros. Somente em 2016, ao todo, foram gastos mais de R\$ 81 bilhões com políticas de segurança pública, e, por ano, os custos de bem-estar atrelados aos homicídios correspondem a cerca de 5,9% do Produto Interno Bruto (PIB) (LIMA; BUENO; CERQUEIRA, 2017).¹⁰ O relatório intitulado *Os custos da criminalidade no Brasil* apontava que, no período de 1996 a 2015, a perda da capacidade produtiva decorrente dos homicídios ultrapassava os R\$ 450 bilhões, bem como que, para cada jovem assassinado (13 a 25 anos), esta perda equivalia a R\$ 550 mil (BRASIL, 2018b).

Entretanto, a violência alcança dimensões muito mais amplas do que os aspectos concretos, compreendendo assim dimensões que dizem respeito às relações sociais, à confiança e à coesão social. Altos níveis de sentimento de insegurança e medo do crime podem gerar elevados custos subjetivos, impondo barreiras para o convívio social. Há pesquisas que demonstram que a percepção em relação à violência altera significativamente a forma com que as pessoas vivenciam o espaço público; em muitos casos, as pessoas deixam de frequentar determinados lugares da cidade por medo de serem vítimas de algum tipo de crime (CARDOSO *et al.*, 2013; COHEN; LUPU; ZECHMEISTER, 2017; DAMMERT, 2012; HALE, 1996; LAGOS; DAMMERT, 2012). Assim, quanto maior o medo de ser vítima de violência, pior a relação com o espaço público e menor a confiança nas instituições. Além disso, ocorre também uma desconfiança geral, que acaba fazendo com que as pessoas se tornem avessas ao ‘diferente’, especialmente a determinados grupos sociais estigmatizados e rotulados como potencialmente criminosos. Em um país em que um em cada três brasileiros(as) diz conhecer

¹⁰ As cifras são bastante volumosas, porém, se considerarmos os impactos da criminalidade sobre o conjunto da sociedade brasileira, causa preocupação o fato de que houve uma redução significativa de 2,6% dos gastos em segurança no período de 2015 a 2016. Considerando apenas a União, a redução alcançou o valor de 10,3%. Além disso, a maior parte dos gastos em segurança são de responsabilidade dos estados. No mesmo ano de 2016, aproximadamente 80% (mais de 67 bilhões de reais) ficaram sob responsabilidade das Unidades da Federação (LIMA; BUENO; CERQUEIRA, 2017). O próprio relatório “Os custos da criminalidade no Brasil” produzido pela Secretaria Geral da Presidência e Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos aponta para a dificuldade que os estados enfrentarão na área de segurança pública, uma vez que possuem pouca margem de manobra fiscal e estão limitados pela Emenda Constitucional número 95 a aumentar os gastos com segurança pública. O recuo da União indica de um lado, a sobrecarga sobre os estados, e de outro, a dificuldade em ampliar os gastos com segurança pública.

alguém que foi vítima de homicídio, os efeitos da violência são radicalmente expressivos.¹¹ Algumas pesquisas de opinião chegam a relatar que 60% dos(as) brasileiros(as) têm medo de andar nas ruas do próprio bairro logo após o anoitecer e oito em cada dez pessoas têm medo de serem assassinadas.¹² E esse efeito ainda é maior entre aqueles que vivem em lugares com pouca infraestrutura urbana e entre as mulheres, que, além do medo de serem assaltadas, estão submetidas a uma série de violências, como o assédio e a agressão sexuais.

O dilema brasileiro torna-se ainda mais emblemático se tomarmos como âmbito normativo a concepção de que uma política adequada de segurança pública deve reduzir efetivamente as taxas de criminalidade e aumentar os níveis de sentimento de segurança, pois, até o momento, com exceção de algumas experiências exitosas, estamos cada vez mais distantes de cumprir qualquer uma destas premissas (CERQUEIRA *et al.*, 2018). Portanto, mesmo em lugares com baixa incidência de atividades criminosas, a percepção subjetiva sobre a violência pode ser bastante elevada.¹³ Desse modo, como se não fosse suficiente a própria gravidade intrínseca ao ‘homicídio’, os seus efeitos ultrapassam a dinâmica específica da violência, dado que sua prevalência retrata o modo pelo qual as sociedades se constituem. Assim, segundo Kawachi, Kennedy e Wilkinson (1999), as taxas de criminalidade, bem como as taxas de homicídios, podem ser entendidas como indicativos da própria saúde das sociedades.

Dessa forma, o cenário atual da violência no país apresenta uma realidade de efetivo aumento da violência. Os dados por estados ajudam a visualizar estes elementos de forma um pouco mais concreta. Os mapas da **Figura 1** retratam um cenário de aumento considerável das taxas de homicídios. Se olharmos apenas para os dados com maior taxa, será possível perceber que, no ano de 1980, enquanto o estado com maior registro apresentava uma taxa de homicídios de 26 mortes para cada 100 mil habitantes (Rio de Janeiro), em 2016, o estado com a maior taxa alcançava 64,6 mortes para cada 100 mil habitantes (Sergipe). O mesmo vale para o caso de menor taxa: se em 1980 o estado com a menor taxa de homicídios registrava 2,3 mortes para cada 100 mil habitantes (Piauí), em 2016, a menor taxa correspondia a 10,9 mortes para cada 100 mil habitantes (São Paulo), um acréscimo de 445%, consideravelmente superior ao crescimento observado no caso de maior incidência, de 148%.

¹¹ Cf.: Pesquisa Instinto de Vida (Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Data Folha). Disponível em: <https://bit.ly/2so2mQX>. Acesso: 20 mar. 2019.

¹² Cf.: Reportagem da Agência Brasil relatando dados da Pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgada em 31/03/2015. Informações disponíveis em: <https://bit.ly/2Zbrpmi>. Acesso: 20 mar. 2019.

¹³ Conforme Hale (1996), não há uma associação direta entre a experiência concreta da vitimização e o sentimento de insegurança.

Figura 1 – Taxa bruta de homicídios por Unidade da Federação (1980 e 2016) e nos países da América do Sul (2016)

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018)¹⁴ e nos Censos Demográficos do IBGE, 1980, 1991, 2000, 2010).

Estas informações ficam ainda mais claras se tomamos a média da taxa de homicídios como referência. Em 1980, a taxa média de todos os estados brasileiros correspondia a 10,8 mortes para cada 100 mil habitantes, em 2016, passou para 36,9 – o que expressa um incremento de 241%. Isto significa dizer que, desde 1980, com exceção de São Paulo, todas as unidades da federação registraram elevação em suas taxas de homicídios. E essa magnitude só não foi maior porque, no período de 2000 a 2016, oito estados – São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Espírito Santo, Pernambuco, Roraima e Mato Grosso – registraram uma variação negativa em suas taxas de homicídios. Os casos do Amapá, do Maranhão e da Bahia são impressionantes; o crescimento ultrapassou as cifras dos 1.000%: 1.119% no Amapá, 1.181% no Maranhão e 1291% na Bahia.

¹⁴ Outros países - Uruguai: Observatorio Nacional sobre Violencia y Criminalidad (2017); Argentina: Ministerio de Seguridad de la Nación (2016); Chile: Ministerio del Interior y Seguridad Pública, Secretaría de Prevención del Delito (2017); Paraguai: Policia Nacional de Paraguay (2017); Bolívia: Observatorio Nacional de Seguridad (2016); Peru: Comité Estadístico Interinstitucional (2017); Equador: Ministerio del Interior/Dirección Nacional de Delitos Contra la Vida (Dinased) (2017); Colômbia: Policia Nacional (2017); Venezuela: Cuerpo de Investigaciones Científicas, Penales y Criminalísticas (2017); Guiana: Guyana Police Force (2017); Suriname: Suriname Police Force (2017); Guiana Francesa: United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) Homicide Statistics (2009).

Tabela 1 – Taxa bruta de homicídios por Unidade da Federação – Brasil (1980 a 2016)

<i>Unidade da Federação</i>	<i>Ano (%)</i>					
	1980	1990	2000	2010	2016	Média
<i>Piauí</i>	2,30	4,30	8,10	13,20	21,80	9,90
<i>Santa Catarina</i>	6,60	8,60	8,10	13,20	14,20	10,10
<i>Minas Gerais</i>	8,70	7,60	11,80	18,60	22,00	13,70
<i>Maranhão</i>	2,70	9,10	6,20	23,10	34,60	15,20
<i>Tocantins</i>	***	6,00	15,20	23,60	37,60	16,50
<i>Rio Grande do Sul</i>	8,10	18,80	16,40	19,50	28,60	18,30
<i>Rio Grande do Norte</i>	8,60	8,50	9,30	25,60	53,40	21,00
<i>Paraná</i>	10,90	13,90	18,70	34,30	27,40	21,10
<i>Ceará</i>	8,40	8,90	16,70	31,80	40,60	21,30
<i>Bahia</i>	3,40	7,50	9,50	41,70	46,90	21,80
<i>Acre</i>	8,60	15,80	19,00	22,50	44,40	22,10
<i>Paraíba</i>	10,90	13,90	14,70	38,60	33,90	22,40
<i>São Paulo</i>	13,80	30,70	42,10	14,60	10,90	22,40
<i>Amazonas</i>	9,60	18,00	19,60	31,10	36,30	22,90
<i>Mato Grosso do Sul</i>	16,30	20,00	31,30	26,80	25,00	23,90
<i>Goiás</i>	12,10	17,30	21,70	33,00	45,30	25,90
<i>Distrito Federal</i>	12,30	29,70	33,50	30,60	25,50	26,30
<i>Mato Grosso</i>	3,30	21,40	39,50	32,00	35,70	26,40
<i>Pará</i>	8,90	15,60	13,00	46,40	50,80	27,00
<i>Sergipe</i>	7,20	10,40	23,00	32,70	64,70	27,60
<i>Amapá</i>	4,00	16,20	32,70	38,80	48,70	28,10
<i>Espírito Santo</i>	15,10	34,60	46,30	51,00	32,00	35,80
<i>Roraima</i>	13,90	62,30	40,10	26,90	39,70	36,60
<i>Rondônia</i>	24,00	51,90	33,80	34,90	39,30	36,80
<i>Alagoas</i>	14,10	29,20	25,80	66,90	54,20	38,00
<i>Pernambuco</i>	18,20	39,00	54,20	39,50	47,30	39,60
<i>Rio de Janeiro</i>	26,00	56,10	51,10	35,40	36,40	41,00

Fonte: elaborada pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) e nos Censos Demográficos (IBGE, 1980, 1991, 2000, 2010, 2016).

Nota: *** Dado numérico não disponível.

Desse modo, convém indagar como Santa Catarina aparece neste cenário. De fato, se ficarmos apenas na análise dos dados de violência letal intencional, o estado não chama atenção pela magnitude da violência. Muito pelo contrário, considerando as duas últimas décadas, Santa Catarina figurou entre o grupo de estados com as menores taxas de homicídios do país. Em 2010, por exemplo, apresentou a menor taxa de homicídios (13/100 mil hab.) e liderou este *ranking* no período de 2011 a 2014, momento que foi superado por São Paulo.

Convém destacar ainda que Santa Catarina, no que diz respeito às suas condições estruturais, vem apresentando bons resultados. Há décadas o estado registra crescimento econômico e melhora nos mais variados indicadores sociais. Localizada na Grande Região Sul do país, caracteriza-se economicamente por uma considerável atividade industrial, com forte participação de agroindústrias, bem como por uma agricultura baseada em pequenas propriedades rurais e forte atividade turística. Embora Santa Catarina apresente uma população de um pouco mais de 7 milhões de habitantes, no ano de 2013 o PIB do estado foi o sexto maior do país (IBGE, [2017]). O IDH de Santa Catarina passou de 0,543 em 1991 para 0,774 em 2010, alcançando a terceira posição entre os mais altos. Além disso, a Esperança de Vida ao Nascer (76,61 anos) ficou abaixo apenas da do Distrito Federal (77,35 anos), e a Mortalidade Infantil, importante indicador de precariedade estrutural, foi considerada a menor do país (11,54 mortes/1.000 nascidos vivos). O Índice de Gini, que mensura o nível de desigualdade, passou de 0,55 em 1991 para 0,49 em 2010, ou seja, o menor nível de desigualdade da federação.

Outro ponto importante refere-se às características dos municípios catarinenses. Ao todo, são 295 cidades distribuídas em 6 mesorregiões geográficas: Norte Catarinense, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis, Sul Catarinense, Serrana e Oeste Catarinense. Mais de 90% dos municípios possuem uma população inferior a 50 mil habitantes e, dos dez maiores municípios de Santa Catarina, apenas quatro contam com uma população superior a 200 mil habitantes: Joinville, com 515.288, o maior do estado; a capital, Florianópolis, com 421.240; Blumenau, com 309.011; e São José, com 209.804 (IBGE, 2010).

Não obstante, um breve exame de como estes indicadores se configuram de acordo com as especificidades sociais e regionais revela que estes bons resultados não são compartilhados de forma homogênea pela população. Por exemplo, enquanto o IDH registrado pela população branca no ano de 2010 superava a média brasileira, o IDH da população negra ficava abaixo do da população branca e do total geral do país.¹⁵ Outros indicadores como a Mortalidade Infantil (brancos: 11,23/negros: 12,82), Esperança de Vida ao Nascer (brancos: 76,82/negros: 75,77) e Renda *per capita* (brancos: R\$ 1.052,54/negros: R\$ 618,03) reforçavam a heterogeneidade existente nos indicadores globais. Especialmente, também era possível constatar abruptas desigualdades regionais, a exemplo da **Figura 2**, em que se identifica um cenário de baixos Índices de Desenvolvimento Humano, particularmente nos municípios pertencentes à Mesorregião Serrana.

¹⁵ Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. Banco de Dados. Disponível em: <https://bit.ly/2W5S0n9>. Acesso em: 20 nov. 2018.

Figura 2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Santa Catarina (2010)

Fonte: elaborado pelo autor em consulta ao Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2018).

De qualquer modo, em relação à violência letal, Santa Catarina continuou obtendo uma das menores taxas de homicídios do país. Desde 1996, Santa Catarina figura entre aqueles estados com a menor taxa de homicídios e, ultimamente, vem revezando o posto de estado mais pacífico com São Paulo. Em relação aos seus vizinhos, as diferenças precisam ser destacadas: enquanto o Rio Grande do Sul experimenta um incremento considerável em suas taxas e o Paraná sustenta níveis elevados, Santa Catarina mantém-se com taxas de homicídios relativamente inferiores.¹⁶ Se não bastasse, entre os municípios com população superior a cem mil habitantes, dois deles, Brusque e Jaraguá do Sul, têm respectivamente a menor e a terceira menor taxa de homicídios do Brasil.¹⁷

Diante desse contexto, uma questão legítima a ser destacada refere-se à escolha de Santa Catarina como objeto de análise. Ou seja, por que estudar Santa Catarina, dado que suas taxas de homicídios estão entre as mais baixas do país? Embora nos seja claro que a simples

¹⁶ Considerando o ano de 2016, a taxa de homicídios do Paraná foi de 27,39 mortes para cada cem mil habitantes; e a do Rio Grande do Sul, de 28,57. Santa Catarina obteve uma taxa ligeiramente inferior: 14,23. (Fonte: SIM/Datasus – ‘Grupo CID 10: Agressões e intervenções legais’). Disponível em: <https://bit.ly/2UApwRA>. Acesso: 22 maio 2018.

¹⁷ As taxas de homicídios destes municípios são as seguintes: Brusque 4,8 e Jaraguá do Sul 5,4 (<https://bit.ly/2UApwRA>). Chamamos atenção para o fato de que a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera aceitável taxas de homicídios abaixo de dois dígitos (JÚNIOR, 2011).

magnitude de certo fenômeno não se constitui como condição determinante para uma investigação sociológica, consideramos importante problematizar algumas questões e colocar em outra perspectiva os dados referentes à baixa incidência de homicídios no estado de Santa Catarina.

Gráfico 3 – Taxa bruta de homicídios em Santa Catarina e média das taxas por décadas (1980 a 2017)

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018), na Secretaria Estadual de Segurança Pública (SANTA CATARINA, [2018]) e nos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010) .

Em primeiro lugar, como apontado no **Gráfico 3**, podemos facilmente constatar que, embora Santa Catarina tenha apresentado taxas inferiores a outros estados, os níveis de violência letal mantiveram uma tendência clara de crescimento em todo o período histórico, revelando um período de maior incremento a partir do início do novo século, ironicamente, momento em que o estado assumiu a primeira posição no *ranking* nacional com a menor taxa de homicídios. Outro novo salto ocorreu em 2008, seguido por 2017, quando Santa Catarina atingiu 17 homicídios para cada cem mil habitantes, a maior taxa desde 1980.¹⁸ A média registrada em cada decênio demonstra que o caminho percorrido pelos homicídios durante todo o período sempre foi de ampliação: a título de exemplo, enquanto a taxa do Rio Grande do Sul e do Paraná cresciam 59,9% e 40,6%, respectivamente, Santa Catarina ampliava suas taxas de

¹⁸ Fonte: Gerência de Estatística e Análise Criminal / Diretoria de Informação e Inteligência / SSP/ SC. Acesso em 20/01/2018 <http://www.ssp.sc.gov.br>. Consideramos as categorias: homicídio doloso, homicídio em decorrência da ação da polícia civil e homicídio em decorrência de ação da polícia militar. Os números não contemplam o mês de dezembro, pois até o momento da seleção dos dados, ainda não haviam sido disponibilizados.

homicídios em 73,6%.¹⁹ Além disso, caso mudemos o campo de comparação, ou seja, deixando de lado os estados brasileiros que se caracterizam por apresentar elevadas taxas de homicídios e estabeleçamos um comparativo com outros países da América Latina, constatamos que a taxa atual de Santa Catarina supera a de países como a Bolívia (13,9), o Equador (13,8), o Peru (11,0), o Paraguai (9,7), o Uruguai (7,9) e a Argentina (6,0) (**Figura 1**).

Em segundo lugar, encontramos no estado uma série de desigualdades: se, de um lado, temos municípios como Brusque (Vale do Itajaí) e Jaraguá do Sul (Norte Catarinense)²⁰, com taxas semelhantes à de países desenvolvidos, por outro, temos municípios com taxas superiores à média nacional. É o caso de Chapecó (Oeste Catarinense), considerada a quinta maior cidade do estado em termos de população; suas taxas de homicídios oscilam ora para mais, ora para menos em relação à brasileira desde o ano de 2005.²¹ Municípios como Criciúma (Sul Catarinense) e São Francisco do Sul (Norte Catarinense), até o ano de 2015, estavam à frente da brasileira.²² Florianópolis (Grande Florianópolis), atualmente (2017), supera o recorde alcançado pelo país em 2016: 30,3 homicídios para cada cem mil habitantes.²³ Joinville (Norte Catarinense), por exemplo, está entre os 123 (2,2%) municípios com população superior a cem mil habitantes que concentram 50% das mortes por homicídios ocorridas em todo o território brasileiro (CERQUEIRA *et al.*, 2018). A propósito, Camboriú (Vale do Itajaí), que sustenta uma elevada taxa de homicídios, fica ao lado de Balneário Camboriú, uma das cidades apontadas pelo Atlas da Violência (2018) como pertencentes ao seletivo grupo dos quinze municípios com a menor taxa de homicídios do país.²⁴

Nesse sentido, notamos que a tendência geral de crescimento ocorre de maneira não uniforme,²⁵ tanto do ponto de vista regional quanto do social. Assim, elementos sociais referentes ao perfil das vítimas e extensamente apontados na literatura especializada também estão presentes (ADORNO, 2002; PERES *et al.*, 2008; RIBEIRO; CANO, 2016; SOARES, 2008). Por exemplo, no ano de 2016, enquanto a taxa de homicídios entre os brancos, de 12,6 para cada 100 mil habitantes, era menor que a estadual, a taxa entre os negros alcançava 22,3

¹⁹ Período de 2000 a 2015.

²⁰ Taxa de homicídios de Brusque e Jaraguá do Sul em 2016: 4,8 e 5,4 (CERQUEIRA *et al.*, 2018).

²¹ Em 2014, Chapecó apresentou uma taxa de homicídios de 30,7/100 mil habitante. No entanto, em 2017, o município registrou uma importante redução para 18,7/100 mil hab.

²² A taxa de homicídios em Criciúma no ano de 2015 foi de 29,5 e a de São Francisco do Sul de 28,8, superior ou igual a brasileira no mesmo ano: 28,8 Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. Banco de Dados. Disponível em: <https://bit.ly/2W5S0n9>. Acesso em: 20 nov. 2018.

²³ Fonte: SIM/Datasus. Disponível em: <https://bit.ly/2UApwRA>. Acesso: 22 maio 2018.

²⁴ A título de caracterização, em 2016, o município registrou uma taxa de homicídios de 35,3, contra uma taxa de 8,8 de Balneário Camboriú. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. Banco de Dados. Disponível em: <https://bit.ly/2W5S0n9>. Acesso em: 20 nov. 2018.

²⁵ Como apontado por Peres e Nivette (2017), o crescimento também não é uniforme dentro do país.

mortes para cada 100 mil habitantes.²⁶ Isto demonstra a sobrerrepresentação da população negra nas taxas de homicídios, já que, comparada aos brancos, a população negra é consideravelmente menor. Das 984 pessoas assassinadas no estado neste mesmo ano, 89% eram do sexo masculino, 48% com idade entre 15 a 29 anos e 59% com escolaridade inferior aos 8 anos de estudo.²⁷

O crescimento exponencial das taxas de homicídios, em conjunto com outros fenômenos relacionados à criminalidade e à violência, produziu efeitos sobre a opinião pública, desconstruindo a concepção de estado pacífico. Aliás, no final do ano de 2012 e início de 2013, Santa Catarina chamou atenção nacionalmente devido a uma crise penitenciária, que resultou em três ondas de atentados contra profissionais da segurança pública e em depredação do patrimônio público e dos ônibus de transporte. A primeira ocorreu em meio ao início da alta temporada de turismo, entre os dias 12 e 16 de novembro de 2012, logo após aparecerem denúncias de maus-tratos a presos no Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara (CPSPA). A segunda onda de atentados começou no dia 30 de janeiro de 2013 e perdurou até o dia 3 de março; assim como a primeira, iniciou após a divulgação de vídeos com denúncias de abusos contra presos praticados por policiais no Presídio Regional de Joinville. A Força Nacional de Segurança precisou ser enviada para conter os ataques, que haviam se espalhado por vários municípios. Mais tarde, a terceira onda foi desencadeada, novamente por denúncias de maus-tratos no processo de revista de mulheres de presos e uma onda de assassinatos no CPSPA. No total, ocorreram 114 atentados, em 37 cidades catarinenses.

Pesquisadores(as) sugeriram que estes casos estavam diretamente relacionados à dinâmica da formação do crime organizado dentro das prisões, com destaque para o Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara, local de fundação do Primeiro Grupo Catarinense da Capital (PGC).²⁸ Os conflitos, além de gerarem um problema econômico, já que aconteceram na alta temporada, também produziram uma “tensão entre as forças policiais” e um “grande

²⁶ Estas informações foram coletadas no portal do Atlas da Violência (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública). As informações referentes aos brancos correspondem à tabela intitulada ‘Taxa de Homicídios Cor Preto-Parda por UF’ e a correspondente à população negra refere-se à ‘Taxa de Homicídios Cor Preto-Parda por UF’. Disponível em: <https://bit.ly/2PdOS1J>. Acesso em: 22 jun. 2018.

²⁷ Este número corresponde às categorias: ‘Agressões’ (X85 – Y89) e ‘Intervenções legais’ (Y35 e Y36), do SIM/Datasus.

²⁸ “Os primeiros rumores sobre o surgimento do crime organizado no estado de Santa Catarina datam de 2001 com a criação do ‘G’ (O Grupo) na Penitenciária Estadual de Florianópolis. Em 3 de março de 2003 é inaugurado o Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara (CPSPA) – no município de mesmo nome, situado a 34 Km de Florianópolis –, com capacidade para abrigar 1.056 detentos (VARGAS; PEREIRA 2013c). Do antigo ‘G’ da Penitenciária de Florianópolis é criado no CPSPA o Primeiro Grupo Catarinense (PGC), que, não aceitando o chamado ‘Comando’ (referindo-se ao PCC [Primeiro Comando da Capital]), proíbe os detentos ligados ao grupo paulistano de ‘batizar’, ou seja, de filiar outros presos (SCHELAVIN, 2011, p. 197)” (SEIBEL *et al.*, 2013, p. 129).

desconforto na população, pois os ataques aos ônibus provocaram uma alteração nos horários das linhas, principalmente à noite, além da necessidade de escoltas policiais (SEIBEL *et al.*, 2013, p. 140). Estas questões emergiram após um incremento considerável das taxas de encarceramento no estado. A população prisional passou de 188,7 presos por 100 mil habitantes no ano de 2005 para 249,4 presos para cada 100 mil habitantes em 2014,²⁹ indicando que as próprias políticas de segurança pública priorizaram um maior endurecimento penal.

Os efeitos sobre a sociedade são perceptíveis. Pesquisas de opinião pública a respeito da vitimização e do sentimento de insegurança apontaram que 62,4% dos catarinenses alteraram sua rotina diante da percepção de insegurança, 57,1% disseram se sentir inseguros na cidade em que residem e 54,40% afirmaram sentir medo de serem assassinados (SILVA, 2016). Em 2009, uma pesquisa de vitimização e acesso à justiça no Brasil, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009), destacou que 31,7% dos catarinenses afirmavam se sentir inseguros em suas cidades. O crescimento da percepção sobre a insegurança foi bastante elevado.

Portanto, entendemos que, a despeito de não figurar no grupo de estados com maior incidência de homicídios, nos últimos anos, Santa Catarina vem compartilhando problemas similares aos enfrentados por outras regiões do país. Como poderemos perceber no decorrer do trabalho, Santa Catarina está passando por profundas transformações, sejam elas sociais, econômicas e políticas. Para darmos um simples exemplo, de 1991 a 2010, o crescimento populacional do estado foi de 38%, índice maior do que os dos seus vizinhos.³⁰ Há regiões em que este percentual chegou a 87%. Diante disso, a distribuição do fenômeno e as outras transformações sociais e econômicas colocam a importância de analisar um local caracterizado por baixas taxas de homicídios, mas que compartilha uma trajetória de crescimento e profundas desigualdades regionais.

Com relação à literatura especializada, três conjuntos de teorias foram mobilizadas para trazer explicações sobre as diferenças regionais e o movimento das taxas de homicídios.³¹ A primeira delas, e uma das mais importantes, tratou do impacto das mudanças estruturais sobre as tendências de homicídios. Estes trabalhos buscaram analisar *se e como* as alterações

²⁹ O próprio CPSPA, em sua inauguração, recebia presos sem ter fornecimento de água. Com um total de 1.150 vagas, o corpo de funcionários constituído era de apenas seis pessoas: um agente para cada uma das cinco alas e um para a gestão (SEIBEL *et al.*, 2013).

³⁰ No mesmo período a população paranaense cresceu 24% e do Rio Grande do Sul 17%. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/2LOAtYh>. Acesso: 13/05/2018.

³¹ De acordo com a literatura especializada, o fenômeno dos homicídios é multicausal, ou seja, um conjunto de fatores poderia exercer influência sobre as tendências da violência fatal, muitos dos quais impossíveis de mensurar. Por conta disso, restringimos o campo analítico à literatura sociológica de homicídios baseada nos estudos macrossociais.

socioeconômicas produziriam efeitos sobre as taxas de homicídios (LAND; MCCALL; COHEN, 1990; MCCALL; LAND; PARKER, 2010; MESSNER; ROSENFELD, 1999; PARKER; SMITH, 1979; PRATT; CULLEN, 2005).³² Os(as) autores(as) avaliavam se variáveis estruturais, tais como pobreza e desigualdade, ou ainda aspectos vinculados à estrutura etária ou populacional ajudavam a compreender a elevação das taxas de homicídios em diferentes regiões.

Posteriormente, com a experiência de queda dos homicídios em países que tradicionalmente sustentavam altas taxas, passou-se a avaliar o resultado das ações políticas destinadas a enfrentar a violência e se estas políticas influenciaram na redução das taxas de homicídios (BAUMER; WOLFF, 2014a; BLUMSTEIN; RIVARA; ROSENFELD, 2000; LAFREE; BLUMSTEIN; WALLMAN, 2000; MCCALL; LAND; PARKER, 2011; MESSNER *et al.*, 1999; PEARSON-NELSON, 2008). Buscava-se avaliar se os aspectos ligados às políticas de controle do crime, como ampliação das taxas de encarceramento, prisões por drogas, aumento do contingente policial, haviam sido responsáveis pela queda dos homicídios.

O terceiro conjunto de proposições teóricas enfocou nos aspectos situacionais que, em um sentido mais restrito, geravam efeitos sobre as taxas a curto prazo; trata-se, por exemplo, do efeito de questões sazonais ou mesmo dos conflitos ligados ao crime organizado, sobretudo pelas disputas relacionadas ao domínio dos mercados ilegais (BIRD; GRATTET, 2016; DEFINA; ARVANITES, 2002; KOVANDZIC; VIERAITIS, 2006a; RAPHAEL; WINTER-EBMER, 2001; SPELMAN, 2006, 2009). Também entrava no campo a atribuição de outras variáveis regionais e situacionais, como o tamanho das cidades e o acesso às armas de fogo.

Em síntese, estes estudos sustentaram a tese de que a variação das taxas de homicídios seria representada pelas características da organização social e pelo papel desempenhado por instituições formais e informais. Além disso, os trabalhos também desempenharam um papel importante fora do âmbito acadêmico, à medida que influenciaram políticas de enfrentamento à violência e à criminalidade. Como apontaram Messner e Rosenfeld (1999, p. 38), apesar de os homicídios serem previsíveis no tempo e no espaço, eles não precisariam se transformar em um fato inevitável da vida, diretamente determinado pelas características sociais. As políticas públicas poderiam contribuir para reduzir o impacto das tensões estruturais sobre os homicídios.

³² Ressaltamos que este debate está baseado em uma perspectiva teórica denominada: *teoria da desorganização social*, que tem como principal objetivo explicar espacial e temporalmente a concentração e dispersão do crime e da violência dentro de bairros, cidades, estados e países.

De qualquer modo, uma lacuna importante permaneceu em aberto, pois, apesar de as análises das tendências gerais evidenciarem o papel das forças estruturais e apontarem diferenças consistentes entre regiões, por outro lado, elas não foram capazes de identificar trajetórias heterogêneas de homicídios ao longo do tempo. Um breve exemplo prático pode elucidar essa questão. Após a queda repentina dos homicídios em países que até então sustentavam altas taxas de homicídios, pesquisadores(as) começaram a perguntar se este fenômeno estava mais associado às dinâmicas locais ou a processos globais (BAUMER; WOLFF, 2014b; EISNER, 2001; LAFREE; CURTIS; MCDOWALL, 2015; LAFREE; TSELONI, 2006; NIVETTE; EISNER, 2013; PINKER, 2012; TONRY, 2014; TSELONI *et al.*, 2010; TUTTLE; MCCALL; LAND, 2018; WEISS *et al.*, 2016). Por exemplo, experiências bem-sucedidas de algumas cidades em termos de redução de homicídios, como o caso de Nova Iorque, refletiriam apenas processos singulares, específicos do contexto local, ou a redução se constituiria como um fenômeno amplo, ligado a uma dinâmica muito mais geral? Segundo Peres e Nivette (2017), grande parte dos estudos macrossociais deixou de levar em conta dimensões globais ao focar sua atenção nos contextos locais e, embora tenha gerado ganhos analíticos importantes ao evidenciar com detalhes aspectos singulares, deixou de captar movimentos gerais compartilhados.

Assim, muitos estudos passaram a avaliar de forma comparada diferentes países do mundo, buscando verificar se haveria trajetórias compartilhadas de aumento e/ou queda de homicídios ao longo do tempo. A constatação de trajetórias compartilhadas evidenciaria que a queda dos homicídios estaria associada a processos amplos, e não locais. Teoricamente, este caminho analítico já havia encontrado legitimidade em perspectivas clássicas, uma vez que a centralização da violência legítima nas mãos do Estado, em conjunto com a criação de uma série de instituições disciplinadoras, geraria uma espécie de pacificação global (DURKHEIM, 2013; ELIAS, 1994; WEBER, 2011). Em outras palavras, a redução da violência expressava o resultado de um processo histórico cujas raízes fixavam-se na própria constituição do Estado Moderno.

Estudos empíricos sobre homicídios testaram estas hipóteses e, diante da verificação da queda das taxas de homicídios em diversos países do mundo concluíram que uma série de aspectos ligados ao aperfeiçoamento das instituições e do regime político, bem como ao avanço em pautas sociais importantes, contribuiu para a redução da violência (NIVETTE; EISNER, 2013; PINKER, 2012). Em contrapartida, a despeito da redução das taxas de homicídios, outras regiões demonstraram um crescimento amplo e constante dos níveis de violência. Desse modo, alguns(mas) pesquisadores(as) questionaram essas afirmações, buscando demonstrar que a

queda dos homicídios se restringia a um conjunto de países do mundo ocidental, e não se constituía como um fenômeno global; a modernização explicaria apenas um subconjunto de democracias ricas e de estilo ocidental (LAFREE; CURTIS; MCDOWALL, 2015).

Diante das evidências, as pesquisas empíricas baseadas em trajetórias colocaram em questão a importância dos aspectos locais e globais, chamando a atenção para um processo dinâmico e desigual. Se em alguns países diversas modalidades de crime apresentavam tendências claras de queda, em outros, como é o caso do Brasil, caminhava-se em sentido oposto. Não demorou muito para que essa mesma reflexão passasse a ser utilizada em outros níveis de análise, tais como: municípios, bairros e ruas (CURMAN; ANDRESEN; BRANTINGHAM, 2014; PARKER; STANSFIELD; MCCALL, 2016; PERES; NIVETTE, 2017; STULTS, 2010; WEISBURD *et al.*, 2004; WHEELER; WORDEN; MCLEAN, 2016). Poderíamos nos perguntar, por exemplo, se a queda ou crescimento das taxas de determinada cidade seriam representativas de todas as regiões do município ou não. E, caso não o fossem, como estas diferentes tendências se comportariam ao longo do tempo? Os estudos de trajetórias trouxeram avanços para o campo ao tentar chamar a atenção para um novo modo de problematizar o fenômeno dos homicídios, que pode ser traduzido por meio das seguintes questões: *a) uma vez selecionado um conjunto de unidades espaciais e um período histórico determinado, as taxas globais de homicídios poderiam esconder uma heterogeneidade com distintas tendências de homicídios, sejam elas de incremento, queda ou estabilidade? b) E uma vez constatada esta heterogeneidade, as teorias explicativas dos homicídios conseguiriam se sustentar diante de diferentes trajetórias? c) Ou seja, elas explicariam tanto tendências de queda quanto de incremento? Por exemplo, a teoria estrutural seria capaz de explicar distintas tendências ou só funcionaria para trajetórias de aumento dos homicídios? d) Ao se analisar comparativamente tendências de queda e de elevação, poderíamos encontrar em determinado conjunto de unidades espaciais efeitos distintos dos aspectos políticos e sociais?* Os estudos de trajetórias demonstraram a necessidade de ampliar o horizonte no que diz respeito às tendências gerais e às diferenças regionais, considerando sobretudo a heterogeneidade latente das trajetórias de homicídios.

Assim, uma vez realizado este breve apontamento teórico, podemos agora retornar a Santa Catarina e expor com mais objetividade a proposta do trabalho considerando os seguintes questionamentos: *em um estado com diferenças regionais importantes e que apresenta incremento nos níveis de homicídios, poderia existir uma heterogeneidade oculta nas taxas de homicídios? Ou seja, a tendência de crescimento do estado poderia esconder diferentes trajetórias com especificidades e características distintas? Seria possível identificar uma*

tipologia de tendências de homicídios ao longo do tempo, sejam elas de crescimento, estabilidade ou queda? Essa tipologia assinalaria elementos regionais? E mais: uma vez registrada essa tipologia, haveria a possibilidade de traçar as bases dessa distinção, isto é, o que faria com que um determinado conjunto de municípios se estabelecesse em um grupo de alta tendência, e não de baixa? São questões que buscaremos responder nesta tese.

Portanto, de forma específica, propomo-nos ampliar a análise dos homicídios considerando não apenas a tendência geral, mas, principalmente, em que medida as trajetórias de homicídios nos municípios catarinenses correspondem ou não à tendência global, e se essa não correspondência implicaria reconhecer a existência de uma heterogeneidade oculta ao longo do tempo. Basicamente, buscamos identificar grupos de municípios com características similares no que diz respeito à evolução das tendências de homicídios. Este trabalho se dá por meio da aplicação de uma técnica denominada *Group Based Trajectory Modeling* (NAGIN, 1999, 2005; NAGIN; TREMBLAY, 2005), que consiste em identificar grupos de trajetórias ao longo do tempo. Após a identificação destes *clusters*, avançamos no sentido de tentar explicar quais aspectos estruturais e políticos produzem efeitos sobre essas trajetórias.

Em termos de desenho de pesquisa, o trabalho de investigação configura-se do seguinte modo:

- 1) Primeiramente, buscamos identificar se existem trajetórias latentes nas taxas de homicídios entre os municípios de Santa Catarina no período de 1992 a 2017. Em razão disso, desenvolvemos uma análise a respeito da natureza dessas trajetórias, isto é, se são heterogêneas ou homogêneas considerando a tendência geral de incremento dos homicídios no estado;
- 2) Em segundo, descrevemos o comportamento das trajetórias em função do movimento e de suas especificidades regionais, bem como avaliamos até que ponto a magnitude da tendência de acréscimo dos homicídios foi compartilhada entre as distintas trajetórias de homicídios;
- 3) E, por último, com base na tradução dos apontamentos teóricos em indicadores, buscamos apontar quais fatores estruturais e políticos fornecem as bases de distinção de cada trajetória, ou ainda, quais forças socioeconômicas e políticas determinam a participação dos municípios nas diferentes trajetórias, sejam elas de crescimento, estabilidade ou queda. Em suma, se as características estruturais e políticas destas cidades são capazes de explicar a adesão a determinado grupo de trajetória até então latente.

Em suma, primeiramente buscamos desenhar as tendências de homicídios, em segundo, descrever estas tendências; e em terceiro, explicar quais fatores impactam este movimento. Assim, do ponto de vista substantivo, uma das propostas importantes desta tese consiste em avaliar se estas explicações estruturais e políticas funcionam para diferentes contextos de elevação e queda dos homicídios. Procuramos produzir um modelo analítico que teste de maneira conjunta os efeitos das forças estruturais, das políticas de controle do crime e dos aspectos contextuais sobre a dinâmica da violência letal. Para isso, intentamos especificar e operacionalizar as principais hipóteses historicamente formuladas e adequá-las a um modelo que leve em conta as especificidades locais, e assim demonstrar o papel de cada conjunto explicativo na variação das taxas de homicídios.

Nesse sentido, estruturamos a tese em quatro capítulos, cada qual dividido em tópicos. No primeiro capítulo, apresentamos ao leitor as principais teorias de homicídios que se preocuparam em trazer explicações para o movimento das taxas de homicídios no campo macrossocial. Dessa forma, analisamos três conceitos-chave: o de *estrutura social*; o de *controle social*; e o de *tensão social*. Estes conceitos são importantes, porque nos permitem compreender o modo pelo qual se organizam os nexos causais existentes na relação entre problemas estruturais com taxas de crime. Além disso, fornecem elementos que possibilitam operacionalizar conceitos abstratos em operações empíricas, especialmente no que diz respeito às hipóteses relacionadas ao crescimento das taxas de homicídios. Por isso, o capítulo não tem o objetivo de ser meramente descritivo, mas sim de apresentar os fundamentos teóricos que nos permitem avaliar estes elementos do ponto de vista empírico. Assim, o elemento sociológico implícito nesta parte implica reconhecer que mudanças *societais* exercem influência sobre dinâmicas complexas, tal qual a mortalidade por homicídios. Como resultado dessa discussão, apresentamos os principais indicadores utilizados para explicar o movimento das taxas de homicídios. Outro ponto importante do capítulo refere-se ao contexto, ou seja, demonstrar como a alteração no movimento das taxas de homicídios levou uma série de pesquisadores(as) a inserir novos elementos no debate. Esta é a parte em que tratamos especificamente do papel das variáveis políticas, ou melhor, das variáveis que buscam traduzir em modalidades operacionalizáveis as ações do Estado frente às tendências de crime.³³ E, por último, retornamos

³³ Neste ponto cabe um destaque: a maior parte dos trabalhos que buscaram testar estas hipóteses operacionalizaram indicadores que conseguem captar apenas uma dimensão minimalista da segurança pública, ou seja, aquelas ações que estão localizadas na arena da repressão. Indicadores como o aumento do número de policiais, taxas de encarceramento, apreensão de mercadorias ilegais, tráfico de drogas, etc. foram utilizados como *proxys* da ação do Estado.

ao problema de pesquisa, situando-o em um campo de ordem analítica por meio de um exame dos trabalhos de análise de trajetórias.

No segundo capítulo, referente aos aspectos metodológicos, apresentamos com mais detalhes o desenho de pesquisa. Procuramos descrever cada passo da construção das análises. Primeiramente, realizamos uma apresentação das fontes de informação, especialmente os dados referentes ao Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/Datasus) e da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina, onde foram coletados os principais dados sobre mortalidade por homicídios. Na sequência, descrevemos como ocorreu a seleção dos dados, sejam as informações referentes aos homicídios, sejam outros indicadores estruturais e políticos. Também apresentamos informações sobre o tratamento estatístico, especialmente no que diz respeito à substituição do trabalho com taxas brutas de homicídios por taxas bayesianas empíricas e locais de homicídios. Por Santa Catarina se tratar de uma realidade essencialmente constituída por pequenos municípios, fato que distorce as taxas brutas de homicídios, decidimos trabalhar com taxas bayesianas. Nesta seção, apresentamos os limites e ganhos de tal decisão metodológica. Por fim, explicamos como funciona a técnica para a identificação das trajetórias: *Group Based Trajectory Modeling*.

No terceiro capítulo, desenvolvemos as principais análises do trabalho. É nele que apontamos as trajetórias das taxas de homicídios para os municípios de Santa Catarina e constatamos distintas tipologias de homicídios. Uma vez caracterizada cada trajetória, analisamos os efeitos de preditores sociopolíticos sobre cada tendência. Em síntese, no primeiro momento argumentamos em prol da defesa de uma tipologia distinta de tendências de homicídios para os municípios de Santa Catarina, no segundo, apresentamos uma das teses fundamentais do trabalho, ou seja, as bases socioeconômicas e políticas que determinam esta distinção tipológica. E, por fim, nas considerações finais, analisamos os achados das análises à luz do debate teórico desenvolvido no primeiro capítulo.

2 PERSPECTIVAS TEÓRICO-ANALÍTICAS DA MORTALIDADE POR HOMICÍDIOS

Na seção anterior, ainda que brevemente, a atenção foi direcionada para os aspectos contextuais que nos levaram a analisar a trajetória das taxas de homicídios³⁴ nos municípios de Santa Catarina. Assim, situamos o problema da mortalidade no estado por meio de dois movimentos: o primeiro referente aos aspectos gerais, isto é, àquilo que há em comum com outras regiões, e o segundo relacionado às especificidades da região. Nesta parte, o objetivo altera-se, pois, colocamos a problemática da dinâmica dos homicídios dentro de uma estrutura teórico-analítica que foca, sobretudo, na capacidade que as condições ecológicas possuem em explicar o movimento das tendências criminais. Desse modo, tomamos como base uma perspectiva analítica denominada: *teoria da desorganização social*, que possui como principal objetivo explicar espacial e temporalmente a concentração e a dispersão do crime e da violência dentro de bairros, cidades, estados e países (BURSIK, 1988; KUBRIN; WEITZER, 2003). Apesar dos limites da abordagem, este conjunto de trabalhos ajudou-nos a explicar por que, em determinados contextos, as taxas de crimes apresentam uma tendência de incremento; e em outros, de queda. Estas hipóteses são importantes, na medida em que dão suporte aos testes empíricos realizados no estudo.

2.1 TEORIA DA DESORGANIZAÇÃO SOCIAL

2.1.1 Estrutura social e homicídios

Um ponto importante que necessitamos evidenciar diz respeito ao reconhecimento de que não existe um conjunto de explicações e interpretações capaz de sintetizar de forma unificada uma teoria da violência (WIEVIORKA, 1997). De fato, podemos encontrar em diversas áreas do conhecimento uma infinidade de formas de abordar o fenômeno criminal, desde concepções preocupadas em explicar os efeitos da violência e do crime sobre uma realidade macro, passando por teorias vinculadas ao campo da moral e da ética, ou até como um problema de ordem comportamental (ROBERT, 2011; SMITH; ZAHN, 1999). Mesmo se

³⁴ Destacamos que tratamos o conceito de homicídios como um tipo de violência caracterizado pela morte de uma pessoa ocasionada por outra (MESSNER; ROSENFELD, 1999). Portanto, nem todas as violências são tomadas como homicídios. Os conflitos são parte constitutiva das relações sociais nas sociedades modernas, baseadas na divisão do trabalho social, e assim, nem todos os conflitos convergem para desfechos fatais. Aqueles que assim convergem engrossam as estatísticas oficiais de homicídios.

considerarmos apenas uma área de conhecimento, no caso, a sociologia, também será possível encontrar uma série de abordagens que se diferenciam sobretudo pela forma de tratar o objeto. Embora de difícil assimilação, um dos pontos em comum nos trabalhos da área consiste em considerar que a violência e o crime,³⁵ em suas formas objetivas e subjetivas, variam tanto no interior de dada sociedade quanto em sociedades diferentes, e estão intrinsecamente atrelados às mudanças sócio-históricas.³⁶

Os estudos clássicos de Émile Durkheim a respeito do crime, realizados ainda no século XIX, por exemplo, chamaram a atenção para a importância de deslocar o fenômeno criminal de um campo puramente comportamental para outro, representativo e indicativo das mudanças sociais. De acordo com o autor, o crime e, especialmente, a magnitude da mortalidade por homicídios estavam diretamente relacionados às características distintivas da modernidade, pois, de um lado, eram capazes de identificar os níveis de agregação e desagregação e, de outro, de diagnosticar a vinculação de determinada sociedade a valores tradicionais ou modernos

³⁵ Ressaltamos que nem toda modalidade de violência está codificada nas leis penais como crime. Crime é a violência assim considerada e classificada nas leis penais.

³⁶ O debate sociológico do final do século XIX analisou a prevalência do crime na sociedade, ora como um problema de anomia, solidariedade e função, ora como um problema resultante de conflitos sociais e questões socioeconômicas. Os pesquisadores europeus foram os primeiros a relacionar o fenômeno criminal com os problemas referentes à ordem social. No entanto, foi apenas no século XX, especialmente nos Estados Unidos, que os estudos sociológicos sobre o crime consolidaram-se como um campo de pesquisa científica (ROBERT, 2011). Em meados da década de 1930, o processo de industrialização e formação das classes urbanas deu o ponto de partida ao conceito de *desorganização social*. A *teoria funcionalista*, também denominada de *anomia* ou *tensão*, baseou suas concepções na noção de fato social de Durkheim. Merton (1938), um dos autores mais relevantes, argumentava que a sociedade americana produzia uma incompatibilidade entre o sonho da riqueza e as condições de vida concreta. O descompasso existente entre o que se almejava em termos de prosperidade e o que efetivamente se alcançava fomentava uma espécie de tensão ou anomia, subsidiando assim o surgimento de práticas criminosas ou desviantes. Em síntese, as teorias estavam preocupadas com os agentes, especialmente com os motivos que levavam as pessoas a se envolverem em atividades criminosas. Nas décadas de 1940 e 1950, um conjunto de novos trabalhos buscou confrontar estas perspectivas. A *teoria do aprendizado social* ou *associação diferencial* interpretava o comportamento criminoso por meio de um processo de aprendizado realizado na interação entre indivíduos. Sutherland (1940), ao analisar os crimes de colarinho branco, argumentou que a prática desviante estava ligada à interação e ao aprendizado que o indivíduo compartilhava com o grupo que se relacionava. Cabe destacar que a tese do aprendizado social contribuiu para ampliação do entendimento sobre o comportamento desviante entre jovens, na medida em que tentava demonstrar a influência dos grupos no processo de socialização juvenil. Por sua vez, a *teoria da rotulação* considerava que o desvio se constituía mais como um produto do rótulo imposto pela sociedade do que pelas próprias práticas dos indivíduos. Aqueles indivíduos que não se enquadrassem e, ao mesmo tempo, não correspondessem aos padrões e às normas aceitas socialmente seriam identificados como desviantes (BECKER, 2008). Em 1980, Taylor, Walton e Young (2013), autores(as) ligados(as) à criminologia crítica, trataram o comportamento desviante como uma resposta às desigualdades do sistema capitalista: as leis penais criadas e aplicadas pelos grupos dominantes da sociedade privilegiavam as classes mais altas em detrimento das mais baixas, e isto resultava não só em uma aplicação rigorosa da lei para as classes sociais situadas nos estratos inferiores das hierarquias sociais, mas também, uma vitimização elevada dos grupos sociais localizados nos estratos econômicos inferiores. Por fim, Cohen e Felson (1979) também desenvolveram uma importante abordagem, denominada de *teoria do estilo de vida* ou *teoria das atividades de rotina*, cujo foco direcionava-se para os hábitos e rotina de vida das vítimas (mais facilidades, mais chances).

(DURKHEIM, 2013).³⁷ Desse modo, os homicídios constituíam-se como fatos sociais por excelência, dado que possibilitariam demonstrar aspectos culturais e estruturais de uma determinada região.³⁸

Desse modo, poderíamos considerar que os homicídios são fenômenos multicausais e complexos, tendo em vista que derivam de inúmeros processos, a exemplo das mortes causadas por atos de vinganças (DURKHEIM, 2013); dos acidentes ocasionados por brigas, ânimos exaltados, consumo de drogas ou álcool (WOLFGANG, 1958). Em outros casos, são representativos das desigualdades oriundas dos modelos de estratificação, como acontece em sociedades com elevado número de vitimização feminina decorrente do seu sistema patriarcal ou quando a vítima representa uma ameaça aos valores culturais de um determinado grupo contextualmente dominante (FRAGOSO, 2000); são produzidos também por meio de processos sociais amplos, decorrentes das mudanças na estrutura socioeconômica e política (LAND; MCCALL; COHEN, 1990), ou até mesmo fruto de eventos planejados e racionalizados, especialmente aqueles mitificados na figura do *serial killer* (FOX; LEVIN, 1999).

³⁷ Durkheim (2013) argumentava que, em razão de os valores coletivos superarem os individuais, sociedades tradicionais apresentariam níveis mais altos de violência letal. Na sociedade romana, por exemplo, não havia um arcabouço moral e ético com regras específicas para a punição dos crimes de homicídios. As mortes fatais ficavam em segundo plano, em razão de se admitir matar em nome da política, da família ou da fé. Com efeito, o Estado romano envolvia-se em pouquíssimos casos, normalmente quando a vítima resguardava algum apelo social, político e/ou econômico. Citando caso análogo, mas agora do início do século XX, deu a saber que a Ilha de Córsega apresentava um alto nível de homicídios perpetrados por meio da *vendetta* (mortes ocasionadas por vingança). Os conflitos entre famílias eram comuns; e boa parte deles, resolvidos com a morte. À medida que as sociedades se tornassem mais complexas e os indivíduos assumissem uma posição de centralidade, as mortes reduziriam significativamente, ampliando o “grau de autoridade de que é investida a regra de proibição do assassinio” (DURKHEIM, 2013, p. 157). Após a análise de alguns dados estatísticos, Durkheim destacou: “Parece, portanto, que o homicídio diminui com a civilização. [...] ele é tanto mais desenvolvido quanto menos civilizados são os países e vice-versa. A Itália, a Hungria, a Espanha estão à frente. [...] Ora, os três primeiros países estão certamente entre os menos avançados, são os últimos da Europa. Eles contrastam com as nações de alta cultura, a Alemanha, a Inglaterra, a França e a Bélgica” (DURKHEIM, 2013, p. 158). Com a modernidade, estes valores se inverteriam, reduzindo consideravelmente o nível de violência homicida. Embora haja uma série de elementos que possam ser debatidos em relação aos argumentos de Durkheim, o autor demonstra que o próprio significado do conceito de violência é revelado pelo conjunto de regras, valores e normas estruturado culturalmente.

³⁸ Um dos pontos que apresentaremos mais diante, diretamente relacionado à discussão sobre a importância de analisar diferentes trajetórias de homicídios ao longo do tempo, refere-se ao fato de vários países terem registrado quedas em suas taxas de homicídios a partir da década de 1990. Este fenômeno foi examinado por alguns(mas) pesquisadores(as) como uma indicação da efetivação da tese de “pacificação global” (PINKER, 2012). Resguardadas as sutilezas, a ideia principal consiste em reconhecer que a sociedade atual está mais pacífica que as anteriores e que o processo civilizatório, concebido como uma forma de interiorização das vontades e regulação dos gestos, levou a sociedade ocidental a compartilhar valores mínimos em relação à vida e ao respeito individual (ELIAS, 1994). De fato, Eisner (2001) apresenta estatísticas de crime cometidos durante séculos que demonstram a redução efetiva destas formas de violência. Os estudos de trajetórias passaram a verificar se esta tendência global era compartilhada por diferentes regiões. Muitos estudos vêm demonstrando que há diferenças ocultas nestas trajetórias e que a tese da pacificação global explica melhor o contexto de democracias ricas e desenvolvidas do que o de países em desenvolvimento.

Embora, em muitos casos, esta multicausalidade possa dar a impressão de que as mortes por homicídios sejam fenômenos aleatórios e dispersos, a literatura científica, especialmente a sociológica, apresentou inúmeras evidências demonstrando a não correspondência dos homicídios com a imprevisibilidade e a casualidade (BALLER *et al.*, 2001; SOARES, 2008; THOMPSON; GARTNER, 2014). Uma série de características espaciais e sociais, tais como infraestrutura urbana, condição domiciliar, composição familiar, níveis de organização social e tendências temporais, são alguns dos exemplos que, tomados globalmente, contribuem para a identificação de padrões e tendências da dinâmica da violência letal. Conforme Soares (2008), quando percebidos em seu conjunto, ou seja, de forma macro, os homicídios se caracterizam por serem fenômenos previsíveis e regulares. Tal constatação é importante, porque possibilita situar a mortalidade fatal como objeto de investigação científica considerando suas especificidades e regularidades e, assim, justificar a investigação do papel das forças estruturais na explicação dos homicídios.

A partir do momento em que buscou investigar os efeitos produzidos pelas estruturas sociais nas tendências das taxas de crimes, a sociologia desenvolveu um campo teórico específico de análise dos homicídios, então denominado de *teoria da desorganização social* ou *estrutura social e homicídios*. Essas abordagens assumiriam a premissa de que assassinatos, isto é, a morte de uma pessoa cometida por outra, não refletiam simples idiosincrasias ou atos isolados de violência, mas, pelo contrário, os homicídios seriam fenômenos espacialmente regulares e temporalmente previsíveis, uma vez que poderíamos explicar sua distribuição por meio das condições sociais, econômicas e políticas (MESSNER; ROSENFELD, 1999).³⁹ A teoria da desorganização social teria por contrapartida a concepção de organização social baseada nos pressupostos da integração social. Tal integração social diz respeito não apenas à convergência de ações entre indivíduos e sociedade, mas também à integração dos subsistemas sociais, como o econômico, o político, o social, o cultural, entre outros.

Em certo sentido, estes elementos podem causar a impressão de um determinismo radical no modo como a literatura pensa a análise do fenômeno. No entanto, a abordagem estrutural ajudou a caracterizar os homicídios diante dos processos de produção e reprodução social, nos quais suas características influenciam os níveis de violência letal. Além disso, a literatura contribuiu para o acesso ao fenômeno fora de uma aparente particularidade, sobretudo relacionada aos movimentos sociais, históricos e políticos.

³⁹ No final da década de 1980, Wilson (2012) destacou os efeitos das transformações da economia pós-industrial e da composição racial de áreas urbanas sobre as taxas de homicídios e assim produziu um amplo debate no campo sobre a relação entre pobreza, segregação, exclusão e crime (MCCALL, 2010).

Esse campo de pesquisa começou a se constituir logo após a II Guerra Mundial, especificamente a partir do momento em que países de capitalismo avançado começaram a experimentar uma elevação sistemática nas suas taxas de crimes. As amplas mudanças estruturais, os processos de urbanização, a elevação das desigualdades e a complexificação das relações sociais, inclusive as familiares, levaram pesquisadores(as) a tentar conhecer como estes fenômenos poderiam produzir efeitos sobre o movimento das taxas de crimes. Assim, os Estados Unidos, país que experimentou uma elevação importante das taxas de homicídios a partir da década de 1960, inaugurou e contribuiu para a consolidação do campo de pesquisa nesta área (ZAHN; MCCALL, 1999).⁴⁰

De fato, até a metade da década de 1990, os Estados Unidos apresentavam o maior registro de homicídios e roubos entre todas as nações industrializadas, e até o ano de 1994, sua taxa de homicídios foi maior do que a brasileira, país que atualmente apresenta o maior número absoluto de mortes por homicídios do mundo (MESSNER; ROSENFELD, 2012; UNODC, 2013). Enquanto a dinâmica dos homicídios nos Estados Unidos alterou-se significativamente, com tendências de incremento e posteriormente de queda, no Brasil, a despeito da importante estabilização das taxas ocasionada após a aplicação do Estatuto do Desarmamento, os dados apresentaram uma tendência considerável de elevação.

Ainda nos anos 1990, Land, McCall e Cohen (1990), com a publicação de um artigo que se tornou seminal do ponto de vista analítico e metodológico, intitulado *Structural covariates of homicide rates: are there any invariances across time and social space?*, ajudaram a consolidar o debate na sociologia e na criminologia. Os(As) autores(as) buscaram demonstrar a importância de investigar a influência das covariáveis estruturais sobre o movimento das taxas de violência letal em diferentes níveis regionais. Desse modo, as alterações na dinâmica da violência letal, em conjunto com as constantes mudanças na estrutura populacional e econômica, levaram os(as) pesquisadores(as) inseridos(as) no campo a formularem uma série de hipóteses explicativas.

Assim sendo, no nível macro, os estudos sobre homicídios identificaram um grupo de covariáveis que auxiliava a compor o quadro explicativo do movimento das taxas de violência

⁴⁰ Zahn e McCall (1999) analisaram dados de homicídios nos Estados Unidos a partir do ano de 1900. Embora reconheçam que, no período de 1900 a 1930, muitas informações foram subnotificadas, as autoras chamaram a atenção para a elevada taxa de homicídios apresentada no ano de 1930 (aproximadamente 9/100 mil hab.), resultado um pouco menor do que os apresentados durante a década de 1970, quando os Estados Unidos começaram a experimentar a elevação de suas taxas de homicídios. Também é possível observar que a década de 1950 foi o momento em que se registrou a menor taxa, levando-se em conta um período de quase um século de dados disponibilizados. Infelizmente, não é possível realizar a mesma comparação para o caso brasileiro, porquanto o registro sistemático de informações nacionais sobre homicídios tenha começado somente a partir de 1979 (SOARES, 2011).

letal: porcentagem de famílias vivendo abaixo da linha da pobreza; renda familiar média; índice de Gini; porcentagem da população negra; porcentagem de crianças que não vivem com ambos os pais; tamanho da população; densidade populacional; porcentagem de divórcios; desemprego; estrutura etária; entre outras (MCCALL; PARKER; MACDONALD, 2008). As variáveis identificadas ligavam-se às tendências criminais de forma complexa e estavam na raiz das hipóteses vinculadas à teoria. Os processos de recessão e ascensão econômica, que, entre outros efeitos, produziam uma intensa reestruturação urbano-industrial, reduzindo postos de trabalhos, em conjunto com as outras formas de estratificação, gênero, etnia e estrutura etária, exerciam um papel fundamental sobre o arranjo da vida local e comunitária, configurando-se assim como os principais elementos para compreensão da dinâmica dos homicídios (PARKER; HEFNER, 2013).

Nesse sentido, os estudos estruturais sustentavam que as alterações nas taxas de homicídios eram provocadas pelos efeitos da estratificação social e das condições socioculturais. Os trabalhos buscavam examinar como forças estruturais influenciavam as taxas de crime. Com o propósito de explicar por que diferentes grupos sociais – inseridos em determinados contextos e espaços – apresentavam taxas de homicídios mais altas, estes estudos desenvolveram explicações em campos similarmente imbricados, mas com algumas especificidades. Tanto o campo econômico quanto o social serviram de base para estas investigações, o que originou uma certa polarização entre as análises, que ora levavam em conta fatores estruturais, ora fatores culturais (MCCALL; LAND; PARKER, 2010).

Com a ampliação das fontes de dados específicas sobre homicídios e o acréscimo de informações sobre os agressores, os trabalhos buscaram acrescentar outros dados até então indisponíveis, como o exame detalhado da relação entre agressor e vítima (*relationship-specific homicides*) e suas influências estruturais (WILLIAMS; FLEWELLING, 1988). Muitos(as) pesquisadores(as) passaram a desagregar as taxas globais de homicídios, considerando suas especificidades de acordo com o grupo social envolvido (*type-specific homicides*).⁴¹ Parker (1989) ressaltou que duas teorias consolidaram-se no interior do paradigma sociológico que fornece os principais fundamentos para a orientação teórica na criminologia: a estrutura social (*social structure and homicide*) e as teorias da cultura e da subcultura (*cultural and subcultural theories of homicide*).⁴²

⁴¹ O tema em questão será detalhado posteriormente.

⁴² As duas abordagens compõem os pilares básicos da teoria da organização social e dos estudos que têm como foco a análise das causas dos homicídios.

O conceito de estrutura social é complexo e está ligado à própria matriz fundadora do pensamento sociológico. Messner e Rosenfeld (1999, p. 27) sustentam que, considerando os estudos de homicídios, a noção de estrutura social refere-se ao processo de caracterização das posições sociais e à identificação do conjunto de ações relativamente duradouras e padronizadas do *status* social. Os autores citam como exemplo as inúmeras formas com que os indivíduos podem posicionar-se na sociedade: operários, pais, engenheiros, estudantes, etc. e como elas definem papéis sociais. Esse posicionamento gera padrões esperados e longos de comportamento e assim define as estruturas. É diferente das explicações baseadas em teorias da cultura que analisam a variação comportamental por meio de valores, normas e crenças. Portanto, segundo Parker e Hefner (2013), as experiências sociais dos indivíduos diferem em razão das posições sociais por eles ocupadas no interior de uma determinada sociedade.

Um conceito-chave para pensarmos a questão do debate sobre a organização social é o de instituições sociais. Conforme Messner e Rosenfeld (1999), as instituições sociais referem-se às configurações relativamente estáveis de *status*, papéis, valores e normas que emergem da sociedade. Dessa maneira, elas são os pilares da própria estrutura social. Os autores destacam que a economia, por exemplo, pode ser vista como um tipo de instituição social, na medida em que organiza a produção e a distribuição dos bens e serviços de uma dada sociedade, bem como a família, que tem como papel socializar seus membros em uma rede de valores e crenças. As instituições sociais refletem e reforçam valores culturais, resultando em formas particulares de organização social que distinguem as sociedades umas das outras. Isto posto, as instituições possuem duas funções básicas: regular o comportamento dos membros da sociedade e facilitar o acesso a recursos e recompensas desejadas e necessárias (MESSNER; ROSENFELD, 1999).

Com efeito, poderíamos nos perguntar: qual é a importância das instituições sociais para as teorias estruturais de homicídios? Os autores apontam basicamente duas: em primeiro lugar, o fato de os estudos iniciais sobre homicídios chamarem a atenção para as rupturas institucionais, isto é, da erosão do controle social; em segundo, as explicações que atribuíram o crescimento dos homicídios às dinâmicas resultantes da tensão social. O fenômeno da violência letal, no interior dessa perspectiva, é percebido como uma forma de ruptura, ou melhor, como um indicador de ruptura socioinstitucional, dado que desestabiliza e fragiliza determinadas normas e regras sociais.

Em termos de um quadro teórico geral, os estudos das influências estruturais dos homicídios situaram-se analiticamente no interior da perspectiva da organização social. De um lado, as rupturas do controle social e, de outro, as influências da tensão sustentaram os dois pilares básicos desta perspectiva. A primeira refere-se às fragilidades estruturais do *controle*

social formal e informal, que se configuram como um catalizador de práticas violentas. E a segunda trata das influências da *tensão* que empurram ou pressionam as pessoas para a violência e o crime (MESSNER; ROSENFELD, 1999).

2.1.2 Controle Social e Tensão social

O debate em torno do controle social exerceu uma grande influência sobre os estudos de homicídios. Horwitz (1990) considera que no “coração” de qualquer ordem social encontram-se concepções de certo e errado. Para o autor, é elementar que todas as sociedades sejam caracterizadas por normas e papéis parcialmente definidos, que guiam e regulam a ação de seus membros. Uma tarefa notável para os estudos específicos deste campo seria a de caracterizar as normas e crenças que movem e exercem controle sobre uma coletividade, ou então a de identificar, através de fenômenos indiretos, como estas normas e valores são afetados.

Ainda que seja extremamente complexo identificar estas características, é possível, sim, encontrar alguns padrões definidores de uma determinada ordem social. Sociedades de capitalismo avançado, por exemplo, apresentam certos padrões e comportamentos relacionados ao âmbito econômico, como disposição para o consumo, estrutura econômica adaptada para a produção, atividade especulativa direcionada ao mercado financeiro, valores de competitividade e individualidade, entre outros (HORWITZ, 1990). No campo da violência e do crime, os autores destacam que, em muitas sociedades de capitalismo avançado, seu reconhecimento é alcançado por meio da realização financeira e do poderio de consumo. Assim, o *gap* resultante entre o que foi desejado e o que foi efetivamente alcançado facilitaria o envolvimento dos indivíduos em atividades ilegais (MERTON, 1938; MESSNER; ROSENFELD, 2012).

As normas e papéis padronizados são dinâmicos e podem alterar-se e mudar o grau de importância de acordo com os grupos sociais. Por vezes, estas normas são questionadas e rompidas. Um exemplo disso é o indicador de divórcio utilizado para medir o papel das rupturas socioinstitucionais nos estudos macrossociais de homicídios. Enquanto a perspectiva vinculada à teoria da desorganização sustentava que os efeitos do divórcio permaneceriam estáveis durante o tempo, a perspectiva cultural enfatizava que os seus efeitos sobre os homicídios se atenuariam com o passar dos anos (BEAULIEU; MESSNER, 2010). À medida que as famílias se tornassem mais voluntárias e menos obrigatórias, ou seja, que se consolidasse o processo de ‘formalização’ e ‘institucionalização’ de uma nova forma de família, o que antes era

considerado uma medida de ruptura e de desvantagem passaria a ser aceito como mais um elemento constitutivo da configuração familiar (THORNTON; YOUNG-DEMARCO, 2001). Além disso, muitos estudos regionais de homicídios chamaram a atenção para este fato, pois, ao mesmo tempo em que cria novas redes e vínculos, o movimento populacional também promove rupturas importantes, resultando em diferentes formas de convívio social. Se antes da década de 1980 a maior concentração de homicídios no Brasil estava nas regiões Centro-Oeste, Oeste e Norte, após a década de 1990, regiões mais urbanas passaram a desenvolver maiores taxas de homicídios.

[...] especificidades culturais e os padrões de conflito e controle prevalentes de cada uma delas, [...] os altos índices de homicídios por arma de fogo em determinadas regiões poderiam ser explicados a partir dos processos de desorganização social resultantes de conflitos característicos de fronteira agrícola e de expansão onde inexistem mecanismos de controle formal. (BEATO; MARINHO, 2007, p. 178).

Portanto, para Horwitz (1990), cada ação social, relação social ou arranjo social é permeado por qualidades normativas que indicam a conduta moral.⁴³ O sentido que assume o controle social está relacionado aos esforços de canalizar o comportamento levando em conta os valores e normas essenciais de uma sociedade.⁴⁴ Por sua vez, as Ciências Sociais historicamente enfatizaram a dimensão formal do controle social, ou seja, os estudos acabaram por realçar a proeminência da lei e das formas repressivas do controle social.⁴⁵

Os estudos estruturais de homicídios partem dessas posições gerais, no sentido de examinar até que ponto os homicídios são consequências dos ruídos e das rupturas existentes

⁴³ Dessa forma, o autor considera que os estudos de controle social buscam explicar a variação das diferentes atitudes diante das violações da ordem normativa, isto é, examinar o que as pessoas consideram certo ou errado e como elas agem quando suas noções de justiça são violadas (HORWITZ, 1990, p. 13).

⁴⁴ Convém frisar que a noção de controle social é um aspecto central do empreendimento sociológico. Seguindo a visão clássica, as leis e as formas de controle centradas no Estado aparecem como elementos fundamentais da própria ordem social moderna. De acordo com Horwitz (1990), Marx, Weber, Durkheim e Parsons consideram o Estado um importante elemento para identificar as mudanças nas formas de controle social. Nas sociedades pré-modernas, as normas eram apreendidas através da socialização e legitimadas pela autoridade religiosa, ao passo que as sanções assumiam diferentes roupagens informais: submissão dos infratores ao escárnio, à raiva ou à violência. Como não havia agentes do Estado, os responsáveis pela aplicação das sanções eram definidos por formas de autoridade não burocráticas. Homens mais velhos ou chefes de família recebiam este encargo. A não racionalização da punição estava acompanhada por práticas punitivas particulares, que se davam por meio da vingança. Com o aumento da heterogeneidade social, da divisão do trabalho e de sistemas mais elaborados de estratificação social, o controle social antigo deu lugar a novos sistemas morais, que podem ser compartilhados mesmos por sociedades cultural, social e economicamente diferentes. A lei surge como um aspecto caracterizador da punição nas sociedades modernas. Em teoria, todos os cidadãos são formalmente iguais perante a lei, ou seja, as leis são impessoais e universais. E isso significa dizer que a lei consolida-se como um importante elemento de manutenção do controle social em sociedades complexas (HORWITZ, 1990).

⁴⁵ Respostas não repressivas às violações das concepções de certo e errado são ignoradas ou colocadas em segundo plano. Por exemplo, há uma produção vasta de argumentos que buscam evidenciar que a ampliação e radicalização da punição legal pode influenciar o comportamento. Analisam-se pouco outras dimensões do controle que fogem do âmbito formal.

nas práticas de controle social. Ou seja, se violações a determinadas normas são capazes de produzir uma elevação da violência fatal e se o fortalecimento ou enfraquecimento das instituições sociais de controle formal e informal são suficientes para produzir efeitos sobre as taxas de homicídios. Messner e Rosenfeld (1999) mencionam que alguns autores, como Hirschi (1969) e Kornhauser (1978), argumentavam que o engajamento em práticas ilegais é facilitado quando a função de controle de uma instituição enfraquece. Portanto, o enfraquecimento ou fortalecimento de instituições políticas ou sociais constituir-se-ia como elementos importantes para entender a dinâmica dos homicídios.

Para mensurar os efeitos das mudanças institucionais e, por consequência, do controle social, poderíamos citar as transformações que ocorrem tanto a curto/médio quanto a longo prazo na sociedade, como por exemplo: movimentos migratórios, estruturação imobiliária, desagregação residencial, alterações demográficas, privação econômica, entre outras. Estes elementos interfeririam no quadro geral de normas e regras socialmente compartilhadas e, novamente, tornariam estas sociedades mais suscetíveis à produção de violência (BURSIK, 1988).

Uma importante corrente da literatura questionou a possibilidade de as democracias consolidadas resolverem problemas referentes às taxas de crime violento. Considerava-se que sociedades democráticas, tendo em vista seu conjunto de regras e normas, traduzidos em suas instituições, alterariam significativamente os limiares de violência na sociedade. De acordo com LaFree e Tseloni (2006), três perspectivas teóricas trataram especificamente deste debate, a saber: a teoria da pacificação global, para a qual o crime reduzir-se-ia ao longo do tempo, especialmente pelos avanços trazidos pela democratização; a perspectiva do conflito, que apontava para o aumento das taxas de violência devido à intensificação da economia de mercado, independentemente da democratização; e a da modernização, prevendo que, em um primeiro momento, na transição para a democracia, ocorreria o aumento da violência e, posteriormente, com a consolidação da democracia, a queda dos crimes violentos.⁴⁶ Estas informações demonstram a importância das transformações políticas em conjunto com as sociais e seu impacto sobre as taxas de violência. O debate é mais amplo, mas, de qualquer forma, esses elementos nos levam a entender em que parâmetros se estabelece o uso sociológico das instituições e, principalmente, por que são importantes para os estudos sobre homicídios.

Além disso, outro ponto que fomentou um intenso debate no campo diz respeito à questão referente às condições estruturais de bens tangíveis e intangíveis (necessários e

⁴⁶ Com base em dados de 44 países no período de 1950 a 2000, os autores encontraram sustentação para a terceira perspectiva, ou seja, taxas altas para democracias em transição e baixas para democracias consolidadas.

desejados) como aspectos importantes para analisar a magnitude da violência e do crime. Merton (1938) analisou o crime como resultado da disjunção, ou melhor, da tensão resultante entre os ideais de sucesso estabelecidos pela sociedade e os meios institucionalizados para alcançá-los. De acordo com o autor, a sociedade norte-americana produzia uma incompatibilidade entre o sonho da riqueza e as condições de vida concreta. Este descompasso nas oportunidades contribuía para a geração de uma tensão (ou anomia) entre diferentes grupos e permitia o surgimento de práticas criminosas ou desviantes. A desigualdade de oportunidades favoreceria o surgimento de indivíduos criminosos.⁴⁷ Em uma versão atualizada da concepção, Messner e Rosenfeld (2012) ressaltam que a ideia do *american dream* ilustra a busca da realização individual por meio de riqueza e *status*, sem considerar as restrições morais ou legais.⁴⁸

Portanto, os aspectos relacionados às estruturas do controle e da tensão (nas perspectivas desenvolvidas nesta pesquisa) permitem exemplificar dois pontos, que possuem uma dupla função: a primeira, de caracterizar em termos de conceitualização geral a gênese e o desenvolvimento das pesquisas referentes à relação entre homicídios e estrutura social; e a segunda, de indicar quais são os mecanismos operacionais e empíricos que permitem testar as proposições destacadas.

Em relação ao primeiro aspecto, em conformidade com McCall, Land e Parker (2010), as teorias de homicídios e estrutura social vêm analisando duas questões substantivas e inter-relacionadas, a saber: a) *por que os níveis de homicídios variam entre comunidades, cidades e sociedades organizadas de diferentes formas?* b) *E por que os níveis de homicídios variam diferencialmente dentro de uma determinada forma de organização social?*

Há alguns pontos importantes nesses dois problemas que merecem destaque. As duas questões fornecem elementos para pensar que o crime e a violência dependem da forma como as sociedades estruturam-se cultural, social, política e economicamente. Na primeira, trata-se de ver como os padrões da organização social afetam as taxas globais de homicídios. Sociedades diferentes produzirão diferentes fenômenos, inclusive no que tange à violência. É o caso, por exemplo, dos trabalhos que relacionam homicídios com aspectos da cultura. A segunda revela que, no interior de uma mesma sociedade, é possível encontrar diferentes níveis de homicídios para diferentes grupos sociais. É neste ponto que as variáveis de desigualdade e

⁴⁷ Na seção seguinte apresenta-se de que modo a noção de tensão social foi operacionalizada nos estudos empíricos de homicídios.

⁴⁸ Para uma análise comparativa desta teoria utilizando dados empíricos de 50 países, ver: Hughes, Schaible e Gibbs (2015).

estratificação se apresentam como importantes aspectos para explicar a variação dos níveis de violência fatal.

A lógica básica da abordagem estrutural consiste em demonstrar que pessoas em diferentes posições de *status* enfrentarão diferentes oportunidades e experiências de vida (MESSNER; ROSENFELD, 1999). Por isso, o uso intenso de variáveis de estratificação social, à medida que estas características sociais, demográficas e econômicas marcam as posições que os indivíduos se localizam na sociedade, ou seja, elas determinam o acesso às instituições e aos ideais de sucesso de uma sociedade, bem como determinam as oportunidades e as experiências dos indivíduos ao longo de sua vida.

Assim, taxas de violência não variam apenas em relação às questões econômicas mas também de acordo com a composição demográfica de sua população, pois, conseqüentemente, os aspectos demográficos indicam questões de *status*, de prestígio, de poder e de acesso a bens e a recursos. Os arranjos socioestruturais influenciam e alteram o contexto da ação para os membros de uma coletividade, e a complexidade destes arranjos encoraja ou desencoraja a efetivação de diferentes formas de violência letal. Nesse sentido, as dinâmicas da estratificação apresentam elementos sociológicos importantes, que permitem, sobretudo, verificar as posições de *status* e como estas mesmas posições estão em vantagens ou desvantagens em relação à riqueza, ao poder e ao prestígio.

2.1.3 Estratificação social e os correlatos de homicídios

Pesquisas sobre homicídios baseadas em estratificação social estão intimamente ligadas aos primeiros estudos sobre o tema, que se desenvolveram nos Estados Unidos a partir da década de 1950. O foco era essencialmente descritivo, e as pesquisas buscavam “[...] reconstruir as hierarquias sociais que caracterizavam os indivíduos de uma sociedade ou de uma comunidade”, ou seja, preocupavam-se pouco com a caracterização das causas da estratificação social (BOUDON; BOURRICAUD, 1993, p. 215).

Com efeito, as análises das diferenças, das desigualdades, das hierarquias ou das posições sociais serviram de base para os estudos mais proeminentes na área da sociologia. As tradições marxista e weberiana constituem as duas posições clássicas que fundamentaram o debate referente às formas de estratificação. Na posição marxista, a noção de classe definia-se pela posição dos agentes sociais no sistema de produção, já na tradição weberiana, a classe ou estrato configurar-se-ia por meio dos indicadores de *status*. Na visão marxista, classe diz respeito a todos os indivíduos que possuem uma mesma posição em relação à posse e

propriedade dos meios de produção. Para o marxismo, a posição de classe está relacionada às relações de poder, pois as classes detentoras dos meios de produção detêm também poder político. Em Weber, classe se refere à situação de classe, mais propriamente à situação de mercado. Porém, situação de mercado não corresponde necessariamente à detenção de poder político. Por isso, em Weber, classe (mercado), status (honra e prestígio social) e partido (poder político) constituem três dimensões da estratificação social. Tornou-se comum utilizar os dois princípios de composição da classe (estratificação) para distinguir hierarquias sociais, prestígio (grupos de *status*), renda e poder (classes dirigentes, elites, etc.) (BOUDON; BOURRICAUD, 1993).

Dessa forma, “[...] a determinação de hierarquias é efetuada em função de critérios tais como renda, o prestígio da profissão exercida, o nível de instrução, etc.” (BOUDON; BOURRICAUD, 1993, p. 215). As variáveis clássicas da estratificação social classificam as diferentes formas de hierarquias sociais e fornecem uma dimensão de como a combinação destas hierarquias opera na produção de diversos fenômenos sociais, como é o caso dos homicídios. Assim, uma questão importante consiste em identificar se as hierarquias sociais são capazes de explicar a magnitude dos homicídios.

Um dos objetivos deste estudo consiste em verificar como estes esquemas de classificação explicam o movimento das taxas de homicídios. Em termos metodológicos, parte-se do princípio de que eles não são esquemas fechados, isto é, as desigualdades são cumulativas e, portanto, relacionam-se entre si. Nesse sentido, busca-se utilizar métodos analíticos capazes de dar conta dessa complexidade, ou seja, do papel de cada variável sobre os homicídios considerando-se características importantes dos municípios, as mudanças no tempo e a própria relação entre as variáveis.

Portanto, a abordagem estrutural dos homicídios pode direcionar a atenção para as influências do contexto e da composição social, ou então adotar uma perspectiva do controle ou da tensão, mas a abordagem estrutural, principalmente, foca no sistema de estratificação para explicar a distribuição dos homicídios (MESSNER; ROSENFELD, 1999). Logo, múltiplas características sociais servem de base para a estratificação social nas sociedades contemporâneas. As mais significativas para as pesquisas de homicídios são: classe, gênero, idade e raça. Portanto, seguimos com o exame dos pontos-chave das fontes estruturais da violência letal.

A associação entre atividade criminal e condições socioeconômicas remonta à antiguidade. No século retrasado, por exemplo, estatísticos conduziram suas pesquisas referindo-se às características socioeconômicas de diferentes áreas geográficas e tipos de crime

(MESSNER; ROSENFELD, 1999, p. 29). Atualmente, classe é um dos correlatos mais importantes dos estudos de homicídios, o que também gerou um dos mais intensos debates, especialmente no que diz respeito à capacidade da privação econômica e da desigualdade social em fomentar o crime e a violência. O conceito de classe social pertinente ao debate que relaciona estrutura social e homicídios, segundo Messner (1982), refere-se à desigualdade na posse e no acesso a recursos econômicos, ou seja, presta-se a pensar sobre as conjunturas em que existe a possibilidade de relacionar atividade criminal com condições socioeconômicas. Em vista disso, demonstramos nesta seção como o conceito foi teórica e empiricamente operacionalizado nos estudos estruturais sobre homicídios.

Nas últimas décadas, os/as pesquisadores/as vêm examinando a relação entre homicídios e estratificação econômica considerando duas importantes características: *pobreza e desigualdade* (MCCALL, 2010). Embora as duas características pareçam similares, Beato (2012, p. 154) coloca que elas explicam a natureza da privação de formas distintas. Segundo o autor, enquanto a primeira se ocupa da pobreza em seu sentido absoluto, ou seja, naqueles elementos que apontam para a dificuldade das pessoas em assegurar necessidades básicas para a sobrevivência, a segunda refere-se à pobreza em sua forma relativa, isto é, a percepção por parte do indivíduo de que suas condições socioeconômicas estão distantes das metas de sucesso presentes em determinada sociedade.

A pobreza, em suas diferentes modalidades, poderia fomentar uma tensão, levando os indivíduos a se envolverem em atividades ilegais. A privação econômica agiria sobre dois importantes mecanismos de contenção da violência: *os controles sociais formais e informais*. Em certos grupos sociais, a pobreza absoluta poderia enfraquecer o controle social, minando a legitimidade das instituições e os efeitos da organização social. Além disso, essa abordagem sustentaria que “[...] a realidade estrutural da pobreza, relativa ou absoluta, é que possibilita o florescimento de uma subcultura da violência” (BEATO, 2012, p. 145).

Em relação aos primeiros estudos sobre homicídios, Messner e Rosenfeld (1999) destacam que a primeira correspondência entre pobreza e homicídios surgiu de uma constatação de que pessoas cumprindo pena de prisão por crimes de homicídios situavam-se, em sua grande maioria, nos estratos de baixa renda ou estavam desempregadas. Muitos pesquisadores buscaram analisar o perfil da população carcerária concomitantemente com o vínculo entre os perpetradores de homicídios e suas respectivas classes.

A despeito disso, uma série de estudos questionaram a similaridade entre o perfil da população carcerária e o cenário geral do crime e da violência de uma sociedade. Pesquisadores(as) evidenciaram um processo denominado de seletividade do sistema de justiça,

que, entre outras características, puniria com mais efetividade os pobres e, por consequência, aqueles que não tivessem acesso à justiça. Assim, o espaço prisional não representaria de maneira confiável o perfil geral de “criminosos” de uma sociedade (ADORNO, 1996; COELHO, 2005; MONTEIRO; CARDOSO, 2013; SALLA, 2003a). Por exemplo, os crimes de “colarinho branco”,⁴⁹ excepcionalmente, seriam punidos, e, no caso brasileiro, sabemos que menos de 9% da população presa cometeu crime de homicídios.⁵⁰ Em suma, o cárcere não ofereceria um quadro real dos perpetradores de homicídios.

Messner e Rosenfeld (1999) destacam ainda que esta associação direta se torna mais confusa nas pesquisas que tratam da relação entre tamanho relativo da população pobre e as taxas de homicídios. Muitos estudos trabalharam com um indicador de prevalência da pobreza (como por exemplo, pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza). Os pesquisadores utilizaram esta medida como um preditor das taxas de homicídios em modelos de regressão múltipla, controlando-as por outras características estruturais (indicadores de estrutura familiar, estrutura demográfica e mobilidade demográfica). A relação positiva entre essas variáveis seria interpretada como a comprovação do impacto criminogênico oriundo da presença relativa de um alto número de pobres. No entanto, os resultados apresentados foram bastante inconsistentes, devido às dificuldades metodológicas (LAND; MCCALL; COHEN, 1990; MCCALL; LAND; PARKER, 2010). As pesquisas mais substanciais combinaram indicadores de baixa renda com outras condições sociais: baixo nível de escolaridade, mortalidade infantil, habitação inadequada e ruptura familiar.

Dessa forma, outro conjunto de teorias passou a examinar o papel da pobreza relativa. A premissa básica consistia em verificar se a experiência subjetiva da privação exerceria uma espécie de ‘motivação’ ou ‘liberalização’ dos indivíduos para o envolvimento em atividades ilegais e se o incremento da desigualdade social afetaria positivamente o aumento das taxas de homicídios. Embora os resultados não sejam definitivos, McCall, Land e Parker (2010) destacam que a maior parte dos estudos realizados nos Estados Unidos demonstra efeitos consistentes para a correspondência entre privação relativa e homicídios. Após extensa revisão bibliográfica de estudos que comparavam países, LaFree (1999b) verificou que a maioria dos trabalhos encontraram relação entre desigualdade econômica, desemprego e homicídios. De acordo com Parker, Stansfield e McCall (2016), atualmente, a pobreza, o desemprego ou a

⁴⁹ Cf.: Sutherland (1940).

⁵⁰ Os dados são de 2014 e reportam-se aos seguintes tipos penais: Homicídio simples (Art. 121, caput); Homicídio culposo (Art. 121, § 3º) e Homicídio qualificado (Art. 121, § 2º). Podem ser acessados no sítio do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen. Disponível: <https://bit.ly/2DcTQqQ>. Acesso em: 15 fev. 2017.

concentração de todas essas desigualdades econômicas constituem os preditores mais fortes dos homicídios em ambientes urbanos, independentemente do nível de agregação.

No Brasil, os anos 1980 e 1990 foram marcados por explicações que associavam diretamente pobreza e crime, mas, diferentemente das teorias estruturais, que buscavam analisar os efeitos produzidos pelas mudanças econômicas sobre a organização social, o debate a respeito da violência assumiu dois caminhos estritamente próximos. O primeiro possuía um caráter de denúncia, dado a compreensão então vigente de que o Estado se caracterizava como um agente potencializador da violência, especialmente contra os mais pobres; já o segundo caminho tinha como marca o caráter político, que enxergava na violência praticada por determinados grupos sintoma de uma espécie de ação incipiente ou pré-política contra o regime, neste caso, essencialmente opressor. De acordo com Adorno (2002), “[...] tratava-se, em verdade, de um debate suscitado pela esquerda e pelos primeiros defensores de direitos humanos”,⁵¹ e, portanto, compreendia-se o caráter de denúncia das primeiras abordagens. No entanto, a despeito da importância de chamar a atenção para instituições autoritárias de um regime, muitas análises acabavam estabelecendo conexões descuidadas entre pobreza e criminalidade, isto é, sustentavam que a pobreza necessariamente levaria ao crime, ou acabavam legitimando a violência, caracterizada por uma ação política contra um regime injusto.

Além disso, alguns(mas) pesquisadores(as) passaram a contestar essas teses, porque, entre outros problemas teóricos e empíricos, as análises colocavam a segurança pública em segundo plano. Deixava-se de analisar aspectos institucionais importantes, como a ação da justiça, das polícias, enfim, do conjunto dos organismos responsáveis pelas políticas de segurança pública. Com efeito, até o final da década de 1980, a violência aparecia como um fenômeno secundário no campo das Ciências Sociais. Conforme Nóbrega Júnior, Zaverucha e Rocha (2009), dava-se pouca atenção à questão, primeiro, porque a criminalidade urbana não se apresentava como um problema importante para os(as) brasileiros(as); segundo, porque acreditava-se que estava associada a outros eventos mais importantes; e, por fim, porque havia poucas informações à disposição, o que resultava em pesquisas incipientes (NÓBREGA JÚNIOR; ZAVERUCHA; ROCHA, 2009).

⁵¹ “Desde os primórdios da República os trabalhadores pertencentes às camadas mais pobres da população, especialmente aqueles residentes em bairros periféricos, eram vistos de forma estigmatizada pelo Estado e pelo restante da sociedade. Isso implicava num alto controle estatal, o que incluía detenções ilegais, aplicação de torturas e maus-tratos nas delegacias e postos policiais e perseguições arbitrarias” (ADORNO, 2002, p. 108).

Assim, pesquisadores(as) buscaram evidenciar a importância da violência e das variáveis institucionais. Coelho (2005) argumentava que a correspondência entre crime e pobreza era falha. Na verdade, o que se verificava era uma criminalização dos grupos procedentes dos estratos socioeconômicos inferiores das hierarquias sociais em detrimento de outros crimes cometidos por indivíduos procedentes dos estratos superiores, ou seja, as variáveis de eficácia institucional eram muito mais importantes. Outra questão significativa, levantada por estudos posteriores, sublinhava que, no mesmo período em que o Brasil obtinha excelentes ganhos econômicos, suas taxas de homicídios não paravam de crescer. Para Soares (2008), nos últimos anos, o Brasil experimentou um crescimento econômico juntamente com o aumento do poder de consumo dos mais pobres, mas, mesmo assim, as taxas de homicídios continuaram crescendo, o que para ele revelava a inconsistência dessas conclusões no tempo.

Os pobres e os menos instruídos matam e morrem mais por violência, inclusive homicídio. Nada disso funciona no tempo: nos últimos 50 anos, o analfabetismo despencou no Brasil, assim como a mortalidade infantil e a pobreza absoluta; os níveis de consumo de todo o tipo aumentaram, de tal maneira que alguns itens de consumo, que eram símbolos da elite há algumas décadas – como televisão e geladeira – hoje são encontrados em mais 80% das residências. Os automóveis já chegaram à classe trabalhadora estabelecida e os computadores estão em via de fazê-lo. (SOARES, 2008, p. 154).

Assim, os(as) autores(as) chamaram a atenção para o contexto em que os indivíduos estão inseridos: o ambiente de oportunidades, que, de um lado, pode encorajar e, de outro, dificultar a atividade ilegal (BEATO; REIS, 2000); as variáveis institucionais (COELHO, 2005); os aspectos relacionados aos mercados ilegais (MISSE, 2007); e o avanço do crime organizado (BARCELLOS; ZALUAR, 2014; ZALUAR, 1999). Beato e Reis (2000) consideraram que o desenvolvimento socioeconômico poderia aumentar o crime à medida que elevasse as oportunidades de ganhos para potenciais criminosos.⁵² Por outro lado, pesquisadores(as) que direcionaram o seu olhar para as informações disponíveis a respeito das vítimas de homicídios identificaram tendências de associação entre a vitimização por homicídios e a desestruturação das condições socioeconômicas (ADORNO, 2002; ANDRADE; LISBOA, 1997; BARATA; RIBEIRO, 2000; CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003; LIMA; XIMENES, 1998; MACEDO *et al.*, 2001; MINAYO, 1994; RIBEIRO; CANO, 2016; SOUZA, 1994).

⁵² Apesar do fato de tratar da temática dos homicídios, o foco do trabalho Beato e Reis está direcionado para os crimes de roubo e furto. Os homicídios são fenômenos que seguem dinâmicas distintas de outros crimes. Para mais detalhes, ver: Cano e Ribeiro (2007). Para a consulta de um texto clássico sobre as diferenças entre homicídios e suicídios, ver: Durkheim (2000), livro III, capítulo II. Sobre uma análise interdisciplinar dos determinantes da violência no Brasil, ver: Cerqueira e Lobão (2003).

Após extensa análise da questão da desigualdade social e da concentração de renda no Brasil, Adorno (2002) propôs a utilização de indicadores sociais mais abrangentes, com o objetivo de fomentar interpretações consistentes sobre a relação entre exclusão de renda, pobreza e criminalidade. Propôs indicadores que levassem em conta a capacidade econômica das regiões e que chamassem a atenção para a concentração de renda, como por exemplo, o Índice de Gini. Para o autor, esses ganhos no poder de consumo e o crescimento da renda foram alocados de modo tão desproporcional que tiveram por efeito acentuar pesadamente as desigualdades sociais. “O crescimento do bem-estar e a diminuição relativa da pobreza não lograram neutralizar as profundas disparidades socioeconômicas.” (ADORNO, 2002, p. 118). A aceleração da concentração de renda e a expansão do mercado informal contribuíram para o agravamento das condições de pobreza no Brasil. Portanto, “[...] não há como deixar de reconhecer relações entre a persistência, na sociedade brasileira, da concentração da riqueza, da concentração de precária qualidade de vida coletiva nos chamados bairros periféricos das grandes cidades e a explosão da violência fatal” (ADORNO, 2002, p. 112).⁵³

Cardia, Adorno e Poletto (2003), utilizando dados desagregados da Região Metropolitana de São Paulo, mostraram que os bairros onde predominam as mais precárias condições de existência foram os que apresentaram as maiores taxas de homicídios. Relatando pesquisas internacionais que trabalharam com dados da esfera individual, Soares (2008, p.154) afirma que muitas delas perceberam que as taxas de homicídios afetam demasiadamente as classes sociais mais desfavorecidas do ponto de vista dos direitos econômico-sociais, o que de certa maneira identifica aquilo que o autor vai designar de máxima metodológica: o “[...] que vale para um nível de agregação não vale necessariamente para os demais”.

O debate no Brasil ficou marcado por alguns preconceitos em relação à associação entre condições socioeconômicas e homicídios. As questões ideológicas que caminhavam no sentido de relacionar a atividade criminal a ações pré-políticas ou que colocavam o problema da segurança pública em segundo plano contribuíram para que ocorresse um forte movimento de rejeição destas teses. Somada a isso, houve confusão entre várias modalidades de crime e de distintos fenômenos, pois, de um lado, há uma enorme diferença entre afirmar que o pobre é

⁵³ Sobre a questão dos ganhos econômicos, Adorno (2002) apresentou um ponto importante para a reflexão: “Seja o que for, a desigualdade social não é socialmente vivida e experimentada como era há duas ou três décadas. Ampliaram-se os padrões de consumo e de acesso a bens duráveis, mesmo entre os segmentos sociais mais pauperizados. Não é raro que estudantes de ciências sociais, ao visitarem habitações populares, surpreendam-se com os equipamentos eletrônicos domésticos, inclusive computadores. De certo melhorou o acesso dos segmentos mais pobres ao conforto proporcionado pelo progresso tecnológico. No entanto permanecem acentuadas restrições de direitos e de acesso às instituições promotoras do bem-estar e da cidadania.” (ADORNO, 2002, p. 121).

criminoso, por exemplo, e, de outro, reconhecer a importância dos fatores estruturais na explicação do movimento das taxas de homicídios. Podemos acrescentar a isso as sutilezas em relação aos indicadores, como a diferença entre pobreza absoluta e relativa, a operacionalização metodológica e a inter-relação com outros aspectos sociais.⁵⁴

É possível observar que, atualmente, caminhamos em outra direção, buscando verificar, sobretudo, em que níveis e condições se estabelecem as possíveis associações. O trabalho de Peres e Nivette (2017) demonstra que uma série de aspectos que vinculam variáveis econômicas, de desigualdade, questões demográficas, entre outras, ajudam a explicar tendências de homicídios para diferentes municípios do Brasil de acordo com a sua trajetória no tempo. Se o foco recair sobre as evidências empíricas, talvez possamos obter ganhos analíticos importantes e ampliar o conhecimento de uma realidade que somente no ano de 2016 levou à morte mais de 60 mil pessoas. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em seu último relatório analítico, *Atlas da violência 2018: políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros* (CERQUEIRA *et al.*, 2018), apontou para possíveis relações entre o aumento das taxas de homicídios e a precarização das condições sociais e econômicas.

Contudo, ainda é baixo o número de trabalhos no Brasil que estudaram a relação causal entre variáveis econômicas e taxas de criminalidade (BEATO, 2012). Verificamos um problema neste ponto, haja vista que os indicadores responsáveis por mensurar as diferentes formas de privação, em conjunto com outros aspectos, ainda são apontados em pesquisas internacionais como fortes e importantíssimos determinantes do movimento das taxas de homicídios em nível macro (ENAMORADO *et al.*, 2016; MCCALL; LAND; PARKER, 2010; MICHALOS; LAND, 2017; RIVERA, 2016; SCHAIBLE; ALTHEIMER, 2016; TUTTLE; MCCALL; LAND, 2018). Desse modo, um dos objetivos desta tese consiste em verificar temporal e espacialmente o papel das influências socioeconômicas sobre as taxas de homicídios e assim analisar o impacto das dinâmicas estruturais sobre a magnitude da violência fatal nos municípios do estado de Santa Catarina.

No decorrer da ampliação dos estudos estruturais sobre homicídios, as pesquisas passaram a indagar se os aspectos ligados apenas às fontes de privação econômica seriam suficientes para explicar a dinâmica da violência letal. Poderíamos nos questionar se os correlatos da estratificação operariam de maneira independente ou interdependente sobre as

⁵⁴ É preciso demarcar um argumento presente em muitos dos estudos brasileiros: a maior parte da população de baixa renda que compõem as “classes sociais situadas nos estratos inferiores das hierarquias sociais não enverada pelo mundo do crime. Apenas uma pequena porcentagem (ADORNO, 2002). Resta explicar por que alguns, submetidos às mesmas condições sociais, deriva para o mundo do crime. Neste caso, trata-se de uma combinação entre condições macroestruturais, conjunturais e subjetivas.

taxas de homicídios. Ou qual seria o melhor determinante para explicar as taxas de homicídios: classe e/ou raça? As análises caminharam no sentido de complexificar a participação da estratificação sobre a dinâmica da violência letal.

O material empírico a respeito dos homicídios revelou a sobre-representação da participação de grupos minoritários, tanto na vitimização quanto na transgressão homicida. Enquanto, em 1993, 12% da população dos Estados Unidos era composta por negros, 51% das vítimas e 56% dos perpetradores de homicídios pertenciam ao mesmo grupo social (MESSNER; ROSENFELD, 1999).⁵⁵ No Brasil, embora a população de negros (51%) alcançasse uma proporção superior ao dos Estados Unidos, também havia uma sobre-representação, tendo em vista que 67% das vítimas de homicídios pertenciam ao grupo de pretos e pardos.⁵⁶

Os(As) pesquisadores(as) dirigiram sua atenção para a diferença entre grupos sociais, examinando como as desigualdades aprofundadas em características como raça poderiam potencializar a violência criminal. Nesse sentido, uma das hipóteses mais influentes do campo foi desenvolvida por Judith Blau e Peter Blau (1982), em um artigo intitulado *“The cost of inequality: metropolitan structure and violent crime”*. A premissa básica consistia em verificar se a desigualdade racial enfraqueceria os controles sociais e institucionais e, portanto, induziria um *strong pressure* para a realização de atos de violência. As(Os) autoras(es) sustentaram que este processo estava atrelado a uma contradição inerente entre o campo da desigualdade e o dos valores democráticos. Era de se esperar, em tese, que os ganhos ou recompensas adquiridos em uma sociedade democrática liberal seriam distribuídos em conformidade com o mérito e o esforço individual. Pessoas que não recebessem os recursos adequados por conta dos mecanismos de estratificação, como a cor, por exemplo, desenvolveriam sentimentos de frustração e hostilidade e, por consequência, poderiam se envolver com mais facilidades em atividades ilegais. Assim, chegaram à conclusão de que a flutuação das taxas de violência criminal em regiões metropolitanas resultava das diferenças originárias da desigualdade racial (BLAU; BLAU, 1982).⁵⁷

⁵⁵ Este foi o período em que os Estados Unidos apresentaram o ápice das suas taxas de homicídios.

⁵⁶ Foram somadas as pessoas que se consideraram pretas e pardas para a composição da categoria negros. Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010) e Sistema de Informações sobre Mortalidade (BRASIL, 2018) – dados de homicídios do ano de 2010.

⁵⁷ As variáveis socioeconômicas também são importantes no modelo de Blau e Blau (1982), mas elas operam com maior ou menor intensidade conforme o grupo social envolvido. Por exemplo, em relação à população negra, seus efeitos tendem a diminuir. Outro ponto importante do debate remete às teorias socioculturais dos homicídios. Estes pesquisadores, contrariando as explicações no campo estrutural, levantaram hipóteses de que a violência específica deste grupo social resultaria da própria formação histórica, cultural e normativa.

O quadro explicativo apontado pelos autores localizava-se na raiz do problema central da teoria da tensão de Merton (1938) e dos efeitos oriundos da deterioração do controle social. De acordo com Messner e Rosenfeld (1999), as frustrações geradas pelo sistema social/cultural, político e econômico são vistas como possíveis gatilhos para grupos sociais se envolverem em atividades delituosas, pois a ilegitimidade do sistema de estratificação mina a ordem social geral e assim impede as pessoas de se comprometerem com regras de um sistema social arbitrário.⁵⁸

Uma série de pesquisas foram desenvolvidas tendo como referência as hipóteses apresentadas por Blau e Blau (1982), iniciando um movimento que culminou em um processo de desagregação das taxas globais de homicídios, considerando suas especificidades por raça. Os estudos globais tomavam como variável dependente as taxas de homicídios totais e como variáveis independentes informações ligadas à estrutura populacional, social e econômica.⁵⁹ Em outro conjunto de pesquisas, prevalecia um movimento de desagregação das taxas globais, examinando-as de acordo com suas especificidades.⁶⁰ Assim, como premissa básica, considerava-se que os efeitos da desigualdade de raça deveriam se manifestar primeiro entre as minorias raciais (MESSNER; ROSENFELD, 1999). Então, uma vez que se buscava compreender os efeitos da estratificação por raça sobre as taxas de homicídios, o movimento inicial ocorreria de forma contrária, isto é, analisar-se-iam os efeitos da estrutura social sobre as taxas específicas de homicídios em concordância com o tipo de estratificação.

Harer e Steffensmeier (1992b) analisaram a relação entre desigualdade econômica e taxas de homicídios para negros e brancos utilizando dados de regiões metropolitanas. Os autores chegaram à conclusão de que os efeitos da desigualdade econômica diferem entre as duas populações. Altos índices de desigualdade estão associados a altas taxas de prisão no grupo de brancos (crimes violentos), enquanto que, para negros, os efeitos da desigualdade são bastante fracos. Outros examinaram os efeitos da desigualdade racial sobre as taxas de

⁵⁸ Blau e Blau (1982) enfatizam que as taxas de homicídios perpetrados por policiais, que atingem, na sua grande maioria, a população negra são elementos do que eles denominam “império da injustiça social”, e da não conformação com o sistema.

⁵⁹ (BAILEY, 1984; BLAU; BLAU, 1982; BLAU; GOLDEN, 1986; CHAMLIN, 1989; CRUTCHFIELD; GEERKEN; GOVE, 1982; HARER; STEFFENSMEIER, 1992b; HUFF-CORZINE; CORZINE; MOORE, 1986; LAND; MCCALL; COHEN, 1990; LOFTIN; HILL, 1974; LOFTIN; PARKER, 1985; MESSNER, 1982, 1983a, 1983b; MESSNER; GOLDEN, 1992; PARKER, 1989; PARKER; SMITH, 1979; SAMPSON, 1985, 1986; SMITH; PARKER, 1980; WILLIAMS; FLEWELLING, 1988).

⁶⁰ (HACKNEY, 1969; CORZINE; HUFF-CORZINE, 1992; HARER; STEFFENSMEIER, 1992b; HUFF-CORZINE; CORZINE; MOORE, 1986; MESSNER; GOLDEN, 1992; MESSNER; SAMPSON, 1991; MESSNER; SOUTH, 1992; PARKER; MCCALL, 1997; PETERSON; KRIVO, 1993; SAMPSON, 1985; SHIHADDEH; MAUME, 1997; SMITH, 1992; STEFFENSMEIER; STREIFEL; SHIHADDEH, 1992). O mesmo movimento ocorreu para os estudos de gênero e de faixa etária: (SAMPSON, 1985; BREWER; SMITH, 1995; FOWLES; MERVIA, 1996; LAFREE; DRASS, 1996; LAFREE; DRASS; O`DAY, 1992; SMITH; DEVINE; SHELEY, 1992).

homicídios desagregadas por raça, bem como sobre as taxas totais. Os resultados revelaram coeficientes significativos e positivos para a desigualdade racial, tanto para as taxas globais de homicídios quanto para as taxas específicas por raça (MESSNER; GOLDEN, 1992; MESSNER; SOUTH, 1992). Smith (1992) também analisou as taxas de homicídios desagregadas por raça e sua relação com variáveis macroestruturais entre cidades centrais dos Estados Unidos. Do mesmo modo que os estudos anteriores, o autor notou que as dinâmicas estruturais utilizadas para explicar as taxas de homicídios diferem de acordo com o tipo de estratificação. Considerando as implicações substantivas, Smith sugeriu que os dois grupos estão sujeitos a diferentes forças sociais.⁶¹

Uma vez que uma parte da literatura apontou para o fato de que indicadores de privação econômica produzem efeitos mais fracos para negros do que para brancos, o resultado indicaria a sobreposição do fator raça ao fator classe nas explicações dos homicídios. No entanto, os estudos não se limitaram a analisar apenas a preponderância de um único aspecto da estratificação, mas sobretudo o processo de articulação e desarticulação dos fatores de classe e raça na variação das taxas de homicídios (MCCALL; PARKER; MACDONALD, 2008).⁶²

Este processo fica um pouco mais claro à medida que examinamos os estudos que buscaram analisar o potencial criminogênico da segregação racial. De acordo com Messner e Rosenfeld (1999), este debate estava vinculado teoricamente aos homicídios por meio de dois mecanismos. O primeiro, similar à tese que associa desigualdade econômica racial e crime violento, ou seja, a segregação é vista como outra forma de desigualdade que acarreta privação econômica para um determinado grupo racial, no caso, a população negra. Por conta da sua condição histórica, esse grupo racial situa-se em comunidades que vivenciam baixa oferta de recursos e oportunidades sociais, o que acaba gerando frustrações, ressentimentos e hostilidades contra as instituições responsáveis pelo controle social formal. O segundo refere-se à concepção de isolamento social de minorias e as implicações deste processo para o controle social. Este isolamento social possui um duplo efeito: de um lado, impede que se obtenha proteção

⁶¹ Embora pareça uma tendência dos estudos apontarem para mecanismos diferenciados entre as taxas específicas por raça, Sampson (1985), ao considerar uma análise de dados para os anos de 1980 e 55 cidades dos Estados Unidos, chegou à conclusão de que a pobreza produzia efeitos positivos sobre as taxas de homicídios, tanto para a população branca quanto para a população negra.

⁶² LaFree e Drass (1996), após observar relações complexas entre desigualdade de renda, nível de escolaridade e taxas de encarceramento específicas para raça, chegaram a conclusões polêmicas. Segundo estes autores, para afro-americanos o aumento no nível educacional está associado ao aumento das taxas de encarceramento, ao passo que, entre os brancos, o aumento do nível de escolaridade está associado a menores taxas de crime em períodos de declínio da desigualdade. Se considerarmos o nível de escolaridade como uma espécie de *proxy* de renda, podemos verificar que, independentemente da escolaridade, os negros continuam sendo o grupo mais visado pelas instituições de justiça criminal, o que implicaria em outros atributos que não a renda ou o *status* educacional.

adequada das instituições políticas (controle social formal), principalmente das responsáveis pela lei e ordem, e, de outro, desmobiliza a comunidade na organização e prevenção do crime.

Assim, os elementos que traduzem os aspectos teóricos às análises empíricas dos estudos parte do seguinte pressuposto: altas taxas de segregação deveriam estar associadas a altas taxas de homicídios, especialmente entre a população negra. Fenômenos como o isolamento social (PETERSON; KRIVO, 1993; SHIHAEH; FLYNN, 1996) e a segregação gerariam altas taxas de criminalidade do mesmo modo que outras formas de estratificação (SHIHAEH; MAUME, 1997). Novamente, os(as) autores(as) apontaram para a preponderância do fator segregação sobre o da privação na explicação das taxas específicas de homicídios para a população negra.⁶³

Além disso, a partir dos anos 2000, muitos(as) autores(as) passaram a considerar não apenas os correlatos relacionados à população negra mas sobretudo os aspectos relacionados ao crescimento da população hispânica nos Estados Unidos e o seu efeito sobre as taxas de crimes (MACDONALD; SAMPSON, 2012; MARTINEZ; ROSENFELD; MARES, 2008; OUSEY; KUBRIN, 2009, 2014; PARKER; STANSFIELD; MCCALL, 2016). Muitas dessas pesquisas tendem a mostrar que a presença de imigrantes hispânicos em áreas urbanas resulta em um efeito insignificante ou negativo no crime. Ousey e Kubrin (2014) relataram que aumentos na imigração estão associados às taxas decrescentes de homicídios, já Macdonald e Sampson (2012) apontaram que a imigração hispânica pode ter contribuído para o declínio do crime violento ao longo da década de 1990.

De forma geral, os trabalhos enfatizaram como as desigualdades estruturais se concentravam em bairros negros, pobres e altamente segregados. Estes ambientes desenvolviam uma “paisagem cognitiva” que legitimava o crime e a violência (SAMPSON; WILSON, 2005). Uma vez apontada a importância da privação econômica, passou-se a verificar quais as estruturas de oportunidades locais também influenciavam significativamente as taxas de homicídios (PARKER, 1999). Esses grupos enfrentavam diferentes realidades sociais e econômicas, que se constituíam como a chave para a compreensão da diferença racial nas taxas de criminalidade (HIPPI, 2011; MCCALL; PARKER; MACDONALD, 2008; PARKER, 1999).⁶⁴

⁶³ Parker e McCall (1997) buscando explicar os efeitos da privação econômica, da competição no mercado de trabalho e da segregação racial, verificaram a influência da segregação racial e da desigualdade racial nos casos de homicídios inter-raciais, ou seja, quando os perpetradores são negros.

⁶⁴ Conforme Parker, Stansfield e McCall (2016), esse importante aspecto da violência urbana tem se apresentado como um forte tema na literatura.

Dessa forma, os estudos macrosociais chamaram a atenção para um movimento relacionado à acumulação de múltiplas desvantagens e aos efeitos distintos dessas desvantagens sobre minorias étnicas. O campo de estudos percebeu que muitas desigualdades potencializavam a probabilidade de vir a ser uma vítima de homicídios, tais como raça e gênero. Portanto, o debate passou a combinar não apenas estratificação de classe com a racial mas também com a estratificação de gênero.

Quando tratamos especificamente desta questão, os dados de vitimização homicida caminham no sentido de demonstrar a participação superior de pessoas do sexo masculino nas tendências de vitimização. Conforme Soares (2008), em muitos países, os homens são os que mais matam e também os que mais morrem. A magnitude da participação masculina nas taxas de violência letal levou muitos(as) pesquisadores(as) a ressaltarem os diferentes processos de socialização aos quais homens e mulheres estão submetidos (TRINDADE *et al.*, 2007). Os estilos de vida e os símbolos estruturados da masculinidade operam como mecanismos que expõem os homens à violência, principalmente os jovens. Zaluar (1999), por exemplo, atribuiu a explicação dessas altas taxas de homicídios à formação de um *ethos* guerreiro em que o porte de arma acaba por se tornar um símbolo de masculinidade. Para a autora, a divisão sexual do trabalho no crime organizado também carrega sua importância, pois funções de mais alto risco ficam a cargo dos jovens do sexo masculino. Esta dinâmica, atrelada a um processo global de dominação masculina, “[...] favorece a exposição a situações de risco e pode ser um dos determinantes” das taxas de homicídios entre pessoas do sexo masculino (TRINDADE *et al.*, 2007, p. 178).

A análise desagregada das taxas de agressão e vitimização por gênero coloca em questão outro aspecto, qual seja, a diferença entre os padrões observados nos grupos de estratificação tratados anteriormente. Como apontam Messner e Rosenfeld (1999), enquanto, em relação à estratificação por classe e raça, os grupos minoritários (*low-status*) apresentam as maiores taxas de agressão e vitimização por homicídios, no que diz respeito ao gênero, o *disadvantage group* é sub-representado nos incidentes de violência letal. Isso significa que, em relação ao gênero, as mulheres, que seriam consideradas o grupo em desvantagem, participam de forma menor na composição das taxas de agressão e vitimização por homicídios do que os homens. Dados de 1993 sobre os Estados Unidos apontavam que pessoas do sexo feminino correspondiam a 23% das vítimas de homicídios, ao passo que constituíam metade da população (MESSNER; ROSENFELD, 1999, p. 32). Em 2015 este número representava 27% do total de homicídios

(EUA, 2015). Dados de 2014 sobre o Brasil indicam a seguinte proporção: 92% das vítimas de homicídios do sexo masculino e 8% de vítimas do sexo feminino.⁶⁵

De qualquer forma, isso não significa que a estratificação por gênero não se constitua como causa estrutural significativa para explicar a dinâmica das taxas de homicídios. Para os autores, em muitos casos ela explica tanto a vitimização masculina quanto a feminina. Assim, especificamente no que se refere à vitimização feminina, a literatura tratou o fenômeno com base em três perspectivas interconectadas: a) *a vitimização feminina como produto do controle do grupo dominante (homens)*; b) *a vitimização feminina como uma forma extrema de dominação exercida pelo grupo dominante (homens)*; e c) *a vitimização feminina como a expressão de uma falha no processo de dominação masculina que culmina no uso da violência para manter o controle* (MESSNER; ROSENFELD, 1999, p. 32).

Muitos trabalhos analisaram os aspectos estruturais da estratificação por gênero considerando duas hipóteses similares à da privação absoluta e relativa. O recurso analítico era semelhante: de um lado, os(as) que consideravam a vitimização feminina decorrente da relação inversa do *status* alcançado pela mulher na sociedade (*status* absoluto);⁶⁶ do outro, os(as) que consideravam o *status* da mulher relativo ao do homem (*status* relativo).⁶⁷ De acordo com Messner e Rosenfeld (1999), os resultados não confirmam a primeira hipótese, vinculada ao *status* absoluto. Em contrapartida, indicadores que operacionalizam o *status* relativo das mulheres em relação ao dos homens se associaram positivamente com alguns tipos de homicídios. No caso de homens que matam suas mulheres, as cidades com maior diferença no nível educacional e ocupacional a favor dos homens apresentaram altas taxas de incidência de vitimização.

Ainda assim, os resultados referentes à hipótese de *status* relativo foram bastante ambíguos. Os autores demonstraram que uma série de pesquisas encontraram problemas nos testes, inclusive verificaram que cidades com baixas taxas de homicídios possuíam altos níveis de desigualdade de gênero.⁶⁸ Uma das possíveis explicações para este fenômeno pode estar relacionar ao fato de que a terceira hipótese não ocorre, isto é, não acontecem ruídos no processo de dominação masculina. Além do mais, pesquisas transnacionais verificaram que, quanto

⁶⁵ Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Banco de dados. Disponível em: <http://datasus.saude.gov.br>.

⁶⁶ Significa dizer que mulheres em melhores condições sociais e econômicas, ou seja, com níveis de educação, emprego e renda mais altos, possuem maior proteção contra a agressão letal.

⁶⁷ Ou seja, quanto maior for o nível de desigualdade de gênero, maiores serão as taxas de vitimização.

⁶⁸ Ao examinar os determinantes estruturais dos homicídios, Messner e Rosenfeld (1999) enfatizam que muitos estudos concluíram que a adição de indicadores que medem desigualdade de gênero não *improve* a explicação da vitimização feminina por homicídios. As condições econômicas das comunidades em que as mulheres vivem importam mais do que as dinâmicas específicas de desigualdade de gênero.

maior for o *status* feminino, maior será a proteção contra homens transgressores e que a violência de gênero diminui com a adoção de papéis não tradicionais pelas mulheres (MESSNER; ROSENFELD, 1999).

Outro ponto que merece destaque nos estudos estruturais de gênero e homicídios compreende casos denominados na literatura internacional de *intimate partners*, isto é, casos em que vítimas e agressores são casados, divorciados ou têm algum tipo de relação conjugal (MESSNER; ROSENFELD, 1999). Em outras palavras: vítima e agressor se conhecem. Estes estudos, em geral, focam na área de políticas públicas, mais precisamente em prevenção de eventos violentos.⁶⁹

Algumas informações ligadas à composição familiar são apontadas na literatura como aspectos importantes para a compreensão do movimento das taxas de homicídios de forma global. Indicadores como força de trabalho feminina e *social welfare* aparecem entre os preditores mais importantes nos estudos que analisam taxas de homicídios no âmbito dos países. Nações com altas taxas de gastos sociais e baixos níveis da participação feminina na força de trabalho tendem a apresentar baixas taxas de homicídios (TUTTLE; MCCALL; LAND, 2018).

Essas informações sugerem que indicadores referentes ao espaço privado devem ser melhor investigados. É preciso analisar se realmente o ambiente doméstico garante segurança para crianças e adolescentes ou, na verdade, se outros fatores estruturais mais amplos, como aumento da carga horária de trabalho, indicadores de divórcio, precariedade do domicílio, densidade domiciliar, entre outros, estão atrelados a estas taxas. Portanto, as análises destas informações devem ser precedidas por um exame atencioso das funções exercidas pelas mulheres no mercado de trabalho, da carga horária e da própria composição familiar. No que diz respeito ao número de mortes por homicídios entre as mulheres no Brasil, os dados apresentaram as seguintes informações: 25% registradas no estabelecimento de saúde, 27% no domicílio e 30% em via pública (16% outros e 1% ignorado).⁷⁰ A análise dos dados desagregados permite uma abordagem mais consistente sobre as dinâmicas que operam nos diferentes níveis de violência letal.

⁶⁹ Há um aspecto importante deste debate ligado a um dos objetivos desta tese, que é o de verificar até que ponto questões situacionais (incluindo a arena das políticas) produzem efeitos sobre as taxas de homicídios. Estudos da década de 1990, nos Estados Unidos, demonstraram que ações voltadas a garantir a proteção de mulheres contribuíram para reduzir este tipo de violência. Estas constatações ilustram a relevância política das explicações estruturais de homicídios.

⁷⁰ Os dados para o grupo de homens se diferem completamente em relação ao domicílio e via pública: 26% em um estabelecimento de saúde, 10% no domicílio e 48% em via pública (15% outros e 1% ignorado). Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Soares (2008, p. 88), ao analisar a relação de covariáveis sociodemográficas nos estados brasileiros, evidenciou diferenças contextuais importantes, apesar da tendência de estarem correlacionadas em todas as regiões observadas. Tal aspecto demonstra a importância de outras variáveis, como a própria composição familiar:

Famílias com apenas um responsável (pai e mãe), *na média*, enfrentam muitas dificuldades, começando pelas financeiras. Mesmo quando há um bom entendimento entre os ex-esposos, são duas as residências a serem mantidas, e não uma. Entre os mais pobres, a combinação da pobreza com a falta de apoio de um parceiro pode levar a pesadas cargas horárias de trabalho para a mulher, reduzindo ao mínimo as interações entre ela e os filhos. Muitos passam a ser, literalmente, educados na rua, por outros meninos, entre os quais é maior a possibilidade de socialização na direção da delinquência.

O autor constatou que “[...] quanto maior o número de mulheres dirigindo famílias no município, mais alta a taxa de homicídios”. Nos Estados Unidos, as pesquisas apontaram para a força das variáveis de ruptura familiar (via divórcio) e instabilidade doméstica como os preditores mais consistentes ao nível macro do crime e da violência (LAND; MCCALL; COHEN, 1990; MCCALL; LAND; PARKER, 2010; MCCALL; PARKER; MACDONALD, 2008; PRATT; CULLEN, 2005).

Assim, do mesmo modo que os estudos de estratificação por raça valorizaram o papel das desigualdades cumulativas na explicação das taxas de homicídios, as investigações mais recentes dos correlatos estruturais de gênero também demonstraram a função das inúmeras desvantagens e, sobretudo, da forma como as categorias sociais classe, raça, gênero e idade interagem na composição do movimento das taxas de violência letal. Parker e Hefner (2013), ao buscar fornecer uma ilustração da intersecção de raça, gênero e privação no estudo de taxas de homicídios femininos por raça, analisaram como as formas de desigualdade de raça e gênero influenciam diferencialmente as taxas de homicídios de mulheres brancas e afro-americanas. Tendo em vista um modelo teórico que tratava a questão da interseccionalidade, as autoras encontraram semelhanças na maneira como a precarização econômica e o divórcio influenciavam os homicídios entre mulheres pertencentes a grupos raciais diferentes.⁷¹

O modo como as categorias sociais interagem na composição do movimento das taxas de violência letal contribui para o exame de uma importante dimensão da estratificação, a idade. Males (2015) aponta para o fato de que muitos estudos atribuíram aos jovens adultos o perfil

⁷¹ De acordo com as autoras, a vida dos indivíduos varia dependendo da intersecção e conexão de múltiplas características sociais, tais como raça, classe e gênero, que criam arranjos estruturais diferenciados de poder e desigualdade. Ou seja, em vez de considerar características como raça, classe e gênero individualmente, a teoria interseccional analisa a influência dessas características como um processo de interseção dentro de um contexto estrutural e histórico (por exemplo, raça e gênero, gênero e classe).

de risco potencial perante a vitimização homicida, referindo-se a eles como a população com maior chance de ser vítima de homicídios.

Gráfico 4 – Taxa de homicídios por faixa etária do Brasil (1980, 1991, 2000 e 2010)

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) e nos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010).

De acordo com o **Gráfico 4**, podemos verificar que, no Brasil, a morte de crianças e jovens por homicídios cresceu consideravelmente nas últimas décadas. Do total de vítimas, 58% correspondem apenas à faixa etária de 15 a 24 anos, um número equivalente a 388.773 homicídios. Segundo Peres, Cardia e Santos (2006, p. 35), a “[...] idade influencia a vitimização, e os jovens, particularmente na faixa de 20 e 40, apresentam taxas mais altas que as demais faixas, essa diferença é mais alta no caso dos homens”. Para Britt (1992), as taxas de agressão e vitimização tendem a subir durante a infância e adolescência, com picos no período do início da idade adulta e depois tendem a cair rapidamente.

Os estudos que se preocuparam em explicar a participação elevada de jovens no perfil de risco da vitimização analisaram o papel específico da idade e de outros correlatos da estratificação (renda e gênero). Em um trabalho influente e bastante polêmico, Hirschi e Gottfredson (1983) afirmaram que idade e crime não variavam em relação às circunstâncias sociais e econômicas, ou seja, idade e crime possuiriam uma natureza própria, que não dependeria da classe. Além disso, os autores também ressaltaram a relação invariável com o

gênero, a raça e outras variáveis demográficas. Em síntese, eles rejeitaram explicações situacionais, estruturais e culturais.

Um conjunto de pesquisas no campo das explicações estruturais questionaram as teses destes autores (GREENBERG, 1985; STEFFENSMEIER *et al.* (1989); TITTLE, 1988). Greenberg (1985) argumentou que os níveis de violência crescem na juventude basicamente pela relação entre dois fatores principais: de um lado, o fato de experimentarem dificuldades em alcançar metas socialmente determinadas e, do outro, o caso de os jovens não estarem mais submetidos aos limites da infância e às restrições impostas pela vida adulta. O autor explica que, em muitos casos, o mercado de trabalho precário não é capaz de suprir as demandas elevadas de consumo dos jovens, e a tensão produzida no campo econômico gera frustrações que facilitam o envolvimento em atividades ilegais. Messner e Rosenfeld (1999), Hirschi e Gottfredson (1983) caracterizaram o crime e a idade como subprodutos das funções biológicas e Greenberg (1985) enfatizou os efeitos produzidos pelos mecanismos estruturais da sociedade, sobretudo aqueles que combinam a teoria da tensão e do controle.

Outros estudos macrosociais chamaram a atenção para o potencial explicativo das teses de coorte. Estas explicações consistiam em atribuir o crescimento da violência à elevação demográfica da população jovem. Um exemplo disto é o chamado *baby boom*, que ocorre quando uma quantidade excessiva de nascimentos é registrada. Países que passaram por grandes períodos de guerras, como os Estados Unidos (II Guerra Mundial), enfrentaram este fenômeno após o término do conflito, pois muitas famílias postergaram o nascimento de seus filhos e filhas. O incremento da poluição nesta idade imprimiu pressões consideráveis no sistema educacional, no mercado de trabalho, nos serviços de saúde, e assim por diante.

As explicações caminharam em dois sentidos principais: o primeiro, no sentido de demonstrar o impacto do crescimento populacional da população jovem sobre a elevação das taxas de violência; e o segundo, no sentido de considerar a juventude como um fator ‘criminogênico’, um grupo de risco. Com relação ao primeiro, Soares (2008, p. 94) aponta para a necessidade de definir determinados conceitos, como os de geração e de coorte. Para o autor, o conceito sociológico de geração não se define necessariamente pela idade, mas sim por fenômenos estruturais ou “experiências comuns” que marcam determinados grupos. Soares (2008) cita o exemplo do caso dos jovens norte-americanos que desenvolveram “atitudes mais favoráveis à intervenção do Estado”, em decorrência da inserção no mercado de trabalho durante a grande depressão dos Estados Unidos. Em países como o Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, segundo o autor, é possível falar em uma “geração do *regime militar*”, que,

independentemente da idade, compõe seu repertório de práticas e atitudes com base nas experiências vivenciadas naquele período. Em outras palavras, a geração transcende a idade.

Do lado oposto, Soares (2008, p. 94) considera que o conceito de coorte é estritamente definido pela idade. Por exemplo, em algumas economias pode ocorrer o “ingresso de uma grande coorte no mercado de trabalho”, o que pode “acarretar uma pressão excessiva sobre recursos escassos”, aumento de desemprego, falta de recursos educacionais, entre outros problemas. No entanto, como coloca o autor, não é possível explicar a variação nas taxas de violência apenas pelo incremento de um grupo específico na população, ou seja, os efeitos dos grupos de coorte sobre as taxas de homicídios não têm uma razão anistórica. As taxas globais de homicídios não crescem ou caem simplesmente como uma função das mudanças na composição da população. Mesmo considerando o impacto do *baby boom* sobre o crescimento das taxas de homicídios dos Estados Unidos na década de 1960, pesquisadores(as) entendem que há elementos contextuais importantes, que afetam de formas distintas os diferentes grupos da população (COHEN; LAND, 1987; STEFFENSMEIER; STREIFEL; SHIHADDEH, 1992).

Com relação ao segundo ponto, Males (2015) chama a atenção para questões importantes, dentre as quais a que classifica os jovens como população de risco e outra relacionada aos aspectos metodológicos, como a interação e o controle de variáveis. Segundo o autor, as teorias tradicionais relacionadas ao grupo de risco não foram validadas pelas pesquisas recentes, que indicam que o impacto da juventude, o crime violento, a criminalidade e questões situacionais, como a disponibilidade de armas de fogo, refletem o baixo *status* socioeconômico dos jovens em relação aos adultos mais velhos. Além de um pequeno número de estudos recentes, a lacuna da literatura sobre esta questão-chave permanece. Quando a pobreza é controlada, a tradicional curva de idade persiste apenas para populações altamente pobres, em que os jovens estão muito sobrerrepresentados e as taxas de homicídios são elevadas para todas as idades.⁷²

Nesse sentido, há poucas investigações a respeito da interação entre pobreza e idade ao longo da vida, principalmente pesquisas vinculadas às teorias do desvio e do risco (BROWN; MALES, 2011; MCCALL *et al.*, 2013; PHILLIPS, 2006). Outras questões, como redução de oportunidades econômicas, enfraquecimento das instituições, desemprego, declínio da renda, bem como aspectos relacionados à composição familiar, também produzem efeitos sobre a exposição da população jovem e as taxas de crime. Em síntese, as questões-chave caminham

⁷² Males (2015) examinou 54.094 mortes por homicídio (41.123 cometidos por arma de fogo) de pessoas entre 16 a 69 anos na Califórnia, durante os anos de 1991 a 2012. Sem controlar a pobreza, as taxas de homicídio exibem a curva de idade tradicional, com um pico de 19 anos, depois caem.

no sentido de analisar se a associação temporal entre o tamanho relativo da população jovem e as taxas de homicídios mantêm-se em um nível desagregado, e se a associação entre a proporção de jovens e homicídios diferem por condições sociais e econômicas (PRATT; CULLEN, 2005).

Pratt e Cullen (2005), buscando responder a essas questões, chegaram às seguintes conclusões: existe uma associação temporal positiva entre a composição por idade e as taxas de homicídios.⁷³ No entanto, outras forças criminogênicas, como as precárias condições sociais, podem alterar a associação entre o tamanho relativo da população jovem e as taxas de homicídios.⁷⁴ Portanto, os estudos causais precisam investigar adequadamente o papel da idade e analisar se outras características da estratificação não apresentavam uma consistência mais elevada na explicação das taxas de homicídios. Além disso, seria necessário avaliar estas disposições em diferentes regiões, sejam regiões com alta ou baixa magnitude de homicídios.

Ainda em relação a este debate, cabe-nos destacar o trabalho de Land, McCall e Cohen (1990), que, sem sombra de dúvidas, pode ser considerado um marco no campo dos estudos estruturais de homicídios, pois sintetiza o debate e traz avanços teóricos e empíricos para as áreas da criminologia e da sociologia. Além de identificarem a fonte de muitas inconsistências metodológicas que praticamente caracterizaram o processo de construção do campo, os autores ofereceram uma análise empírica das conexões entre covariáveis sociais, demográficas, econômicas e as taxas de homicídios (MCCALL; LAND; PARKER, 2010).⁷⁵ Assim, levantaram algumas questões, como por exemplo: os resultados encontrados em um ano (*cross-sectional studies*) poderiam ser generalizados para diferentes períodos de tempo? As diferenças na operacionalização dos conceitos poderiam gerar resultados inconsistentes? Uma teoria geral do crime encontraria suporte em análises que levassem em consideração diferentes unidades de observação, como cidades, regiões metropolitanas, estados, etc.?

Land, McCall e Cohen (1990) reuniram taxas de homicídios e covariáveis de crime (provenientes de estudos ecológicos) para uma ampla amostra de 904 cidades, 259 áreas metropolitanas e 50 estados norte-americanos, em três períodos decenais (1960, 1970 e 1980). Dessa forma, os pesquisadores contribuíram para o avanço metodológico ao demonstrarem o papel do nível de agregação da variável dependente na explicação da relação entre a violência

⁷³ Os autores analisaram a natureza da associação temporal entre a estrutura etária e as taxas de homicídios entre os anos 1970 e 1999 nos EUA.

⁷⁴ Os autores explicam que o efeito positivo da porcentagem de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos sobre as taxas de homicídios é atenuado quando existem condições criminogênicas.

⁷⁵ Land, McCall e Cohen (1990) identificaram três pontos em comum capazes de ter gerado inconsistências nos estudos anteriores (antes da década de 1990). Primeiro, os trabalhos utilizavam amostras relativamente pequenas de cidades, áreas metropolitanas e estados; segundo os estudos baseavam-se em dados de um único período de tempo; e terceiro, aplicavam técnicas de regressão múltipla em amostras pequenas.

fatal e as covariáveis estruturais, bem como a escolha dos níveis territoriais e a importância da seleção das variáveis (desigualdade econômica, privação de recursos, composição racial, composição familiar e outras características sociais e econômicas). Em relação às questões substantivas, os(as) autores(as) destacaram a importância da privação econômica e a situação precária dos afro-americanos residentes em centros urbanos, em conjunto com a desagregação das taxas globais de homicídios, ao analisarem conceitualmente os índices de riqueza e de desigualdade, estrutura familiar e composição racial.

Em 2010, vinte anos depois, McCall, Land e Parker (2010), em um artigo intitulado *An empirical assessment of what we know about structural covariates of homicide rates: a return to a classic 20 years later*, produziram outro material buscando avaliar os resultados encontrados na década de 1990. Os(As) autores(as) tomaram como base um modelo que examinou uma amostra de cidades com mais de cem mil habitantes nos Estados Unidos, para as décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000. Assim, McCall, Land e Parker encontraram suporte empírico para manter as posições originárias do primeiro trabalho e sugeriram um conjunto de indicadores que se consolidaram como os mais importantes nos últimos vinte anos para os estudos macro de homicídios: desigualdade racial; concentração de pobreza; segregação residencial racial; capital social; eficácia coletiva; condições do mercado de trabalho; sexo e população jovem.⁷⁶

Portanto, os principais elementos desse debate foram sintetizados em torno da *Teoria da Desorganização Social*, que, entre outros objetivos, buscava demonstrar como os níveis de criminalidade eram afetados tanto pelas mudanças sociais mais amplas quanto pela alteração da estrutura ecológica. A Teoria da Desorganização Social trouxe ao debate diversos elementos que ajudaram a elucidar aspectos importantes da dinâmica das tendências dos homicídios, especialmente em contextos com elevada magnitude ou crescimento de mortes. De acordo com

⁷⁶ Cabe-nos destacar que outras questões apareceram, como é o caso do debate proposto por Crutchfield, Geerken e Gove (1982), que enfocaram no papel da mobilidade social sobre o crime. Os resultados obtidos demonstraram que indicadores relacionados ao tamanho da população são preditores melhores de determinados tipos de crimes do que medidas tradicionalmente usadas para testar a estrutura de oportunidades. Para os autores, altas taxas de mobilidade afetariam negativamente a integração social, o que, por sua vez, reduziria os níveis de eficácia dos mecanismos comunitários de controle informal. Pontos relacionados ao papel da justiça criminal também foram analisados nos estudos macroestruturais. Sampson (1986) buscou analisar se as variações nas sanções da justiça criminal e o arranjo estrutural das famílias influenciavam o comportamento criminoso. Controlando os determinantes conhecidos das taxas de criminalidade, tais como pobreza, desigualdade e composição racial, o autor chegou aos seguintes resultados: as sanções oficiais locais têm efeitos dissuasivos significativos sobre a infração de roubo, independentemente dos atributos demográficos dos infratores e de outros determinantes conhecidos da criminalidade. As cidades onde a polícia realiza prisões frequentes por ofensas de ordem pública (por exemplo, conduta desordenada e condução sob a influência) tendem a ter taxas significativamente mais baixas de roubo. Já cidades localizadas em estados com alto risco de prisão tendem a ter menores taxas de roubo por parte de jovens. Outros estudos, que serão analisados nas próximas seções, não encontraram associação destas variáveis com taxas de homicídios.

Peres e Nivette (2017), os trabalhos evidenciavam o efeito das condições ecológicas sobre a capacidade de comunidades se organizarem em torno de objetivos comuns e manterem um controle social estável. Assim, a teoria propunha que condições estruturais, bem como a estratificação social, os aspectos institucionais e o controle social se revelaram pontos-chave para explicar a desorganização social em comunidades e, por sua vez, a elevação das taxas de homicídios. Para as autoras, os mecanismos teóricos que relacionavam a desorganização social com altas taxas de homicídios poderiam ser explicados de dois modos: um referente às características da desorganização, que, dentre muitos efeitos, reduziria a capacidade comunitária de exercer o controle social, e o segundo relacionado à incapacidade institucional de garantir a segurança em comunidades com graves problemas estruturais. Uma vez submetidos à ausência e/ou truculência do Estado, indivíduos e grupos buscariam soluções extraleais ou justiça com as próprias mãos. Nos dois casos, a desorganização social “*can create ‘space’ for organized criminal groups, and their associated lethal violence, to emerge and flourish, increasing crime, violence and homicide rates*” (PERES; NIVETTE, 2017, p. 94).

2.2 TEORIAS CULTURAIS DOS HOMICÍDIOS

Diante das explicações estruturais sobre os homicídios, outro campo importante que visou explicar o fenômeno da violência dentro de uma teoria *societal* foi o dos trabalhos que analisaram a violência não mais considerando as ações padronizadas e duradouras, mas sim os hábitos e valores de cada grupo social. No fundo, estes trabalhos tentavam entender não apenas aspectos estruturais mas, sobretudo, se as diferenças regionais seriam capazes de explicar a magnitude das taxas de homicídios.

Contextualmente, a literatura identificou taxas de homicídios radicalmente opostas entre o Sul e o Norte dos Estados Unidos; o Sul com altas taxas de homicídios, e o Norte com baixas taxas de homicídios. Muitos(as) pesquisadores(as) questionaram-se a respeito da capacidade das teorias estruturais para explicar as diferenças. Para eles(as), outros mecanismos conectados aos valores e normas compartilhadas regionalmente seriam mais importantes, por isso formularam e desenvolveram o conceito de cultura da violência. Logo, a relação entre criminalidade e cultura significava pensar a criminalidade como um comportamento apreendido e normalizado por meio de um processo de reforço social e validação cultural.⁷⁷

⁷⁷ O conceito de cultura da violência é bastante criticado, sobretudo no campo dos estudos antropológicos. Entre essas críticas, convém notar que o conceito parece se referir a uma espécie de “sub-cultura” que faz parte da

Os estudos culturais de homicídios têm uma longa data e remontam ao final do século XIX. De acordo com Corzine, Huff-Corzine e Whitt (1999), em 1883, André-Michel Guerry conduziu uma análise estatística de dados criminais provenientes de fontes oficiais na França. Para além das análises marcadamente datadas, o autor apresentava uma tese embrionária a respeito das diferenças regionais. As diferenças regionais das estatísticas criminais refletiriam as diferenças culturais, ou seja, pessoas de lugares diferentes apresentariam comportamentos distintos em situações similares. Mais tarde, na década de 1960, intelectuais e líderes políticos travaram um intenso debate buscando encontrar soluções para o problema da violência no Sul da Itália. Na época, algumas lideranças atribuíram os altos níveis de violência na região aos estereótipos vinculados à cultura da ‘preguiça’ e da ‘corrupção’ de napolitanos, calabreses e sicilianos. Outros os atribuíram a fatores socioestruturais, como a pobreza e o nível extremo de desigualdade social (CORZINE; HUFF-CORZINE; WHITT, 1999).⁷⁸

Nos Estados Unidos, assim como na Itália e na França, os homicídios também estavam concentrados na Região Sul. Este fato estimulou pesquisadores(as) a avaliar o papel das diferenças regionais e culturais na produção da violência letal. Embora entendessem que teorias socioestruturais e culturais não eram excludentes, um debate em torno dos dois campos emergiu. Em termos analíticos, esses trabalhos consideraram evidências empíricas que apontavam a superioridade dos níveis de violência situados no Sul dos Estados Unidos. Os teóricos argumentaram que, devido às circunstâncias históricas do Sul, os ‘sulistas’ teriam uma orientação cultural que incentivaria o uso da violência para resolver conflitos interpessoais. Do ponto de vista empírico, isto é, das variáveis mobilizadas para mensurar estas questões, os trabalhos utilizaram como *proxy* um indicador de localização e de origem (GASTIL, 1971; HACKNEY, 1969; WILLIAMS; FLEWELLING, 1988; WOLFGANG; FERRACUTI, 1982).

Messner (1983a) examinou as diferenças regionais entre variáveis econômicas e taxas de homicídios em cidades com alta população urbana. Com base em uma amostra de 91 cidades da Região Sul e 256 da Região Norte dos Estados Unidos, o autor testou indicadores de pobreza absoluta/relativa e homicídios. Os resultados foram mistos; o indicador de desigualdade (Índice de Gini) não apresentou efeito em nenhuma região, já o teste com o indicador de pobreza absoluta, que abrange a proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, apresentou

cultura geral da sociedade. Empiricamente, tal perspectiva seria muito difícil de sustentar porque a tal cultura da violência contem valores comuns à cultura geral da sociedade.

⁷⁸ Segundo Corzine, Huff-Corzine e Whitt (1999, p. 42), um general chamado Govone, após comandar uma missão militar na Sicília, descreveu o local como um espaço “bárbaro” e proferiu as seguintes palavras no púlpito do parlamento italiano: “[...] como resultado de ódios, vendetas e foras da lei, nós temos uma lista oficial de 1.500 homicídios em 2 anos”.

efeitos positivos apenas na Região Norte, destacando assim os aspectos referentes às diferenças regionais. Em um segundo trabalho, Messner (1983b) sugeriu que o impacto da privação econômica sobre as taxas de homicídios variava de acordo com o contexto cultural. Além disso, o autor evidenciou a importância do contexto cultural sobre as taxas de homicídios ao sustentar a tese de que a subcultura da violência (*subculture of violence*) produzia efeitos importantes sobre as taxas de homicídios. Estas análises, que apontavam o papel das diferenças regionais, em conjunto com as teses desenvolvidas pelos autores, que questionavam o papel da pobreza absoluta nas taxas de homicídios, fomentaram um intenso debate (BLAU; BLAU, 1982; MESSNER, 1983b, 1983a). Outros pesquisadores, apoiados em uma tradição que apontava a relevância das variáveis vinculadas à estrutura de oportunidades, passaram a analisar e a confrontar os resultados obtidos anteriormente.

Williams (1984) retomou a análise dos efeitos da pobreza e da desigualdade, e por meio de uma análise crítica dos estudos de Blau e Blau (1982) e Messner (1983b, 1983a) concluiu que os autores falharam metodologicamente ao manterem em seu modelo de análise variáveis com relações não lineares. Os resultados do autor sugeriram que a pobreza produziria efeitos positivos sobre as taxas de homicídios. Bailey (1984, destaque nosso), em um artigo intitulado *Poverty, inequality, and city homicide rates: some not so unexpected findings*, em clara resposta ao trabalho de Messner (1982, destaque nosso), *Poverty, inequality, and the urban homicide rate: some unexpected findings*, replicou esta análise com uma diferença: ao invés de analisar uma amostra de regiões metropolitanas no período de um ano, testou os indicadores em três períodos decenais. Desse modo, encontrou associação positiva entre pobreza absoluta e homicídios. Loftin e Parker (1985) também encontraram resultados parecidos.⁷⁹

Por conta do intenso debate, Blau e Golden (1986) reexaminaram as conclusões de Blau e Blau (1982) sobre o papel da desigualdade racial e o incremento da violência em áreas metropolitanas, bem como os aspectos referentes à pobreza, à raça e à tese da subcultura da violência. Os resultados demonstraram a relevância dos efeitos da desigualdade sobre as taxas de homicídios com alto número de conflitos conjugais e rupturas familiares (proporção de divórcios e separação). Do ponto de vista teórico, os autores confirmaram a tese dos efeitos da privação relativa (não absoluta) sobre as taxas de homicídios e o papel da desorganização social. Também verificaram que os efeitos da desigualdade racial prevaleciam em regiões

⁷⁹ O debate é anterior a Messner; por exemplo, Loftin e Hill (1974), ao examinarem as taxas de homicídios nos Estados Unidos, concluíram que fatores estruturais como idade e renda estavam associados à variação nas taxas de homicídios. Os autores criticavam a tese defendida por Gastil (1971), de que aspectos culturais eram mais importantes para explicar as diferenças entre regiões. Smith e Parker (1980) concluíram que variáveis estruturais como idade e renda produziam efeitos importantes sobre a variação das taxas de homicídios.

metropolitanas do Sul, dando suporte à tese da subcultura da violência. Sampson (1985) foi outro autor que analisou os dados apontados por Blau e Blau (1982) e concluiu que a cultura regional, a desorganização social e os fatores demográficos configuravam-se como os preditores mais significativos das taxas de homicídios. Para o autor, os preditores mais significativos da cultura deveriam ser acrescentados aos modelos.

Um(as) dos(as) pesquisadores(as) que examinaram com maior atenção a tese da subcultura da violência foram Jay Corzine e Lin Huff-Corzine, ao apresentarem uma investigação que dava relevância ao papel das diferenças regionais e das especificidades dos homicídios segundo seu nível de desagregação. Analisando a influência da cultura regional sobre as taxas de homicídios, os(as) autores(as) desenvolveram estudos comparativos entre estados norte-americanos. As duas teorias que davam suporte à explicação sobre as altas taxas de homicídios na Região Sul dos Estados Unidos poderiam ser resumidas da seguinte forma: uma delas, regional, baseava-se na tese da subcultura da violência, e a outra, estrutural, enfatizava as altas taxas de pobreza no Sul. Embora evidenciassem o papel das diferenças culturais na produção da violência, as teorias também compreendiam que as explicações estruturais e culturais não eram excludentes. Com base em um modelo que levava em conta a população total, a população de brancos e de não brancos, Corzine e Huff-Corzin verificaram que as taxas de homicídios eram influenciadas pela pobreza apenas entre a população global e, especificamente, de brancos. Entre os não brancos não havia relação, o que para os(as) autores(as) significava manter a tese das diferenças regionais e culturais (HUFF-CORZINE; CORZINE; MOORE, 1986).

Mais tarde, Corzine, Huff-Corzine e Whitt (1999) argumentaram que variáveis socioestruturais mostravam-se necessárias, mas não suficientes para explicar a variação das taxas de homicídios. Teorias que incluíssem diferenças culturais entre grupos ofereceriam uma possibilidade maior de promover o conhecimento sobre a violência fatal. Suas principais pesquisas a respeito da violência no Sul dos Estados Unidos deram sustentabilidade tanto às explicações estruturais quanto às explicações culturais. Em síntese, a tese da cultura tratava de uma espécie de força subjacente responsável por maiores taxas de homicídios, influenciadas pela pobreza estrutural ou de uma cultura da violência (CORZINE; HUFF-CORZINE; WHITT, 1999; LOFTIN; HILL, 1974).

O paradigma cultural reconhece que o uso da violência não está associado apenas às características estruturais. Regiões semelhantes no que diz respeito ao perfil socioeconômico da população, muitas vezes, apresentam níveis diferenciados de violência. Para estes(as) pesquisadores(as), estratégias de ação enraizadas no processo de socialização e utilizadas na

conduta rotineira podem contribuir para a emergência de diversas modalidades de violência (LEE, 2011). No entanto, ao que tudo indica, a perspectiva cultural limita-se a identificar variações regionais. Em certo sentido, é muito pouco. Por exemplo, como os valores próprios da cultura do *american way of life* afetam as variações nas taxas de homicídios dos diferentes grupos sociais? Como os valores podem sinalizar ora para estimular o recurso ao conflito violento com desfechos fatais, ora para conter impulsos agressivos?

Portanto, o debate teórico e empírico produzido no campo dos estudos macrossociais destacou a importância da atribuição de *status* e da privação relativa para a compreensão do comportamento violento; a polarização entre aspectos vinculados à privação absoluta e relativa; e a explicação ecológica do crime e de outros fenômenos a ele relacionados.

2.2.1 Estratégias de controle do crime e aspectos contextuais

As grandes mudanças que ocorreram nas taxas de crimes levaram uma série de pesquisadores(as) a analisar as forças sociais e econômicas que impactavam esta dinâmica. De um lado, se os estudos macrossociais levantaram a importância da capacidade dos indicadores estruturais em explicar o movimento das taxas de homicídios, de outro, os estudos culturais evidenciaram o papel das diferenças regionais e seus efeitos sobre os níveis de violência em sociedades estruturalmente similares. Pois bem, a partir da década de 1990, países economicamente desenvolvidos e com altos níveis de criminalidade passaram a registrar queda sem precedentes das suas taxas de homicídios. O caso norte-americano foi (e continua sendo) um dos mais emblemáticos. O país, que enfrentava um paradoxo, pois, embora fosse a maior economia do mundo, possuía taxas de homicídios semelhantes às de países de ‘terceiro mundo’ e começou a registrar um recuo em suas taxas de violência letal. A redução foi impactante ao ponto de deixar o meio acadêmico absolutamente perplexo, tendo em vista que os principais especialistas enfatizavam a elevação das taxas de criminalidade para os anos 1990 (LEVITT, 2004; MCCALL; PARKER; MACDONALD, 2008).

Historicamente, o período de menor registro de homicídios nos Estados Unidos, e também o de maior estabilidade, compreendeu as décadas de 1940 a 1970, nas quais o país permaneceu na maior parte do tempo com um número inferior a 7 homicídios por cem mil habitantes. Após o ano de 1964, as taxas começaram a crescer, passando de 5,9 para 10,2 em 1974 e até alcançar, no ano de 1980, a maior taxa de homicídios em cem anos: 10,7/100 mil hab. No primeiro triênio da década de 1980, houve uma leve redução para 8,3/100 mil hab., mas a taxa voltou a crescer nos primeiros anos de 1990, com um pico de 10 homicídios por 100

mil habitantes (ZAHN; MCCALL, 1999, p. 13). Este incremento foi interrompido na segunda metade da mesma década, quando se verificou uma desaceleração importante nas taxas de homicídios, reduzidas para 7,4 em 1996, 5,5 em 2000 e 5,3/100 mil hab. no ano de 2016.⁸⁰

Convém ressaltar que esta redução também ocorreu para diferentes modalidades de crime. Levitt (2004, p. 166) relata que tanto os dados oficiais disponibilizados pelo *Uniform Crime Reports* (UCR) quanto as pesquisas de vitimização realizadas pelo *National Crime Victimization Survey* (NCVS) demonstraram um decréscimo substantivo nas taxas de crime. Por exemplo, em referência aos roubos, no período de 1991 a 2001, a redução foi de 45,8%, segundo o UCR; e de 53,3%, conforme o NCVS. No que diz respeito aos roubos de veículos, de 34,6% (UCR) e de 58,6% (NCVS); nos crimes contra a propriedade, de 28,8% (UCR) e de 52,8% (NCVS).

Com relação às políticas de segurança pública, também nos anos 1990, os Estados Unidos experimentaram um amplo processo de ‘*Tough on Crime*’, uma espécie de ‘endurecimento’ do Estado contra o crime. Alterações radicais nas práticas de justiça criminal, como o aumento da presença policial em áreas com altos índices de criminalidade, ações enérgicas contra o tráfico de drogas e expansão das prisões constituíram-se como uma das principais ações realizadas com o objetivo de reduzir os índices de criminalidade. Os principais veículos de informação, entre os quais o *New York Times*, o *Washington Post*, o *USA Today*, e o *Chicago Sun Times* também mencionavam as estratégias rígidas de enfrentamento ao crime no grupo de ações que contribuíram para a redução da violência (LEVITT, 2004).⁸¹ Diante disso, pesquisadores(as) modificaram a agenda de debate, acrescentando à discussão variáveis vinculadas às políticas de segurança pública. Assim, passou-se a investigar se (e quais) as ações de enfrentamento ao crime produziram efeitos sobre a redução das taxas de homicídios. Em geral, as variáveis que mensuravam a ação do Estado e foram submetidas aos testes, tais como aumento do contingente policial, estratégias de policiamento e taxas de aprisionamento, atrelavam-se a uma perspectiva minimalista de segurança pública, isto é, a uma visão voltada para a repressão do crime.

A Teoria das Janelas Quebradas (*Broken Windows*) (KELLING; COLES, 1996; KELLING; WILSON, 1982) foi uma das perspectivas teóricas que mais exerceram influência sobre a atividade policial. Na prática, buscava-se chamar a atenção para a importância de

⁸⁰ Fonte para os anos de 2000 e 2016: FBI, *Uniform Crime Reports* (UCR). As informações correspondem à categoria: “*Murder and nonnegligent manslaughter*”. Dados obtidos no banco de dados <https://homicide.igarape.org.br>. Acesso em: 20 nov. 2018.

⁸¹ As únicas exceções foram: controle as armas de fogo, fortalecimento da economia e envelhecimento da população.

manter os ambientes públicos e privados limpos, organizados e controlados. A janela quebrada servia como uma espécie de metáfora, no sentido de demonstrar que locais abandonados e sujos poderiam se transformar em um ambiente desvalorizado e propício para a concentração de potenciais infratores. Se em determinado momento a janela de um prédio aparecesse quebrada e não fosse prontamente substituída, o descuido com o ambiente poderia causar uma impressão de abandono. Espaços públicos degradados, sem controle social e institucional seriam ambientes geradores de criminalidade. Kelling e Coles (1996) sustentavam que o comportamento desordenado em público deveria ser fortemente reprimido, porque poderia afastar os bons cidadãos do espaço público e atrair criminosos perigosos. O policiamento de tolerância zero, que se baseava na teoria das janelas quebradas, considerava que pequenos delitos, tais como perturbação da paz, ‘vadiagem’ e embriaguez, deveriam ser tratados com severidade, pois se constituíam a porta de entrada para crimes de maior potencial ofensivo.

É relevante destacar que esta perspectiva recebeu severas críticas. Se, em um primeiro momento, o modelo sugeriria um cuidado para com o espaço público, na essência, alguns(mas) autores(as) argumentaram que ele não deixava de ser mais um dos mecanismos que estigmatizavam moradores de comunidades periféricas. Outro problema importante referia-se à discricionariedade dos policiais, já que eles eram praticamente os únicos responsáveis por identificar os causadores da desordem. Muitas das ações do policiamento de tolerância zero, que se concentraram, sobretudo, em comunidades específicas das cidades, foram denunciadas por rotularem e perseguirem determinados grupos sociais, entre os quais negros, emigrantes e pobres.⁸² O número de denúncias contra o abuso policial cresceu nesse período, e pesquisadores(as) chamaram a atenção para os crimes cometidos também pelas autoridades (GREENE, 1999).⁸³

Com relação aos trabalhos empíricos, não houve consenso. Alguns(mas) analistas evidenciaram que a ação policial (aumento do número de policiais e/ou nas mudanças nas estratégias de policiamento) desempenhou um papel importante na redução das taxas de crime,

⁸² Nesse sentido, pesquisadores chamaram a atenção para a ‘brutalidade’ punitiva realizada de forma desproporcional pelas agências de justiça contra determinados grupos sociais, incluindo a comunidade afro-americana e os emigrantes. A seletividade e a violência do Estado, mais o desrespeito aos direitos humanos, fazem parte do grupo de questões que estão em jogo no debate (PARKER; STANSFIELD; MCCALL, 2016).

⁸³ A autora relata que, em Nova Iorque, expressão máxima da política de tolerância zero, no período de 1995 a 1999, o número de denúncias contra abuso policial aumentou em 75%. Outro dado importante, que se refere ao contato de cidadãos com a polícia, mas que não envolve suspeita de atividade criminal, prisão ou convocação, também demonstrou o crescimento do número de reclamações relacionadas à má conduta policial, de 29% na administração de David Dinkins (1990-1993), para 58% na de Rudolph Giuliani (1994-2001) (GREENE, 1999).

seja em Nova Iorque (CERDA *et al.*, 2009; KELLING; BRATTON, 1998),⁸⁴ seja em condados da Flórida (KOVANDZIC; SLOAN, 2002), ou em cidades e estados espalhados pelo país (LEVITT, 2004; MARVELL; MOODY, 1996).⁸⁵ Outros(as) questionaram essa posição ao ressaltarem que, na prática, há pouco envolvimento efetivo da atividade policial na redução do crime (BAYLEY, 1994).⁸⁶ Weisburd e Eck (2004), após a revisão de um amplo conjunto de pesquisas sobre o tema, concluíram que, de forma geral, os padrões de policiamento ou o número de policiais possuem baixo impacto sobre a redução das taxas de criminalidade. Os efeitos só aparecem em situações específicas, sobretudo quando se leva em consideração determinadas áreas geográficas. Além disso, os efeitos estão condicionados ao tipo de crime. Por exemplo, Kovandzic e Sloan (2002) verificaram que o impacto ocorria apenas para roubos, furtos e arrombamentos, e McCall, Parker e Macdonald (2008) não encontraram evidências que apontassem a existência de uma relação entre o aumento das forças policiais e a redução das taxas de homicídios. De acordo com Chauhan *et al.* (2011), o modelo de policiamento baseado nas janelas quebradas não era capaz de reduzir as taxas de criminalidade. Outras questões, como tráfico de drogas ou a disponibilidade de armas de fogo, apareciam como as mais importantes. Nesse sentido, tanto as mudanças nos padrões de policiamento (tolerância zero) quanto o aumento do número de policiais perdiam potência diante das ações específicas, pontuais e localizadas. Ademais, estas mesmas ações poderiam deslocar criminosos de uma região para outra ou mudar a atividade criminal, à medida que infratores fossem impossibilitados de cometer atividades ilegais, dando a falsa impressão de uma redução global, mas que na verdade alcançava apenas pontos específicos.

As alterações nas práticas judiciais produziram um aumento considerável no número de prisões. A população carcerária do país passou de 315.956 prisioneiros em 1980 para 1.329.367 em 2000, uma elevação de 321% (KOVANDZIC; VIERAITIS, 2006b).⁸⁷ Dados de 2016 apontam que o Estados Unidos é o país com o maior número de pessoas encarceradas: ao todo,

⁸⁴ Blumstein, Rivara e Rosenfeld (2000) consideram o caso de Nova Iorque como um dos mais emblemáticos. Em 1990, a cidade havia registrado uma taxa de homicídios de 30 mortes para cada 100 mil habitantes, nível similar a taxa brasileira de 2016. Após um período de 11 anos, em 2001, a taxa de Nova Iorque reduziu para 8,1, uma queda de 73,6% (LEVITT, 2004).

⁸⁵ De acordo com Levitt (2004), a queda nas taxas de crimes atingiu diversas regiões, com destaque para o Norte, com uma redução de 50% nos homicídios, e o Sul, com uma redução de 44,6%.

⁸⁶ Nas palavras de Bayley (1994, p. 3) “*The police do not prevent crime. This is one of the best kept secrets of modern life. Experts know it, the police know it, but the public does not know it. Yet the police pretend that they are society’s best defense against crime and continually argue that if they are given more resources, especially personnel, they will be able to protect communities against crime. This is a myth.*”

⁸⁷ Este fenômeno de construção de prisões e encarceramento em massa como estratégia para o controle do crime foi chamado de ‘*imprisonment boom*’.

são 2.121.600 prisioneiros, o que corresponde a uma taxa de 655 por cem mil habitantes.⁸⁸ Os gastos com práticas correcionais também elevaram-se de 10 bilhões de dólares no ano de 1980 para 60 bilhões de dólares em 2001, o que representou um acréscimo de 531% (KOVANDZIC; VIERAITIS, 2006b, p. 214). Esta elevação no número de prisões estava diretamente associada a uma ampla estratégia de política de segurança pública difundida em vários estados do país.

Os mecanismos teóricos que davam suporte para a associação entre prisões e redução das taxas de crime apoiavam-se em dois princípios. O princípio do efeito da incapacitação (*incapacitation effect principle*),⁸⁹ expressão de que o infrator, uma vez encarcerado, não poderia mais cometer crimes, e a *Deterrence Theory* (EHRlich, 1972), que apresentava como princípio argumentativo uma espécie de racionalidade instrumental, ao assegurar que a certeza ou a possibilidade da punição geraria mais custos para potenciais infratores se envolverem em atividades ilegais.

Ainda no campo teórico, houve uma série de contestações para as posições que advogavam em torno do efeito dissuasivo da punição. Autores(as) argumentaram que o engajamento em atividades legais ou ilegais não necessariamente pressupunham uma simples escolha ou um cálculo de custo e benefício. Motivações distantes de uma racionalidade amparada na lógica de ganhos e perdas também poderiam exercer um efeito sobre o envolvimento do indivíduo em contravenções (DECKER; KOHFELD, 1990). Além dos mais, questionava-se a própria capacidade do sistema de justiça em controlar o crime. De acordo com Walker (2010), nas regiões em que foram constatadas reduções das taxas de crime, havia pouca ou nenhuma influência das ações do sistema de justiça. Para o autor, as questões estruturais, as mudanças demográficas ou o avanço em direção a outras políticas de educação e assistência demonstravam um papel muito mais importante na redução do crime. Em resumo, Walker considerava que não havia evidências claras de que a ampliação da população penal se constituiria como um aspecto preponderante para a redução da contravenção.

Com relação aos estudos empíricos, também não houve consenso. Alguns(mas) pesquisadores(as) encontraram suporte para a relação entre prisão e redução de crimes. Marvell e Moody (1994), por exemplo, argumentaram que o crescimento da população prisional levava a menores taxas de criminalidade. Segundo Levitt (2004), o incremento do encarceramento colocava-se entre os quatro fatores principais responsáveis pela queda das taxas de

⁸⁸ O Estados Unidos é o país com a maior população carcerária do mundo, seguido da China (1.649.804 – 2015) e do Brasil (690.722 – 2018), segundo dados do *World Prison Brief*. Disponível em: <http://www.prisonstudies.org>. Acesso em 08/11/18.

⁸⁹ Sobre uma análise detalhada destes conceitos ver: Kovandzic e Vieraitis (2006b).

criminalidade.⁹⁰ Outros estudos apontaram para uma redução das taxas de homicídios (DEVINE; SHELEY; SMITH, 1988; MARVELL; MOODY, 1997). Marvell e Moody (1997), ao analisar dados de séries temporais para os Estados Unidos no período de 1930 a 1994, chegaram à conclusão de que um aumento em 10% na população carcerária representaria uma redução de 13% nos índices de homicídios. Messner *et al.*, (2007) também verificaram o efeito das prisões em Nova Iorque sobre as taxas de homicídios causados por armas de fogo; ao passo que McCall, Parker e MacDonald (2008) observaram o fenômeno sobre uma amostra de municípios com população superior a 100 mil habitantes.

No entanto, esses trabalhos também foram duramente criticados, seja em relação à existência ou não dos efeitos da prisão sobre a redução das taxas de crime, seja em relação à proporção entre custos e benefícios gerada pelas políticas de encarceramento. No primeiro caso, a maior parte das análises trabalharam com as taxas de crime de forma agregada. Assim, crimes de diferentes ordens, como roubo seguido de morte (latrocínio), furto e homicídios, por exemplo, foram analisados sem levar em conta as suas especificidades. Mesmo Marvell e Moody (1994), que haviam argumentado em favor do impacto do encarceramento sobre um índice geral de crimes, ao desagregar as informações de crime, reconheciam que, além de encontrarem estimativas baixas, o impacto da redução estava limitado aos crimes contra propriedade e aos roubos. Kovandzic e Vieraitis (2006b), que em um artigo anterior⁹¹ haviam apontado o efeito dissuasivo da polícia sobre o crime, ao examinar dados de painel para 58 distritos da Flórida durante o período de 1980 a 2000, não encontraram evidências que apoiasse a relação entre mais prisões e menos crimes.

Outro ponto de crítica, especialmente direcionado aos trabalhos de Devine, Sheley e Smith (1988) e Marvell e Moody (1997), refere-se ao campo metodológico. E aqui cabe uma nota a este respeito. Na maioria das vezes, as informações disponíveis sobre prisões estão colocadas em um nível de mensuração excessivamente agregado, como o de países e estados. Análises internas são comprometidas justamente pela baixa possibilidade de garantir a variabilidade estatística. É o casos dos trabalhos citados anteriormente: como os autores trabalharam com séries temporais para o nível de país, os estudos sofreram o que Kovandzic e Vieraitis (2006b) denominaram de duplo viés; entre os quais um se refere à superagregação das informações, que poderia levar a correlações espúrias, e o outro vincula-se à omissão de fatores

⁹⁰ Para o autor, quatro fatores explicam o declínio nas taxas de crime, qual sejam: aumento do número de policiais, aumento da população carcerária, diminuição da epidemia de *crack* e a legalização do aborto.

⁹¹ *Police levels and crime rates revisited: a county-level analysis from Florida (1980-1998)* (KOVANDZIC; SLOAN, 2002).

não observados. As taxas de encarceramento, na verdade, constituir-se-iam como uma *proxy* de outras variáveis, isto é, não mediriam propriamente o efeito do aprisionamento sobre o crime, mas sobretudo o papel de outros elementos não observados, tais como: a própria estratégia de policiamento mais agressiva, o papel da sociedade civil em criar medidas anticrimes, mudanças no mercado de drogas, a legalização do aborto, maior suporte às instituições tradicionais e não tradicionais, mudanças no mercado de trabalho e o investimento em segurança privada (KOVANDZIC; VIERAITIS, 2006b, p. 218). Logo, pesquisadores(as) apontaram a baixa ou nenhuma relação entre encarceramento e mudanças nas taxas de crime (DEFINA; ARVANITES, 2002; KOVANDZIC; VIERAITIS, 2006b; RAPHAEL; WINTER-EBMER, 2001; SPELMAN, 2006).

Além disso, Kovandzic e Vieraitis (2006b) chamaram a atenção para os custos das políticas de encarceramento. Independentemente dos efeitos, por se tratarem de ações com elevados custos, tanto em relação aos aspectos econômicos quanto no que diz respeito aos aspectos sociais, a simples dúvida da capacidade do aprisionamento em frear a contravenção deveria no mínimo ascender um sinal de alerta nos organismos políticos. Para os autores, se os custos do encarceramento em massa não conseguem produzir benefícios significativos, o melhor a se fazer é rever a abordagem em torno do crime e da própria punição.

De qualquer modo, mesmo em um ambiente em que as variáveis políticas receberam maior atenção, outros autores buscaram articular variáveis de diferentes ordens, estrutura social, composição familiar, aspectos demográficos, coesão social e políticas sociais (LAFREE, 1999b; PHILLIPS, 2006). Por exemplo, Blumstein, Rivara e Rosenfeld (2000) chamaram atenção para as ações que visaram reduzir o acesso às armas de fogo e as mudanças no mercado ilegal de drogas. Para McCall, Parker e Macdonald (2008), os trabalhos mais promissores foram justamente aqueles que levaram em conta tanto variáveis estruturais quanto políticas em seus modelos de análise.

O fenômeno da queda dos homicídios também ocorreu em algumas regiões do Brasil, especialmente naquelas que ‘tradicionalmente’ sustentavam altas taxas de homicídios. Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que ao longo da década de 1990 chegaram a 181.231 mortes resultantes de assassinatos, índice que representava um pouco mais da metade (51%) de todos os homicídios ocorridos no país, experimentaram uma importante queda em suas taxas de homicídios.

Gráfico 5 – Taxa de homicídios – Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo (1980 a 2012)

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) e nos Censos Demográficos do IBGE, (1980, 1991, 2000, 2010).

A partir dos anos 2000, os dois estados começaram a apresentar quedas significativas em suas taxas (**Gráfico 5**). Enquanto no contexto nacional a tendência era de crescimento, São Paulo e Rio de Janeiro experimentavam trajetórias de redução das taxas de homicídios.⁹² Do mesmo modo que na literatura internacional, pesquisas foram realizadas com o objetivo de explicar este movimento no país.⁹³ Nery *et al.*, (2012) com base em estudo ecológico e longitudinal dos homicídios dolosos na capital paulista (2000 a 2008), encontraram uma tendência heterogênea na distribuição espacial das mortes por homicídios na cidade, reforçando deste modo a desigualdade regional da redução das mortes. Peres *et al.* (2011a) consideraram a evolução da mortalidade por homicídios no município de São Paulo segundo alguns condicionantes sociais e contextuais. Os resultados apontaram uma redução das taxas de homicídios em diversos grupos analisados: homens (-74,5%), jovens de 15 a 24 anos (-78,0%) e moradores de áreas de exclusão extrema (-79,3%). Contudo, as(os) autoras(es) consideraram

⁹² Cerqueira (2012) problematiza a redução das taxas de homicídios no estado do Rio de Janeiro. De acordo com o autor, é possível que no período de 2006 a 2009 a redução tenha se dado de forma artificial, porquanto os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) tenham apontado para um aumento acima da média dos incidentes fatais violentos com causa não esclarecida. Significa dizer que informações de óbitos por homicídios poderiam ser mal classificadas, contribuindo para a elevação do percentual de queda. Conforme os dados oficiais, o número de homicídios no estado reduziu 28,7% no mesmo período, porém as estimativas de Cerqueira registraram uma queda de apenas 3,6% (CERQUEIRA, 2012, p. 201).

⁹³ Convém destacar as pesquisas realizadas no âmbito do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), que apontaram para a complexidade intrínseca da queda dos homicídios em São Paulo. Cf.: (PERES *et al.*, 2011a; NERY, 2016; NERY *et al.*, 2012, 2014; PERES *et al.*, 2012).

importante levar em conta tanto ‘macrodeterminantes que atingem todo o município e todos os subgrupos populacionais’ quanto ‘microdeterminantes que atuam localmente’ para compreender adequadamente a redução das taxas de homicídios nos diversos grupos sociais. Nery *et al.* (2014) analisaram a variabilidade espaço-temporal dos homicídios dolosos em São Paulo e sua relação com outros fatores locais (condição etária, educacional, econômica, infraestrutura, renda e gênero). Eles também incluíram no exame uma variável denominada ‘indícios de atividade criminosa organizada’. Desse modo, os autores verificaram que algumas variáveis possuem um efeito explicativo maior ou menor conforme o movimento (elevação e queda) das taxas de homicídios.

Embora não de forma sistemática e restrita, a maior parte dos trabalhos que se dedicaram a compreender a experiência brasileira mobilizaram variáveis que se enquadram nestes dois conjuntos de questões: os aspectos estruturais e políticos. Encontramos estudos que buscaram avaliar os impactos dos condicionantes sociais sobre a distribuição espacial e temporal dos homicídios (PERES *et al.*, 2011a; NERY, 2016; NERY *et al.*, 2012, 2014; PERES *et al.*, 2012); assim como os que analisaram aspectos relacionados às políticas de controle do crime em conjunto com questões contextuais, como, por exemplo, o impacto das políticas de desarmamento (CERQUEIRA; MELLO, 2017; CERQUEIRA, 2014; NOBREGA JÚNIOR, 2010; NÓBREGA JÚNIOR; ZAVERUCHA; ROCHA, 2009); e também alguns trabalhos que se dedicaram a verificar os efeitos do crime organizado sobre a redução dos homicídios (BEATO; REIS, 2000). Destaque-se, neste caso, o conjunto de pesquisas que avaliaram o papel do Primeiro Comando da Capital (PCC) nas periferias de São Paulo (DIAS, 2009; FELTRAN, 2010; TELLES; HIRATA, 2010). Para esses autores(as) o domínio do PCC reduziria as disputas com grupos rivais, e os conflitos locais seriam resolvidos mediante a atuação da facção, limitando, desse modo, os confrontos violentos. Adorno, Dias e Nery (2017) em trabalho recente, demonstraram o peso relativo do PCC na redução das taxas de homicídios.

Contudo, apesar dos esforços, entendemos que o campo ainda precisa avançar em termos de compreensão das variáveis e seus respectivos pesos sobre a queda e o incremento dos homicídios. Na seção seguinte, por meio da avaliação dos estudos de trajetórias, buscaremos colocar uma nova questão para a análise macrossocial das tendências de homicídios. Ao invés de propor um modelo baseado em explicações específicas sobre a queda e o acréscimo, buscaremos desenvolver uma investigação que trata desses distintos movimentos de forma comparada, incluído também a estabilidade. Assim, apresentaremos o problema de pesquisa da tese no contexto da nova agenda de pesquisa dos estudos macrossociais.

2.2.2 Trajetória das taxas de homicídios

A maior parte das pesquisas que objetivaram analisar a queda foi excessivamente localizada e retratou com mais intensidade a experiência norte-americana. Porém, em outros países e regiões, também foram identificadas reduções importantes nas taxas de homicídios, como, por exemplo, a Austrália, o Canadá, a Nova Zelândia e um conjunto de países da Europa Ocidental (TUTTLE; MCCALL; LAND, 2018). Estas diferentes tendências ampliaram a discussão não só para as variáveis de influência, mas sobretudo para a identificação de movimentos singulares ou globais dos níveis de violência. *Assim, muitos estudos passaram a avaliar de forma comparada diferentes países do mundo, buscando verificar a presença de possíveis trajetórias homogêneas de incremento e/ou redução das taxas de homicídios ao longo do tempo. A constatação de trajetórias compartilhadas evidenciaria que a queda dos homicídios estaria associada a processos amplos, e não locais.* Com efeito, este debate recuperou uma tradição do pensamento sociológico que investigava as mudanças sociais em larga escala, mas conectadas com a interiorização de aspectos subjetivos e o papel ampliado das instituições.

Teoricamente, este caminho analítico encontrou legitimidade em perspectivas clássicas, uma vez que a centralização da violência nas mãos do Estado, em conjunto com a criação de uma série de instituições disciplinadoras, geraria uma espécie de pacificação global (DURKHEIM, 2013; ELIAS, 1994; WEBER, 2011). Em outras palavras, a redução da violência expressava o resultado de um processo histórico que estava associado à própria constituição do Estado Moderno. Norbert Elias (1993), em *O Processo Civilizatório*, argumentou que a constituição dos Estados Nacionais foi um elemento essencial para a

mudança nos limiares de violência da sociedade ocidental.⁹⁴ A centralização do poder e da violência legítima no Estado Nação reconduziu o problema da violência da esfera privada para o campo do Estado. Este movimento, denominado de ‘processo civilizatório’, contribuiu para a redução dos patamares de violência, produzindo assim uma espécie de pacificação global. Em vista disso, a identificação de quedas de homicídios em diferentes países poderia demonstrar que a queda dos homicídios seria causada por mudanças sociais amplas já posicionadas na própria formação e no desenvolvimento das instituições ocidentais.⁹⁵

De fato, Soares (2008) apresentou dados curiosos, demonstrando que em diversas cidades e países do mundo, no decorrer do séculos XV até a metade do século XX, as taxas de homicídios diminuíram consideravelmente. Nas palavras do autor:

A violência não se reduziu linearmente, a uma taxa anual constante. Houve períodos de baixa, de nova alta, seguidos por período de forte queda, etc. O período de maior redução da violência foi o do século XV ao XVIII. Porém, ela variou: a violência baixou mais cedo em alguns países, mais tarde em outros. Não obstante, a redução multissecular da violência estava presente em todos, e chegou a ser de mais de uma ordem de grandeza. Em Amsterdã, a taxa de homicídios por 100.000 habitantes passou de 50 no século XV a 20 no XVI, a 7,5 no XVII, chegando a 1,4 no XIX; em Estocolmo, a redução inicial foi mais lenta, de 42,5 no século XV [...] a 34 no século XVII. Posteriormente, a violência baixou muito, para 0,7 na segunda metade do século XVIII. [...] Dados cuidadosamente coletados demonstram que os níveis de violência em

⁹⁴ Elias (1993) vinculou o processo de formação dos Estados Nacionais a uma mudança nos estilos de vida, personalidade e moralidade dos indivíduos. Este período, que inicia a partir do século XI e termina com o Renascimento, foi caracterizado pela concentração do monopólio fiscal e do monopólio legítimo da violência nas mãos do soberano. Se, de um lado, a aristocracia, cada vez mais ameaçada pelas camadas burguesas em ascensão, passou a ser aproximar do rei (curialização), por outro, estas mesmas camadas burguesas também realizaram um movimento buscando se equiparar às frações aristocráticas. Esta dinâmica resultou no fortalecimento do poder real e, com isso, na consolidação dos Estados Nacionais, principalmente a partir do momento em que o rei se tornou o mediador da competição por bens e prestígio entre diferentes grupos sociais. A linguagem característica da tensão entre estas diferentes frações sociais foi justamente o acesso aos meios simbólicos de concorrência, traduzidos materialmente pelos códigos de etiqueta, ou melhor, pela capacidade dos indivíduos de interiorizar o controle das funções corporais, das pulsões e das emoções. A etiqueta fixava posições hierárquicas e era o mecanismo regulador que mantinha o equilíbrio na sociedade de corte. Graças ao ganho de poder do soberano, baseado na gestão da tensão entre os diversos interesses, ocorreu uma correlação histórica entre frações de classe e uma formação histórica específica, que é o Estado-Nação. Portanto, na sociedade de corte, apareceu uma manifestação mais acabada de uma nova figuração social, caracterizada por uma rede ampla de interdependência com agentes de origem social diferenciadas. É neste mundo repleto de tensões que o problema da violência toma uma outra solução. O rei torna-se o personagem que realiza a mediação das tensões, manejando não só o conflito entre as frações mas também o código simbólico da época, a etiqueta. A formação do Estado-Nação, em conjunto com o controle interior das emoções e pulsões, centraliza o poder e a violência legítima em outra esfera, não mais nos indivíduos, mas sim no Estado. O resultado do processo civilizatório implicaria em uma pacificação global.

⁹⁵ Gostaríamos de agradecer à professora Maria Fernanda Tourinho Peres por gentilmente nos fornecer o seu relatório de pesquisa intitulado *Violência, saúde e prevenção: contribuições da criminologia para o estudo dos homicídios no Brasil e para o delineamento de novas investigações com vistas à identificação de fatores de risco para violência interpessoal entre crianças e adolescentes* (PERES, 2016). A leitura deste trabalho foi imprescindível para apontar as principais questões tratadas nesta seção. Sem ele, não teríamos condições de visualizar, por exemplo, a importância do debate relacionado a Norbert Elias e, principalmente, de reconhecer a literatura que tratou do movimento global da queda dos homicídios.

vários países industrializados – Alemanha, Inglaterra, França, Holanda e Suécia –, incluindo homicídios, eram muitíssimos mais altos nos séculos XV e XVII do que agora. Quem olha hoje para pacíficas cidades como Estocolmo, ou para países como Suécia e Noruega, jamais pensaria que, séculos antes, estes foram lugares violentos. (SOARES, 2008, p. 14-15).

Estudos empíricos de homicídios testaram hipóteses vinculadas ao processo de pacificação global e concluíram que haveria um processo amplo de redução das taxas de homicídios. Desse modo, acrescentaram ao debate perspectivas concretas sobre os efeitos das dimensões políticas, como, por exemplo, a legitimidade política e a disseminação de arranjos institucionais disciplinadores (EISNER, 2001, 2014; NIVETTE; EISNER, 2013). Eisner (2001), ao examinar dados sobre a violência em países europeus a partir do XVII, constatou que os níveis de violência declinaram ao longo do tempo e começaram a cair justamente nos países pioneiros do processo de modernização, como a Inglaterra e a Holanda. Com efeito, o autor coloca em evidência a tese da pacificação global proposta por Elias, em conjunto com outros fenômenos relacionados aos arranjos institucionais, tais como: a expansão das escolas, os movimentos reformistas religiosos, a divisão do trabalho social, entre outros (EISNER, 2001).

Gráfico 6 – Taxa de homicídios da Inglaterra, Holanda, Alemanha e Itália no período de 1200 a 2000

Fonte: Eisner (2001, p. 622, 623, 625 e 627, respectivamente).

A título de exemplo, no **Gráfico 6**, podemos visualizar alguns dos gráficos elaborados por Eisner (2001). Além de demonstrar o resultado de um enorme trabalho de depuração

estatística, os dados evidenciam uma série de estimativas que nos permitem relacionar o fenômeno da violência às grandes mudanças sociais. Por exemplo, enquanto Inglaterra e Holanda apresentaram trajetórias de queda semelhantes a partir do século XVI, Alemanha e Itália, países que iniciaram seu processo de modernização tardiamente começaram a registrar quedas em suas taxas apenas a partir do século XVIII. Com base nas evidências, o autor também levou em consideração a tese durkheimiana de que o incremento do individualismo moderno se configuraria como uma das possíveis causas do declínio dos níveis de violência.⁹⁶

Trabalhos mais recentes também destacaram o papel da capacidade da difusão do autocontrole, da mudança nos graus de legitimidade política e do fortalecimento de instituições políticas e sociais como elementos capazes de explicar as mudanças a longo prazo dos índices de homicídios (EISNER, 2014; NIVETTE; EISNER, 2013). Nivette e Eisner (2013) testaram variáveis de legitimidade política como preditores de homicídios para uma amostra de 65 países, apontando que a legitimidade pode ter efeitos tão fortes sobre os homicídios quanto as variáveis estruturais clássicas.⁹⁷ Para as(os) autoras(es), a legitimidade, tanto em contextos com altos níveis de desigualdade quanto em contextos com baixos níveis de desigualdade, é capaz de explicar a incidência de homicídios, ou seja, onde as políticas são consideradas legítimas os níveis de homicídios tendem a ser reduzidos (NIVETTE; EISNER, 2013).

Considerando crimes de maneira geral, Tseloni *et al.* (2010), no período de 1995 a 2004, verificaram que a incidência de crimes no mundo reduziu: 77,1% para roubos de carros, 60,3% para roubo de pessoas, 26% para furto e 20,6% para assaltos. Os(as) autores(as) argumentam que a redução em alguns países da Ásia, África e América Latina foi maior do que em países da Europa, América do Norte e Austrália, confirmando assim a natureza universal do declínio do crime.⁹⁸

Desse modo, essa literatura acrescentou elementos importantes ao debate sobre os homicídios, pois chamou a atenção para a legitimidade das ações do Estado perante os seus cidadãos, sobretudo no que diz respeito à confiança dos cidadãos nas políticas de segurança pública. Contextos com baixo grau de institucionalização e caracterizados por práticas governamentais ilegítimas poderiam constituir-se como espaços primordiais para ampliação

⁹⁶ Outro autor que argumenta a favor da tese de uma pacificação global é Steven Pinker (2012). Diferentemente do que comumente se anuncia, de que o mundo está mais violento, em *The better angels of our nature: why violence has declined*, o autor afirma que vivemos na era de maior paz de nossa existência. O livro praticamente se tornou um *best-seller* (New York Times) e alcançou diferentes públicos, para além do campo acadêmico.

⁹⁷ Nivette e Eisner (2013) utilizam o indicador de Bruce Gilley (2006) para examinar os efeitos da legitimidade sobre os homicídios. Assim, consideram que o Estado legítimo é aquele capaz de oferecer direitos e proteção de forma igualitária, bem como que estes valores devam ser compartilhados pelos seus cidadãos.

⁹⁸ “*It confirms the universal nature of the crime decline*” (TSELONI *et al.*, 2010, p. 387).

dos níveis de homicídios. Concretamente, a violência policial assinalaria um dos exemplos de ações ilegítimas, que tenderiam a invalidar a confiança da população em relação às instituições (PERES; NIVETTE, 2017). Tal desconfiança favorece a resolução de conflitos fora do campo legal e contribui para a ampliação dos níveis de violência. Portanto, segundo Nivette (2016), o apoio da sociedade a grupos encarregados de executar a lei sem autoridade legal (*vigilantism*) está associado tanto aos indicadores subjetivos de ilegitimidade institucional quanto aos indicadores objetivos de violência, tais como os homicídios.

No entanto, outros trabalhos questionaram a concepção referente à natureza universal do declínio do crime. Países da América Central e da América do Sul, como é o caso do Brasil, experimentaram tendências elevadas de crescimento em suas taxas de homicídios na história recente. Em toda a América Latina, as taxas registradas somente na década de 1990 foram duas vezes superiores à média mundial (REZA *et al.*, 2001 *apud* LAFREE; CURTIS; MCDOWALL, 2015). Mas não apenas o continente americano enfrentou problemas em relação à violência; após o declínio da União Soviética, por exemplo, os homicídios também cresceram no Leste Europeu (KILLIAS; AEBI, 2000 *apud* LAFREE; CURTIS; MCDOWALL, 2015). Com isso, alguns(mas) pesquisadores(as) argumentaram que a desaceleração dos homicídios estava restrita apenas a um conjunto de países do mundo ocidental e não se constituía como um fenômeno global.

LaFree, Curtis e McDowall (2015), utilizando como referência as teorias do conflito, que tendem a apontar que a crescente desigualdade amplia os níveis de violência, afirmaram, por meio da análise das tendências de homicídios de 55 países no período de 1950 a 2010, que a modernização, ou a pacificação global, seria capaz de explicar a queda dos homicídios apenas em um subconjunto de democracias ricas e de estilo ocidental.⁹⁹ Para os(as) autores(as), as estatísticas seculares da violência, ou seja, as mesmas que apontam para o declínio dos homicídios e que permitem avaliar os padrões de crime a longuíssimo prazo, vêm justamente dos países ocidentais industrializados. Desse modo, em países pobres ou de democracias não consolidadas, as tendências apresentam resultados diferentes. No caso dos países do Leste Europeu, segundo Tuttle, McCall e Land (2018, p. 4), uma das possíveis explicações para o aumento das taxas poderia relacionar-se com uma espécie de “*sudden societal transition*”, ou

⁹⁹ Os(as) autores(as) colocam em evidência duas perspectivas teóricas antagônicas: as teorias da modernização/globalização e as teorias do conflito. As primeiras consideram que as taxas de crime reduzirão ao longo do tempo com a globalização/modernização, com o compartilhamento de valores democráticos e com a ampliação da conectividade entre diferentes culturas. Em geral, a direção da causalidade é representada da seguinte forma: crise política (ilegitimidade) gera violência. A segunda perspectiva entende que a própria globalização, situada no bojo da economia de mercado, amplia a desigualdade entre países, gerando, desse modo, mais violência: a violência gera crise política.

transição súbita de sociedade. Aqueles países que se tornaram democráticos após longo período sob um sistema autocrático tenderiam a apresentar altas taxas de homicídios. Em relação à América do Sul, a desorganização social, a inefetividade política e a ilegitimidade institucional seriam variáveis importantes para explicar as elevadas taxas de violência (NIVETTE, 2016; PERES; NIVETTE, 2017; TUTTLE; MCCALL; LAND, 2018).

Diante desse cenário, as pesquisas com base em trajetórias colocaram em questão a importância dos aspectos locais e globais, chamando a atenção para um processo dinâmico e desigual. Em alguns países, se as diversas modalidades de crime apresentavam tendências claras de queda, em outros, caminhava-se em sentido contrário. Os estudos de trajetórias buscaram verificar se haveria a possibilidade de as taxas globais de homicídios ocultarem uma heterogeneidade com diversas tendências de homicídios e também explicar o que levaria um determinado grupo de países a conformar uma trajetória de alta tendência de homicídios, por exemplo.

Weiss *et al.* (2016), após a aplicação do modelo de análise de trajetória baseado em grupo (*group-based trajectory modeling*) para 53 países desenvolvidos e em desenvolvimento, no período de 1990 a 2005, verificaram que a tendência de queda constatada na maioria dos países não foi universal nem aleatoriamente distribuída.

Gráfico 7 – Trajetória das taxas de homicídios para 55 países desenvolvidos e em desenvolvimento no período de 1990 a 2005

Fonte: Weiss *et al.* (2016, p. 326).

Na prática, como podemos visualizar no gráfico elaborado por Weiss *et al.* (2016) (**Gráfico 7**), os(as) autores(as) identificaram quatro grupos de trajetórias de homicídios. O primeiro, com uma trajetória baixa de homicídios, que corresponde a 42% da população. O segundo, com uma trajetória média, com tendência de queda, que se refere a 24% da população. O terceiro, com uma trajetória similar ao segundo, mas com níveis mais altos de homicídios. E, por último, o quarto, no qual se encontra a diferença mais emblemática: altos níveis de homicídios e trajetória de constante incremento. O grupo é formado por 9% dos países, entre os quais a Colômbia, a Guatemala, a Rússia e a Venezuela e o Brasil. Desse modo, o estudo demonstra que a queda observada nas três trajetórias distintas de homicídios não se estendeu a outras regiões como a América Central e do Sul. Nas palavras dos(as) autores(as) “[...] *the results suggest that like economic inequality, global homicide trends follow a similar pattern where the rich get richer and safer, while the poor get poorer and more dangerous*” (WEISS *et al.*, 2016, p. 331-332).

Em um trabalho mais recente, Tuttle, McCall e Land (2018) seguiram a linha dos(as) autores(as) anteriores, mas, além de identificar trajetórias latentes entre as nações, buscaram apontar quais eram os fatores estruturais que caracterizavam a participação dos países em determinado grupo de trajetórias. Por meio de uma amostra de 82 países, no período de 1980 a 2010, os(as) autores(as) identificaram três tendências de trajetórias. A primeira, com trajetórias

baixas de homicídios e tendência de queda. A segunda, com níveis médios de homicídios e novamente com tendência de queda. E a terceira, com altos níveis de homicídios e uma trajetória de elevação. Dos 27 países pertencentes ao terceiro grupo, 10 são da América Central, 6 da América do Sul, 7 do Leste Europeu, 3 da Ásia e um da América do Norte (EUA).¹⁰⁰ Com base em modelos de regressão logística binária e ordinal, os(as) autores(as) identificaram variáveis explicativas importantes. Por exemplo: a associação do índice de desenvolvimento com o grupo de trajetória alta é 5,34 vezes superior ao de trajetória baixa, ou seja, quanto menor o desenvolvimento, maior a probabilidade de um país pertencer a um grupo de alta trajetória de homicídios. Portanto, Tuttle, McCall e Land (2018) concluíram que preditores estruturais e a variação regional têm influência sobre as tendências de homicídios entre as nações.

Não obstante, as análises de trajetórias configuram-se ainda como um campo recém-descoberto. Na verdade, os primeiros estudos criminológicos que levaram em conta a visualização desse conjunto de informações buscaram identificar tipologias de indivíduos agressores e, por consequência, as características de cada grupo. D'Unger *et al.* (1998), com base em pesquisas longitudinais, analisaram dados de condenações de pessoas do sexo masculino durante um longo período de suas vidas, em três cidades diferentes: Londres, Filadélfia e Racine. No caso específico de Londres, os(as) autores(as) utilizaram uma pesquisa que acompanhou o envolvimento criminal de 411 homens durante 27 anos.¹⁰¹

¹⁰⁰ O Brasil está inserido nele, e, com exceção da Tailândia, todos os países da Ásia pertenceram a União Soviética.

¹⁰¹ O envolvimento criminal foi mensurado pelo número de infrações penais registradas no tribunal da região pertinentes à faixa etária entre 8 e 32 anos.

Gráfico 8 – Taxas de condenação por idade em Londres

Fonte: D'Unger *et al.* (1998, p. 1612).

No **Gráfico 8**, podemos visualizar os grupos identificados pelos(as) autores(as). Embora apresentem níveis e trajetórias com picos distintos, os três grupos demonstram que os níveis de condenação começam na juventude e tendem a reduzir na fase adulta. De qualquer modo, o grupo denominado *adolescence-limited*, ao mesmo tempo em que aponta um aumento elevado durante a adolescência (10 a 16 anos), também retrata um encerramento abrupto nesta mesma fase. Por outro lado, *high-rate chronic*, que também possui níveis altos de condenações na fase da adolescência, tende a encontrar seu ápice no início da vida adulta. Estes são alguns dos exemplos que nos ajudam a entender de que forma os estudos foram aplicados.

Outros(as) pesquisadores(a) passaram a empregar o modelo para estudos ecológicos. Weisburd *et al.* (2004), por exemplo, estudaram a distribuição das tendências de crime nas ruas de Seattle nos anos de 1989 a 2002. Concluíram que a queda das taxas de crime ocorridas na cidade não aconteceu como um processo geral ou homogêneo, mas foi gerada sobretudo por apenas 24% das quadras da cidade, ou seja, um grupo bastante reduzido de microlocais com um forte histórico de redução de suas taxas de criminalidade. Uma pesquisa realizada por Curman, Andresen e Brantingham (2014) em Vancouver, no período de 1991 a 2006, apresentou resultados similares. Na maior parte das ruas, foram constatadas tendências estáveis de crime, pois apenas alguns grupos foram responsáveis pela redução no período. Stults (2010), ao analisar as trajetórias de homicídios em bairros de Chicago, também encontrou uma grande

variabilidade entre as tendências. Os modelos multivariados aplicados pelo autor demonstraram que a desigualdade aumenta a probabilidade de grupos de bairro apresentarem uma trajetória alta e de crescimento de homicídios. Mais recentemente, Wheeler, Worden e McLean (2016)¹⁰² realizaram um estudo inframunicipal para a cidade de Albany, entre os anos de 2000 a 2013, mas seus resultados se diferenciaram das pesquisas anteriores. No **Gráfico 9**, podemos verificar que, embora com níveis de crime distintos, as trajetórias dos oito grupos selecionados seguiram o mesmo padrão de queda. No caso desta pesquisa, os autores visualizaram uma tendência de homogênea dos crimes em toda a cidade.

Gráfico 9 – Média de crimes em Albany no período de 2000 a 2013

Fonte: Extraído de Wheeler, Worden e McLean (2016, p. 597).

Os estudos ecológicos de trajetórias não ficaram restritos apenas ao nível global ou ao contexto microlocal. O interesse sobre a homogeneidade ou heterogeneidade das tendências de homicídios influenciou pesquisas macrossociais municipais. Do mesmo modo que nos questionávamos a respeito da singularidade ou generalidade das trajetórias de homicídios em países e em contextos intraurbanos, seria possível realizar o mesmo procedimento para outras configurações regionais, seja países, agora internamente, ou mesmo de estados. Em resumo, a pergunta se colocaria do seguinte modo: o movimento da tendência de homicídios de um país ou de um estado esconderia trajetórias similares e latentes de homicídios? Portanto, devido à

¹⁰² Neste trabalho, os autores utilizaram o mesmo pacote estatístico que aplicaremos para modelar a trajetória de grupos de municípios em Santa Catarina, o *crimCV* (NIELSEN, 2018) do R (RSTUDIO TEAM, 2015).

maior disponibilidade de dados, estas pesquisas foram capazes de identificar diferenças substantivas entre as tendências, apontando os efeitos das características estruturais dos municípios na adesão a uma determinada trajetória.¹⁰³

McCall, Land e Parker (2011) avaliaram as mudanças temporais nas taxas de homicídios de 157 cidades dos Estados Unidos em um período de 30 anos, entre 1976 e 2005. Constataram quatro trajetórias com níveis distintos de homicídios, mas movimentos homogêneos. Para as(os) autoras(es), a variabilidade característica destas trajetórias demonstra a influência das forças conjunturais sobre as taxas de homicídios dos municípios.¹⁰⁴ E, além disso, outros aspectos como a segmentação do mercado de trabalho e as mudanças na composição racial constituem-se como elementos fundamentais para entender essas diferenças (MCCALL; LAND; PARKER, 2011, p. 374). Assim, os(as) autores(as) verificaram que grandes cidades localizadas no Sul do país, com níveis mais elevados de pobreza, maior desigualdade de renda, maior nível de homens divorciados, elevadas taxas de desemprego, maior proporção de jovens e número de policiais *per capita* estão mais aptas a aderirem a um grupo de trajetória com altas taxas de homicídios. Além do mais, também propõem que a realocação do nível de análise das tendências gerais para as trajetórias latentes permite identificar com mais sutileza os efeitos das forças sociais sobre cada grupo de tendências.

Não obstante, os estudos ainda permitiram desagregar a ‘variável dependente’. Parker, Stansfield e McCall (2016), ao invés de analisar as tendências gerais de homicídios, avaliaram se haveria fatores subjacentes nas trajetórias de homicídios entre negros e brancos.¹⁰⁵ As(os) autoras(es) descobriram três trajetórias distintas para cada grupo racial (**Gráfico 10**).

¹⁰³ Stults (2010), mesmo em uma pesquisa intraurbana, analisou os efeitos de preditores sobre as taxas de homicídios. No entanto, sua pesquisa considerou como unidade de análise os bairros da cidade de Chicago. Curman, Andresen e Brantingham (2014), Weisburd *et al.*, (2004) e Wheeler, Worden e McLean (2016) analisaram dados por segmentos de rua. Neste nível de agregação, é muito difícil encontrar informações estruturais durante um período significativo de tempo, mesmo para os Estados Unidos, que têm tradição na coleta de dados.

¹⁰⁴ Cf.: McDowall e Loftin (2009). Os autores analisaram os padrões nacionais e as tendências municipais entre 1960 a 2004 nos Estados Unidos e concluíram que as tendências nacionais geram mudanças na variação das taxas de crime municipais.

¹⁰⁵ A pesquisa utilizou uma amostra de cidades dos Estados Unidos no período de 1980 a 2006.

Gráfico 10 – Trajetórias das taxas de homicídios segundo raças para os municípios dos Estados Unidos no período de 1980 a 2006

Fonte: Parker, Stansfield e McCall (2016, p. 4).

Esta heterogeneidade revelada pelas diferentes curvas e intensidade das trajetórias, segundo as(os) autoras(es), exibe uma complexidade oculta e coloca em outro nível a explicação da queda do crime nos Estados Unidos. A maioria dos municípios foram agrupados nos *clusters* de baixa trajetória, justamente aqueles que não apresentaram evidências de que houve uma redução dramática dos crimes. Além disso, as análises dos determinantes utilizados para explicar as diferenças das trajetórias revelaram que entre os brancos o impacto da desigualdade socioeconômica foi maior. Porém, entre os negros a instabilidade de empregos na indústria afetou as diferenças dos grupos de trajetória alta em relação aos de trajetória baixa. Em suma, os grupos com nível mais reduzido de homicídios foram associados a níveis relativamente mais baixos de isolamento racial, desvantagem econômica, perturbação familiar e imigração hispânica, quando comparados aos das cidades inseridas em grupos de taxas altas.

Com relação ao Brasil, trabalhos de pesquisa com enfoque nas trajetórias são ainda mais escassos. Para sermos mais exatos, destacamos o trabalho pioneiro de Peres e Nivette (2017), intitulado *Social Disorganization and Homicide Mortality Rate Trajectories in Brazil Between 1991 and 2010*. As pesquisadoras estudaram as trajetórias dos municípios brasileiros no período de 1991 a 2010 e, por meio de uma análise de regressão binária e multinomial, buscaram investigar a associação entre desorganização social e o incremento na trajetória das taxas de homicídios. Peres e Nivette constataram que o crescimento das taxas de homicídios no país está restrito a um número delimitado de municípios; e a desorganização social, atrelada a uma trajetória de homicídios ascendente.

Portanto, diante da escassez de trabalhos e do potencial analítico da abordagem de trajetórias, somada ainda ao comportamento do fenômeno mortes por homicídios, a proposta desta tese consiste em analisar se o incremento das taxas de homicídios em Santa Catarina revela uma heterogeneidade oculta com diferentes trajetórias e características distintas. Com isso, buscamos apresentar uma tipologia do movimento das taxas de homicídios no decorrer do tempo e traçar as bases dessa distinção tipológica, ou seja, apontar o que faz com que um determinado conjunto de municípios se estabeleça em um grupo com tendências de queda, incremento ou estabilidade.

Assim, com o objetivo de deixar a proposta mais clara e de aproximá-la ao debate realizado nesta seção, finalizamos o capítulo reproduzindo os pontos referentes ao desenho de pesquisa já apresentados na introdução deste trabalho:

- 1) Primeiramente, buscamos identificar se existem trajetórias latentes nas taxas de homicídios entre os municípios de Santa Catarina no período de 1992 a 2017. Este trabalho é desenvolvido por meio da aplicação de uma técnica denominada *Group Based Trajectory Modeling* (NAGIN, 1999, 2005; NAGIN; TREMBLAY, 2005), que consiste em identificar grupos de trajetórias ao longo do tempo. Em razão disso, desenvolvemos uma análise a respeito da natureza dessas trajetórias, isto é, se são heterogêneas ou homogêneas considerando a tendência geral de incremento dos homicídios no estado;
- 2) Em segundo, descrevemos o comportamento das trajetórias em função do movimento e de suas especificidades regionais, bem como avaliamos até que ponto a magnitude da tendência de acréscimo dos homicídios foi compartilhada entre as distintas trajetórias de homicídios;

- 3) E, por último, com base na tradução dos apontamentos teóricos em indicadores, buscamos apontar quais fatores estruturais e políticos fornecem as bases de distinção de cada trajetória, ou ainda quais forças socioeconômicas e políticas determinam a participação dos municípios nas diferentes trajetórias, sejam elas de crescimento, estabilidade ou queda. Em suma, se as características estruturais e políticas destas cidades são capazes de explicar a adesão a determinado grupo de trajetória até então latente.

3 DESENHO DE PESQUISA, SELEÇÃO DOS DADOS E MODELO ESTATÍSTICOS

Reservamos este capítulo para apresentar como estruturamos os procedimentos de investigação desenvolvidos no trabalho. Primeiramente, traçamos uma análise da natureza das principais fontes de informação utilizadas para compor o material empírico, seja em relação ao número de homicídios, seja em relação aos indicadores gerais. Assim, concomitantemente com a apresentação das ações operacionais realizadas para adequar o conjunto de dados aos modelos de análise, expomos a justificativa para a escolha do período de investigação e a seleção do número de municípios. Por fim, detalhamos a técnica utilizada para identificar o conjunto de trajetórias latentes e o desenho de pesquisa.

3.1 SOBRE OS DADOS

Para os(as) pesquisadores(as) minimamente iniciados no tema, não se apresenta como novidade o fato de as estatísticas criminais possuírem vários problemas, que vão desde o registro das informações, passando pela confiança dos dados e chegando ao mais grave, a transparência das informações. Lima (2005), em extensa análise das estatísticas criminais produzidas no âmbito das instituições de justiça criminal (Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário e Estabelecimentos Carcerários) no estado de São Paulo entre os anos de 1871 até 2000, chamou atenção para a seguinte hipótese:

Mesmo após a redemocratização e a pressão por mudanças exercidas pelos discursos em prol dos direitos humanos para a estruturação de procedimentos de controle público das agências estatais encarregadas por justiça e segurança no país, o segredo permanece como *modus operandi* do sistema de justiça criminal, não obstante a incorporação, sobretudo pelas polícias, de discursos de transparência dos dados e estatísticas e de sofisticados sistemas e linguagens de tecnologia da informação. (LIMA, 2005, p. 10).

A lógica do ‘segredo’ pautaria a ‘arte de governar’ das instituições encarregadas de produzir as informações criminais. Outros autores também evidenciaram os problemas referentes à baixa confiabilidade e à pouca acessibilidade às informações (ADORNO, 2002; CANO; RIBEIRO, 2007; SOARES, 2008; ZALUAR, 1999), alguns associando o baixo grau de transparência às práticas remanescentes do regime militar (SALLA, 2003b; SAPORI, 2007). Porém, a discussão sobre a acessibilidade e a confiabilidade dos dados passou a assumir certo grau de centralidade nas duas últimas décadas, colocando em pauta

a necessidade da publicização qualificada. Para Lima (2005), o avanço tecnológico, traduzido aqui em confiabilidade e acessibilidade de informações, estava intimamente associado à modernização tecnológica do Estado, no entanto essa mudança de lógica apenas transformou a informação de algo ‘secreto’ em algo ‘opaco’.

O problema desloca-se, assim, da produção para o uso de dados disponíveis e, nesse terreno, parece ocorrer a adoção entusiasmada de sistemas de geoprocessamento de ocorrência; a disponibilização de processos judiciais na internet, entre outras iniciativas, sem, contudo, uma avaliação sobre a acessibilidade, qualidade, transparência, integridade e utilidade dos dados disponíveis – num movimento que lida com a tecnologia em si mesma e desconsidera processos políticos, classificações adotadas, categorias e conteúdos do fluxo informacional no interior das instituições (LIMA, 2005, p 12).

O argumento expressa a problemática de que a qualidade da informação não remete apenas à utilização de recursos tecnológicos mas sobretudo à análise das categorias adotadas, especialmente a produção política das informações. Com base nessa discussão, observamos que as estatísticas analisadas neste trabalho estão representando o *modus operandi* de determinadas instituições, tanto no que diz respeito aos seus limites quanto às suas potencialidades. As estatísticas criminais, antes de se constituírem como a expressão real do universo de crimes, retratam o processo social e político da construção das informações.¹⁰⁶ Os dados não apresentam verdades absolutas e, portanto, são oriundos dos processos sociais e institucionais que expressam a lógica política do Estado. Por isso, descrevemos a seguir a natureza das principais fontes de informação no país que disponibilizam dados de homicídios.

No Brasil, existem duas fontes de dados para resgatar informações sobre homicídios: o boletim de ocorrências das polícias civis e as certidões de óbito do Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade/Datasus). No primeiro é possível encontrar informações sobre a vítima e sobre os perpetradores do crime (quando reconhecidos). No caso do segundo, as informações são disponibilizadas apenas para as vítimas. Como alertam Cano e Ribeiro (2007), as informações nessas duas fontes de dados nem sempre coincidem. Em Santa Catarina, por exemplo, enquanto os dados disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública apontaram um total de 5.466

¹⁰⁶ Túlio Kahn, em comentário realizado no espaço *online* do Fórum de Segurança Pública. Disponível em: <https://bit.ly/2wkCqod>. Acesso em: 20 nov. 2018.

homicídios dolosos para os anos de 2010 a 2016,¹⁰⁷ o SIM registrou um número de 6.090 mortes por homicídios,¹⁰⁸ uma diferença de 624 mortes.

Um outro problema relacionado ao BOs refere-se a não padronização dos registros de ocorrência. Mesmo com o avanço na publicização e qualificação das informações experimentado nos últimos anos, ainda não é possível encontrar uma base unificada de estatísticas criminais. Alguns organismos, como é o caso do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, procuram apresentar à sociedade anualmente um relatório consolidado com uma série de estatísticas criminais para o Brasil e seus estados. Esse trabalho se dá pelo próprio esforço do Fórum, que coleta as informações disponíveis para cada estado e reúne em um grande relatório, intitulado *Anuário Estatístico*. Apesar da importância do trabalho, não existe ainda uma base consolidada oficial com esse conjunto de informações. Além disso, internamente aos estados, os métodos de registros e categorização dos crimes seguem critérios jurídicos, muitas vezes pouco claros, ou mesmo a cultura operacional dos próprios operadores das polícias (CANO; RIBEIRO, 2007).

A qualidade das informações criminais, porém, não é um tema restrito apenas à experiência brasileira. Um dos motivos para que os(as) pesquisadores(as) norte americanos(as) conseguissem avançar nas pesquisas sobre crimes está diretamente relacionado aos esforços empreendidos em montar uma base unificada de estatísticas criminais, o *Uniform Crime Reports* (UCR).¹⁰⁹ A base de dados permitiu ampliar o leque de trabalhos sobre homicídios, chamando atenção não apenas para as vítimas como também para os perpetradores. Além disso, possibilitou comparações qualificadas entre distintas regiões e análises mais longas durante o tempo. Zaluar (1999), em um artigo publicado no final da década de 1990, relatou que a inexistência de um sistema nacional de estatísticas criminais se constitui um dos maiores empecilhos para a pesquisa sociológica e a definição de políticas públicas para o setor. Os dados oficiais “[...] dificilmente possibilitam a construção de séries temporais e comparações sistemáticas inter e intra-regiões [sic]” (ZALUAR, 1999, p. 56). Passados vinte anos, ainda não temos uma base de dados desta natureza. Em Santa Catarina, houve um esforço importante na

¹⁰⁷ Estes dados referem-se aos homicídios dolosos. Caso ampliemos essa noção para os dados de latrocínios, lesão corporal seguida de morte e mortes ocasionadas em decorrência da ação da polícia civil e militar, o número de mortes, embora superem os do SIM, ficam bastante próximos: 6.441 homicídios.

¹⁰⁸ Os dados de homicídios remetem ao grupo CID10: Agressões, Intervenções legais e Operações de guerra.

¹⁰⁹ Disponível em: <https://www.fbi.gov/services/cjis/ucr>. Acesso em: 20 set. 2018.

disponibilização de informações criminais nos últimos anos. É possível encontrar dados produzidos pela polícia sobre diversos crimes, para todos os municípios do estado.¹¹⁰ Mas, mesmo neste caso, a não continuidade das políticas coloca-se como uma das marcas do modelo federativo brasileiro, pois desde janeiro de 2019 não houve mais atualização das informações.¹¹¹

Mas, de qualquer modo, mesmo que existisse um banco de dados unificado e com uma cultura de disponibilização frequente de informações estatísticas, ainda assim haveria o problema do sub-registro ou das cifras ocultas. Esses casos referem-se àqueles crimes que não chegam ao conhecimento das polícias. Nesta circunstância não há a possibilidade de estabelecer uma correspondência direta entre a ‘criminalidade real’ e a criminalidade registrada pelos dispositivos policiais e judiciários (PAIXÃO; BEATO, 1997). Pesquisas de vitimização constataam que muitas pessoas deixam de denunciar crimes por falta de confiança no sistema de justiça criminal, medo da polícia e falta de interesse pela denúncia. Para se ter um exemplo, em Brasília, “58% das vítimas de roubo à mão armada e 81% dos envolvidos em brigas não denunciaram o ocorrido a uma autoridade” e, o mais preocupante, “64% dos feridos por arma branca não denunciaram o ocorrido a uma autoridade competente e 58% dos feridos com arma de fogo tampouco o fizeram” (SOARES, 2008, p. 133). Entretanto, o problema do sub-registro é maior nos casos de violência não fatal. Segundo Peres, Cardia e Santos (2006, p. 21), os casos de violência fatal possuem uma melhor notificação, por conta de alguns fatores, a saber: “[...] a gravidade do problema; o impacto que estas mortes precoces e evitáveis têm sobre a sociedade; a redução da expectativa de vida tem altos custos socioeconômicos; e maior quantidade de dados oficiais e possibilidade de comparação com outros grupos etários”.

No que se refere aos dados de homicídios, os problemas são menores quando se trata das certidões de óbito do Ministério da Saúde, porém só é possível encontrar informações sobre as vítimas. Os dados disponibilizados pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) seguem critérios de classificação internacionais – Classificação Internacional de Doenças (CID), da Organização Mundial da Saúde (OMS) –, o que

¹¹⁰ As informações são sistematizadas e publicadas pela Gerência de Estatística e Análise Criminal, Diretoria de Informação e Inteligência da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina. Disponível em: <http://portal.ssp.sc.gov.br/sspestatisticas.html>. Acesso em: 20 ago. 2018.

¹¹¹ A última consulta à página ocorreu no dia 01/05/2019. Até este período, o painel de dados estatísticos disponibilizava informações apenas para o primeiro mês de 2019. A secretaria apresenta a seguinte mensagem justificando a não atualização das informações: “Em decorrência da fase de implantação do processo de integração dos registros das Polícias Civil e Militar, o Painel de Dados Estatísticos deixou de ser atualizado para a realização de ajustes técnicos na extração das informações”. Disponível em: <https://bit.ly/2DRB5d4>. Acesso em: 1º maio 2019.

possibilita a produção de um banco de dados unificado para todo o país.¹¹² O SIM faz parte do Datasus e é gerido pelo Centro Nacional de Epidemiologia (Cenepi), criado em 1975. Os dados foram informatizados em 1979 e desde então passaram a ser regularmente disponibilizados, mas somente em 1996 as informações foram unificadas.

Nesse sentido, os homicídios referem-se ao grande grupo de óbitos por causas externas e são classificados, na CID 9, pelo Código E55 ‘Homicídios e lesões provocadas intencionalmente por outras pessoas’ e, na CID 10, pelos códigos X85 – Y09 ‘Agressões’.¹¹³ As informações recolhidas nas certidões de óbitos em cada estado alimentam o banco de dados do SIM,¹¹⁴ no qual as informações dos óbitos são preenchidas por médicos legistas e coletadas através dos cartórios. Nas declarações de óbito, não é possível encontrar informações específicas sobre a vítima, como nome, filiação, naturalidade, profissão e endereço, pois apenas informações gerais, tais como sexo, idade, raça, escolaridade e causa do óbito são disponibilizadas pelo sistema.

Conforme apontado por Cerqueira (2012), a lei¹¹⁵ estabelece que cada indivíduo morto precisa ter uma declaração de óbito preenchida pelo médico. Nos casos em que a causa da morte não é natural, ou seja, quando se trata de morte por causas externas, não basta a declaração de óbito, torna-se necessário um laudo pericial cadavérico, lavrado por médico legista do Instituto Médico Legal (IML). Portanto, o médico legista procura estabelecer a causa básica da morte: se foi resultado de agressões de terceiro – homicídios; violência autoinfligida (suicídio); acidente; morte suspeita (indeterminada) e

¹¹² Os dados de 1979 até 1995 remetem a 9ª revisão ou CID 9. Os de 1996 em diante fazem parte da 10ª revisão ou CID 10. Cabe destacar que em 18 de junho de 2018 a OMS lançou uma nova Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, a CID 11. Disponível em: <https://bit.ly/2QkNScC>. Acesso em: 20 fev. 2019.

¹¹³ No que diz respeito ao SIM-Datasus, há duas classificações distintas para as mortes por homicídios, a Classificação Internacional de Doenças – CID 9, correspondente ao período de 1980 a 1995, que classifica os homicídios no código E55 ‘Homicídios e lesões provocadas intencionalmente’, e a CID 10, referente aos anos de 1996 a 2016, na qual os homicídios são classificados pelo código X85-Y09 ‘Agressões’.

¹¹⁴ “O documento – padrão para a captação de dados sobre mortalidade, em todo o país, é a Declaração de Óbito (DO), que é resultado da padronização, efetuada em 1975, dos mais de quarenta modelos diferentes de Atestado de Óbito, então em uso. Conforme determinação legal, prevista no artigo 162 do Código de Processo Penal, todos os óbitos por causas externas devem gerar uma declaração de óbito, a qual deve ser preenchida no Instituto Médico Legal, com base na necropsia do cadáver e no laudo policial” (CRESPO, 2004, p. 120).

¹¹⁵ A lei refere-se à “5ª Resolução do [Conselho Federal de Medicina] CFM nº. 1.779/2005, que ‘Regulamenta a coleta de dados, o fluxo e a periodicidade do envio de informações sobre óbitos e nascidos vivos para os Sistemas de Informações em Saúde sob gestão da Secretaria de Vigilância em Saúde’. Portaria 201/2010, que regulamenta ‘Os parâmetros para monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), para fins de manutenção do repasse de recursos do Componente de Vigilância e Promoção da Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde’” (CERQUEIRA, 2012, p. 204).

intermediária (tipo de lesão ou instrumento que desencadeou o processo mórbido) (CERQUEIRA, 2012). Tais procedimentos permitem reduzir os problemas relacionados à subnotificação.

No entanto, conforme Cano e Ribeiro (2007), há alguns problemas nos dados disponibilizados pelo SIM, especialmente no que diz respeito às mortes que são mal classificadas. Nestes casos, não é apresentada grande parte das informações da vítima, como é o caso da escolaridade e, talvez a mais grave, quando não se estabelece a causa básica da morte, isto é, quando não se reconhece se as mortes foram resultados de suicídio, homicídios ou acidentes em geral. Assim, a estas mortes são atribuídas causas não conhecidas ou indeterminadas.

Importante discussão na literatura especializada aponta que, parte não desprezível das mortes classificadas por causas não conhecidas ou indeterminadas, compreende, na verdade, homicídios mal classificados (CERQUEIRA, 2012; JORGE; GAWRYSZEWSKI; LATORRE, 1997; MINAYO, 1994; SOUZA; ASSIS; SILVA, 1997). Por exemplo, Souza (1994) verificou que as taxas de homicídios no Rio de Janeiro assumiram tendências opostas às taxas de mortalidade por causas indeterminadas. Em uma análise das áreas de risco e tendências de mortalidade de adolescentes da cidade do Rio de Janeiro, Souza, Assis e Silva (1997, p. 396) perceberam que as “lesões por arma de fogo do tipo ignorado” se distribuíam “de modo semelhante aos homicídios”. Cerqueira (2012) argumenta que um percentual importante da queda dos homicídios na cidade do Rio de Janeiro no período de 2006 a 2009 tenha se dado de forma artificial, já que os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) apontaram um aumento acima da média dos incidentes fatais violentos com causa não esclarecida. Conforme o autor, enquanto os dados oficiais registraram uma queda de 28,7%, suas estimativas, considerando as mortes mal classificadas, retratavam uma redução de apenas de apenas 3,6% (CERQUEIRA, 2012).

No caso de Santa Catarina, a cobertura do SIM é aparentemente de qualidade. Em 2016, o último ano em que as informações foram disponibilizadas, demonstrava uma cobertura bastante elevada. Do total de mortes por causas externas (homicídios, suicídios e acidentes), apenas 1,86% foram classificadas como indeterminadas. Este dado é consideravelmente melhor que a média brasileira (6,59%) e de estados como o Rio Grande do Sul e Paraná, com 3,07% e 3,42%, respectivamente. No entanto, se considerarmos especificamente as taxas de mortes classificadas como indeterminadas em relação às taxas brutas de homicídios, podemos constatar alguns aspectos importantes.

Gráfico 11 – Taxa de mortes por homicídios e causas indeterminadas em Santa Catarina (1980 – 2015)

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) e nos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010).

Como demonstrado no **Gráfico 11**, podemos notar que a taxa das mortes por causalidade desconhecida foi reduzindo de forma bastante elevada no decorrer dos anos. As maiores diferenças ocorreram entre os anos de 1980 e 1996. Após este período, ocorreu uma substantiva melhora na classificação das mortes por causas externas, alcançando a taxa de uma morte por causa indeterminada por 100 mil habitantes em 2015. Ainda assim, o gráfico apresenta duas linhas que visualmente caminham de forma parecida em sentidos opostos, dando a impressão de que há uma possível associação entre o crescimento das taxas de homicídios e a redução do registro de mortes por causas indeterminadas.

Gráfico 12 – Proporção do número de mortes por homicídios e mortalidade por causas não esclarecidas em Santa Catarina

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018).

Esse dado fica mais claro se tomarmos como exemplo a diferença entre a proporção do número de homicídios em relação ao número de mortes por causas não esclarecidas durante as décadas. Conforme apresentado no (**Gráfico 12**), a diferenças em relação aos dois indicadores caminharam em sentidos opostos, ou seja, à medida que o percentual de mortes por causas indeterminadas reduzia, o de homicídios aumentava. Tais informações levam-nos a crer que um bom número de mortes registradas como indeterminadas poderia tratar-se de homicídios.

Mas, apesar do movimento semelhante entre o crescimento das taxas de homicídios e a queda das mortes por causas indeterminadas, precisamos ter claro que a partir dos anos 2000 houve uma importante estabilização das mortes por mortalidade desconhecida, e mesmo assim as taxas de homicídios continuaram crescendo, o que demonstra que o incremento geral das taxas de homicídios não está relacionado apenas a uma mudança no registro das informações. Com efeito, desde 1996, somente em dois anos (1998 e 2004) a diferença entre o número de mortes indeterminadas e o total de mortes por causas externas superou a casa dos 4%.¹¹⁶

¹¹⁶ Realizamos alguns testes de regressão para dados de séries temporais considerando as taxas de homicídios e as taxas por causas indeterminadas no período de 1980 a 2015. Apesar de os resultados demonstrarem que a mortalidade indeterminada produz efeitos sobre os homicídios, os testes também relataram que a tendência desse efeito tende a se reduzir com o passar dos anos.

Além disso, há que se considerar que as mortes por causa indeterminada têm influência sobre outros tipos de mortes por causas externas. Se há uma associação forte entre homicídios e mortes por causas indeterminadas, também é verdade que o mesmo pode ocorrer entre acidentes de trânsito e suicídios. Assim, para adicionarmos de modo objetivo quais tipos de mortalidade por causas indeterminadas exercem influência sobre as taxas de homicídios, realizamos uma análise fatorial buscando identificar quais das informações que compõe o conjunto das mortes por causa desconhecida associam-se melhor às taxas de homicídios, considerando o peso das outras causas de mortalidade não naturais.¹¹⁷ De fato, a análise fatorial apontou que as mortes cuja as causas não foram esclarecidas e que resultaram do uso de armas de fogo e objeto cortante, mais as mortes ocasionadas por intervenções legais (polícia), medem uma estrutura similar às taxas de homicídios.¹¹⁸ O teste fornece suporte ao que a literatura especializada já vem demonstrando, ou seja, que as mortes indeterminadas ocasionadas por armas de fogo, na verdade, são homicídios mal registrados (CERQUEIRA, 2012; CERQUEIRA *et al.*, 2018; JORGE; GAWRYSZEWSKI; LATORRE, 1997; SOUZA, 1994).¹¹⁹ De acordo com Cerqueira *et al.* (2018), em 2016, 10.274 mortes no Brasil não tiveram a causa-base esclarecida, o que corresponde a 6,6% do total. No mesmo relatório, encontramos a seguinte análise: “[...] conforme estimativas [...], 73,9% das mortes violentas com causa indeterminada eram, na verdade, agressões mal classificadas” (CERQUEIRA *et al.*, 2018, p. 10). Por essa razão, os(as) autores(as) ampliaram a noção *lato sensu* de homicídios (agressões mais intervenções legais) e acrescentaram as causas indeterminadas aos dados de mortes violentas.

¹¹⁷ A análise fatorial é uma técnica que mensura a interdependência entre variáveis. O objetivo consiste em definir uma estrutura inerente entre um amplo conjunto de indicadores. Trata-se de uma técnica de análise multivariada, pois “[...] fornece as ferramentas para analisar a estrutura das inter-relações (correlações) em um grande número de variáveis [...] definindo conjuntos de variáveis que são fortemente inter-relacionados, conhecidos como fatores” (HAIR *et al.*, 2009, p. 102). Assim, a análise fatorial pode ser usada para avaliar quais variáveis estão medindo aspectos da mesma estrutura subjacente.

¹¹⁸ Para a realização do teste de análise fatorial, levamos em conta os seguintes procedimentos. Seleccionamos as variáveis de interesse para os municípios de Santa Catarina relacionadas às mortes por causas externas: ‘homicídios’, ‘suicídios’ e ‘acidentes de transporte’, ‘outras causas externas de lesões acidentais’ e ‘sequelas de causas externas’. Todas estas variáveis precisaram ser adaptadas, devido às diferentes classificações adotadas pelo SIM-Datasus, pela CID 9 (1980-1995) e pela CID 10 (1996-2016). Em segundo lugar, realizamos trabalho idêntico buscando adaptar as variáveis referentes às mortes cujas causas não foram identificadas. No **Apêndice A**, descrevemos em detalhes as operações realizadas e como chegamos à identificação do conjunto de mortes por causas indeterminadas que melhor se associaram às taxas de homicídios.

¹¹⁹ A proporção de mortes por causas indeterminadas é vista como um indicador da qualidade dos dados (CERQUEIRA, 2012).

Portanto, para compor a variável que mensura a taxa de homicídios nos municípios de Santa Catarina no período de 1992 a 2017, utilizamos informações de duas fontes distintas: para os anos de 1992 a 2016, os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/Datasus); e para o ano de 2017, as informações disponibilizadas pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina (SSP/SC). Conforme o debate anterior, também ampliamos a noção *lato sensu* dos homicídios e acrescentamos aos dados originais informações relacionadas às mortes por causas indeterminadas provocadas por armas de fogo e objeto cortante, bem como as mortes ocasionadas por intervenções legais. Em relação ao ano de 2017, consideramos as seguintes informações: ‘Número de homicídios dolosos’, ‘Lesão corporal seguida de morte’, ‘homicídio em decorrência de ação da polícia civil e militar’ e ‘policia civil e militar morto em serviço’.

No **Quadro 1**, detalha-se quais variáveis foram utilizadas para compor a medida de homicídios utilizada neste trabalho:

Quadro 1 – Variáveis utilizadas para compor a taxa de homicídios dos municípios de Santa Catarina (continua)

Período	Fonte	Descrição da informação	Variáveis
1992 a 1995	SIM/Datasus CID 9	Número de homicídios	Código E55: Homicídios e lesões provocadas intencionalmente por outras pessoas
		Número de mortes por arma de fogo sem intenção determinada	Código E985: Lesão arma fogo e explosão ignorado acidente ou intencionalidade
			Código E922: Acidente causado por arma de fogo
		Número de mortes por objeto cortante e contundente sem intenção determinada	Código E986: Lesão instrumento cortante penetrante ignorado acidente ou intencionalidade
		Número de mortes por intervenções legais	Código E970: Lesão por intervenção legal armas de fogo
			Código E971: Lesão por intervenção legal com explosivos
			Código E972: Lesão por intervenção legal com gás
			Código E973: Lesão por intervenção legal com objeto contundente
			Código E974: Lesão intervenção legal instrumento cortante e penetrante
			Código E975: Lesão intervenção legal com outros meios especificados
			Código E976: Lesão intervenção legal meios não especificados
			Código E977: Efeitos tardios lesão infligida intervenção legal
			Código E978: Execução legal
1996 a 2016	SIM/Datasus CID 10	Número de homicídios	Código X85 - Y09: Agressões
		Número de mortes por arma de fogo sem intenção determinada	Código Y22: Disparo de pistola intenção não determinada
			Código Y23: Disparo de fuzil, carabina e arma de fogo de maior calibre, intenção não determinada
			Código Y24: Disparo de outra arma de fogo e de arma de fogo não especificada, intenção não determinada

Quadro 1 – Variáveis utilizadas para compor a taxa de homicídios dos municípios de Santa Catarina (conclusão)

Período	Fonte	Descrição da informação	Variáveis
1996 a 2016	SIM/Datasus CID 10	Número de mortes por arma de fogo sem intenção determinada	Código Y27: Exposição a vapor de água, gases ou objetos quentes, intenção não determinada
			Código W32: Projétil de revólver
			Código W33: Rifle, espingarda e armas de fogo de maior tamanho
			Código W34 Projéteis de outras armas de fogo e das não especificadas
		Número de mortes por objeto cortante e contundente sem intenção determinada	Código Y28: Contato objeto cortante penetrante intenção não determinada
			Código Y29: Contato objeto contundente intenção não determinada
		Número de mortes por intervenções legais	Código Y35: Intervenções legais
			Código Y36: Operações de guerra
2017	Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina	Número de mortes violentas	Homicídio doloso
			Latrocínio
			Lesão corporal seguida de morte
			Homicídio em decorrência da ação da polícia civil e militar
			Policia civil e militar morto em serviço

Fonte: elaborado pelo autor.

3.2 TRATAMENTO DOS DADOS

Para organizar e adequar os dados de homicídios aos modelos de análise da pesquisa, realizamos dois procedimentos principais. Em primeiro lugar, excluimos os municípios faltantes, ou seja, aqueles municípios criados após o ano de 1992. Em segundo, como forma de garantir a comparação das informações de homicídios entre municípios com características populacionais distintas, optamos por construir taxas bayesianas empíricas locais de homicídios (taxas empíricas espaciais) em contraposição ao uso habitual das taxas brutas. Desse modo, o método permitiu suavizar a instabilidade das tendências e dos efeitos da superestimação das taxas de homicídios em municípios com baixa população. No decorrer da seção, explicamos e justificamos os dois procedimentos.

Como poder ser visto na **Figura 3**, o estado de Santa Catarina possui 295 municípios, distribuídos em 6 mesorregiões¹²⁰ e 20 microrregiões geográficas¹²¹ (**Figura 4**). Um número considerável destas cidades foi criada nos últimos anos, com o processo de reestruturação federativa. Em 1980, havia apenas 197 municípios, crescendo para 217 no início da década de 1990 e chegando a 293 em 2000: de 1980 a 2017, o incremento de cidades foi de 49,7%.¹²² Pelo fato de o pacote estatístico utilizado para modelar as trajetórias em grupo não permitir incluir no modelo dados faltantes (*missing*),¹²³ fomos obrigados a excluir da análise os municípios não contemplados em todos os anos da série histórica (1992 a 2017).

¹²⁰ Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Serrana, Sul Catarinense e Vale do Itajaí.

¹²¹ Araranguá, Blumenau, Campos de Lages, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitiba, Florianópolis, Itajaí, Ituporanga, Joaçaba, Joinville, Rio do Sul, São Bento do Sul, São Miguel do Oeste, Tabuleiro, Tijucas, Tubarão e Xanxerê.

¹²² A partir da década de 1980, ocorreu com mais ênfase um fenômeno intenso de criação de municípios no país. Enquanto em 1980 havia 3.974 municípios, em 2000 este número alcançava a marca dos 5.560 municípios (IBGE, 2010).

¹²³ O pacote é o *crimCV* (NIELSEN, 2018) do R (RSTUDIO TEAM, 2015).

Figura 3 – Mapa dos municípios de Santa Catarina

Fonte: elaborado pelo autor com dados do IBGE ([2018]).

Figura 4 – Mapa das mesorregiões e microrregiões geográficas de Santa Catarina

Fonte: elaborado pelo autor com dados do IBGE ([2018]).

Como já explicado anteriormente, o SIM/Datasus disponibiliza dados de homicídios desde 1980, o que permitiria a ampliação do período de análise para 37 anos. No entanto, se considerássemos o ano de 1980 no nosso modelo, a perda de casos alcançaria a margem de 33%, deixando 98 municípios de fora da análise. Apesar de mais de 20 municípios terem sido no ano seguinte, aumentando o número de 197 para 217, o percentual de perda ainda permaneceria elevado, representando mais de 20% (26,4%). Este cenário se mantém idêntico até o ano de 1992, momento em que foram criados mais 43 municípios. Neste caso, a perda de dados amostrais alcançou um valor de 35 casos, o que equivale a um percentual de 11,8%, um número inferior aos demonstrados anteriormente.

Gráfico 13 – Taxa bruta de homicídios em Santa Catarina (1980 a 2014)

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) e nos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010).

A despeito da justificativa técnica para a exclusão e seleção do período de análise, também podemos verificar que as décadas de 1980 e 1990 não apresentaram diferenças substantivas em relação à trajetória das taxas de homicídios. Embora possamos perceber uma queda considerável no período de 1983 a 1986, a média das taxas brutas de homicídios se manteve bastante próxima, 7,1/100 mil habitantes em 1980 e 8/100mil habitantes em 1990.

Figura 5 – Mapas e gráfico de dispersão das médias das taxas brutas de homicídios nas décadas de 1980 e 1990 nos municípios de Santa Catarina

Fonte: elaborada pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) e nos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010).

Os mapas presentes na **Figura 5** também apontam mudanças internas pouco significativas. Há um padrão estabelecido que demonstra que os municípios pertencentes às mesorregiões Oeste e Serrana exibem as maiores taxas brutas de homicídios, tanto nos anos 1980 quanto nos anos 1990. Como veremos no próximo capítulo, este padrão sofrerá profundas alterações a partir dos anos 2000, estabelecendo mudanças significativas em relação aos aspectos estruturais e às características da morte violenta intencional. Portanto, entendemos que a retirada da década de 1980, além de acrescentar ganhos técnicos, no sentido de reduzir o número de dados faltantes, também não implica perda de informações substantivas, pois o período posterior não apresenta mudanças expressivas em relação à distribuição dos homicídios no estado.

Assim, a amostra contemplou um número de 260 municípios no período compreendido entre os anos de 1992 a 2017.¹²⁴ De acordo com a **Tabela 2**, ao todo foram

¹²⁴ Os municípios mantidos e excluídos da análise, bem como, o tamanho da população e o número de homicídios registrados no período de 1992 a 2017 podem ser visualizados nos Apêndices B e C.

excluídos da análise 35 municípios: um da Mesorregião da Grande Florianópolis, um da Mesorregião Norte Catarinense, 19 da Mesorregião Oeste, 7 da Mesorregião Serrana, 6 da Mesorregião Sul Catarinense e um do Vale do Itajaí. Em percentuais, a exclusão desses municípios representou 0,52% dos homicídios registrados em todo o período na Grande Florianópolis, 0,57% da Mesorregião Norte, 2,78% da Mesorregião Oeste Catarinense, 2,66% da Mesorregião Serrana, 4,90% da Mesorregião Sul e 0,05% da Mesorregião do Vale do Itajaí. Embora não cause problemas para os procedimentos estatísticos que serão realizados posteriormente, o Sul Catarinense foi a Mesorregião que apresentou a maior perda de informações.¹²⁵ No quadro geral, os municípios excluídos representaram somente 1,51% do total de homicídios registrados durante todo o período no estado. No que diz respeito ao tamanho populacional, os municípios excluídos corresponderam a uma perda de 0,49% na Mesorregião da Grande Florianópolis, 0,46% do Norte Catarinense, 3,69% do Oeste, 4,56% da Serrana, 5,03% do Sul e 0,17% do Vale do Itajaí. No total, estes municípios refletem apenas 1,89% do número total de habitantes do estado.

¹²⁵ Isto aconteceu porque dois municípios situados no Litoral Sul, Balneário Arroio do Silva e Balneário Rincão registraram 36 homicídios cada um. Podemos considerar um valor alto, especialmente se levarmos em conta o tamanho da população, 12.344 e 12.403 habitantes. Balneário Arroio do Silva emancipou-se de Araranguá em 1995 e Balneário Rincão de Içara em 2013. Enquanto o número de homicídios de Araranguá sofreu baixíssimas oscilações após a emancipação de Balneário Arroio do Silva, o número de homicídios de Içara reduziu mais do que a metade, passando de 13 para 4. A propósito, no primeiro ano de Balneário Rincão como cidade emancipada, foram registrados 5 homicídios. Estas informações seguem os dados selecionados para a análise conforme Erro! Fonte de referência não encontrada. em uma perspectiva *lato sensu*, por isso, podem ser encontradas algumas diferenças em relação a outras fontes governamentais, por exemplo, a Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina.

Tabela 2 – Número de municípios e homicídios excluídos da análise distribuídos por Mesorregião Geográfica de SC no período de 1992 a 2017

<i>Mesorregião catarinense</i>	<i>Municípios excluídos</i>	<i>Homicídios</i>			<i>População</i>		
		Municípios excluídos	Global	Perdidos (%)	Municípios excluídos	Total	Perdida (%)
<i>Grande Florianópolis</i>	1	18	3.432	0,52	5.602	1.149.994	0,49
<i>Norte</i>	1	20	3.487	0,57	6.304	1.368.598	0,46
<i>Oeste</i>	19	99	3.561	2,78	47.323	1.281.691	3,69
<i>Serrana</i>	7	39	1.467	2,66	19.000	416.351	4,56
<i>Sul</i>	6	88	1.796	4,90	51.079	1.014.623	5,03
<i>Vale do Itajaí</i>	1	2	3.819	0,05	2.953	1.769.904	0,17
Total	35	266	17.562	1,51⁽¹⁾	132.261	7.001.161	1,89⁽²⁾

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) e nos Censos Demográficos (IBGE, 1980, 1991, 2000, 2010).

Notas: ⁽¹⁾ percentual não está vinculado à coluna, mas sim ao número total de homicídios do estado e dos homicídios dos municípios excluídos;

⁽²⁾ Segue o anterior, o percentual refere-se ao número da população total do estado e da população dos municípios excluídos. Elaboração: autor.

3.2.1 Taxas bayesianas empíricas locais dos homicídios

Um procedimento comum em trabalhos que avaliam informações desta natureza consiste em transformar os números absolutos de homicídios em taxas que visam comparar locais com populações de grandezas distintas. Se contabilizarmos apenas os registros totais de homicídios ocorridos em uma região, podemos cometer erros graves de estimativa. Por exemplo, se, por um lado, São Paulo possui o terceiro maior registro de homicídios do país, 4.870, por outro, sua taxa de homicídios é a menor entre todos os estados brasileiros, 10,8/100 mil habitantes (2016).¹²⁶ Isto acontece porque a população de São Paulo chega aos 45 milhões de habitantes.¹²⁷ Santa Catarina, no mesmo ano, registrou 984 homicídios, porém, como o tamanho do estado em termos populacionais é muito menor do que o de São Paulo, 7 milhões de habitantes,¹²⁸ sua taxa de 14,23/100 mil habitantes colocou Santa Catarina na segunda posição entre os estados brasileiros

¹²⁶ O estado com o maior número absoluto de homicídios em 2016 foi à Bahia, 7.171 homicídios, seguido pelo Rio de Janeiro com 6.053 homicídios. Disponível em: <https://bit.ly/2FyviMf>. Acesso em 16 jan. 2019.

¹²⁷ A população estimada do estado de São Paulo para o ano de 2018 é de 45.538.936 habitantes. Disponível em: <https://bit.ly/2K33Jvh>. Acesso em: 16 jan. 2019.

¹²⁸ A população estimada de Santa Catarina para o ano de 2018 é de 7.075.494 habitantes. Disponível em: <https://bit.ly/2K33Jvh>. Acesso em: 16 jan. 2019.

com a menor taxa de homicídios.¹²⁹ Para garantir a possibilidade de comparação, o procedimento usual adotado refere-se à utilização de uma *taxa bruta de homicídios*. Tecnicamente, esta taxa é obtida calculando-se a proporção entre o número de homicídios e o tamanho da população, seguida de uma multiplicação por cem mil.

$$Tb_i = \frac{Y_i}{P_i} \times 100.000, i = 1, \dots, n \quad (1)$$

Onde: Y_i é o número de casos observados, P_i o tamanho da população e n o número de unidade geográficas.

Assim, uma taxa bruta de 20 homicídios significa que foram constatados 20 homicídios para cada 100 mil habitantes. Este procedimento permite a comparação entre diferentes regiões. No entanto, a despeito do cálculo considerar o tamanho da população, a taxa bruta tende a superestimar os registros em locais onde os eventos são raros e a população de risco é pequena. Tomemos como exemplo o caso de Galvão, município localizado na Mesorregião Oeste de Santa Catarina com uma população de 3.058 habitantes (2017):

Gráfico 14 – Taxa bruta de homicídios de Galvão/SC (1992 a 2017)

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018), nos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010) e na Secretaria Estadual de Segurança Pública (SANTA CATARINA, [2018]).

¹²⁹ Disponível em: <https://bit.ly/2FyviMf>. Acesso em: 16 jan. 2019.

Conforme observa-se no **Gráfico 14**, há uma grande instabilidade na série histórica. Em vários momentos, taxas com zero homicídios saltam para mais de 20, 30, 50 ou até mesmo 90/100 mil habitantes. As oscilações no período são extremamente elevadas, chegando a 220% em um período de 3 anos (2013 a 2016). De 2012 a 2016, a taxa bruta de homicídios do município passou de zero para 96/100 mil habitantes. Além da oscilação abrupta, também ocorre o problema da superestimação. Em 2016, o município de Galvão registrou três homicídios. Como sua população não ultrapassava os 4 mil habitantes, sua taxa bruta foi estimada em 91/100 mil habitantes. Esta taxa é superior à de Florianópolis (17,8/100 mil hab.), à de Joinville (24,4/100 mil hab.) e à de Chapecó (22,4/100 mil hab.), que registraram, no ano de 2016, respectivamente, 85, 139 e 47 homicídios, em números absolutos.¹³⁰ Isto demonstra que, no caso de municípios pequenos, a taxa bruta pode gerar sérios problemas de estimativa e exibir uma falsa tendência dos dados.

Em geral, boa parte das referências que nos auxiliaram a fundamentar teórica e empiricamente a proposta do trabalho utilizou em seus modelos de análise taxas brutas de homicídios. Mas, como estratégia para contornar o problema da superestimação, os(as) autores(as) selecionavam apenas amostras de municípios com população igual ou superior a 100 mil habitantes, o que lhes permitiu reduzir tanto a instabilidade quanto a discrepância entre as taxas. Este procedimento demonstrou-se útil quando as amostras não comprometiam a representatividade do universo. Land, McCall e Cohen (1990), em seu trabalho clássico, seguiram a adoção deste critério para os Estados Unidos e mesmo assim foram capazes de montar um modelo com mais de 900 municípios para o ano de 1980, garantindo, desse modo, a representatividade da amostra e a possibilidade de realizar inferências para o universo.

Decorre que, para Santa Catarina, devido à configuração e às características dos seus municípios, a adoção de tal procedimento reduziria radicalmente o número de casos para as análises. Por se tratar de um estado com um número elevado de municípios de pequeno porte, uma amostra nessas condições restringiria o número de unidades de análise para 13 cidades, 4,4% do total de municípios (**Figura 6**). Este problema continuaria mesmo se considerássemos locais com população igual ou superior a 50 mil habitantes, já que a amostra atingiria apenas 9,8% do total de cidades do estado.

¹³⁰ Estas informações seguem os dados selecionados para a análise conforme (TSELONI et al., 2010, p. 387).

Figura 6 – Mapa de municípios de Santa Catarina com população superior a 100 mil habitantes

Fonte: elaborada pelo autor com dados do IBGE ([2018]).

Para contornar estes problemas, seja a questão referente à superestimação, seja a seleção de poucas unidades de análise, optamos por substituir as taxas brutas de homicídios por uma outra forma de taxa, denominada ‘taxas bayesianas empíricas locais’ (*local empirical bayes estimators*) (MARSHALL, 1991). As taxas bayesianas empíricas locais, além de suavizarem o movimento das taxas brutas e restringir seu impacto sobre populações de pequeno porte, têm como vantagem o fato de levar em consideração os efeitos dos fatores espaciais na composição das taxas de homicídios. De forma geral, podemos encontrar diferentes variações para a construção das taxas bayesianas. Nos estudos de mortalidade, as mais utilizadas são as taxas empíricas globais e as taxas empíricas locais (CARVALHO *et al.*, 2012; MARSHALL, 1991; SANTOS; RODRIGUES; LOPES, 2005).

A taxa bayesiana empírica global é determinada pela média ponderada da taxa bruta de determinado município e a taxa global da região (MARSHALL, 1991).

$$\hat{\theta}_i = C_i r_i + (1 - C_i) \hat{m} \quad (2)$$

Onde: $\hat{\theta}_i$ refere-se ao resultado da taxa bayesiana empírica global de uma localidade. C_i é obtido pela seguinte equação:

$$C_i = \frac{s^2 - \hat{m}/\bar{n}}{s^2 - \hat{m}/\bar{n} + \hat{m}/n_i} \quad (3)$$

Em que $\hat{m}$ é a taxa global dos casos, $\bar{n}$ é o número de pessoas da amostra e n_i é o número de pessoas presentes na área específica. Já s^2 , por sua vez é obtido por:

$$s^2 = \sum_i \frac{n_i (r_i - \hat{m})^2}{n} \quad (4)$$

Onde: n é o número de pessoas observadas em todas as áreas e r_i é a taxa observada na área específica.

As taxas são empíricas porque utilizam os dados presentes na amostra para estimar os parâmetros *a priori*, ou seja, $\hat{\theta}_i$ não pressupõe nenhuma distribuição específica (SANTOS; RODRIGUES; LOPES, 2005).

Assim, a taxa bayesiana produz um duplo processo: para os municípios com alto número de habitantes, as taxas brutas comparadas às bayesianas variam pouco; para os municípios com população baixa, o valor do índice tende a se aproximar da taxa global e se afastar do seu padrão original. Embora ambas guardem semelhanças em relação aos objetivos, diferentemente da taxa global, a taxa empírica local possui a vantagem de tomar como referência os efeitos espaciais da vizinhança e, desse modo, acrescentar ao critério de composição do dado os efeitos da região. Ou seja, ao invés de utilizar a taxa global para a ponderação, o método utiliza a média do município em conjunto com a dos seus vizinhos, garantindo desse modo a influência das questões regionais. De acordo com Carvalho *et al.* (2012), em comparação com a taxa global, as taxas bayesianas empíricas locais são consideradas as mais adequadas para os estudos ecológicos de homicídios, justamente por garantirem o efeito do espaço na composição do indicador.¹³¹

Portanto, com o objetivo de evitar os erros produzidos pela instabilidade das taxas brutas de homicídios nos municípios com número baixo de habitantes, calculamos taxas de homicídios para todos os municípios selecionados na amostra no período

¹³¹ Para a composição da taxa bayesiana empírica local o $\hat{m}$ é substituído por uma taxa local da vizinhança ($\hat{m}_i$) e o $\bar{n}$ por uma média de casos observados da respectiva vizinhança ($\bar{n}_i$).

correspondente aos anos de 1992 a 2017. O cálculo foi realizado no *software* de análise de dados espaciais *TerraView* (INPE, 2010).¹³²

Gráfico 15 – Média e desvio padrão das taxas brutas e taxas bayesianas empíricas locais de homicídios para os municípios de Santa Catarina (1992 a 2017)

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018), nos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010) e na Secretaria Estadual de Segurança Pública (SANTA CATARINA, [2018]).

Uma vez calculada a taxa bayesiana, decidimos realizar algumas análises comparativas entre as taxas brutas e as taxas empíricas locais, com o objetivo de demonstrar as diferenças de estimativa entre as duas abordagens. Começamos com a apresentação, no **Gráfico 15**, das médias e dos desvios padrão das taxas brutas e empíricas para os municípios de Santa Catarina no período de 1992 a 2017. Primeiramente, verificamos que a média da taxa empírica, no que diz respeito à sua trajetória, segue um padrão próximo ao da taxa bruta. A tendência é similar, o que indica que, de forma geral, não há diferenças significativas. Porém é possível constatar também que a estimativa da taxa bayesiana em todo o período é levemente superior à média da taxa bruta. Isto acontece porque, no momento em que leva em consideração os efeitos espaciais da região, a taxa empírica local suaviza a distribuição das informações entre as diferentes unidades de observação e termina reduzindo o número de zeros na série.

Na **Tabela 3**, podemos notar que, enquanto a estimação da taxa bruta apresentou em todos anos quase a metade de casos com taxas iguais a zero, a estimativa da taxa

¹³² Diversos *softwares* que calculam as taxas bayesianas estão disponíveis de maneira livre e gratuita (R, GEODA, IpeaGEO, entre outros). Para mais detalhes ver Carvalho *et al.* (2012).

empírica, em seu maior momento, não ultrapassou 7% dos casos. Além disso, em nove períodos, a taxa bruta foi estimada em zero para mais de 50% dos casos. Por exemplo: no ano de 1998, 138 municípios registraram uma taxa bruta de 0/100 mil habitantes, o que equivale a 53,1% dos municípios; em relação à taxa empírica, apenas 9 municípios registraram taxas 0/100 mil habitantes, o que, por sua vez, equivale a 3,5% dos casos. Por meio de uma estimativa tecnicamente formal, e não artificial, a taxa empírica reduziu consideravelmente o número de zeros na distribuição. A resolução deste problema é muito importante, porque um alto número de casos nesta condição pode reduzir significativamente a capacidade explicativa dos modelos (WOOLDRIDGE, 2016).

Tabela 3 – Número de municípios (casos) que apresentaram na série taxas brutas e empíricas com valor igual a zero no período de 1992 a 2017 (Santa Catarina)

<i>Período</i>	<i>Taxa bruta</i>		<i>Taxa empírica</i>	
	Nº de casos	% de casos	Nº de casos	% de casos
1992	143	55,00	10	3,80
1993	139	53,50	12	4,60
1994	143	55,00	11	4,20
1995	135	51,90	15	5,80
1996	143	55,00	11	4,20
1997	134	51,50	4	1,50
1998	138	53,10	9	3,50
1999	129	49,60	4	1,50
2000	134	51,50	9	3,50
2001	147	56,50	18	6,90
2002	127	48,80	6	2,30
2003	118	45,40	6	2,30
2004	129	49,60	9	3,50
2005	125	48,10	6	2,30
2006	122	46,90	4	1,50
2007	121	46,50	8	3,10
2008	113	43,50	3	1,20
2009	116	44,60	7	2,70
2010	121	46,50	4	1,50
2011	129	49,60	6	2,30
2012	126	48,50	3	1,20
2013	128	49,20	9	3,50
2014	118	45,40	7	2,70
2015	119	45,80	7	2,70
2016	110	42,30	4	1,50
2017	112	43,10	6	2,30

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) (BRASIL, 2018), no IBGE (1980, 1991, 2000, 2010) e na SSP/SC (SANTA CATARINA, [2018]).

Contudo, se não identificamos grandes diferenças em relação à composição geral, o cenário apresenta-se completamente diferente quando analisamos a distribuição de forma detalhada. A importância da suavização ficou mais clara no momento em que os desvios-padrões se mostraram muito acima da média, sugerindo, desse modo, uma elevada dispersão na distribuição. No caso da taxa bayesiana, ocorre um movimento contrário: além de verificarmos uma maior estabilidade em toda a trajetória, o desvio-padrão fica consideravelmente abaixo da média, revelando uma menor dispersão dos dados.

Figura 7 – Mapa da taxa bruta de homicídios nos municípios de Santa Catarina (2017)

Fonte: elaborada pelo autor com dados obtidos IBGE (1980, 1991, 2000, 2010) e na SSP/SC (SANTA CATARINA, [2018]).

Nota: as cores em branco representam os municípios excluídos da série histórica.

Figura 8 – Mapa da taxa bayesiana empírica local de homicídios nos municípios de Santa Catarina (2017)

Fonte: elaborada pelo autor com dados obtidos IBGE (1980, 1991, 2000, 2010) e na SSP/SC (SANTA CATARINA, [2018]).

Nota: as cores em branco representam os municípios excluídos da série histórica.

Os mapas apresentados nas **Figuras 7 e 8** auxiliam-nos a visualizar este movimento de forma comparada. Em relação à taxa bruta, identificamos valores extremos com maior facilidade; é o caso do município de Itapoá, que obteve uma taxa bruta de homicídios de 72/100 mil habitantes.¹³³ Já nas taxas empíricas, o valor extremo reduz para 45/100 mil habitantes, alterando também o município com o maior nível de homicídios, qual seja o município Penha.¹³⁴ Embora os dois mapas apresentem de maneira similar as localidades com a maior concentração de taxas de homicídios, na estimativa bayesiana, a intensidade reduz consideravelmente, e a distribuição torna-se mais suavizada. A faixa litorânea dos municípios presentes na Grande Florianópolis, no Vale do Itajaí e no Norte Catarinense e mais algumas localidades da Mesorregião Serra e

¹³³ O município litorâneo de Itapoá, com população de 19.355 habitantes (IBGE, 2017), na divisa com o Paraná, merece uma atenção especial. Apesar de a cidade claramente obter superestimacões de homicídios baseadas nas taxas brutas, não podemos desconsiderar o fato de que Itapoá vem apresentando níveis preocupantes de mortes causadas por homicídios nos últimos anos. Somente em 2017, foram registrados 14 homicídios; em 2016, 18 homicídios; e em 2015, 11 homicídios, números preocupantes para um município de pequeno porte.

¹³⁴ Penha, com uma população de 31.025 habitantes (IBGE, 2017), também está localizada no litoral de Santa Catarina. Pertencente à Mesorregião do Vale do Itajaí, além de ser um lugar muito procurado por veranistas, o município está próximo de cidades como Itajaí e Balneário Camboriú.

do Oeste do estado continuam sendo as regiões com maior concentração, mas com níveis de taxas de homicídios corrigidas.

Portanto, no **Gráfico 16**, retornamos à análise do município de Galvão comparando suas taxas brutas com as taxas bayesianas. Além da suavização, também ocorre uma redução da intensidade das taxas. Para os municípios de pequeno porte, as diferenças são bastantes substantivas. No entanto, conforme demonstrado no **Gráfico 17**, quando olhamos para municípios com população acima dos 100 mil habitantes, como é o caso de Florianópolis, as taxas basicamente seguem o mesmo padrão. Em síntese, as taxas bayesianas suavizam e corrigem a intensidade em municípios menores, mas não alteram a de regiões com alta população e grandes chances de ocorrência do evento.

Gráfico 16 – Taxa bruta e empírica de homicídios do município de Galvão/SC no período de 1992 a 2017

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018), nos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010) e na Secretaria Estadual de Segurança Pública (SANTA CATARINA, [2018]).

Gráfico 17 – Taxa bruta e empírica de homicídios do município de Florianópolis/SC no período de 1992 a 2017

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018), nos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010) e na Secretaria Estadual de Segurança Pública (SANTA CATARINA, [2018]).

Por fim, por meio de dois histogramas, apresentamos a distribuição das taxas brutas e bayesianas. No **Gráfico 18**, o histograma revela a distribuição dos homicídios para as taxas brutas durante o ano de 2002. Considerando os 260 municípios analisados, mais de 125, ou seja, 48,07% dos municípios apresentaram taxas de homicídios igual a zero. Este cenário altera-se completamente em relação às taxas bayesianas: além de reduzir o número de zeros para menos de 4%, a distribuição se aproxima de uma curva normal.

Gráfico 18 – Histograma das taxas brutas de homicídios dos municípios de Santa Catarina (2002)

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018), nos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010) e na Secretaria Estadual de Segurança Pública (SANTA CATARINA, [2018]).

Gráfico 19 – Histograma das taxas bayesianas empíricas locais de homicídios dos municípios de Santa Catarina no período de 1992 a 2017

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018), nos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010) e na Secretaria Estadual de Segurança Pública (SANTA CATARINA, [2018]).

Portanto, o trabalho consistiu em transformar os números brutos de homicídios em taxas bayesianas empíricas locais de homicídios, ou seja, em taxas que, além de levar em conta o tamanho da população padronizavam suas medidas considerando os efeitos locais. Estas informações nos ajudaram a reduzir consideravelmente os problemas relacionados à superestimação das taxas em realidade compostas majoritariamente de pequenos e médios municípios.

3.3 SOBRE O MODELO *GROUP-BASED MODELING OF DEVELOPMENT*

Outro ponto importante refere-se ao método de identificação dos grupos, pois utilizamos esta técnica para responder a duas das questões principais da tese, isto é, se existem tendências heterogêneas de homicídios e como se comportam estas tendências. Por isso, daremos uma atenção especial para explicar como funciona o método utilizado para a seleção de grupos ao longo do tempo: *group-based trajectory modelling*.

Conforme Nagin (2005), a análise baseada em grupo pode ser aplicada para qualquer processo social, biológico ou mesmo comportamental que envolva uma duração no tempo, ou seja, o termo *developmental trajectory* pode ser utilizado para descrever a progressão de quaisquer fenômenos, sejam eles estudos psicológicos, análises criminais, séries econômicas, investigações sociológicas sobre o comportamento humano, pesquisas médicas, entre outros. Os dados longitudinais são a base das análises de trajetórias, e não se utilizam outras características complementares para identificar os grupos, como: sexo, raça, gênero, *status* socioeconômico, etc., e sim o comportamento do próprio fenômeno. Desse modo, uma das vantagens da análise consiste na possibilidade de identificar grupos de indivíduos durante o tempo com base em um método estatístico formal, evitando o desenho de padrões de trajetórias radicalmente subjetivas ou aleatoriamente relacionadas a conceitos abstratos. Cabe destacar que a unidade de observação não precisa ser apenas um indivíduo, pode ser uma comunidade, uma organização, um município, estado ou país (NAGIN, 1999, 2005; NAGIN; TREMBLAY, 2001, 2005).

Uma vantagem adicional apontada por Nagin (2005) diz respeito à apresentação dos resultados, dado que o modelo nos permite demonstrar as trajetórias em gráficos e

tabelas facilmente compreensíveis.¹³⁵ Por exemplo: no **Gráfico 20**, apresenta-se uma pesquisa realizada em Montreal que acompanhou o envolvimento com *gangs* por parte de 1.037 homens com idade entre 11 e 17 anos. A complexidade das relações é resumida em um gráfico, que aponta uma série de informações. Em primeiro lugar, um grupo que assinalou uma probabilidade baixíssima de os indivíduos se envolverem com *gangs* (*rare group*), correspondendo à maior parte da população, 74,4%. Seguido de um outro grupo, que inicia alta probabilidade desde à infância e assim se desenvolve até os 13 anos, quando essa tendência passa a reduzir. E um terceiro, que não começa alto, mas na adolescência assume uma posição de destaque, com a maior probabilidade de envolvimento. Embora com uma série de informações e distintas possibilidades analíticas, a técnica nos permite visualizar um movimento complexo, considerando as probabilidades de pertencimento ao grupo no decorrer do tempo.

Gráfico 20 – Trajetórias de pertencimento a *gangs*

Fonte: Nagin (2005, p. 6).

O modelo possui duas características estruturais básicas: uma que remete à probabilidade de um indivíduo, escolhido de forma aleatória na amostra, pertencer a um

¹³⁵ Uma importante técnica utilizada para a identificação de trajetórias é a curva de crescimento (*Standard Growth Curve Modeling - Hierarchical Modeling*). Nagin (2005) explica que esta técnica identifica a variabilidade individual tendo como base a tendência populacional, e a abordagem baseada em grupo identifica grupos de trajetórias com dinâmicas distintas. Para mais detalhes sobre uma pesquisa utilizando a curva de crescimento aplicada ao estudo de homicídios, ver: Kubrin e Herting (2003).

grupo e outra que busca apontar a trajetória prevista de cada grupo, isto é, os parâmetros de cada grupo em cada medida de tempo. O Modelo Baseado em Grupo nada mais é do que uma técnica de análise semiparamétrica, pois se constitui como uma aplicação da estatística de *maximum likelihood* (máxima verossimilhança) denominada *finite mixture modeling* (modelo de mistura finita).¹³⁶ Conceitualmente, busca-se identificar grupos de indivíduos com trajetórias similares, e por essa razão, os parâmetros estimados do modelo não se constituem como o resultado de uma análise de *cluster*, mas sim de produtos da estimativa de máxima verossimilhança (NAGIN, 2005). Portanto, para identificar a probabilidade de pertencimento ao grupo, de forma geral, aplica-se o seguinte procedimento:

$$P(Y_i) = \sum_j^J \pi_j P^j(Y_i) \quad (5)$$

Onde: Y_i refere-se às medidas longitudinais de um indivíduo i durante um tempo T , e este tempo T pode ser a idade ou um período do ano; $P(Y_i)$ denota a probabilidade de Y_i ; $P^j(Y_i)$ a probabilidade de Y_i pertencer a um grupo j e π_j a probabilidade de um membro da população pertencer a um grupo j .

O modelo se constitui como um *finite mixture* por sintetizar *a priori* um número limite de grupos discretos que compõem a população.

Para traçar o desenho da trajetória, deve-se considerar que cada conjunto de dados possui uma especificação de distribuição adequada para a probabilidade. Por exemplo, pode-se trabalhar com dados censurados, dados de contagem ou mesmo dados binários.¹³⁷ Para cada tipo de informação existe um tipo de trajetória adequada. Como estamos trabalhando com dados criminais, seguimos a recomendação de Nagin (2005), que orienta para o uso de uma distribuição de Poisson:

$$\ln(\lambda_t^j) = \beta_0^j + \beta_1^j Age_{it} + \beta_2^j Age_{it}^2 + \beta_3^j Age_{it}^3 \quad (6)$$

¹³⁶ Nagin (2005) relembra que o modelo de máxima verossimilhança é a base para métodos estatísticos comuns (*Poisson*, *logit* e *tobit regression*) e pode ser usado para três tipos de dados: *censored data*, *count data* e *binary data*.

¹³⁷ Dados censurados remetem a informações parcialmente conhecidas. Os dados de contagem são os mais comuns, podem ser os próprios números absolutos, porcentagens, taxas, entre outros. Os dados binários remetem a uma informação que mede características dicotômicas, tais como: pertencer ou não pertencer, concordar ou não concordar, participar ou não participar, etc.

Onde: λ_t^j mede o número esperado de eventos por ano para todos os indivíduos pertencentes ao grupo j no tempo t e $\beta_0^j, \beta_1^j, \beta_2^j, \beta_3^j$ são os parâmetros que determinam o formato do polinômio, ou seja, o desenho da trajetória.

Conforme o autor, estes relacionamentos matemáticos conectam os parâmetros do modelo à trajetória prevista de cada grupo e à probabilidade de pertencer a um grupo. Assim, primeiro criam-se os grupos para depois revelar-se o desenho das trajetórias.

Por fim, acrescentamos que um dos problemas comuns à distribuição de *Poisson* refere-se à subestimação da probabilidade de não ocorrer nenhum evento, fato comum para quem trabalha com dados criminais. Por isso, os testes recorrem ao modelo de distribuição denominado *Zero-Inflated Poisson* (ZIP), no qual se assume a probabilidade de acontecerem todos os valores inteiros positivos, inclusive zero (NAGIN; TREMBLAY, 2005). Para a realização dos testes estatísticos, utilizamos o pacote *crimCV* do *software* estatístico *R*¹³⁸, que considera em sua estrutura um modelo de *finite mixture of Zero-Inflated Poisson*. O pacote foi desenvolvido especialmente para a elaboração de análises de trajetórias para dados criminais, portanto se apresenta como dos mais ideais para a análise de dados criminais, uma vez que a distribuição sofre pouca influência dos eventos que não ocorreram.

3.4 INDICADORES ESTRUTURAIS E POLÍTICOS

Além de apontar a possibilidade de um município pertencer a determinado grupo de trajetória considerando a evolução das taxas de homicídios, isto é, o comportamento do próprio fenômeno, também buscamos identificar quais são as características ou fatores externos que explicam a possibilidade de um município pertencer a uma determinada tendência de trajetória. Como já desenvolvido no capítulo teórico, uma série de medidas foram utilizadas com o objetivo de transformar as categorias analíticas em atributos operacionalizáveis passíveis de serem testadas. Nesta seção, apresentamos os indicadores que serão utilizados para responder à terceira questão do trabalho: quais fatores estruturais e políticos fornecem as bases de distinção de cada trajetória? Ou quais forças socioeconômicas e políticas determinam a participação dos municípios nas diferentes trajetórias, sejam elas de crescimento, estabilidade ou queda?

¹³⁸ Nielsen (2018) e R Core Team (2016). Outro importante *software* bastante utilizado para análise de trajetórias é o pacote *ProcTraj* do *SAS*. Para mais detalhes, cf.: Jones, Nagin e Roender (2011) e Arrandale *et al.* (2006).

Os indicadores selecionados remetem às principais medidas testadas em diversos estudos macrossociais que buscaram analisar o movimento das taxas de homicídios (BLUMSTEIN; ROSENFELD, 1998; LAFREE, 1999b; LAND; MCCALL; COHEN, 1990; LEVITT, 2004; MCCALL; LAND; PARKER, 2010, 2011; MCCALL; PARKER; MACDONALD, 2008; PARKER; MCCALL; LAND, 1999; PRATT; CULLEN, 2005). No entanto, alguns estudos se preocuparam em fornecer informações específicas sobre o potencial dos indicadores em explicar as taxas de crime. Parker, McCall e Land (1999), tendo em vista a análise de uma série de pesquisas, sintetizaram quais foram os indicadores relacionados à desorganização social que durante as décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990 apresentaram efeitos consistentes e foram capazes de explicar a tendência das taxas de homicídios, a saber: estrutura populacional, porcentagem de mulheres chefes de família, densidade populacional, pobreza, desigualdade, desemprego e urbanização.

Além disso, Pratt e Cullen (2005), com base em uma meta-análise de mais de 200 estudos empíricos, evidenciaram os principais preditores do crime no nível macrossocial. Verificaram que os indicadores relacionados às ‘desvantagens acumuladas/concentradas’ (heterogeneidade racial, pobreza e ruptura familiar), bem como a desorganização social, foram os mais importantes no conjunto de pesquisas avaliadas. McCall, Land e Parker (2010), após avaliar os resultados de um trabalho realizado por eles(as) mesmos(as) há mais de vinte anos, reforçaram a importância das medidas estruturais nos estudos de homicídios em períodos recentes. Indicadores como índice de estrutura populacional, porcentagem de divórcios, índice de privação de recursos e taxa de desemprego, estabeleceram-se como os mais consistentes. Trabalhos específicos de trajetórias também identificaram informações sólidas para apontar a probabilidade de os indivíduos (bairros, municípios e países) participarem em determinado grupo: índice de desenvolvimento, porcentagem de divórcios, participação feminina na força de trabalho, índice de desorganização social e estrutura populacional (MCCALL; LAND; PARKER, 2011; PERES; NIVETTE, 2017; STULTS, 2010; TUTTLE; MCCALL; LAND, 2018).

Com relação aos indicadores que remetem às estratégias de controle do crime, existem limites de toda a ordem, que vão desde aspectos técnicos, passando pela disponibilização das informações, chegando até mesmo a questões mais sérias, como a própria capacidade do indicador em evidenciar efetivamente determinado aspecto da realidade. Portanto, podemos encontrar problemas referentes aos períodos disponíveis, pois, diferentemente dos indicadores estruturais, apenas recentemente as instituições responsáveis por disponibilizar essas informações vêm realizando o trabalho de

publicizar as informações de segurança pública de forma mais sistemática. Além disso, também encontramos problemas no que diz respeito ao nível territorial. Por exemplo, dados de aprisionamento dificilmente são disponibilizados no âmbito do município, o que torna análises mais robustas praticamente impossíveis de serem realizadas. Outro ponto, não menos grave, refere-se à capacidade da medida realmente evidenciar o que se busca analisar. A *proxy* de crime organizado utilizada neste trabalho remete a uma variável denominada número de aprisionamento por tráfico de drogas.

Embora seja a única disponível, sabemos que essa medida pode sofrer diversos vieses, pois não significa necessariamente que em um lugar onde se registrou um número elevado de prisões por tráfico aponte para a intensificação das atividades relacionadas às drogas; na verdade, isso pode ser fruto de ações isoladas que em determinado momento intensificaram a apreensão de drogas e, por consequência, das pessoas envolvidas com este tipo de crime. Veremos no próximo capítulo como foi realizado o trabalho de reduzir estes problemas, seja em relação à questão técnica, seja na leitura interpretativa do dado. De qualquer forma, buscamos trabalhar com informações que vêm sendo examinadas nos estudos contemporâneos de homicídios e operacionalizadas como *proxy* das estratégias de controle do crime (BAUMER; WOLFF, 2014b, 2014a; BLUMSTEIN; ROSENFELD, 1998; FELDMEYER, 2010; LAFREE, 1999b; LEVITT, 2004; MARTINEZ; ROSENFELD; MARES, 2008; MARVELL; MOODY, 1997; MCCALL; LAND; PARKER, 2011; PARKER; STANSFIELD; MCCALL, 2016; ROSENFELD; FORNANGO, 2014; ZIMRING, 2007, 2012).

Portanto, como forma de apresentar as bases para a distinção entre os diferentes grupos, trabalhamos com indicadores relacionados, que dizem respeito às questões

estruturais, às mudanças nas políticas de controle do crime e aos aspetos situacionais. Os indicadores de cada dimensão são apresentados no **Quadro 2**, a seguir.¹³⁹

¹³⁹ A avaliação de cada indicador e o tratamento estatístico efetuado foram desenvolvidos juntamente com a análise dos dados (próximo capítulo). Nesta parte, apenas descrevemos o conjunto de informações selecionadas, seja em relação ao período disponível, seja em relação à fonte dos dados. Cabe salientarmos rapidamente que, no que se refere às atividades ligadas direta ou indiretamente ao Estado, existe uma diversidade de indicadores fora do ‘núcleo duro’ da segurança pública que também nos permitem compreender o processo de elevação e redução da violência. Para tratar de alguns exemplos, podemos considerar as questões ligadas à área educacional como formas importantes de controle da violência. Rolim (2016), em um estudo com jovens que praticaram “violência extrema”, verificou que todos tinham em comum o abandono da escola. Mas não apenas na educação: políticas específicas da área da assistência social também têm um papel importante. Estudos internacionais demonstraram que reduzir a carga horária de trabalho dos pais e aumentar o tempo de licença maternidade geram um efeito positivo sobre a redução da violência (LAFREE, 1999a). Estas políticas têm um papel importante, sobretudo nos mecanismos que nos ajudam a explicar a relação entre a desorganização e os homicídios, já que a presença familiar, seja em relação ao acompanhamento dos filhos, seja em relação à participação nas atividades comunitárias, gera a possibilidade de alcançar objetivos coletivos comuns e possibilita um controle social mais efetivo. Além disso, há um outro conjunto de trabalhos que considera os efeitos do capital social sobre as taxas de violência. Neste caso, levam-se em conta a organização comunitária, a confiança entre os vizinhos, o conjunto de instituições sociais e as políticas disponíveis na região, bem como sua qualidade (MESSNER; BAUMER; ROSENFELD, 2004; ROSENFELD; MESSNER; BAUMER, 2001). Chamar atenção para estes aspectos torna-se importante, porque ampliamos a noção restrita ou minimalista de segurança pública. A segurança, considerada como bem público, passou a ser percebida e compartilhada por outras áreas de modo multidimensional. Por conta da limitação dos dados, não foi possível trabalhar com todas estas dimensões, mas, felizmente, questões relacionadas à educação estão contempladas nos indicadores estruturais. Aspectos referentes à assistência social ou mesmo aos gastos em diversas áreas foram selecionados e testados, mas, devido à incompatibilidade operacional, não encontramos medidas seguras passíveis de serem interpretadas.

Quadro 2 – Matriz de indicadores estruturais, políticos e situacionais

<i>Dimensão</i>	<i>Indicadores</i>	<i>Período</i>	<i>Fonte</i>
<i>Aspectos estruturais</i>	Média da taxa de desocupação - 15 a 17 anos (2000 e 2010)	2000 e 2010	Atlas do Desenvolvimento Humano
	Média da taxa de desocupação - 18 a 24 anos (2000 e 2010)	2000 e 2010	
	Média da taxa de desocupação - 25 a 29 anos (2000 e 2010)	2000 e 2010	
	Média da taxa de desocupação - 10 anos ou mais (2000 e 2010)	2000 e 2010	
	Média da taxa de desocupação - 18 anos ou mais (2000 e 2010)	2000 e 2010	
	Média do percentual de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes e com filho menor (2000 e 2010)	2000 e 2010	
	Média do percentual de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo (2000 e 2010)	2000 e 2010	
	Média da mortalidade infantil (1991, 2000 e 2010)	1991, 2000 e 2010	
	Média do percentual de pobres (1991, 2000 e 2010)	1991, 2000 e 2010	
	Média do percentual da população em domicílios sem água encanada (1991, 2000 e 2010)	1991, 2000 e 2010	
	Média do percentual da população em domicílios sem banheiro e água encanada (1991, 2000 e 2010)	1991, 2000 e 2010	
	Média do Índice de Gini (1991, 2000 e 2010)	1991, 2000 e 2010	
	Média do percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos (1991, 2000 e 2010)	1991, 2000 e 2010	
	Média da taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais (1991, 2000 e 2010)	1991, 2000 e 2010	
	Média do percentual de 15 a 17 anos sem o fundamental completo (1991, 2000 e 2010)	1991, 2000 e 2010	
	Média do percentual de 18 a 24 anos sem o fundamental completo (1991, 2000 e 2010)	1991, 2000 e 2010	
	Média do percentual de 6 a 17 anos fora da escola (1991, 2000 e 2010)	1991, 2000 e 2010	
<i>Aspectos políticos</i>	Média da taxa de aprisionamento geral	2010-2017	Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina
	Média da taxa de aprisionamento por tráfico de drogas	2010- 2017	
<i>Aspectos situacionais</i>	Média da taxa de homicídios ocasionados pelo uso de armas de fogo	1996, 2000, 2010 e 2016	SIM/Datasus

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) (BRASIL, 2018), no IBGE (1980, 1991, 2000, 2010) e na SSP/SC (SANTA CATARINA, [2018]).

Por conseguinte, em termos de desenho de pesquisa, o trabalho de investigação configura-se do seguinte modo: primeiramente, buscamos verificar se existem trajetórias latentes nas taxas de homicídios entre os municípios de Santa Catarina no período de 1992 a 2017. Em razão disso, desenvolvemos uma análise a respeito da natureza dessas trajetórias, isto é, se são heterogêneas ou homogêneas considerando a tendência geral de incremento dos homicídios no estado; em segundo, descrevemos o comportamento das trajetórias em função do movimento e de suas especificidades regionais, bem como avaliamos até que ponto a magnitude da tendência de acréscimo dos homicídios foi compartilhada entre as distintas trajetórias de homicídios. Este trabalho é realizado aplicando-se a técnica de identificação de grupos denominada *group-based trajectory modelling*. E, por último, com base na tradução dos apontamentos teóricos em indicadores, buscamos evidenciar quais fatores estruturais e políticos fornecem as bases de distinção de cada trajetória, ou ainda quais forças socioeconômicas e políticas determinam a participação dos municípios nas diferentes trajetórias, sejam elas de crescimento, estabilidade ou queda. Para a averiguação deste último ponto, realizamos testes de regressão logística binária e multinomial, considerando de forma qualitativa a identificação de cada grupo e os indicadores selecionados. Cabe lembrar que nesta etapa não se colocam mais em evidência todos os períodos dos anos, mas sobretudo a tendência geral resumida em uma categoria analítica, o número do grupo.

4 TRAJETÓRIA DAS TAXAS DE HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA

Neste capítulo, desenvolvemos as principais análises do trabalho. É nele que apontamos as trajetórias das taxas de homicídios para os municípios de Santa Catarina e oferecemos as bases desta distinção tipológica. Basicamente, tentamos responder a três questões principais: *existe uma heterogeneidade oculta nas taxas de homicídios de Santa Catarina no período de 1992 a 2017? Como se modela o comportamento das trajetórias nos diferentes grupos identificados? E quais são os fatores que explicam essas diferenças?*

4.1 TRAJETÓRIAS PARA AS TAXAS BAYESIANAS EMPÍRICAS LOCAIS DE HOMICÍDIOS

A metáfora que Nagin e Tremblay (2005, p. 875) oferecem sobre fotografia e cinema para examinar a distinção entre uma análise de *cluster* e um estudo de trajetórias nos auxilia a compreender do que se trata uma análise de trajetórias fora do campo técnico. Enquanto a análise de *cluster* identifica grupos com características similares em um período marcado no tempo, a análise de trajetórias realiza esse trabalho no decorrer de uma série histórica. Desse modo, a análise de *cluster* remete a uma fotografia, um momento delimitado em que uma pessoa é registrada. Embora possamos olhar para essa fotografia com mais atenção, desvendar detalhes e entender as sutilezas da imagem e do cenário, dificilmente poderemos visualizar como essa pessoa chegou à cena e muito menos para onde ela pretende ir. No entanto, se unirmos diversas imagens em sequência, como acontece no cinema, poderemos obter uma dimensão do movimento, do caminho percorrido e principalmente apontar quais as conexões unem as diferentes imagens. Assim, a análise de trajetórias não tem como objetivo apresentar informações sobre os detalhes da situação, mas sobretudo apontar quais são as conexões que unem cada imagem ao longo do tempo.¹⁴⁰

Dito isso, antes de apresentar as trajetórias das taxas de homicídios para os municípios de Santa Catarina, necessitamos chamar a atenção para algumas medidas estatísticas de ajuste. Em primeiro lugar, precisamos compreender que o teste não identifica automaticamente o número de grupos. Em razão de o modelo assumir que a população é composta por um número de grupos não observáveis, o(a) próprio(a) pesquisador(a) é quem define a quantidade de grupos

¹⁴⁰ Conforme Nagin e Tremblay (2005), a fotografia pode ser entendida como uma análise *cross-sectional* (em um período do tempo); e o cinema, como uma análise longitudinal de trajetórias de desenvolvimento.

a ser escolhida. Para garantir que esta seleção seja realizada por meio de critérios formais, necessitamos utilizar algumas medidas estatísticas para identificar a quantidade de grupos que melhor se ajustam ao modelo.

O pacote *crimCV* (NIELSEN, 2018) do R (R STUDIO TEAM, 2015), utilizado para identificar as trajetórias neste trabalho, oferece três estatísticas de ajuste: o *Bayesian Information Criterion* (BIC), o *Akaike Information Criterion* (AIC) e o *Cross-Validation Criteria* (CVE). Diferentemente do que acontece em um teste padrão de significância, as três estatísticas não apresentam um valor específico que ajude a definir o número de grupos a ser selecionado. Este trabalho deve ser realizado individualmente; assim, primeiro rodamos um modelo para dois grupos, depois para três grupos, para quatro grupos, cinco grupos e assim por diante. A partir do momento que o valor do critério escolhido parar de reduzir, ou melhor, parar de se aproximar de zero, estamos habilitados estatisticamente a selecionar a quantidade de grupos que melhor expressa as trajetórias dos indivíduos.¹⁴¹ Nagin (2005) recomenda a utilização do BIC, pois, segundo seus argumentos, uma série de simulações demonstraram sua estabilidade na definição dos grupos. Outros pesquisadores, como é o caso de Nielsen *et al.* (2012) argumentaram a favor do uso do CVE, por entenderem ser a estatística mais vantajosa para a análise de dados criminais. Para os fins deste estudo, resolvemos utilizar o BIC, já que é o mais utilizado nas pesquisas de trajetórias (PARKER; STANSFIELD; MCCALL, 2016; PERES; NIVETTE, 2017; STULTS, 2010; TUTTLE; MCCALL; LAND, 2018).

De acordo com a estatística de seleção do modelo apresentada na **Tabela 4**, o melhor ajuste de trajetórias para os 260 municípios de Santa Catarina no período de 1992 a 2017 corresponde a quatro grupos. Independentemente do BIC, tanto o AIC quanto o CVE consideraram um modelo com este conjunto de grupos como aquele que obtém o melhor resultado. No quinto grupo, as estatísticas de seleção voltam a se afastar de zero, caracterizando o momento de escolha das tendências. Na verdade, o CVE não consegue nem mesmo apresentar um valor de ajuste.

¹⁴¹ Normalmente, pesquisadores(as) reconhecem que testes de significância acima de 0,10 devem ser desconsiderados, pois demonstram que existe uma chance superior a 10% de se aceitar a hipótese nula, ou seja, de confirmar que uma variável não produz efeitos sobre outra. Para uma análise crítica do teste de significância, cf.: Gill (1999).

Tabela 4 – Critérios de seleção de grupos para as trajetórias das taxas bayesianas de homicídios

Grupos	Aic	Bic	Cve
2 Grupos	42242,73	42317,73	3,79
3 Grupos	41106,03	41221,95	3,58
4 Grupos	40098,98	40255,81	3,39
5 Grupos	41096,9	41294,65	***

Fonte: elaborado pelo autor com taxas bayesianas empíricas locais de homicídios.

Nota: *** O critério não retornou valores.

Faz-se importante frisar que essa escolha não pode ser realizada apenas pelo critério técnico. É essencial que o(a) pesquisador(a) conheça a realidade de estudo e tenha outras informações a respeito dos indivíduos ou das regiões que serão analisadas. Em outro estudo, no qual utilizamos médias móveis de homicídios ao invés das taxas bayesianas, também identificamos um padrão similar ao que será evidenciado nesta etapa do trabalho (MONTEIRO, 2018).¹⁴² Apesar de as taxas bayesianas levarem em consideração o padrão espacial, nas médias móveis também foi possível encontrar um padrão parecido. Todos estes apontamentos levam-nos a crer que um conjunto de quatro grupos é capaz de fornecer uma série de informações sobre o comportamento das taxas de homicídios ao longo do tempo.

Além de selecionar o número de grupos, também precisamos definir o desenho das trajetórias. E, nesse sentido, o conhecimento da realidade torna-se novamente necessário. Como apresentado no **Gráfico 21**, a taxa bruta de homicídios em Santa Catarina segue um padrão geral de incremento ao longo do tempo. Porém este crescimento é marcado por três movimentos emblemáticos: a elevação registrada a partir do ano 2000, o novo aumento após 2007 e, por último, o crescimento a partir de 2013, que culmina em 2017 com a maior taxa de homicídios já registrada no estado.

¹⁴² Neste trabalho, realizamos uma análise preliminar da trajetória das taxas de homicídios para Santa Catarina considerando médias móveis das taxas de homicídios. O paper foi apresentado no XI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), realizado no período de 31 de julho a 3 de agosto de 2018, na cidade de Curitiba/PR. Ao todo, identificamos cinco trajetórias distintas de homicídios para o período de 1983 a 2017, confirmando assim uma heterogeneidade latente. As tendências seguiram um padrão semelhante ao que veremos no **Gráfico 23**, local em que apresentamos o modelo final das trajetórias das taxas de homicídios de Santa Catarina.

Gráfico 21 – Taxa bruta de homicídios em Santa Catarina (1992 a 2017)

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018), nos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010) e na SSP/SC (SANTA CATARINA, [2018]).

Conforme Nagin (2005), o desenvolvimento longitudinal de uma trajetória pode seguir uma tendência linear, quadrática ou cúbica. Por exemplo, se apenas queremos analisar as tendências de forma direta, estabelecendo um efeito de crescimento ou queda, a escolha de uma tendência linear pode ser considerada a mais ideal. No caso de movimentos dispersos, elevação e queda, uma quadrática se apresenta dentro do quadro de opções. Em relação a este estudo, como o incremento é caracterizado por três movimentos, decidimos selecionar uma definição cúbica de trajetórias. Apesar de existirem algumas informações técnicas sobre a escolha da curva das tendências, segundo Tuttle, McCall e Land (2018), não há a necessidade de tomá-las com rigor. Portanto, levando em conta o comportamento da tendência de homicídios em Santa Catarina, optamos por desenhar a trajetória das tendências com base em uma função cúbica. Entendemos que esta escolha metodológica aumenta a capacidade de estabelecermos comparações adequadas entre o desenvolvimento das taxas no estado e os grupos de municípios identificados no modelo.

Gráfico 22 – Médias ponderadas para as trajetórias do modelo de quatro grupos

Fonte: elaborado pelo auto com taxas bayesianas empíricas locais de homicídios.

Neste momento, chegamos ao ponto mais importante do trabalho, no qual estabelecemos o modelo final para as trajetórias dos municípios de Santa Catarina. No **Gráfico 23**, já podemos visualizar as trajetórias, mas a intenção ainda consiste em apresentar informações referentes ao ajuste. Neste gráfico, há duas informações importantes: a linha suavizada refere-se aos valores previstos e a linha pontilhada refere-se às médias ponderadas pela probabilidade de pertencimento ao grupo. Estas informações são importantes, porque nos ajudam a perceber se os valores previstos na função polinomial se ajustam de maneira adequada à trajetória delineada em cada grupo. No nosso caso, os grupos 3 e 4 expressam um bom ajuste, mas, nos grupos 1 e 2, em alguns anos, as médias ponderadas apresentam um leve distanciamento dos valores previstos. Em termos dos pressupostos analíticos, tal fato não prejudica a análise geral, até porque os municípios selecionados nos grupos revelam características muito semelhantes em relação à região e à própria estrutura demográfica.

Gráfico 23 – Trajetórias das taxas bayesianas empíricas locais de homicídios para os municípios de Santa Catarina no período de 1992 a 2017

Por fim, temos o **Gráfico 24**, aquele que revela a trajetória das taxas de homicídios para os municípios de Santa Catarina no período de 1992 a 2017.¹⁴³ Com base nestas informações, podemos responder à primeira questão do trabalho e evidenciar a existência de uma estrutura subjacente à tendência principal das taxas de homicídios em Santa Catarina. Se compararmos o desenho das trajetórias à tendência geral do estado (**Gráfico 21**), os quatro grupos identificados apresentam trajetórias distintas em relação ao desenho e à intensidade durante o tempo. Por exemplo, o grupo 1 retrata uma trajetória de alto incremento dos homicídios; o grupo 2, uma trajetória mista com tendência geral de redução; o grupo 3, uma trajetória de elevação, mas menos intensa que o primeiro grupo; e o grupo 4, uma trajetória mista com níveis baixos de homicídios. A constatação dessa pluralidade de movimentos exemplifica a heterogeneidade oculta existente e abre um amplo campo de possíveis explicações.

¹⁴³ Caso o leitor tenha interesse em verificar de modo detalhado a identificação das trajetórias considerando os modelos de dois grupos e três grupos, bem como os mapas identificando os municípios, oferecemos essa informação no Apêndice D. A visualização deste material ajuda a observar como as tendências se revelaram produtos da similaridade dos municípios em razão da dinâmica dos homicídios.

O primeiro grupo, representado pela cor vermelha, agregou o menor número de cidades, 35 municípios, o que equivale a 13,5% do conjunto total da amostra.¹⁴⁴ A simples visualização do desenho da trajetória já nos fornece informações substantivas. Embora não inicie sua trajetória com as taxas mais baixas de homicídios, seus valores estão bastante próximos do seletor conjunto de municípios com baixos níveis de homicídios (grupos 3 e 4). Esta realidade altera-se significativamente, revelando um crescimento exponencial que inicia com maior intensidade a partir dos anos 2000. O mais emblemático é que o grupo estava próximo daqueles com as menores taxas de homicídios, e no final da série histórica passou a representar o conjunto de cidades com maior nível de homicídios do estado, inclusive ultrapassando o grupo 2, que iniciou sua trajetória com altas taxas de homicídios.

O segundo grupo, representado pela cor verde, associou 68 municípios com tendências similares de homicídios, o que equivale a 26,2% do total da amostra.¹⁴⁵ Diferentemente do grupo anterior, a dinâmica de sua trajetória foi caracterizada por movimentos diversos. Além de iniciar a série com os maiores valores do estado, durante a década de 1990 apresentou uma tendência de incremento dos homicídios. No entanto, a partir dos anos 2000, enquanto o grupo 1 aumentou exponencialmente suas taxas de homicídios, o grupo 2 experimentou uma importante queda, que só encerrou próximo ao ano de 2017. Considerando a dinâmica geral, podemos considerar que este grupo apresentou uma leve tendência de queda.

¹⁴⁴ Os municípios selecionados no grupo 1 foram: Antônio Carlos; Araquari; Balneário Camboriú; Balneário Barra do Sul; Barra Velha; Belmonte; Biguaçu; Brusque; Camboriú; Canelinha; Chapecó; Cordilheira Alta; Coronel Freitas; Florianópolis; Garuva; Governador Celso Ramos; Guatambú; Ilhota; Itajaí; Itapema; Itapoá; Navegantes; Nova Itaberaba; Palhoça; Penha; Balneário Piçarras; Planalto Alegre; Porto Belo; Santo Amaro da Imperatriz; São Francisco do Sul; São José; Seara; Serra Alta; Tijucas e Xaxim.

¹⁴⁵ Os municípios selecionados no grupo 2 foram: Abdon Batista; Abelardo Luz; Água Doce; Anchieta; Anita Garibaldi; Arroio Trinta; Arvoredo; Bombinhas; Caçador; Calmon; Campo Belo do Sul; Campo Erê; Campos Novos; Canoinhas; Capinzal; Caxambu do Sul; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Curitibanos; Dionísio Cerqueira; Erval Velho; Faxinal dos Guedes; Fraiburgo; Herval D'Oeste; Ibicaré; Ipuçu; Irineópolis; Lacerdópolis; Lages; Lajeado Grande; Lebon Régis; Macieira; Major Vieira; Marema; Matos Costa; Mirim Doce; Monte Carlo; Monte Castelo; Otacílio Costa; Ouro; Ouro Verde; Palma Sola; Papanduva; Passos Maia; Pinheiro Preto; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Porto União; Rio das Antas; Rio do Campo; Romelândia; Salto Veloso; Santa Cecília; Santa Terezinha; São Cristóvão do Sul; São Domingos; São Joaquim; São José do Cerrito; São Lourenço do Oeste; Tangará; Timbó Grande; Treze Tílias; Vargeão; Vargem; Vargem Bonita; Videira e Xanxerê.

O terceiro grupo, que tem sua trajetória representada pela cor azul, também foi formado por 68 municípios (26,2%).¹⁴⁶ Mas, apesar de uma leve queda registrada no início da série, no decorrer do tempo registrou uma tendência de incremento em suas taxas. Há uma questão importante a ser destacada. Este grupo não apresenta movimentos diversos como o anterior e, portanto, ao desenhar um crescimento constante de seus valores acaba aproximando-se do movimento apresentado pelo grupo 1. No entanto, o crescimento não acontece com a mesma intensidade, pois o grupo inicia e termina a trajetória com a segunda menor taxa de homicídios. De qualquer forma, também há outra informação que aparece de modo um pouco mais sutil. Se olharmos com atenção para o desenho da trajetória, é possível perceber que o incremento mais intenso acontece a partir da segunda metade dos anos 2000. Conforme apontado por Monteiro (2009), é o ano em que municípios do Norte do estado passam a inflar suas taxas de homicídios. Além dos níveis de homicídios, o que separa o grupo 3 do grupo 1 é o momento no tempo em que o incremento passa a ocorrer de modo mais intenso: no grupo 1, a partir dos anos 2000; e o grupo 3, por volta da segunda metade do mesmo período.

Por fim, temos o grupo 4, representado pela cor roxa.¹⁴⁷ Além de exibir a menor taxa de homicídios, o grupo é formado pelo maior número de municípios, ao todo 89, o que representa 34,2% de toda a amostra. Aliás, os dois grupos com as menores taxas de homicídios, grupos 4 e 3, representam mais da metade do total de municípios, cerca de 60% (154). O desenho da trajetória do grupo é caracterizado por uma certa variedade, com momentos de queda e de elevação. O início da trajetória demonstra um movimento de queda, depois, nos anos 2000, ocorre um incremento em suas taxas e, no final, uma nova queda. Embora com níveis baixos

¹⁴⁶ Os municípios selecionados no grupo 3 foram: Águas de Chapecó; Alfredo Wagner; Anitápolis; Araranguá; Bom Retiro; Braço do Trombudo; Caibi; Campo Alegre; Catanduvas; Cocal do Sul; Coronel Martins; Criciúma; Cunha Porã; Descanso; Doutor Pedrinho; Formosa do Sul; Forquilha; Galvão; Gaspar; Guaraciaba; Guarimir; Guarujá do Sul; Içara; Imarú; Imbituba; Iraceminha; Irati; Itaiópolis; Jaraguá do Sul; Jardinópolis; Joaçaba; Joinville; Luiz Alves; Mafra; Maracajá; Meleiro; Morro da Fumaça; Nova Veneza; Novo Horizonte; Palmitos; Paraíso; Passo de Torres; Paulo Lopes; Petrolândia; Piratuba; Ponte Serrada; Praia Grande; Quilombo; Rio Negrinho; Rio Rufino; Riqueza; Santa Rosa de Lima; São Carlos; São João Batista; São João do Itaperiú; São José do Cedro; São Miguel da Boa Vista; São Miguel do Oeste; Schroeder; Siderópolis; Sombrio; Taió; Três Barras; Turvo; Urubici; Urupema; Vitor Meireles e Xavantina.

¹⁴⁷ Os municípios selecionados no grupo 4 foram: Agrolândia; Agronômica; Águas Frias; Águas Mornas; Angelina; Apiúna; Arbutã; Armazém; Ascurra; Atalanta; Aurora; Benedito Novo; Blumenau; Bom Jardim da Serra; Botuverá; Braço do Norte; Capivari de Baixo; Concórdia; Corupá; Dona Emma; Garopaba; Grão Pará; Gravatal; Guabiruba; Ibirama; Imbuia; Indaial; Ipira; Iporã do Oeste; Ipumirim; Irani; Itá; Itapiranga; Ituporanga; Jaborá; Jacinto Machado; Jaguaruna; José Boiteux; Laguna; Laurentino; Lauro Müller; Leoberto Leal; Lindóia do Sul; Lontras; Major Gercino; Maravilha; Massaranduba; Modelo; Mondai; Morro Grande; Nova Erechim; Nova Trento; Orleans; Pedras Grandes; Peritiba; Pinhalzinho; Pomerode; Pouso Redondo; Presidente Castello Branco; Presidente Getúlio; Presidente Nereu; Rancho Queimado; Rio do Oeste; Rio dos Cedros; Rio do Sul; Rio Fortuna; Rodeio; Salete; Sangão; Santa Helena; Santa Rosa do Sul; São Bento do Sul; São Bonifácio; São João do Oeste; São João do Sul; São Ludgero; São Martinho; Saudades; Sul Brasil; Timbé do Sul; Timbó; Treze de Maio; Trombudo Central; Tubarão; Tunápolis; União do Oeste; Urussanga; Vidal Ramos e Witmarsum.

de homicídios, chama-nos atenção que, analogamente aos grupos 1 e 3, o grupo 4 também apresenta uma elevação no decorrer da década de 2000, mas diferenciando-se desses mesmos grupos a partir da metade da década de 2010, com suas taxas voltando a reduzir.

Em síntese, podemos identificar quatro trajetórias distintas para as taxas de homicídios. A primeira, representada pelo grupo 1, caracteriza-se por um início relativamente baixo, mas com intensa elevação dos homicídios no decorrer da série histórica. Este grupo termina na primeira posição, com o nível mais alto de homicídios do estado. A segunda trajetória de homicídios pertence ao grupo 2. De modo diversificado, a dinâmica da trajetória não é constante, há movimentos de elevação, como acontece nos primeiros anos, e de queda no decorrer da trajetória. Embora, no final do período, o grupo retorne aos níveis iniciais, suas taxas deixam de ser as mais altas em razão do amplo incremento do grupo 1 e de sua leve tendência de queda. A terceira trajetória, prevista no grupo 3, reflete um movimento similar ao do grupo 1, mas com uma intensidade consideravelmente inferior ao acréscimo das taxas de homicídios. A principal característica do grupo consiste em começar com um nível baixo e apresentar uma tendência tardia de maior elevação dos homicídios. A quarta e última trajetória evidencia um movimento irregular, com períodos de queda e elevação, mas com baixa intensidade de homicídios. Desse modo, podemos considerar que a análise aponta um processo latente que, entre outros efeitos, reorganiza a unidade de análise (estado) e revela uma realidade heterogênea ao demonstrar que a tendência elevada de crescimento do estado está circunscrita basicamente a apenas um conjunto de municípios, mais precisamente os municípios pertencentes ao grupo 1.

Diante disso, temos condições de apontar uma tipologia do movimento das taxas de homicídios para os municípios do estado de Santa Catarina, conforme segue na descrição abaixo:

Quadro 3 – Tipologia da trajetória das taxas de homicídios em Santa Catarina (1992 a 2017)

<i>Grupos</i>	<i>Características das trajetórias</i>	<i>Tendência</i>	<i>Magnitude geral dos homicídios</i>	<i>Número de municípios</i>
<i>Grupo 1</i>	Início baixo e final altíssimo	Elevado incremento	Alta	Pouquíssimos
<i>Grupo 2</i>	Início alto e final médio	Mista (Redução)	Alta para média	Poucos
<i>Grupo 3</i>	Início baixo e final médio	Incremento	Média	Poucos
<i>Grupo 4</i>	Início baixo e final baixo	Mista (Baixíssimo incremento)	Baixa	Alto

Fonte: elaborado pelo autor.

- Grupo 1: início baixo e final altíssimo, elevada tendência de incremento e nível alto de homicídios (de forma geral), pouquíssimos municípios;
- Grupo 2: início alto e final médio considerando o contexto, redução das taxas, nível alto para médio de homicídios e poucos municípios;
- Grupo 3: início baixo e final médio, incremento das taxas de homicídios, média magnitude dos homicídios e poucos municípios;
- Grupo 4: início e final baixos, baixíssimo incremento das taxas de homicídios, baixa magnitude dos homicídios e número alto de municípios.

Tabela 5 – Informações descritivas sobre os grupos

Grupos	Número de municípios		População total (2017)		Homicídios (1992-2017)		Média geral da taxa bayesiana de homicídios (1992 A 2017)
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Grupo 1	35	13,50	2.284.189	33,20	7.303	42,20	14,5
Grupo 2	68	26,20	1.021.602	14,90	3.413	19,70	13,4
Grupo 3	68	26,20	1.941.843	28,20	4.356	25,20	9
Grupo 4	89	34,20	1.621.266	23,60	2.224	12,90	5,6

Fonte: elaborada pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) e nos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010).

Além da análise da tendência de cada trajetória, entendemos que algumas informações sobre a composição dos grupos precisam ser registradas. Por exemplo, o grupo 1 é formado por 35 municípios, o que equivale a 13,5% do total. Se por um lado representa a menor quantidade de cidades, por outro, com 2.284.189 habitantes (33,2%), apresenta a maior quantidade de habitantes. Convém ressaltar que o grupo também registra o maior número total de homicídios, 7.303 (42,2%), e a maior média da taxa de homicídios, 14,5 mortes para cada 100 mil habitantes considerando toda a série. Por sua vez, o grupo 2 reúne 68 municípios (26,2%) e possui o menor número de habitantes, 1.021.602 (14,9%). Em termos de frequência absoluta, o número de homicídios, 3.413 (19,7%), deixa-o atrás do grupo 3, mas sua taxa aparece na segunda posição com a maior média geral, 13,4/100 mil habitantes. Embora o grupo 3 registre um número de municípios similar ao anterior, sua população é consideravelmente superior, 1.941.843 (28,2%). Em termos de taxa (9/100 mil hab.) fica na terceira posição, mas o número de homicídios é maior que o do grupo 2, 4.356 (25,2%). O último grupo, formado por 89 municípios (34,2%), agrega 1.621.266 habitantes (23,6%) e, concomitantemente, apresenta o menor número de homicídios, 2.224 (12,9%) e a menor taxa de homicídios (5,6/100 mil hab.).

Gráfico 24 – Média das taxas bayesianas empíricas locais de homicídios por grupo

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) e nos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010).

O gráfico das médias das taxas de homicídios possibilita-nos acompanhar com mais detalhes a tendência de cada trajetória. Apesar das oscilações, podemos visualizar que as médias confirmam os valores preditos no modelo de trajetórias (**Gráfico 24**). Além disso, podemos visualizar também que a elevação existente no grupo 1 se aproxima da experimentada por Santa Catarina ao apresentar três momentos de elevação: o primeiro, aproximadamente nos anos 2000; o segundo, por volta de 2010; e o terceiro, no ano de 2016 (**Gráfico 21**). O maior nível de homicídios de Santa Catarina coincide com o maior nível de homicídios do grupo 1. Apesar de retratar uma taxa elevada de homicídios no início da série, os municípios do grupo 2 evidenciaram uma média de redução das taxas, e esta queda se aproximou da observada no grupo 3. O grupo 3 aumenta suas taxas de forma menos intensa que o grupo 1, mas, como visualizado anteriormente, o pico de crescimento acontece após os anos 2010. Em síntese, podemos afirmar que há dois grupos com tendências claras de crescimento: o grupo 1, cuja tendência apresenta três momentos de elevação que coincidem com a tendência geral do estado, e o grupo 3, com menor elevação, todavia que começa a apresentar níveis importantes de incremento a partir de 2010. Um dos pontos interessantes na análise diz respeito ao grupo que iniciou o período com o maior nível de homicídios, pois foi justamente o conjunto de municípios que retratou uma trajetória clara de redução. O menor nível de homicídios pertence

ao grupo 4 e, apesar de apresentarem uma trajetória de leve incremento, estes municípios compõem o grupo de locais com a menor taxa de homicídios do estado.

Gráfico 25 – Percentual do número de homicídios por grupo segundo a escolaridade

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) e nos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010).

Nota: a categoria 1 a 7 anos de estudo contempla os que não possuem nenhuma escolaridade.

Outras informações descritivas nos ajudam a caracterizar os grupos de forma mais substantiva. No **Gráfico 25**, apresentamos dados de escolaridade considerando as seguintes categorias: 1 a 7 anos de estudo, 8 a 11 anos de estudo e 12 anos ou mais. Destacamos que, no gráfico em questão também existe a categoria ‘ignorada’, que se refere às informações perdidas. Assim, podemos visualizar que os grupos que apresentaram tendências claras de incremento (grupo 1 e 3) foram justamente aqueles que registraram uma elevação considerável do percentual de vítimas de homicídios com o menor nível de escolaridade (1 a 7 anos de estudo). Os grupos 2 e 4 também registraram percentuais elevados de vítimas nesta faixa, mas durante o período houve uma certa estabilidade na tendência, especialmente no grupo 4. Tais

informações nos parecem retratar um cenário no qual a elevação dos homicídios está direcionada exatamente a um conjunto de vítimas com baixíssima ou nenhuma escolaridade.¹⁴⁸

Gráfico 26 – Taxa bruta de homicídios por grupo segundo “cor/raça”

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) e nos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010).

No **Gráfico 26**, apresentamos as taxas brutas de homicídios por ‘cor/raça’ para os anos de 2000 e 2010. Infelizmente, não foi possível retratar estas informações durante todo o período, por não haver informações populacionais para todos os anos. Além disso, diferentemente dos percentuais apresentados na informação anterior, resolvemos trabalhar com a taxa para garantir a comparação adequada com a proporção populacional entre o grupo de brancos e não brancos. Portanto, agregamos à categoria de brancos o conjunto da população classificado nos Censos Demográficos (IBGE) como ‘brancos’ e ‘amarelos’ e à categoria de não brancos os considerados ‘pretos’, ‘pardos’ e ‘indígenas’. A partir de 2000 até 2010, no grupo 1, podemos perceber incremento tanto para os brancos quanto para os não brancos, mas os brancos acabam superando os não brancos em 2010. No grupo 2, enquanto ocorre um leve aumento entre os

¹⁴⁸ Na totalidade, o grupo 1 registrou 39% de pessoas vítimas de homicídios com escolaridade de 1 a 7 anos de estudo, 18% com 8 a 11 anos de estudo, 3% com 12 anos ou mais e 40% de informações perdidas; o grupo 2 registrou 40% de pessoas vítimas de homicídios com escolaridade de 1 a 7 anos de estudo, 10% com 8 a 11 anos de estudo, 2% com 12 anos ou mais e 48% de informações perdidas; o grupo 3 registrou 44% de pessoas vítimas de homicídios com escolaridade de 1 a 7 anos de estudo, 15% com 8 a 11 anos de estudo, 3% com 12 anos ou mais e 38% de informações perdidas; e o grupo 4 registrou 42% de vítimas de homicídios com escolaridade de 1 a 7 anos de estudo, 17% com 8 a 11 anos de estudo, 2% com 12 anos ou mais e 39% de informações perdidas.

brancos, o grupo de não brancos registra uma queda bastante importante. Os municípios pertencentes ao grupo 3 são os únicos que efetivamente registraram dois períodos em que a taxa entre os não brancos é maior do que a dos brancos. Podemos perceber que a heterogeneidade não está contemplada apenas no desenho da curva e na intensidade do incremento dos homicídios, mas sobretudo nas características internas do fenômeno. Embora os grupos 1 e 3 apresentem trajetórias de incremento, podemos perceber que, enquanto no grupo 1 a elevação é maior entre as vítimas pertencentes à categoria de brancos; no grupo 3 é exatamente o contrário. Efetivamente, o único grupo que demonstrou tendência clara de redução dos homicídios (grupo 2) foi aquele em que ocorreu efetivamente uma queda na taxa de homicídios entre os não brancos.

Gráfico 27 – Taxa bruta de homicídios para Santa Catarina segundo ‘cor/raça’

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) e nos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010).

Tal informação é importante, porque vem contribuir para explicar o peso da variável “cor/raça” das vítimas na evolução das taxas de homicídio. Por exemplo, se olharmos o mesmo conjunto de informações para todo o estado, é possível verificar que, embora tenha ocorrido um crescimento elevado entre os brancos; no entanto, foram os não brancos que apresentaram a maior taxa de homicídios, mesmo em um estado cuja população de brancos é consideravelmente superior. O dado anterior informa que o incremento pode se configurar de maneira distinta não apenas pelo movimento da trajetória dos homicídios, mas igualmente em virtude das

características internas de cada grupo. As simples informações descritivas já colocam em perspectiva diferentes formas de olhar o fenômeno dos homicídios de acordo com a natureza das características das vítimas.

Gráfico 28 – Percentual do número de homicídios segundo sexo

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) e nos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010).

Entretanto, considerando outras características, como o sexo, parece haver tendências bastante claras que correspondem ao que é encontrado em outras regiões do país; isto é, percentuais elevados de vítimas de homicídios entre pessoas do sexo masculino. Não obstante as oscilações características da própria natureza dos dados, podemos observar que, especialmente no final do período, a proporção menor de vítimas do sexo masculino aparece nos grupos 2 e 4, novamente aqueles com trajetórias mistas de homicídios, de redução e de baixa intensidade. De forma geral, o percentual mais baixo de vítimas de homicídios do sexo masculino foi registrado pelos grupos 2 (85%) e 4 (84%).¹⁴⁹ Ainda assim, a proporção desigual entre homens e mulheres pode conduzir à subestimação da importância de analisar o fenômeno das mortes violentas intencionais no grupo de mulheres. O que a análise de trajetórias vem demonstrando é exatamente o contrário. Cada vez mais percebemos como os fenômenos se distinguem em relação à natureza interna e também ao aspecto do tempo.

¹⁴⁹ No total geral, as diferenças ficaram do seguinte modo: grupo 1 com 91% de vítimas do sexo masculino e 9% do sexo feminino; grupo 2 com 85% do sexo masculino e 15% do sexo feminino; grupo 3 com 87% do sexo masculino e 13% do sexo feminino; e grupo 4 com 84% do sexo masculino e 16% do sexo feminino.

Gráfico 29 – Percentual do número de homicídios por grupo segundo local de ocorrência e sexo

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) e nos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010).

Nota: os percentuais não totalizam 100% porque as categorias ‘hospitais’ e ‘outros estabelecimentos de saúde’ foram retiradas do gráfico.

A título de exemplo, se tomarmos de forma comparada este conjunto de elementos relacionados ao sexo das vítimas, algumas informações importantes sobre o modo como a violência se comporta segundo a estratificação por gênero entram em evidência. No **Gráfico 29**, abordamos informações sobre o local de ocorrência dos homicídios e o sexo das vítimas. Em todos os grupos considerados, a maior parte da vitimização de pessoas do sexo feminino ocorreu no próprio domicílio, enquanto entre os homens aconteceu nas vias públicas. As maiores proporções estão nos grupos 2 e 4. Veremos isso um pouco mais à frente, mas o conjunto de municípios selecionados no grupo 2 é pertencente às regiões Centro e Oeste de Santa Catarina, exatamente caracterizadas pela força das condutas tradicionais. É nesse grupo que a vitimização feminina aparece de forma emblemática. Além do mais, o grupo 4, caracterizado pelo menor número relativo de homicídios, apresenta o maior percentual de vítimas do sexo feminino, cujas mortes aconteceram no próprio domicílio. Do mesmo modo que o anterior, há neste grupo um conjunto de municípios pequenos situados em uma faixa com contingente amplo de migração europeia. Portanto, apesar do número maior de vítimas do sexo masculino, a análise desagregada por gênero retrata fenômenos com uma série de especificidades.

Gráfico 30 – Percentual do número de homicídios por grupo segundo faixa etária

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) e nos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010).

No que diz respeito à idade, há informações importantes que merecem ser destacadas. Diferentemente do que é apontado em diversos trabalhos, para os quais é maior a prevalência de jovens entre os grupos de maior risco de serem vítimas de homicídios, constatamos algumas diferenças que merecem ser analisadas de modo mais detalhado. Por exemplo, o grupo 1 é o que apresenta evidências claras de um crescimento na faixa etária de pessoas com 15 a 24 anos a partir dos anos 2000, acompanhada logo depois pela faixa dos 25 aos 34 anos. Porém, em relação ao grupo 2 e 4, a tendência não se apresenta do mesmo modo, o que coloca o problema da vitimização dos mais jovens em outro contexto.¹⁵⁰ Em geral, todos os grupos apresentam percentuais elevados na faixa etária dos 15 aos 34 anos: grupo 1 com 66%, grupo 2 com 51%, grupo 3 com 58% e grupo 4 com 51%, todavia, como retratam os números, os percentuais acabam sendo maiores entre as trajetórias de alto incremento, iniciadas logo no começo dos anos 2000 (grupo 1), e as de incremento, iniciadas aproximadamente a partir de 2008 (grupo

¹⁵⁰ Os percentuais de cada grupo foram os seguintes: grupo 1 com 2% de vítimas com idade entre 1 e 14 anos, 38% com idade entre 15 e 24 anos, 29% com idade entre 35 e 44 anos, 17% entre 35 e 44 anos e 15% com 45 anos ou mais; grupo 2 com 2% de vítimas com idade entre 1 e 14 anos, 25% com idade entre 15 e 24 anos, 26% com idade entre 35 e 44 anos, 20% entre 35 e 44 anos e 26% com 45 anos ou mais; grupo 3 com 2% de vítimas com idade entre 1 e 14 anos, 30% com idade entre 15 e 24 anos, 29% com idade entre 35 e 44 anos, 20% entre 35 e 44 anos e 20% com 45 anos ou mais; e o grupo 4 com 2% de vítimas com idade entre 1 e 14 anos, 24% com idade entre 15 e 24 anos, 27% com idade entre 35 e 44 anos, 22% entre 35 e 44 anos e 25% com 45 anos ou mais.

3). Por exemplo, enquanto o percentual de vítimas com idade acima dos 35 anos, no grupo 1, corresponde a 32%, no grupo 2, esse número chega próximo da metade dos casos (47%).

Gráfico 31 – Percentual do número de homicídios por grupo segundo instrumento utilizado

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) e nos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010).

Por fim, temos os percentuais relacionados ao instrumento utilizado. E, neste caso, parece existir uma relação mais próxima com o que vem sendo apontado na literatura. Os grupos com maiores incrementos de homicídios foram especificamente aqueles que proporcionalmente apresentaram a maior quantidade de homicídios resultantes da utilização de armas de fogo. O próprio grupo 4, que apresenta o nível mais baixo de homicídios, retrata um crescimento de suas taxas de homicídios no momento em que a diferença entre armas de fogo e objetos contundentes se distancia em favor do primeiro. Já o grupo 2 é o único em que durante boa parte do período o percentual de mortes ocasionadas por objeto cortante e contundente supera o de armas de fogo. Essa diferença passa ocorrer no momento em que o grupo apresenta uma redução das tendências gerais de homicídios. De qualquer forma, na totalidade dos dados, os maiores percentuais de mortes ocasionadas por arma de fogo foram registrados pelos grupos que claramente elevaram suas taxas de homicídios: grupo 1 com 75% e grupo 3 com 67%.¹⁵¹

¹⁵¹ Comiserao a totalidade de homicídios resultantes de armas de fogo e objeto cortante e contundente, os percentuais ficaram do seguinte modo: grupo 1 com 75% de homicídios resultantes do uso de armas de fogo e 25% por objeto cortante e contundente; grupo 2 com 52% de armas de fogo e 48% por objeto cortante e contundente; grupo 3 com 67% de armas de fogo e 33% por objeto cortante e contundente e grupo 4 com 55% de armas de fogo e 45% por objeto cortante e contundente.

Para situar a distribuição no território, apresentamos mapas localizando os municípios no estado segundo o grupo identificado no modelo de trajetórias (**Figura 9**). A intensidade das cores representa o nível das taxas de homicídios de cada grupo. Dessa forma, o grupo 1 foi caracterizado pela cor mais escura, chegando até a mais clara para os municípios pertencentes ao grupo 4. Além da divisão municipal, também acrescentamos linhas mais fortes que remetem à circunscrição das mesorregiões de Santa Catarina: Norte Catarinense, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis, Sul Catarinense, Serrana e Oeste. As áreas em branco referem-se aos municípios que não foram selecionados no modelo de análise.

Figura 9 – Mapa dos municípios de SC identificados no modelo principal

Fonte: elaborada pelo autor com taxas bayesianas empíricas locais de homicídios.

Figura 10 – Os quatro grupos de municípios de SC identificados no modelo principal

Fonte: elaborada pelo autor com taxas bayesianas empíricas locais de homicídios.

O grupo 1, que iniciou a sua trajetória com baixas taxas de homicídios e elevou-as exponencialmente a partir dos anos 2000, possui municípios que compreendem uma região particular do estado. Com exceção de Chapecó e seus vizinhos, a maior parte deles está situada na faixa de municípios litorâneos que avançam da Grande Florianópolis até Joinville. Justamente as cidades caracterizadas por apresentarem um alto fluxo de pessoas, especialmente nos meses iniciais e finais do ano. Em números absolutos, estas cidades (35 no total) foram responsáveis por 42,2% dos homicídios que ocorreram em Santa Catarina no período de 1992 a 2017. Em razão da semelhança entre a tendência deste grupo com a geral do estado (**Gráfico 21**), podemos constatar que estes municípios estão entre os principais responsáveis pelo aumento das taxas de homicídios em Santa Catarina. Como é possível visualizar no mapa da **Figura 9**, grande parte destas cidades estão situadas no litoral e sofreram importantes processos de urbanização, ampliação da população e complexificação das relações sociais. A variação no período de 1992 a 2017 mostra que o grupo 1 foi o que mais aumentou a variação da média da população, chegando a um acréscimo de 100%.¹⁵² Sabemos que, com este processo suscita novas demandas para os municípios, mais serviços são exigidos e, consequentemente, a sociedade se complexifica. Chapecó, por exemplo, apresenta processos bastante acelerados de

¹⁵² No período de 1992 a 2017, os municípios pertencentes ao grupo 1 aumentaram sua população em mais de 100%, os do grupo 2 aumentaram em 11,3%; os do grupo 3, em 41,6%; e o grupo 4, em 38,3%.

urbanização. Não é o caso de aprofundarmos essa questão, mas a cidade há muito tempo vem se destacando em relação à sua participação na economia regional e nacional. Cidade com uma malha urbana bastante estruturada, se configura como síntese dos aspectos positivos e negativos de um processo de transformação estrutural recente. Se, de um lado, caracteriza-se pelo seu potencial econômico e pela oferta de serviços, por outro, ainda mantém desigualdades socioeconômicas abissais.

Figura 11 – Mapa de homicídios e indicadores selecionados do município de Chapecó (SC)

Fonte: Monteiro e Constante (2018).

Apesar do Índice de Desenvolvimento Humano da cidade ser considerado alto (0,790),¹⁵³ os mapas produzidos por Monteiro e Constante (2018) e apresentados na **Figura 11** demonstram uma desigualdade estrutural e regional importante. Enquanto a região central apresenta bons indicadores, a periferia da cidade possui bairros em que menos de 5% dos domicílios estão ligados à rede de esgoto. Considerando o número total de homicídios de 2008 a 2015, a maior parte deles, cerca de um terço, concentrou-se em apenas três bairros: Efapi, Bom Pastor e São Pedro, coincidentemente aqueles que estão entre as regiões com os piores indicadores. A despeito do fato de os autores não realizarem testes mais robustos sobre

¹⁵³ Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

causalidade, podemos visualmente perceber uma realidade em que a taxa de violência letal está associada a questões estruturais.

Os municípios pertencentes ao grupo 2, que iniciaram suas trajetórias com altos índices de violência, estão distribuídos basicamente em três mesorregiões do estado: Norte Catarinense, Oeste Catarinense e Mesorregião Serrana, com destaque para a maior concentração nesta última. Estes municípios congregam tanto características tradicionais, constitutivas de regiões rurais, quanto urbanas, especialmente relacionadas aos processos atuais de desenvolvimento. No caso específico da Mesorregião Serrana, além de possuir um desenvolvimento econômico tardio, voltado principalmente para o beneficiamento de atividades primárias, os municípios historicamente vêm concentrando os piores IDHs do estado (MONTEIRO, 2009). Palco de diversos conflitos, o cenário político foi berço das principais oligarquias catarinenses e marcado pelo mandonismo local (FILHO, 2016). Parece-nos que este retrato ajuda compreender como a região aparece nas primeiras posições em termos de taxas de homicídios. No entanto, apesar de estes municípios ainda apresentarem indicadores de desenvolvimento mais baixos que os dos outros grupos, houve sim uma melhora substantiva nos últimos anos. Por exemplo, se tomarmos apenas o Índice de Desenvolvimento Humano, o grupo 2 foi o que apresentou a maior variação entre os anos de 1991 a 2010.¹⁵⁴

Os municípios do grupo 3 são os que apresentaram a distribuição menos uniforme no estado. Com exceção da Mesorregião Serrana, encontramos cidades distribuídas de modo aleatório por toda a região do estado. No entanto, chama atenção o fato de municípios como Joinville se situarem neste grupo. Segundo Monteiro (2009), a cidade passou a experimentar elevações nas suas taxas de homicídios a partir do ano de 2008 e atraiu a atenção da mídia e da sociedade local por registrar uma série de homicídios com desmesurada brutalidade. Uma força-tarefa estadual foi designada para a cidade, na tentativa de frear o crescimento e, especialmente, dar uma resposta à opinião pública, que naquele momento expressava inúmeras preocupações com o cenário social que se desenhava. Estes elementos colocam as cidades em outra perspectiva no que diz respeito à preocupação recente com o aumento dos homicídios. Mais uma vez, a trajetória deste grupo nos aponta um conjunto de regiões que estão diante de um cenário de grandes possibilidades de aumento da violência letal.

Já os municípios do grupo 4 revelam uma distribuição um pouco mais uniforme e caracterizam-se por situarem-se em um bloco levemente afastado do litoral e da região central do estado, uma espécie de segundo corredor entre os municípios do litoral e do centro. Parece

¹⁵⁴ De 1991 a 2010, os municípios pertencentes ao grupo 1 tiveram um aumento médio do IDH de 49,2%, os do grupo 2 de 58,7%, os do grupo 3 de 53,6% e os do grupo 4 de 54,8%.

interessante notar como uma mesma região, como é o caso do Vale do Itajaí, pode apresentar municípios tanto com tendências elevadas de incremento quanto de níveis reduzidos de homicídios. Além disso, se olharmos para as cidades pertencentes à Grande Florianópolis, ao Vale do Itajaí e também ao Norte Catarinense, nenhuma delas é perpassada pela BR 101, uma das rodovias mais movimentadas do país. Embora seja prematuro e simplista reduzir a problemática dos homicídios a tal questão, os municípios com a menor taxa de homicídios situam-se fora do circuito intenso de turismo, levemente afastados do litoral e com bons indicadores sociais.

De forma exploratória, as tendências revelam dois fenômenos distintos: municípios com histórico de altas taxas de homicídios (região Oeste e Serrana) e municípios com novas dinâmicas de intensificação dos homicídios (Grande Florianópolis, litoral do Vale do Itajaí e Norte). Por um lado, se a heterogeneidade revela uma realidade complexa e, a princípio, de difícil assimilação, por outro, a análise comporta destacado potencial analítico, pois permite examinar e avaliar o conjunto de preditores capazes de influenciar as diferentes tendências encontradas. Desse modo, torna-se viável identificar as variáveis latentes que podem vir a explicar a dinâmica das taxas de homicídios. Portanto, na próxima etapa, buscamos avançar em direção aos elementos que explicam estas tendências, ou melhor, aos aspectos que dão as bases da distinção tipológica evidenciadas em cada trajetória.

4.2 FATORES ESTRUTURAIS E POLÍTICOS – TAXAS BAYESIANAS

Nesta seção, apresentamos o estudo multivariado referente aos preditores de cada grupo de trajetória. O principal objetivo consiste em responder à terceira questão proposta nesta tese, isto é, caracterizar as bases estruturais que possibilitam distinguir as diferentes trajetórias. Com base em uma análise comparativa, buscamos verificar se os aspectos vinculados à estrutura social e a outros indicadores são capazes de apontar elementos significativos que diferenciem a probabilidade de um município pertencer a um determinado grupo de trajetória. Do ponto de vista operacional, realizamos este trabalho por meio de duas técnicas estatísticas: uma denominada regressão logística binária; e a outra, regressão logística multinomial. As técnicas procuram determinar o efeito de um grupo de variáveis sobre a probabilidade de um evento acontecer, ou seja, de apontar, com base nos preditores estruturais, políticos e situacionais, a

probabilidade de um município pertencer a determinado grupo de trajetória (HAIR *et al.*, 2009).¹⁵⁵

No entanto, antes de iniciar o estudo multivariado, primeiramente apresentamos os indicadores utilizados no modelo de análise, bem como as estratégias analíticas desenvolvidas para qualificá-los. Como já mencionado no capítulo metodológico (**Quadro 3**), utilizamos um conjunto amplo de indicadores, que, em muitos casos, podem compartilhar a mensuração dos mesmos aspectos relacionados à vida social. Por exemplo, embora de naturezas conceituais distintas, indicadores como os de ‘mortalidade infantil’ e o ‘percentual de pessoas pobres’ podem medir um conjunto de fenômenos altamente correlacionados, dado que atingem um conjunto da sociedade com características semelhantes. Em uma análise multivariada, a combinação de tais elementos sem uma apuração estatística adequada pode levar a uma redução artificial do efeito de um dos indicadores, justamente por compartilharem o mesmo espaço de ação sobre a variável dependente. Segundo Land, McCall e Cohen (1990), muitos trabalhos publicados antes da década de 1990 desconsideraram erroneamente a importância da estrutura social pelo fato de utilizarem um conjunto de indicadores que anulavam os efeitos de seus pares. Para evitar os problemas com a multicolinearidade, ou seja, que uma variável anule o efeito de outra nos modelos explicativos, conduzimos uma análise fatorial com o objetivo de reduzir o espaço compartilhado dos regressores ou das variáveis independentes sobre a variável dependente (LAND; MCCALL; COHEN, 1990; MCCALL, 2010; MCCALL; LAND; PARKER, 2011; MCCALL; PARKER; MACDONALD, 2008; PERES; NIVETTE, 2017; STULTS, 2010; TUTTLE; MCCALL; LAND, 2018).

A análise fatorial é um método estatístico multivariado que visa analisar estruturas inter-relacionadas de um grande número de variáveis. Trata-se de uma técnica de análise multivariada que “[...] fornece as ferramentas para analisar a estrutura das inter-relações (correlações) em um grande número de variáveis [...] definindo conjuntos de variáveis que são fortemente inter-relacionados, conhecidos como fatores” (HAIR *et al.*, 2009, p. 102). A análise fatorial pode ser utilizada para reduzir um amplo conjunto de variáveis pertencentes à mesma estrutura subjacente em índices interconectados. Nesse sentido, a análise fatorial nos permitiu reduzir mais de 27 indicadores em apenas um índice: o Índice de Desorganização Social (IDS).

¹⁵⁵ A regressão logística é um tipo específico de regressão. Enquanto uma regressão simples ou múltipla procura prever ou explicar o comportamento de uma variável dependente em relação a um conjunto de variáveis independentes mensuradas no nível intervalar e contínuo, a regressão logística procura identificar o efeito de um ou mais preditores sobre variáveis mensuradas no nível qualitativo. Duas versões são as mais utilizadas, a regressão logística, na qual a variável dependente é categorizada de forma binária, e a regressão logística multinomial, que é realizada quando a variável dependente assume mais do que duas categorias organizadas de modo não hierárquico.

Para a construção do índice, selecionamos ao todo 27 indicadores que dizem respeito à estrutura social. Após uma série de controles estatísticos, chegamos a um modelo final com 18 variáveis:¹⁵⁶

1. Média da taxa de desocupação - 15 a 17 anos (2000 e 2010);
2. Média da taxa de desocupação - 18 a 24 anos (2000 e 2010);
3. Média da taxa de desocupação - 25 a 29 anos (2000 e 2010);
4. Média da taxa de desocupação - 10 anos ou mais (2000 e 2010);
5. Média da taxa de desocupação - 18 anos ou mais (2000 e 2010);
6. Média do percentual de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes e com filho menor (2000 e 2010);
7. Média do percentual de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo (2000 e 2010);
8. Média da mortalidade infantil (1991, 2000 e 2010);
9. Média do percentual de pobres (1991, 2000 e 2010);
10. Média do percentual da população em domicílios sem água encanada (1991, 2000 e 2010);
11. Média do percentual da população em domicílios sem banheiro e água encanada (1991, 2000 e 2010);
12. Média do percentual da população em domicílios sem coleta de lixo (1991, 2000 e 2010);
13. Média do Índice de Gini (1991, 2000 e 2010);
14. Média do percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos (1991, 2000 e 2010);
15. Média da taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais (1991, 2000 e 2010);
16. Média do percentual de 15 a 17 anos sem o fundamental completo (1991, 2000 e 2010);
17. Média do percentual de 18 a 24 anos sem o fundamental completo (1991, 2000 e 2010);
18. Média do percentual de 6 a 17 anos fora da escola (1991, 2000 e 2010).

¹⁵⁶ Os indicadores correspondem à média dos indicadores originais disponíveis no período de análise, por exemplo: a Média da mortalidade infantil (1991, 2000 e 2010) foi obtida pelo cálculo de uma média aritmética de três indicadores: mortalidade infantil em 1991, 2000 e 2010. Por sua vez, os controles estatísticos referem-se aos testes de comunalidades e a análise de matriz não rotacionada. As comunalidades representam a proporção da variância para cada variável incluída na análise que é explicada pelos componentes extraídos. Como recomendado na literatura, todos os valores abaixo 0,50 foram retirados do modelo. Além disso, segundo os dados apresentados na matriz não rotacionada, as variáveis que obtiveram cargas fatoriais altamente compartilhadas entre os fatores também foram retiradas da análise. Para mais detalhes sobre a condução de uma análise fatorial, cf.: Figueiredo Filho e Silva Júnior (2010) e Hair *et al.* (2009).

O teste de *Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy* (KMO), que mede o padrão de correlação entre as variáveis, apresentou um índice de 0,857, consideravelmente acima do limite aceitável para prosseguir com a análise, que é de 0,5 (HAIR *et al.*, 2009).¹⁵⁷ Outra ferramenta estatística importante, o *Bartlett's Test of Sphericity* (BTS), utilizado para analisar a adequabilidade dos dados em relação à análise fatorial, também apresentou elevada significância ($p < 0,000$) (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2010). Em relação ao teste de comunalidades, não identificamos nenhuma variável com valores abaixo de 0,5, o que nos permitiu seguir com o procedimento e passar para a identificação dos fatores.

Tabela 6 – Eigenvalues e variância acumulada do modelo de análise fatorial

<i>Componentes</i>	<i>Eigenvalues</i>		
	Total	% da variância	% acumulado
1	7,584	44,614	44,614
2	4,429	26,051	70,665
3	1,981	11,652	82,317
<i>Demais fatores</i>	3,007	17,68	100,00

Fonte: elaborada pelo autor.

Com base nos *eigenvalues*, um dos critérios utilizados para a extração de fatores, selecionamos ao todo três fatores (**Tabela 6**).¹⁵⁸ O primeiro fator carregou 44,6% da variância total, o segundo carregou 26,0%; e o terceiro, 11,6%. Assim, os três fatores selecionados foram capazes de explicar 82,31% da variância total, superior ao valor de 60% sugerido por Hair *et al.* (2009).

¹⁵⁷ O teste varia de 0 a 1. Valores entre 0 e 0,49 são considerados inadequados; entre 0 e 0,59 ruins, entre 0,60 e 0,69 medíocres, entre 0,70 e 0,79 medianos, entre 0,80 e 0,89 bons e entre 0,9 e 1 excelentes (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JÚNIOR, 2010).

¹⁵⁸ Como colocado anteriormente, o *eigenvalues* é um dos critérios utilizados para a extração de fatores. Conforme a literatura, recomenda-se que valores acima de 1 sejam considerados.

Tabela 7 – Componentes de matriz rotacionada da análise fatorial

<i>Variáveis</i>	<i>Componentes</i>			<i>Comunalidades</i>
	1	2	3	
<i>Média da taxa de desocupação - 15 a 17 anos (2000 e 2010)</i>	-,283	,874	,003	,844
<i>Média da taxa de desocupação - 18 a 24 anos (2000 e 2010)</i>	-,081	,925	,166	,890
<i>Média da taxa de desocupação - 25 a 29 anos (2000 e 2010)</i>	,089	,867	-,014	,760
<i>Média da taxa de desocupação - 10 anos ou mais (2000 e 2010)</i>	-,060	,988	,009	,980
<i>Média da taxa de desocupação - 18 anos ou mais (2000 e 2010)</i>	-,048	,984	,013	,970
<i>Média do percentual de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes e com filho menor (2000 e 2010)</i>	,765	-,217	-,088	,641
<i>Média do percentual de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo (2000 e 2010)</i>	,915	-,201	,106	,889
<i>Média da mortalidade infantil (1991, 2000 e 2010)</i>	,764	,134	,200	,642
<i>Média do percentual de pobres (1991, 2000 e 2010)</i>	,798	-,036	,494	,882
<i>Média do percentual da população em domicílios sem água encanada (1991, 2000 e 2010)</i>	,691	-,233	,348	,653
<i>Média do percentual da população em domicílios sem banheiro e água encanada (1991, 2000 e 2010)</i>	,808	-,050	,367	,790
<i>Média do Índice de Gini (1991, 2000 e 2010)</i>	,161	,077	,957	,948
<i>Média do percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos (1991, 2000 e 2010)</i>	,105	,081	,952	,925
<i>Média da taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais (1991, 2000 e 2010)</i>	,850	,030	,240	,780
<i>Média do percentual de 15 a 17 anos sem o fundamental completo (1991, 2000 e 2010)</i>	,869	,122	-,001	,770
<i>Média do percentual de 18 a 24 anos sem o fundamental completo (1991, 2000 e 2010)</i>	,924	-,118	-,024	,868
<i>Média do percentual de 6 a 17 anos fora da escola (1991, 2000 e 2010)</i>	,853	-,124	-,138	,762

Fonte: elaborada pelo autor.

Nota: Método de extração: Análise de componentes principais. Método de rotação: Varimax com normalização de Kaiser. *Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy* (KMO): 0,857. *Bartlett's Test of Sphericity* (BTS): $p < 0,000$.

No primeiro fator, foram selecionadas as seguintes variáveis: Média do percentual de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes e com filho menor (2000 e 2010); Média do percentual de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo (2000 e 2010); Média da mortalidade infantil (1991, 2000 e 2010);

Média do percentual de pobres (1991, 2000 e 2010); Média do percentual da população em domicílios sem água encanada (1991, 2000 e 2010); Média do percentual da população em domicílios sem banheiro e água encanada (1991, 2000 e 2010); Média da taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais (1991, 2000 e 2010); Média do percentual de 15 a 17 anos sem o fundamental completo (1991, 2000 e 2010); Média do percentual de 18 a 24 anos sem o fundamental completo (1991, 2000 e 2010) e Média do percentual de 6 a 17 anos fora da escola (1991, 2000 e 2010). No segundo fator, foram selecionadas as seguintes variáveis: Média da taxa de desocupação - 15 a 17 anos (2000 e 2010); Média da taxa de desocupação - 18 a 24 anos (2000 e 2010); Média da taxa de desocupação - 25 a 29 anos (2000 e 2010); Média da taxa de desocupação - 10 anos ou mais (2000 e 2010) e Média da taxa de desocupação - 18 anos ou mais (2000 e 2010). E no terceiro e último fator, Média do Índice de Gini (1991, 2000 e 2010) e Média do percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos (1991, 2000 e 2010).

Caso estivéssemos interessados em avaliar a relação entre os pressupostos teóricos das análises estruturais e os indicadores utilizados para operacionalizar as categorias conceituais, teríamos um bom exemplo da correspondência entre os indicadores utilizados. No primeiro fator, variáveis importantes que dizem respeito ao controle social, à ruptura familiar e à falta de escolaridade foram associadas a uma mesma estrutura que contempla aspectos da pobreza. Os preditores deste campo tematizam o que a literatura denomina de grande campo da desorganização social. No outro fator, as variáveis relacionadas à desocupação evidenciam outras questões que não possuem uma relação direta com os problemas da desorganização. No terceiro fator, apenas duas variáveis foram carregadas, especificamente aquelas ligadas à desigualdade social. Esta composição pode sugerir que municípios com altas taxas de pobreza não necessariamente são os mais desiguais e que municípios com bons índices estruturais podem apresentar distâncias sociais e econômicas elevadíssimas. Tal ponto coloca em questão a problemática da pobreza absoluta e da pobreza relativa.

Portanto, o modelo nos ajudou a identificar as variáveis que poderiam compor o IDS. Para que o índice levasse em conta o peso adequado de cada variável, multiplicamos os preditores pelo resultado da proporção obtida entre a variância total carregada pelo fator e a carga fatorial de cada variável. Após essa operação, as variáveis foram somadas e padronizadas em um índice com escala que varia de 0 a 10, em que 0 significa o menor valor e 10 o maior valor. Assim, um município com índice igual a 5 revela maior desorganização social que a de um município com índice igual a 3. Seguem abaixo as medidas descritivas para o IDS, bem como o histograma representativo da distribuição entre os municípios de Santa Catarina.

Tabela 8 – Medidas descritivas dos índices gerados a partir da análise fatorial

Índice de Desorganização Social (IDS)	
Média	4,1692
Desvio Padrão	1,822
Mínimo	,00
Máximo	10,00
Nº de Casos	260

Fonte: elaborada pelo autor.

Gráfico 32 – Histogramas do IDS gerado a partir da análise fatorial

Fonte: elaborado pelo autor.

O histograma apresenta uma disposição consistente para a medida de desorganização social, dado que a distribuição se aproxima de uma curva normal. Além disso, como aponta o valor do desvio padrão, mantém uma variabilidade interessante, com pouca dispersão.

Figura 12 – Mapa do Índice de Desorganização Social

Fonte: elaborada pelo autor com os indicadores selecionados.

Em geral, também podemos perceber uma distribuição regional do índice semelhante ao que constatamos no modelo de trajetórias. Os valores mais altos de desorganização social estão espalhados em praticamente todo o território, mas existe uma disseminação intensa de valores superiores em um grande *continuum*, que se estabelece da região central em direção à região Oeste do estado.

Ainda com o objetivo de verificar a estabilidade das informações, também é possível visualizar no **Gráfico 33** a relação linear positiva do Índice de Desorganização Social com a média das taxas bayesianas de homicídios (1992 a 2017).¹⁵⁹ Embora o coeficiente de correlação de Pearson de 0,233¹⁶⁰ aponte para uma baixa associação, podemos visualizar uma tendência da média das taxas bayesianas de homicídios (1992 a 2017) caminhar lado a lado com a elevação do nível de desorganização social. Essa observação confirma-se caso tomemos como

¹⁵⁹ A média das taxas bayesianas de homicídios foi obtida por meio de um cálculo de média aritmética entre as taxas bayesianas para todos os municípios considerados na análise, no período referente aos anos de 1992 a 2016.

¹⁶⁰ $p < .01$.

parâmetro os efeitos significativos do índice sobre a taxas de homicídios representados na Tabela 9.¹⁶¹

Gráfico 33 – Diagramas de dispersão: média das taxas bayesianas e IDS

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 9 – Regressão múltipla entre a média das taxas bayesianas de homicídios e o IDS

	<i>B</i>	<i>Std. Error</i>	<i>Beta</i>	<i>t</i>	<i>Sig.</i>
(Constant)	8,121	,617		13,157	,000
IDS	,530	,136	,236	3,903	,000

Fonte: elaborada pelo autor.

Notas: Variável dependente: Média das taxas bayesianas de homicídios (1992 a 2017) / $R^2 = 0,056$ / R^2 ajustado = 0,052 / $p < 0,000$.

Ressaltamos que o trabalho de redução de fatores nos possibilitaria ainda construir mais dois índices, um de desocupação e outro de desigualdade social. Para fins de testes estatísticos, este trabalho foi realizado, mas preferimos não incorporá-lo nos modelos de análise, porque, teoricamente, o IDS já contemplava o debate colocado em torno dos aspectos da estrutura social, controle social, ruptura familiar e tensão social. Além do mais, o conjunto dos

¹⁶¹ Essas informações não transmitem resultados robustos sobre a relação do IDS e a média das taxas bayesianas. Apenas colocamos estes apontamentos com o objetivo de demonstrar que há uma tendência deste índice caminhar na mesma direção que as taxas de homicídios. Apesar do baixo R^2 ajustado, de 0,052, que retrata uma possibilidade de 5,2% da variabilidade da média das taxas de homicídios serem explicadas pelo IDS, constatamos um efeito significativo da variável independente sobre a dependente. Ou seja, cada elevação no nível do IDS, implicaria em um aumento de 0,236 na média das taxas de homicídios. Uma diferença de 4 pontos no IDS representaria o aumento de um homicídio para cada 100 mil habitantes.

indicadores agregados ao índice de desorganização também contemplava outros aspectos importantes ligados tanto ao campo das políticas públicas quanto às questões socioeconômicas, como é o caso das variáveis referentes ao grau de escolaridade. Outro ponto importante: mesmo que se considere que esses índices tivessem passado pela análise de redução dos fatores, que, quando associados um ao outro, continuavam explicando uma mesma estrutura subjacente. Por conta destas considerações, preferimos manter na análise apenas o IDS. Acreditamos que tal escolha trouxe ganhos significativos e também tornou mais simples a interpretação dos dados.

Além das variáveis ligadas ao campo da estrutura social e econômica, procuramos acrescentar no modelo outros indicadores relacionados à área de políticas de segurança pública. Porém, neste ponto cabe um destaque. Nosso objetivo não consiste em analisar a capacidade de uma política de segurança gerar impacto sobre os níveis de violência. Neste tópico, nosso objetivo consistiu em avaliar se os efeitos de uma determinada racionalidade, em grande parte sustentada por uma concepção de enfrentamento à violência, permitem identificar possíveis diferenças entre a probabilidade de um município pertencer a um grupo de trajetórias. Por conseguinte, para desenvolver este trabalho, decidimos acrescentar ao modelo de análise um indicador relacionado ao número de prisões por tráfico de drogas.¹⁶²

Do mesmo modo que os preditores anteriores, trabalhamos com uma variável resultante da agregação de um amplo conjunto de informações. Primeiramente, selecionamos dados de aprisionamento fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina para os municípios do estado no período de 2010 a 2017. Em segundo lugar, transformamos cada indicador em taxas brutas e posteriormente construímos uma média das taxas de aprisionamento por tráfico de drogas considerando o período em análise. A última operação consistiu em desenvolver um Índice de Aprisionamento por Tráfico de Drogas (InTrafico) que se acomoda em uma escala de 0 a 10, em que 0 é o valor mais baixo e 10 o valor mais alto.¹⁶³ Nesse sentido,

¹⁶² Um dos nossos objetivos iniciais consistia em ampliar a visão de políticas de segurança pública por meio de uma análise de indicadores ligados à área da assistência social, educação, direitos humanos, gastos, etc. No entanto, muitas destas informações não estão sistematizadas de maneira adequada, o que gera um problema de adequabilidade e organização dos dados. Por exemplo, selecionamos uma série de informações a respeito de gastos em segurança pública em âmbito municipal, mas a limitação e a irregularidade da disponibilidade dos dados durante os anos prejudicaram a possibilidade de realizarmos inferências estatísticas.

¹⁶³ Em testes anteriores desenvolvemos cenários de análise considerando taxas de aprisionamento geral e apreensões por posse ou tráfico de drogas para uso pessoal. Optamos por desconsiderá-las nos modelos de análises justamente por se enquadrarem nos problemas da multicolinearidade. As três variáveis mediam a mesma estrutura subjacente e anulavam os efeitos uma da outra. Por se tratar de uma variável com maior impacto e relacionar-se diretamente com a expressão de um tipo de racionalidade política, decidimos manter as prisões por tráfico de drogas no modelo. Do ponto de vista substantivo, a alta relação entre os três indicadores demonstra que a maior parte das prisões está diretamente associada ao tráfico de drogas. O crescimento abrupto das taxas de aprisionamento no estado e os problemas originados deste processo pode derivar de uma mentalidade que privilegiou uma política de combate às drogas como principal ação da segurança pública.

a intensidade do Índice de Aprisionamento por Tráfico de Drogas (InTrafico), ao mesmo tempo em que sugere uma racionalidade que privilegia uma política de combate ao tráfico de drogas como premissa principal, também pode servir como uma *proxy* que mensura a ação do crime organizado. De um lado, uma racionalidade que expressa a prática de mais prisões como políticas de segurança pública, do outro, uma *proxy* da atividade criminal, especialmente aquela ligada aos mercados de drogas ilícitas.

Além disso, utilizamos um indicador associado ao campo dos aspectos situacionais: o número de homicídios resultantes do uso de armas de fogo (InArma). Para garantir a comparabilidade com as informações anteriores, também confeccionamos um índice. Na primeira etapa da formulação da medida, selecionamos variáveis que retratavam o número de homicídios cometidos por armas de fogo para os municípios de Santa Catarina nos anos de 1996, 2000, 2010 e 2016.¹⁶⁴ Calculamos uma proporção entre o número de homicídios por armas de fogo e o total geral de homicídios e, posteriormente, calculamos taxas brutas considerando o tamanho da população. Por último, também posicionamos a variável em uma escala de 0 a 10, em que 0 corresponde à menor intensidade do uso de armas de fogo e 10 à maior intensidade.

Por fim, acrescentamos ao modelo algumas medidas de controle: o tamanho da população total e urbana. Para garantir a possibilidade da comparação com as outras medidas, também transformamos as variáveis em índices posicionados em uma escala de 0 a 10. Desse modo, a média da população total para os anos de 1991, 2000 e 2010 foi transformada em um índice de população total (PopTotal);¹⁶⁵ e a média da população urbana para os anos de 1991, 2000 e 2010, em um índice de população urbana (PopUrb).¹⁶⁶ Outras variáveis que possuem um caráter substantivo referem-se ao tamanho da população de jovens, às diferenças em relação ao sexo e à questão da ‘cor e raça’. Embora tenhamos produzido índices a partir delas e realizado testes anteriores, também não acrescentamos estas variáveis aos modelos de análise. Em relação à proporção de jovens e pessoas do sexo masculino, não encontramos diferenças significativas que auxiliassem ou acrescentassem maiores possibilidades de análise. Na verdade, a inserção dessas variáveis até mesmo reduzia a capacidade explicativa dos modelos.

¹⁶⁴ As informações sobre os homicídios relacionados às armas de fogo referem-se às categorias: ‘X93 - Agressão disparo de arma de fogo de mão’, ‘X94 - Agressão disparo arma de fogo de maior calibre’ e ‘X95 - Agressão disparo outra arma de fogo não especificada’. Para os homicídios gerais referem-se às categorias: X85 a Y09 – Agressões.

¹⁶⁵ As variáveis utilizadas para a composição da média foram: população total municipal para o ano 1991, 2000 e 2010. (IBGE, 1991, 2000, 2010).

¹⁶⁶ As variáveis utilizadas para a composição da média foram: população urbana municipal para o ano 1991, 2000 e 2010. (IBGE, 1991, 2000, 2010).

Já em relação à questão da “cor/raça” acabávamos caindo no mesmo dilema que nos obrigou a produzir o índice de desorganização social. Os testes demonstravam que havia uma relação direta entre o índice que media a proporção de não brancos em relação aos brancos com os indicadores estruturais. Ou seja, eram dois conjuntos de informações intimamente ligados. Portanto, considerando todos estes elementos restringimos o estudo multivariado a seis preditores: o Índice de Desorganização Social (IDS), o Índice de Aprisionamento por Tráfico de Drogas (InTráfico), o Índice de Homicídios Resultantes do Uso de Armas de Fogo (InArma), o Índice de Intensidade da População Urbana (PopUrb) e o Índice de Intensidade da População Total (PopTotal).

Nesse sentido, seguimos para a apresentação dos aspectos que nos permitem estabelecer as diferenças entre os grupos de trajetórias de forma a verificar se as categorias estruturais agem do mesmo modo sobre tendências distintas de homicídios. Primeiramente, apresentaremos uma série de tabelas com regressões binárias logísticas comparando os efeitos dos preditores sobre dois grupos de trajetórias distintas. O objetivo consiste em entender o que leva um município a participar de um grupo com elevadas taxas de homicídios em relação a um grupo com baixas taxas de homicídios.

No primeiro modelo (Modelo A) avaliamos a probabilidade de um município participar do grupo 2 em relação ao grupo 4. Cabe lembrarmos que, embora o grupo 2 tenha apresentando uma trajetória mista, com uma tendência geral de leve queda, suas taxas de homicídios permaneceram altas em toda série, de tal modo que se enquadrou em uma tipologia de elevada intensidade de homicídios. Por sua vez, o grupo 4 registrou as menores taxas de homicídios entre todos aqueles identificados na análise de trajetórias. No segundo modelo (Modelo B), analisamos a probabilidade de um município participar do grupo 3 em relação ao grupo 4. O grupo 3 não apresentou altos níveis de homicídios se comparado ao grupo 2 e ao grupo 1, mas retratou uma tendência constante de elevação, aproximando-se no final da série do grupo 2. No terceiro modelo (Modelo C), a intenção altera-se, e evidenciamos as diferenças que levam um município a participar do grupo 1 em relação ao grupo 4. Novamente, o grupo 1 foi aquele que começou sua trajetória com níveis baixos de homicídios, mas que no decorrer da série obteve a maior elevação das taxas de homicídios.

Tabela 10 – Regressão logística binária: grupos de trajetórias e preditores selecionados (Modelos A, B e C)

Índices	Modelo A			Modelo B			Modelo C		
	Grupo 2 vs. Grupo 4			Grupo 3 vs. Grupo 4			Grupo 1 vs. Grupo 4		
	B	Exp(B)	Prob. (%)	B	Exp(B)	Prob. (%)	B	Exp(B)	Prob. (%)
IDS	,679 ⁽³⁾	1,971	97,10	,358	1,430 ⁽²⁾	43,00	,582 ⁽²⁾	1,790	79,00
InTrafico	-,125	,882	—	,248	1,282 ⁽¹⁾	28,20	,379 ⁽²⁾	1,461	46,10
InArma	,594 ⁽³⁾	1,812	81,20	,279	1,322 ⁽¹⁾	32,20	,569 ⁽²⁾	1,766	76,60
PopUrb	,540 ⁽¹⁾	1,715	71,50	,037	1,038	—	,665 ⁽²⁾	1,944	94,40
PopTotal	,056	1,057	—	,225	1,253	—	-,197	,821	—
Constant	4,039 ⁽³⁾	,018	—	2,297	,101 ⁽³⁾	—	5,136 ⁽³⁾	,006	—
N	155			154			122		
PSEUDO R²	0,423			0,132			0,523		

Fonte: elaborada pelo autor.

Notas: Para todos os modelos, o grupo inicial foi categorizado com o valor 1 e o grupo 4 com o valor 0.

⁽¹⁾ $p < .10$.; ⁽²⁾ $p < .05$.; ⁽³⁾ $p < .01$.

Sinal convencional utilizado: – Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

No primeiro modelo (Modelo A), podemos verificar que três preditores foram capazes de explicar a probabilidade de um município pertencer ao grupo 2 em relação ao grupo 4: o IDS, o InArma e o PopUrb. Podemos interpretar os resultados do modelo do seguinte modo:

- Um aumento no nível do IDS implica uma probabilidade de 97,1% de um município pertencer ao grupo 2 em relação ao grupo 4;
- Um aumento no nível do InArma implica uma probabilidade de 81,2% de um município pertencer ao grupo 2 em relação ao grupo 4;
- Um aumento no nível do PopUrb implica uma probabilidade de 71,5% de um município pertencer ao grupo 2 em relação ao grupo 4.

O teste apresenta um cenário em que elevados níveis de desorganização social e uma intensidade de homicídios ocasionados pelo uso de armas de fogo ajudam a compreender a distinção entre um grupo com alta intensidade de homicídios (Grupo 2) e um grupo com baixa intensidade de homicídios (Grupo 4). Outro ponto importante refere-se à constatação de que a variável ‘tráfico’ não apresentou diferenças significativas. Os resultados começam a demonstrar um cenário em que a relação homicídios e tráfico precisa ser melhor esclarecida. Além disso, de modo contrafactual, o modelo também apresenta uma relação significativa entre

a população urbana e o pertencimento ao grupo 2. Na verdade, com raras exceções, grande parte dos municípios pertencentes aos dois grupos estão presentes em regiões com baixa densidade demográfica.

No segundo modelo (Modelo B), três preditores produziram diferenças significativas sobre a participação de um município no grupo 3 em relação ao grupo 4. Segue a interpretação dos dados:

- Um aumento no IDS implica uma probabilidade de 43% de um município participar do grupo 3 em relação ao grupo 4;
- Um aumento no InTrafico implica uma probabilidade de 28,2% de um município participar do grupo 3 em relação ao grupo 4;
- Um aumento do InArma implica uma probabilidade de 32,2% de um município participar do grupo 3 em relação ao grupo 4.

Embora com níveis inferiores aos apresentados na tabela anterior, tanto a intensificação da desorganização social quanto as armas de fogo colocam-se como um elemento importante para entender as diferenças entre um grupo que apresentou crescimento constante de suas taxas de homicídios (Grupo 3) e outro que manteve baixos níveis de homicídios (Grupo 4). Outra diferença importante consiste na participação significativa da variável que mensura o aprisionamento por tráfico de drogas. Começamos assim a evidenciar a complexidade subjacente à relação entre homicídios e tráfico. Em um cenário com uma elevação tardia das taxas de homicídios, os aspectos relacionados aos conflitos decorrentes das disputas nos mercados ilegais de drogas apresentam uma relevância importante para entendermos a elevação dos homicídios.

No último modelo (Modelo C), quatro preditores apresentaram diferenças significativas: o IDS, o InTrafico, o InArma e o PopUrb. Segue a interpretação dos resultados obtidos:

- Um aumento no IDS implica uma probabilidade de 79% de um município participar do Grupo 1 em relação ao Grupo 4;
- Um aumento no InTrafico implica uma probabilidade de 46,1% de um município participar do Grupo 1 em relação ao Grupo 4;
- Um aumento no InArma implica uma probabilidade de 76,6% de um município participar do Grupo 1 em relação ao Grupo 4;
- Um aumento no PopUrb implica uma probabilidade de 94,4% de um município pertencer ao Grupo 1 em relação ao Grupo 4.

Neste caso, as bases explicativas dos preditores ampliam-se consideravelmente. A desorganização social continua sendo um elemento importante, e o preditor relacionado ao tráfico de drogas aparece com maior relevância. Tomado como uma *proxy* de maior intensificação do crime organizado, o InTráfico demonstra que a participação de um município neste grupo de altíssima elevação dos homicídios (Grupo 1), comparado ao de baixo nível (Grupo 4), coloca-se como um elemento substantivo. Os municípios pertencentes ao Grupo 1 estão situados em uma região com características bastante singulares: alto fluxo de pessoas, economia voltada ao turismo, elevada densidade demográfica, entre outras. São características que privilegiam a expansão do mercado de drogas e, por consequência, possíveis conflitos relacionados às disputas entre grupos rivais. Infelizmente, temos poucas pesquisas no estado que analisam de forma detalhada essas dimensões por diferentes matrizes metodológicas, inclusive de forma qualitativa que melhor permitam avaliar essa descoberta em nossa pesquisa. Mas, se tomarmos como parâmetro o debate promovido pela mídia local no ano em que Florianópolis evidenciou o recorde em suas taxas de homicídios, diversos veículos de informação apontavam as disputas existentes entre dois grupos rivais, o Primeiro Grupo da Capital (PGC) e o Primeiro Comando da Capital (PCC). Estes elementos colocam em evidência a necessidade de ampliarmos o debate e principalmente de qualificarmos os dados utilizados para a análise. Embora os dados tenham melhorado nos últimos anos, ainda não respondem às perguntas postas pela investigação científica.

De forma geral, a estrutura social mensurada nesta seção pelo IDS manteve-se capaz de explicar todas as tendências de homicídios, sejam de trajetórias mistas, sejam de crescimento. Além disso, do mesmo modo que as questões estruturais, verificamos que o tráfico de drogas, tomado muitas vezes como a única explicação possível para a elevação dos níveis de violência, também depende das características particulares de cada grupo de municípios. O que estes primeiros modelos revelam é que nenhum crescimento ou queda se explica automaticamente por um único fator, mas sim por uma complexidade de relações cujo o contexto singular pode estabelecer diferenças significativas. Se olharmos para os modelos de modo comparado, parece-nos que a trajetória do Grupo 1 se apresente como uma espécie de prelúdio do que pode vir a ocorrer com o Grupo 3, no qual a distinção principal incide no domínio dos homicídios e no crescimento tardio de suas taxas.

No entanto, cabe ainda analisarmos quais os elementos que diferenciariam grupos com elevadas taxas de homicídios (Grupo 1 e Grupo 2) e os que apresentaram tendências de crescimento com intensidade distintas nas curvas de elevação (Grupo 1 e Grupo 3). Na **Tabela 11**, estão demonstrados os resultados da análise:

Tabela 11 – Regressão logística binária: grupos de trajetórias e preditores selecionados (Modelos D e E)

Índices	Modelo D			Modelo E		
	Grupo 1 vs. Grupo 2			Grupo 1 vs. Grupo 3		
	B	Exp(B)	Prob. (%)	B	Exp(B)	Prob. (%)
IDS	-,563 ⁽²⁾	,570	-43,00	,062	1,064	—
InTrafico	,675 ⁽³⁾	1,964	96,40	,297 ⁽¹⁾	1,346	34,60
InArma	,009	1,009	—	,301 ⁽¹⁾	1,351	35,10
PopUrb	,039	1,040	—	,873 ⁽²⁾	2,395	139,50
PopTotal	-,679	,507	—	-,713 ⁽²⁾	,490	-51,00
Constant	,679	1,973	—	-2,555 ⁽²⁾	,078	—
N		101			100	
Pseudo R²		0,529			0,440	

Fonte: elaborada pelo autor.

Notas: ⁽¹⁾ p < .10. ⁽²⁾ p < .05. ⁽³⁾ p < .01.

Sinal convencional utilizado: — Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Segue a interpretação dos resultados que apresentaram efeitos significantes:

- Um aumento no nível do IDS implica uma redução de 43% da probabilidade de um município pertencer ao Grupo 1 em relação ao Grupo 2;
- Um aumento no nível do InTrafico implica uma probabilidade de 96,4% de um município pertencer ao Grupo 1 em relação ao Grupo 2;
- Um aumento no nível do InTrafico implica uma probabilidade de 34,6% de um município pertencer ao Grupo 1 em relação ao Grupo 3;
- Um aumento no nível do InArma implica uma probabilidade de 35,1% de um município pertencer ao Grupo 1 em relação ao Grupo 3;
- Um aumento no nível do PopUrb implica uma probabilidade de 139,5% de um município pertencer ao Grupo 1 em relação ao Grupo 3;
- Um aumento no nível do PopTotal implica uma redução da probabilidade de 51% de um município pertencer ao Grupo 1 em relação ao Grupo 3.

No modelo D, podemos verificar que a principal distinção entre os dois grupos com alta taxas de homicídios refere-se à variável relacionada à intensidade do tráfico de drogas. Nas análises anteriores, ficou clara a importância das questões estruturais para entender diferenças entre trajetórias com alto e baixo nível de homicídios. No entanto, quando o foco se direciona para a distinção entre grupos com intensidade elevada, o tráfico de drogas exerce um papel

importante. E esta distinção continua significativa para os dois grupos que apresentaram trajetórias de crescimento. O que diferencia os Grupos 1 e 3 são: o tráfico de drogas, a intensidade de homicídios ligados às armas de fogo e o tamanho da população urbana. Estes resultados apresentam outra problemática que amplia o horizonte no que diz respeito às questões estruturais e aos problemas ligados à questão dos mercados de drogas, ou seja, a questão urbana.

Apenas como forma de controle e confirmação dos resultados anteriores, apresentamos também duas tabelas com análises de regressão multinomial logística, nas quais todos os grupos entram no modelo e são analisados a partir de uma categoria de referência. Seguindo a lógica anterior, no modelo F acrescentamos o Grupo 4 como unidade de referência. Assim é possível comparar os grupos com alta intensidade de homicídios (Grupos 1, 2 e 3) com o de baixa (Grupo 4). Por sua vez, no modelo G, colocamos o Grupo 1 como categoria de referência, possibilitando, desse modo, a comparação entre os grupos com intensidade alta e crescimento dos homicídios (Grupos 1, 2 e 3).

Tabela 12 – Regressão multinomial logística: grupos de trajetórias das taxas de homicídios e preditores selecionados (Modelo F)

Grupos	Índices	B	Exp(B)	Prob. (%)
Grupo 1	Intercepto	-4,279 ⁽³⁾	—	—
	IDS	,299 ⁽¹⁾	1,348	34,80
	InTráfico	,518 ⁽³⁾	1,679	67,90
	InArma	,638 ⁽³⁾	1,893	89,30
	PopUrb	,674 ⁽²⁾	1,962	96,20
	PopTotal	-,483	,617	—
Grupo 2	Intercepto	-4,379 ⁽³⁾	—	—
	IDS	,749 ⁽³⁾	2,115	111,50
	InTráfico	-,113	,893	—
	InArma	,564 ⁽³⁾	1,758	75,80
	PopUrb	,709 ⁽²⁾	2,033	103,30
	PopTotal	-,149	,861	—
Grupo 3	Intercepto	-2,005 ⁽³⁾	—	—
	IDS	,305 ⁽²⁾	1,356	35,60
	InTráfico	,199	1,220	—
	InArma	,324 ⁽²⁾	1,383	38,30
	PopUrb	-,120	,887	—
	PopTotal	,282	1,325	—

Fonte: elaborada pelo autor.

Notas: Categoria de referência: Grupo 4.

⁽¹⁾ $p < .10$. ⁽²⁾ $p < .05$. ⁽³⁾ $p < .01$.

Sinal convencional utilizado: — Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Eis a interpretação dos resultados da tabela:

- Um aumento no IDS implica probabilidade de 34,8% de um município pertencer ao Grupo 1 em relação ao Grupo 4;
- Um aumento no nível do InTrafico implica em uma probabilidade de 67,9% de um município pertencer ao Grupo 1 em relação ao Grupo 4;
- Um aumento no nível do InArma implica uma probabilidade de 89,3% de um município pertencer ao Grupo 1 em relação ao Grupo 4;
- Um aumento no nível do PopUrb implica uma probabilidade de 96,2% de um município pertencer ao Grupo 1 em relação ao Grupo 4;
- Um aumento no nível do IDS implica uma probabilidade de 111,5% de um município pertencer ao Grupo 2 em relação ao Grupo 4;
- Um aumento no nível do InArma implica uma probabilidade de 75,8% de um município pertencer ao Grupo 2 em relação ao GRUPO 4;
- Um aumento no nível do PopUrb implica uma probabilidade de 103,3% de um município pertencer ao Grupo 2 em relação ao Grupo 4;
- Um aumento no nível do IDS implica uma probabilidade de 35,6% de um município pertencer ao Grupo 3 em relação ao Grupo 4;
- E um aumento no nível do InArma implica uma probabilidade de 38,3% de um município pertencer ao Grupo 3 em relação ao Grupo 4.

Tabela 13 – Regressão multinomial logística: grupos de trajetórias das taxas de homicídios e preditores selecionados (Modelo G) (continua)

Grupos	Índices	B	Exp(B)	Prob. (%)
Grupo 2	Intercepto	-,101	—	—
	IDS	,450 ⁽²⁾	1,568	56,80
	InTrafico	-,631 ⁽³⁾	,532	-46,80
	InArma	-,074	,928	—
	PopUrb	,035	1,036	—
	PopTotal	,334	1,396	—
Grupo 3	Intercepto	2,273 ⁽²⁾	—	—
	IDS	,006	1,006	—
	InTrafico	-,319 ⁽²⁾	,727	-27,30
	InArma	-,314 ⁽¹⁾	,730	-27,00
	PopUrb	-,794 ⁽²⁾	,452	-54,80
	PopTotal	,764 ⁽²⁾	2,148	114,80

Tabela 13 – Regressão multinomial logística: grupos de trajetórias das taxas de homicídios e preditores selecionados (Modelo G) (conclusão)

Grupos	Índices	B	Exp(B)	Prob. (%)
Grupo 4	Intercepto	4,279 ⁽³⁾	—	—
	IDS	-,299 ⁽¹⁾	,742	-25,80
	InTrafico	-,518 ⁽³⁾	,596	-40,40
	InArma	-,638 ⁽³⁾	,528	-47,20
	PopUrb	-,674 ⁽²⁾	,510	-49,00
	PopTotal	,483	1,620	—

Fonte: elaborada pelo autor.

Notas: categoria de referência: Grupo 1.

(1) $p < .10$. (2) $p < .05$. (3) $p < .01$.

Sinal convencional utilizado: – Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

Segue a interpretação dos resultados da tabela:

- Um aumento no IDS implica uma probabilidade de 56,8% de um município pertencer ao Grupo 2 em relação ao Grupo 1;
- Um aumento no nível do InTrafico implica uma redução da probabilidade de 46,8% de um município pertencer ao Grupo 2 em relação ao Grupo 1;
- Um aumento no nível do InTrafico implica uma redução de 27,3% da probabilidade de um município pertencer ao Grupo 3 em relação ao Grupo 1;
- Um aumento no nível do PopUrb implica uma redução de 54,8% da probabilidade de um município pertencer ao Grupo 3 em relação ao Grupo 1;
- Um aumento no nível de PopTotal implica uma probabilidade de 114,8% de um município pertencer ao Grupo 3 em relação ao Grupo 1;
- Um aumento no nível do IDS implica uma redução de 25,8% da probabilidade de um município pertencer ao Grupo 4 em relação ao Grupo 1;
- Um aumento no nível do InTrafico implica uma redução de 40,4% da probabilidade de um município pertencer ao Grupo 4 em relação ao Grupo 1;
- Um aumento no nível do InArma implica uma redução de 47,2% da probabilidade de um município pertencer ao Grupo 4 em relação ao Grupo 1;
- E um aumento no nível do PopUrb implica uma redução de 49% da probabilidade de um município pertencer ao Grupo 4 em relação ao Grupo 1.

É possível constatar que nos dois modelos não aparecem diferenças substantivas em relação ao que foi delineado nas análises de regressões binárias. A comparação entre o Grupo 1 e o Grupo 4 evidencia a importância dos níveis de desorganização social, da intensidade dos

homicídios cometidos por arma de fogo, da questão do tráfico e especialmente das diferenças existentes entre o tamanho da população urbana. Para a comparação entre os Grupos 2 e 4, novamente chama atenção a força das estruturas sociais e a não significância do aprisionamento por tráfico de drogas. No Grupo 3, temos leves alterações nas informações. Por exemplo, o índice de desorganização continua sendo uma variável importante, mas o tráfico de drogas perde seu efeito. Isto coloca novamente em questão o debate sobre o crime organizado e suas especificidades (Modelo F). No que diz respeito às comparações entre os grupos com alta intensidade e tendência de crescimento, as informações mantêm-se praticamente as mesmas. A comparação entre o Grupo 2 e o Grupo 1 demonstra que o tráfico reduz a probabilidade de um município pertencer ao Grupo 2 em comparação com o Grupo 1. No caso do Grupo 3, visualizamos novamente a importância do tráfico, mas agora com o acréscimo das armas de fogo, bem como da população urbana e geral. E, por fim, a comparação entre o Grupo 4 e o Grupo 1 assinala que, quanto menores forem os problemas estruturais, o tráfico de drogas, a intensidade dos homicídios cometidos por armas de fogo e o nível da população urbana, maiores são as chances de um município participar do grupo com as mais baixas taxas de homicídios em relação ao grupo que apresentou concomitantemente a maior elevação e as taxas mais altas de homicídios do estado.

Os resultados apresentados nas análises multivariadas nos credenciam a responder à última questão proposta nesta tese, a saber: quais são as bases da distinção tipológica dos grupos de trajetórias de homicídios no estado? Verificamos que a tendência geral, além de esconder distintas trajetórias, também oculta os efeitos explicativos dos preditores de acordo com as tendências e particularidades de cada grupo. As questões relacionadas aos aspectos da desorganização social permaneceram importantes, especialmente para explicar grupos com níveis distintos de homicídios. Elementos vinculados ao controle social formal e informal, à ruptura familiar e à tensão social mostraram-se aspectos importantes para diferenciar grupos de trajetórias distintas. Porém, quando buscamos verificar trajetórias similares de crescimento, a variável aprisionamento por tráfico de drogas se colocou como fator essencial. Embora reconheçamos os sérios limites metodológicos dessa variável, seja em relação à sua disponibilidade no tempo, seja em relação ao fato de se efetivamente ela seria capaz de se colocar como uma *proxy* segura de intensidade de ação do crime organizado, fica evidente que, diante dos testes apresentados, o aprisionamento de pessoas por tráfico de drogas pode explicar determinados agrupamentos em relação às suas taxas de homicídios.

Trabalhamos com InTrafico considerado duas visões particulares: de que sua intensidade expressa uma racionalidade política que privilegia o combate ao tráfico de drogas

e outra que retrata um indicador de atuação do crime organizado.¹⁶⁷ Se tomarmos como ponto de partida a primeira visão, nossos resultados não oferecem sustentação para tal racionalidade como um elemento inibidor da violência por homicídios; pelo contrário, demonstra que justamente os grupos de municípios com as maiores taxas de homicídios foram aqueles que apresentaram os maiores níveis de aprisionamento por tráfico de drogas. Cabe também lembrar que este índice foi construído respeitando a proporção vinculada ao tamanho da população, ou seja, não é porque um município é grande que haveria impacto sobre o maior número de prisões por drogas. No que diz respeito à segunda interpretação do indicador, temos base para confirmar que níveis altos de conflitos ou de atuação do crime organizado podem efetivamente se constituir como um elemento definidor da participação de um município em um grupo de alta trajetória de homicídios. Mas, diferentemente do que é incansavelmente veiculado, a relação entre ‘drogas’ e homicídios não acontece de forma automática, tampouco é totalizante. Dependerá das características dos municípios, da trajetória dos grupos e dos efeitos de outras variáveis, ou seja, o tráfico não é capaz de explicar toda a complexidade existente no fenômeno mortes por homicídios.

Além disso, vimos que outros elementos vinculados à dinâmica do próprio crime de homicídios, como é o caso do ‘instrumento utilizado’, podem ter efeitos importantes para explicar a agregação de municípios em grupos com altos níveis de homicídios, como é o caso das armas de fogo. A facilidade, o acesso e a cultura da arma são elementos inseridos no interior desse indicador e que o colocam como uma das principais causas para elevação das taxas de homicídios. E, nesse caso, a variável acaba por refletir não apenas a dinâmica do evento mas sobretudo o efeito de uma própria racionalidade política que articula desde aspectos micro, ligados ao campo da cultura da arma, passando pelos debates políticos diante do sucesso eleitoral, até a pressão do mercado por mais vendas de armas de fogo.

Por fim, temos o papel da urbanização, que em Santa Catarina se coloca em um duplo processo. As taxas altas de homicídios no início da década de 1990 situavam-se em regiões dispersas, inclusive no interior do estado, porém, a partir de dos anos 2000, pudemos constatar que as taxas de homicídios em Santa Catarina se transformaram em um problema urbano. Se no Brasil, tomado em seu conjunto, temos um movimento sugestivo, inicialmente, de que os homicídios compreendiam problema das maiores cidades para depois se disseminarem pelo

¹⁶⁷ Esse argumento fica um pouco mais claro se tomamos o município de Florianópolis como exemplo. Em 2017, a capital do estado bateu o recorde com a maior taxa de homicídios de sua história: 37,3 homicídios para cada 100 mil habitantes. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública (SANTA CATARINA, [2018]), neste mesmo ano, deu-se o período em que o município registrou o maior número de prisões por tráfico de drogas desde 2010, 1630 presos, ano em que a Secretaria passou a realizar este levantamento.

interior do país, em Santa Catarina, vemos um movimento contrário: primeiro, as regiões do interior apresentam taxas mais altas, para depois as regiões mais urbanizadas ampliarem suas taxas de homicídios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inúmeros estudos buscaram identificar quais são os preditores que poderiam explicar o movimento das taxas de homicídios. Embora a premissa tenha um caráter excessivamente reducionista, na verdade, o que estes trabalhos buscavam investigar estava circunscrito a uma perspectiva sociológica, amplamente difundida na própria tradição dos estudos que focalizam homicídios, e que poderia ser traduzida do seguinte modo: em que momento, seja de ruptura ou estagnação, processos sociais e econômicos, amplos ou localizados, interferem na evolução dos homicídios? A questão torna-se importante porque realoca os homicídios em um campo de análise sociológica, mais propriamente o das análises macroestruturais, associadas à dinâmica interna das sociedades contemporâneas. Pensar o estudo de um determinado fenômeno com base nesse campo de conhecimento, significa, antes de mais nada, relacionar a violência letal intencional às características elementares das formas organizadas de vida associativa, tais como as condições sociais de vida, a produção e ocupação sociais do espaço, as redes de relações sociais e intersubjetivas, entre as quais relações de poder, valores e representações sociais.

Por conta disso, os estudos aqui tratados foram capazes de ampliar o nosso conhecimento sobre o campo e tiveram uma importância em desenvolver não só categorias analíticas consistentes, mas sobretudo em traduzir essas categorias em variáveis empiricamente operacionalizáveis e passíveis de serem interpretadas. Encontrar a relação entre o índice de desorganização social e homicídios não significa visualizar uma associação rudimentar, mas sim uma demonstração que a constituição social de determinada região, suas características básicas, estruturas e os próprios processos de socialização podem ajudar a entender um fenômeno que atinge as sociedades de forma distinta e que se alteram no decorrer do tempo.

Elementos de uma sociologia clássica apoiados em noções por vezes dicotômicas como coesão e anomia, a integração e conflito, ordem e caos foram retomados e se mantiveram presentes nos pressupostos analíticos de nossa proposta. Fizemos isso de maneira indireta, dado que recorreremos aos temas relacionados às perspectivas clássicas dos estudos macroestruturais. Por isso, analisamos aspectos ligados à pobreza, à ruptura familiar, ao controle social, entre outros. Embora tais questões podem ser consideradas, para alguns estudiosos, superada. Consideramos que há tarefas no campo dos estudos dos homicídios que ainda precisam ser esclarecidas, como as propostas colocadas nesta análise que de certo modo utiliza como recurso esse arcabouço teórico.

O convívio entre realidades heterogêneas no que diz respeito ao incremento e queda das taxas de homicídios levou uma série de pesquisadores a analisar de forma comparativa se esses

mesmos aspectos sociais seriam capazes de explicar realidades distintas. A tese da pacificação global de Elias foi retomada por meio de estudos empíricos. A regulação dos gestos, o controle das emoções e a formação do Estado moderno contribuiriam para alterar os limiares de violência na sociedade. E a despeito dos dados refletirem estas tendências, a partir da segunda metade do século XX, deparamo-nos com uma realidade no mínimo contraditória: o país mais avançado do capitalismo, símbolo do triunfo do liberalismo e do individualismo, experimentada o aumento de suas taxas de violência a ponto de se equiparar aos países ditos “em desenvolvimento”. Assim, a literatura macrosocial chamou atenção para outros processos mais específicos. Os elementos da estratificação, em suas considerações elementares, tornaram-se um mecanismo capaz de operacionalizar amplos processos em categorias como: pobreza, desigualdade, etnia, gênero, etc. Os pesquisadores recorreram a uma fórmula básica; impunha-se, como tarefa preliminar, entender o impacto dos preditores sobre os homicídios. E novamente, se de um lado pode parecer uma premissa excessivamente reducionista, por outro, a fórmula refletia um amplo conjunto de proposições enraizadas na própria matriz da ciência que buscava analisar a sociedade. Portanto, identificar os preditores dos homicídios significava, antes de tudo, compreender como os elementos da estrutura social, os momentos de rupturas, as características dos grupos e suas diferenças, aspectos relacionados ao *status* e expectativas, e o papel das instituições poderiam exercer uma influência sobre fenômenos sociais, inclusive os homicídios.

Em sua forma contemporânea, os estudos de homicídios sob perspectiva macro chamaram a atenção para um número infinito de processos *sociais* diretamente atrelados às mudanças na sociedade que se constituiriam como os principais elementos para compreender o fenômeno da elevação dos homicídios. Além da perspectiva da tensão, da pobreza e desigualdade (ENAMORADO *et al.*, 2016; LAND; MCCALL; COHEN, 1990; MCCALL; LAND; PARKER, 2010; MERTON, 1938, 1968; MICHALOS; LAND, 2017; RIVERA, 2016) várias outras questões foram tomadas em consideração, como sejam: questões ligadas ao acesso aos direitos, a participação social, justiça social, e a capacidade das instituições políticas e sociais assegurarem o acesso dos indivíduos aos bens simbólicos e materiais produzidos por uma determinada sociedade (BEAULIEU; MESSNER, 2010; SAMPSON, 1986); as desigualdades enraizadas que não dizem respeito apenas à questão econômica, mas às diferenças originadas em outras formas de estratificação, como a etnia e o gênero (MESSNER; ROSENFELD, 1999; PARKER; HEFNER, 2013; TRINDADE *et al.*, 2007; TUTTLE; MCCALL; LAND, 2018; WHALEY; MESSNER; VEYSEY, 2013); aos elementos geracionais e, neste caso, a importância do impacto das categorias ligadas à juventude e à vida adulta

(BROWN; MALES, 2011; CERDA; CONCHA-EASTMAN, 2011; COHEN; LAND, 1987; MALES, 2015; PHILLIPS, 2006; PRATT; CULLEN, 2005; STEFFENSMEIER; STREIFEL; SHIHADDEH, 1992); as dinâmicas da urbanização, mais propriamente a complexidade relacionada ao protagonismo das grandes cidades e metrópoles; os processos de industrialização e desindustrialização; e os aspectos ligados ao Estado de Bem-Estar Social, traduzidos nos estudos que avaliaram a relação “simples” entre carga horária de trabalho dos pais, bem como o tempo de licença maternidade como alguns dos elementos que conteriam os homicídios em níveis baixos. Nesse mesma ordem de argumentos, problemáticas relacionadas aos processo de socialização de jovens traduzidas na síntese entre processos de natureza micro, como a possibilidade de pais ficarem perto de seus filhos e as dinâmicas macroestruturais relacionadas ao mundo do trabalho e os seus efeitos sobre a vida familiar (BEAULIEU; MESSNER, 2010; MCCALL; PARKER; MACDONALD, 2008; TUTTLE; MCCALL; LAND, 2018). Não passaram ausentes da literatura especializada os movimentos migratórios e seus impactos sobre a vida coletiva (MACDONALD; SAMPSON, 2012; OUSEY; KUBRIN, 2009). Todos eles foram elementos que nos ajudaram a compreender os homicídios para além do campo individual.

Porém, se os elementos estruturais serviam como excelentes modelos para explicar a elevação das taxas, como a queda poderia vir a ser explicada, especialmente em um contexto em que os indícios apontavam para uma direção completamente distinta? Nesse momento, as políticas de controle do crime assumiriam o protagonismo nas explicações sobre os homicídios. No início, mais como um elemento exterior ao campo, atrelado sobretudo a um debate político em que concepções de segurança pública estavam em jogo; posteriormente, como um aspecto importante da investigação, sujeitando suas variáveis a operacionalizações e testes. Uma visão minimalista de segurança pública tomou conta do campo. Variáveis ligadas às mudanças na arena das políticas de ação da justiça criminal, como o aumento do contingente do número de policiais, os modelos de polícia, os efeitos do aprisionamento e das ações ligadas ao crime organizado e ao tráfico de drogas foram testadas (CERDA *et al.*, 2009; KELLING; BRATTON, 1998; KELLING; COLES, 1996; KOVANDZIC; VIERAITIS, 2006b; LEVITT, 2004). Se, de um lado, o debate foi intenso, e possibilitou constatar que as taxas de aprisionamento explicavam pouco ou quase nada da queda dos homicídios; por outro lado, os trabalhos analiticamente mais promissores foram justamente aqueles que uniam os dois aspectos: as questões estruturais e as ações políticas (BAYLEY, 1994; BLUMSTEIN; RIVARA; ROSENFELD, 2000; DEFINA; ARVANITES, 2002; GREENE, 1999; LAFREE, 1999b; MCCALL; PARKER; MACDONALD, 2008; PHILLIPS, 2006; WEISBURD; ECK, 2004).

No entanto, um paradoxo estava colocado: força e fraqueza representavam dois lados de uma mesma moeda. Se a força dos trabalhos macro residia justamente na sua capacidade de traduzir grandes processos sociais em categorias minimamente analisáveis, poderíamos nos questionar como os trabalhos macro seriam capazes de explorar as possíveis interpretações dos homicídios. Como aprofundariam a análise? Como revelariam a natureza dos homicídios? Dimensões ligadas à motivação, à descrição densa dos eventos e à dinâmica situacional seriam processos negligenciados pela literatura. Além disso, como seria possível ampliar a visão para além das tendências gerais? Se, de um lado, as taxas gerais de homicídios revelavam informações importantes, como a magnitude e o histórico da violência, por outro, também escondiam diferentes trajetórias relacionadas a uma infinidade de características. Embora as categorias analíticas permaneçam basicamente as mesmas, a literatura macro apontou uma nova forma de analisar o fenômeno dos homicídios. Não se tratava mais de explicar a elevação ou a queda dos homicídios, mas sim de identificar a existência de trajetórias latentes e, sobretudo, de avaliar quais categorias analíticas ainda se mantinham capazes de explicar essas mesmas trajetórias. O avanço residia justamente em colocar trajetórias distintas lado a lado e em avaliar o que faz com que um conjunto de indivíduos (nos bairros, municípios, estados, países, etc.) se filiem a uma determinada tendência sempre em comparação a outra e não simplesmente se deter nas explicações sobre a elevação ou a queda das taxas de homicídios.

De qualquer modo, uma pergunta importante estava para ser realizada: em que lugar se localizaria o significado sociológico desta abordagem? O significado poderia ser encontrado justamente na conexão entre as teorias de longo alcance e as realidades singulares. Como colocado anteriormente, o movimento clássico pressupunha que a modernidade contribuiria para a redução dos níveis de violência. A redução das taxas de homicídios constatada em países que até então sustentavam altos níveis de violência letal poderia ser explicada por um processo, que, entre outros fatores, revelaria um movimento amplo, situado na própria matriz fundadora da modernidade (EISNER, 2001, 2014; NIVETTE; EISNER, 2013; TSELONI *et al.*, 2010). Os trabalhos de trajetórias, ao reduzir essa complexidade em categorias empiricamente operacionalizáveis, levando em conta realidades específicas, foram capazes de evidenciar que a tese da pacificação global se sustentava apenas em contextos de democracias ricas (LAFREE; CURTIS; MCDOWALL, 2015). Aliás, os Estados que haviam presenciado rupturas políticas drásticas, como a passagem de regimes autoritários para democracias, experimentavam um abrupto aumento dos níveis de violência (TUTTLE; MCCALL; LAND, 2018). É certo que a redução expressava a realização e a eficácia das instituições e os valores modernos. Não menos correto seria perguntar se a elevação poderia expressar a crise da integração e, por

consequência, da falência desse mesmo mundo moderno. São questões que ultrapassam o escopo da tese, mas que estão diretamente relacionadas aos aspectos substantivos da abordagem. Em uma dimensão mais restrita, a análise de trajetórias permitiu especificar grupos de indivíduos com semelhanças compartilhadas e posteriormente avaliar as características destas semelhanças, não apenas em um período marcado do tempo mas sobretudo ao longo do tempo.

Sabemos, por exemplo, que os homicídios se transformaram em uma expressão importante de nossa sociedade, já que temos o maior número de homicídios do mundo; contudo também é verdade que estas tendências não são compartilhadas e vivenciadas por toda a população. A realidade brasileira é heterogênea, e a despeito da disseminação dos homicídios para o interior do país, os dados mostram que metade dessas mortes estão circunscritas a apenas 2,2% do total de municípios (CERQUEIRA *et al.*, 2018). Peres e Nivette (2017) identificaram não menos que 9 trajetórias de homicídios com comportamentos distintos ao longo de 19 anos e que a maioria dos municípios se inseriam em grupos com baixa magnitude dos homicídios. O que representariam essas inúmeras tendências? Os estudos de trajetórias conciliariam as diferentes perspectivas e ampliariam a abordagem ao colocar em evidência a temática da heterogeneidade. Não se tratava apenas de apresentar as diferenças, mas sim de apresentar as diferenças com o acréscimo do tempo. E mais: os trabalhos analisariam a heterogeneidade da própria heterogeneidade, uma vez que poderíamos nos perguntar se os 2,2% dos municípios que registraram metade dos homicídios fariam parte de uma mesma trajetória.

A complexidade existente nesses apontamentos nos levou a analisar a trajetória das taxas de homicídios em um estado que, ao mesmo tempo em que apresentava baixas taxas de homicídios (comparada aos estados brasileiros), também demonstrava uma tendência de crescimento. Tomamos Santa Catarina como um caso emblemático do retrato da própria heterogeneidade brasileira, à medida que conciliava excelentes indicadores com profundas desigualdades sociais e regionais. Assim buscamos verificar o que uma análise de trajetória, realizada em um contexto de aparente homogeneidade e baixos níveis de homicídios, poderia nos revelar sobre o fenômeno da violência fatal intencional. Formulamos três perguntas básicas: primeiro, se haveria uma heterogeneidade latente nas taxas de homicídios de Santa Catarina; segundo uma vez constatada essa heterogeneidade, qual seria o comportamento das tendências: haveria tipologias diferenciadas dos homicídios para os municípios ao longo do tempo? E, por último, quais elementos vinculados aos tipos de sociedade dariam as bases para essa mesma distinção tipológica.

Com relação à primeira resposta, identificamos uma estrutura subjacente à tendência geral das taxas de homicídios em Santa Catarina no período de 1992 a 2017. Levando em conta a análise da similaridade dos homicídios entre os municípios ao longo do tempo, foi possível constatar quatro grupos de trajetórias com tendências distintas da assumida pela trajetória geral. Enquanto a tendência do estado foi de incremento, identificamos quatro trajetórias que apresentaram tendências de intenso e baixo crescimento, queda e estabilidade. Em síntese, o estudo revelou uma heterogeneidade latente. Grande parte das pesquisas com este enfoque acabaram demonstrando trajetórias de desenvolvimento heterogêneas (PERES; NIVETTE, 2017; TUTTLE; MCCALL; LAND, 2018; WEISS *et al.*, 2016), mas alguns estudos realizados em cidades de países considerados desenvolvidos constataram trajetórias homogêneas, ou seja, trajetórias que acompanhavam o movimento da tendência geral do município (WHEELER; WORDEN; MCLEAN, 2016). Tais informações demonstram que existem realidades distintas e que o fenômeno dos homicídios pode assumir diferentes formas e níveis. Por exemplo, o grupo de trajetória que apresentou o maior incremento corresponde a 13,5% do total de municípios da amostra (260). Considerando que este conjunto de municípios foi responsável por mais de 40% dos homicídios registrados no estado durante o período, torna-se evidente como um conjunto mínimo de cidades contribuiu de forma desproporcional para o aumento da taxa de homicídios em Santa Catarina. Aliás, esta questão apareceu de forma recorrente em muitos trabalhos de trajetórias, sejam eles globais, municipais ou intraurbanos (CURMAN; ANDRESEN; BRANTINGHAM, 2014; PERES; NIVETTE, 2017; TUTTLE; MCCALL; LAND, 2018; WEISBURD *et al.*, 2004). Wheeler, Worden e McLean (2016), com base em uma análise de trajetórias, apontaram que apenas 24% das ruas de Albany foram responsáveis pela queda do crime na cidade ao longo do tempo. Valente (2019) verificou que, entre 2011 e 2017, 50% dos homicídios registrados em Florianópolis ocorreram em apenas 0,4% dos segmentos de rua, e Monteiro e Constante (2018) constataram que 1/3 dos bairros de Chapecó concentraram todos os homicídios registrados na cidade no período de 2008 a 2015. Políticas de segurança pública sérias, voltadas efetivamente para a resolução do problema da violência, poderiam se beneficiar e qualificar suas ações se levassem em conta pesquisas com este enfoque.

Considerando a segunda pergunta, fomos capazes de evidenciar uma tipologia das tendências de homicídios em Santa Catarina com base na similaridade, no comportamento e na intensidade das taxas de homicídios. O primeiro grupo de trajetórias apresentou um elevado incremento em suas taxas. Com um início baixo, porém terminou a trajetória com uma intensidade de homicídios consideravelmente superior à taxa do estado. Com exceção de

Chapecó, a maior parte destes municípios está localizada em uma região que corresponde a uma faixa litorânea que inicia na Grande Florianópolis e termina na Região Norte. São municípios circunscritos à BR 101 e que recebem o maior fluxo de turistas durante a alta temporada. Além disso, são os mais urbanizados e também aqueles com a maior densidade demográfica, ou seja, as regiões em que as desigualdades se colocam de forma mais evidente.

O segundo grupo iniciou sua trajetória com altas taxas de homicídios, mas no decorrer do tempo apresentou uma leve tendência de queda. Assim como o primeiro, o grupo também assumiu uma composição regionalmente clara. Boa parte dessas cidades estão localizadas na Mesorregião Serrana e Oeste Catarinense. Além de possuírem baixos níveis de densidade demográfica, também registraram ao longo dos anos os piores indicadores sociais do estado.

O terceiro grupo apresentou uma tendência reduzida de incremento em suas taxas de homicídios. No entanto, diferentemente dos grupos anteriores, não foi possível visualizar uma distribuição clara dos municípios em uma determinada região. Encontramos cidades localizadas de modo aleatório no espaço. Mas, se a questão regional não aparece com tanta força, o comportamento no tempo nos parece apontar alguns elementos importantes. Se no Grupo 1 a tendência de elevação já havia começado no início dos anos 2000, neste grupo o momento de maior incremento começou tardiamente, nos anos 2010. Durante o trabalho, evitamos tratar dos municípios de forma específica devido à utilização da ferramenta de correção da superestimação dos índices em municípios menores. Mas o caso de Joinville parece retratar algumas das questões que apareceram após a análise deste grupo. O município começou a ampliar efetivamente suas taxas de homicídios a partir dos anos 2008, momento em que os conflitos relacionados ao tráfico de drogas se tornaram mais intensos (MONTEIRO, 2009; SEIBEL *et al.*, 2013). Estas informações nos levam a crer que uma das principais diferenças entre este grupo e o Grupo 1 refere-se ao momento em que o incremento inicia em face das dinâmicas locais do crime organizado.

O quarto e último grupo, aquele que agrega o maior número de municípios, volta a apresentar uma composição regional. Entre os municípios da região litorânea do estado (Grupo 1) e da região central (Grupo 2), estes municípios formam uma espécie de corredor de baixas taxas de homicídios.¹⁶⁸ Há um elemento geográfico que convém ser ressaltado: nenhum dos municípios pertencentes à Mesorregião da Grande Florianópolis, ao Vale do Itajaí e ao Norte Catarinense é atravessado pela BR 101. Congregando cidades com população reduzida e bons

¹⁶⁸ Também há municípios presentes na Região Oeste, mas a maior parte deles se situa na Mesorregião Sul Catarinense e no Vale do Itajaí.

indicadores sociais, estes municípios se distanciam da rota ligada ao alto fluxo de pessoas, dos movimentos migratórios e, principalmente, dos processos de urbanização desordenados.

Assim, a tipologia do desenvolvimento das trajetórias das taxas de homicídios em Santa Catarina no período de 1992 a 2017 revelou trajetórias ocultas em relação à tendência geral de crescimento do estado. Os quatro grupos identificados demonstraram trajetórias de incremento, redução e estabilidade da violência letal intencional. Do ponto de vista substantivo, os Grupos 1 e 3 inseriram-se em um contexto de fluxo elevado de pessoas e intensificação das dinâmicas *societais*. Por outro lado, o Grupo 2 evidenciou uma dinâmica atrelada a processos tradicionais, e o Grupo 4 destacou a vinculação de baixas taxas de homicídios com uma disposição territorial específica. De qualquer modo, cabe reproduzirmos o alerta de Nagin (2005), que consiste principalmente em reconhecer que nenhuma população é composta por grupos absolutamente distintos e concretos. O modelo trata de verdades parciais da realidade e, portanto, tem como principal objetivo nos aproximar da complexidade do mundo real.

Com relação à terceira questão, buscamos salientar as bases da distinção tipológica das trajetórias tendo em vista duas estratégias básicas. Uma primeira referente à mobilização de três conjuntos de explicações teóricas empíricas desenvolvidas pelos estudos macrossociológicos, que demandou a operacionalização desses conceitos em categorias analíticas. E a outra, relacionada à estratégia de análise realizada de forma comparativa, por meio de técnicas de regressão. Trabalhamos com a dimensão ligada aos aspectos estruturais mobilizando questões vinculadas às mudanças sociais e econômicas. Deste material, produzimos um índice denominado Índice de Desorganização Social (IDS), que, além das dimensões socioeconômicas, também foi complementado por aspectos ligados ao controle social, à ruptura familiar e aos níveis de escolaridade. No que se refere às ações políticas, desenvolvemos um índice de intensidade de aprisionamento por tráfico de drogas (InTráfico). Apesar dos limites e problemas do indicador apontados no capítulo anterior, o dado sobre aprisionamento levava em conta duas chaves interpretativas: uma referente à racionalidade estatal, que tem como foco o aprisionamento como política de segurança pública, e outra que revela uma intensidade das movimentações do crime organizado e do tráfico de drogas. E, por último, uma dimensão que evidencia elementos da própria dinâmica dos homicídios, um índice que mede a intensidade dos homicídios resultantes do uso de armas de fogo (InArma).

Os indicadores estruturais apontados no debate teórico foram capazes de prever a participação dos municípios nos grupos de alta intensidade das taxas de homicídios. Porém a intensidade da probabilidade variou conforme as características de cada grupo. Baixos níveis de organização social potencializariam a incapacidade de comunidades atingirem objetivos

comuns, o que implicaria uma perda do controle social (MESSNER; ROSENFELD, 1999). Assim, condições estruturais precárias (pobreza, desigualdade, ruptura familiar e heterogeneidade étnica) prejudicariam a formação de laços e redes sociais sólidas, ou seja, de elementos indispensáveis para a cooperação, supervisionamento e confiança. Entre outros efeitos, o que se considera como desorganização social se colocaria como um dos elementos potencializadores dos homicídios. Este debate coloca-se de maneira mais interessante se olharmos com mais atenção para Santa Catarina. Mesmo sendo um estado com excelentes indicadores sociais, reconhecido nacionalmente pelo elevado nível de desenvolvimento, verificamos que existem desigualdades internas substantivas e que as dinâmicas estruturais se colocam como um importante elemento para prever a participação de um município em um grupo com alta intensidade ou tendência de crescimento dos homicídios. A heterogeneidade não se estabelece apenas em relação à trajetória dos homicídios, mas sobretudo ao papel específico dos preditores estruturais.

Um outro aspecto importante que surge a partir da análise dos dados diz respeito ao papel do índice que trata da população urbana (PopUrb). O tamanho da população urbana mostrou-se efetivamente importante para explicar a participação dos municípios em uma trajetória de alta intensidade e de alto crescimento dos homicídios. Historicamente, as ciências sociais brasileira vêm chamando atenção para a relação entre os processos de urbanização e o aumento da violência. Nas últimas décadas, os grandes municípios foram os que registraram os maiores índices de violência letal. Apesar de as taxas de urbanização também evidenciarem aspectos de desenvolvimento, melhoria dos serviços públicos e ampliação das condições estruturais, as taxas de urbanização expressam fenômenos de precarização à medida que os processos de urbanização acontecem de forma desordenada. Assim, a problemática do urbano coloca-se como uma das possíveis fontes de violência.

Todavia, se conseguimos apontar o que diferencia a participação dos municípios nos grupos com altos níveis de homicídios ou nos de baixa, também é necessário visualizar quais são as bases das diferenças existentes entre os grupos que apresentaram trajetórias similares de crescimento (ou de alta intensidade). Dessa forma, o elemento principal que explica a participação de um município no grupo caracterizado pelo elevado crescimento das taxas de homicídios a partir dos anos 2000 (Grupo 1) é o índice que mede as taxas de aprisionamento por tráfico de drogas (InTrafico). Apesar da importância da estrutura social, temos base para confirmar que níveis altos de conflitos ou de atuação do crime organizado podem efetivamente se constituir como um elemento definidor da participação de um município em um grupo de alta trajetória de homicídios.

Além disso, as informações mostram que, embora tenha ocorrido um aumento elevado do número de aprisionamento por tráficos de drogas,¹⁶⁹ essas ações não surtiram efeitos sobre a redução das taxas de homicídios, pelo contrário, as ações aumentaram a probabilidade de os municípios participarem de grupos com altas taxas de homicídios. Nesse sentido, pesquisadores chamaram a atenção para a ‘brutalidade’¹⁷⁰ punitiva realizada de forma desproporcional pelas agências de justiça contra determinados grupos sociais (PARKER; STANSFIELD; MCCALL, 2016). No Brasil, por exemplo, a população carcerária ultrapassou os 700 mil prisioneiros, e não há evidências concretas nos dados que apontem para a redução do crime (MONTEIRO; CARDOSO, 2013). A desigualdade de condições, sejam elas de ordem material, educacional, ou mesmo política, constitui uma marca enraizada na sociedade brasileira. Portanto, ações voltadas para o aumento do encarceramento precisam ser trabalhadas com o maior cuidado, especialmente em uma realidade como a nossa. Em um país com distâncias estruturais tão abissais, políticas restritamente punitivas podem radicalizar ainda mais este cenário. Além disso, vimos que outros elementos vinculados à dinâmica do próprio crime de homicídios, como é o caso do ‘instrumento utilizado’, podem ter efeitos importantes para explicar a participação de municípios em grupos com altos níveis de homicídios, como é o caso das armas de fogo. Os resultados demonstraram que a intensidade dos homicídios resultantes da utilização de armas de fogo foi um dos índices que melhor evidenciaram a participação de um município em uma trajetória de alto nível dos homicídios em relação aos de baixa. O indicador demonstra que uma racionalidade política que privilegia o incentivo e a legalização da posse ou do porte das armas de fogo tende a produzir ainda mais homicídios. Este aspecto, incansavelmente apresentado na literatura e já demonstrado por meio de inúmeras pesquisas (CERQUEIRA; MELLO, 2012), também é reforçado pelos resultados de nossa análise.

Por fim, cumpre-nos destacar que reconhecemos a existência de grandes limites na abordagem estrutural, tanto no campo metodológico quanto no teórico. Como em qualquer trabalho de pesquisa, o processo de escolha do objeto de investigação e o modo de analisá-lo leva a ganhos e perdas. Quando partimos de uma abordagem macrosocial dos homicídios, temos consciência de que aspectos muito importantes deixam de ser focalizados. Perdemos o emaranhado de relações complexas, que vão desde a dinâmica do evento, passando pelas pessoas envolvidas, chegando até às motivações. Além disso, não necessariamente altos níveis de desorganização social podem gerar baixos níveis de coesão social. Parece uma

¹⁶⁹ Em 2010, foram registrados 3.190 casos; e em 2017, o número passou para 8.589 casos, um aumento de 170%.

¹⁷⁰ Na sociedade brasileira, essa “brutalidade” significa exercício arbitrário do poder coercitivo, sem amparo legal, com vistas a garantir disciplina e ordem a qualquer custo.

especificidade da América Latina que regiões com problemas graves de desorganização social convivam com altas taxas de criminalidade, mas com intensa coesão social (VILLARREAL; SILVA, 2006). Ademais, também há uma série de ganhos. Pesquisas como esta são capazes de demonstrar a importância de outros aspectos para a explicação dos homicídios, como é o caso das desigualdades acumuladas. A partir do momento em que realocamos o problema para o nível da sociedade, acabamos por desnaturalizar a compreensão intrínseca de que a violência faz parte de determinados grupos sociais. Por isso, o nosso título: ‘a produção social e política dos homicídios’. Antes de estudo, procuramos nesta tese retornar às origens, ou seja, retirar o problema dos homicídios de um campo individual e situá-lo em um ambiente complexo, resultante das dinâmicas sociais e políticas. Ao mesmo tempo em que demonstramos que as tendências gerais escondem trajetórias latentes, as quais podem ser explicadas por aspectos relacionados às dinâmicas recentes, também demonstramos como categorias de sociedade são importantes para explicar distintas trajetórias. Esta tese não deve ser vista como um fim em si mesma, mas como uma ferramenta que permite contribuir para a produção de uma agenda de trabalho em um campo de pesquisa muito incipiente no país. Portanto, buscamos neste trabalho ampliar o conhecimento sobre o campo, seja do ponto de vista analítico, seja do ponto de vista metodológico, e, sobretudo, contribuir para a compreensão de um fenômeno que possui impactos imensuráveis para a vida social, os homicídios.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 1-22, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/2VpkyXi>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 84-135, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2ZvZhL8>. Acesso em: 20 dez. 2018.
- ADORNO, Sérgio. Como a violência se tornou uma marca da sociedade brasileira. **Jornal Nexô**, [S. l.], 12 jan. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2UWtqEN>. Acesso em: 30 set. 2018.
- ALMEIDA, Guilherme Assis de; LIBÂNIO, José Carlos; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **Relatório de Desenvolvimento Humano: racismo, pobreza e violência**. Brasília: PNUD, 2005.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de; DINIZ, Alexandre Magno Alves. A reorganização espacial dos homicídios no Brasil e a tese da interiorização. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 30, suppl., p. 171-191, 2013. ISSN 0102-3098. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982013000400011>.
- ANDRADE, Mônica Viegas; LISBOA, Marcos de Barros. Desesperança de vida: homicídio em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo - 1981 a 1997. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9. Diamantina, 2000. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Editora UFGM, 2000. p. 775-808. Disponível em: <https://bit.ly/2Dualt0>. Acesso em: 21 set. 2018.
- BAILEY, William C. Poverty, Inequality, and city homicide rates some not so unexpected finding. **Criminology**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 531-550, 1984. Doi: 10.1111/j.1745-9125.1984.tb00314.x.
- BALLER, Robert D. *et al.* Structural Covariates of U.S. County Homicide Rates: Incorporating Spatial Effects. **Criminology**, [S. l.], v. 39, n. 3, p. 561-590, ago. 2001. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2001.tb00933.x>.
- BARATA, Rita Barradas; RIBEIRO, Manoel Carlos Sampaio de Almeida. Relação entre Homicídios e Indicadores Econômicos em São Paulo, Brasil, 1996. **Revista Panamericana de Salud Pública**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 118-124, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2XwaedA>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- BARCELLOS, C.; ZALUAR, A. Homicides and territorial struggles in Rio de Janeiro favelas. **Revista de Saude Publica**, São Paulo, v. 48, n. 1, fev. 2014. ISSN 0034-8910. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-8910.2014048004822>
- BAUMER, Eric P.; WOLFF, Kevin T. Evaluating contemporary crime drop(s) in America, New York City, and many other places. **Justice Quarterly**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 5-38, 2014a. <https://doi.org/10.1080/07418825.2012.742127>.
- BAUMER, Eric P.; WOLFF, Kevin T. The Breadth and Causes of Contemporary Cross-National Homicide Trends. **Crime and Justice**, [S. l.], v. 43, n. 1, 231-287, jan. 2015. <https://doi.org/10.1086/677663>.

BEATO, Claudio. **Crime e cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BEATO, Claudio C.; REIS, Ilka Afonso. Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime. In: HENRIQUE, R. (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Ipea, 2000. p. 385-403.

BEAULIEU, Mark; MESSNER, Steven F. Assessing changes in the effect of divorce rates on homicide rates across large U.S. cities 1960-2000: revisiting the Chicago School. **Homicide Studies**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 24-51, 2010. <http://dx.doi.org/10.1177/1088767909353020>.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BIRD, Mia; GRATTET, Riken. Realignment and recidivism. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, [S. l.], v. 664, n. 1, p. 176-195, 2016. <https://doi.org/10.1177/0002716215603319>.

BLAU, Judith R.; BLAU, Peter M. The cost of inequality : metropolitan structure and violent crime. **American Sociological Review**, [S. l.], v. 47, n. 1, p. 114-129, fev. 1982. DOI: 10.2307/2095046.

BLAU, Peter M.; GOLDEN, Reid M. Metropolitan Structure and Criminal Violence. **The Social Quartely**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 15-26, 1986. <https://doi.org/10.1111/j.1533-8525.1986.tb00246.x>

BLUMSTEIN, Alfred; RIVARA, Frederick P.; ROSENFELD, Richard. The rise and decline of homicide - and why. **Public Health**, [S. l.], v. 21, p. 505-541, 2000. DOI: 10.1146/annurev.publhealth.21.1.505

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico de Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

BRASIL. Presidência da República; Secretaria Geral da Presidência; Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos. **Custos econômicos da criminalidade no Brasil**. Brasília: [s. n.], jun. 2018. Relatório de Conjuntura nº 4. Disponível em: <https://bit.ly/2sQUB3y>. Acesso em: 29 out. 2018.

BREWER, Victoria E.; SMITH, M. Dwayne. Gender inequality and rates of female homicide victimization across U.S. cities. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 175-190, maio 1995. <https://doi.org/10.1177/0022427895032002003>.

BRITT, Chester L. Constancy and change in the U.S. age distribution of crime: A test of the “invariance hypothesis”. **Journal of Quantitative Criminology**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 175-187, 1992. Disponível em: <https://bit.ly/2GCuPaI>. Acesso em: 25 out. 2018.

BROWN, Elizabeth; MALES, Mike. Does age or poverty level best predict criminal arrest and homicide rates? A preliminary investigation. **Justice Policy Journal**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 1-30, spring 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2W6MPPS>. Acesso em: 20 out. 2018.

BURSIK, Robert J. Social disorganization and theories of crime and delinquency: problems and prospects. **Criminology**, [S. l.], v. 26, n. 4, nov. 1988. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1988.tb00854.x>.

CANO, Ignácio; RIBEIRO, Eduardo. Homicídios no Rio de Janeiro: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, Marcos Vinicius G. da; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. (ed.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 51-78.

CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio; POLETO, Frederico Z. Homicide rates and human rights violations in Sao Paulo, Brazil: 1990 to 2002. **Health and Human Rights**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 14, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2Pv7rPe>. Acesso em: 30 out. 2018.

CARDOSO, Gabriela Ribeiro *et al.* Percepções sobre a sensação de segurança entre os brasileiros: investigação sobre os condicionantes individuais. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 7, p. 144-161, ago./set. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2IBXRt4>. Acesso em: 20 set. 2018.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência 2016**. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2IRpCgC>. Acesso em: 20 set. 2018.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência 2018**: políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2v1ESj1>. Acesso em: 30 out. 2018.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. **Determinantes da criminalidade**: uma resenha dos modelos teóricos e resultados empíricos. Rio de Janeiro: Ipea, jun. 2003. ISSN 1415-4765.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro. **Causas e consequências do crime no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro.; MELLO, João Manoel Pinho de. **Menos armas, menos crimes**. Brasília: Ipea, mar. 2012. (Texto para Discussão nº 1721). ISSN 1415-4765. Disponível em: <https://bit.ly/2PUvDNG>. Acesso em: 30 out. 2018.

CERQUEIRA, D.; SOARES, Rodrigo R. The welfare cost of homicides in Brazil: accounting for heterogeneity in the willingness to pay for mortality reductions. **Health Economics (United Kingdom)**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 259-276, mar. 2016. doi: 10.1002/hec.3137.

CHAMLIN, Mitchell B. A macro social analysis of change in police force size - 1972-1982: controlling for static and dynamic influences. **Sociological Quarterly**, [S. l.], v. 30, n. 4, p. 615-624, dez. 1989. <https://doi.org/10.1111/j.1533-8525.1989.tb01538.x>.

COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COHEN, Laurence E.; FELSON, Marcus. Social change and crime rate trends: a routine activity approach. **American Sociological Review**, [S. l.], v. 44, n. 4, p. 588-608, ago. 1979. DOI: 10.2307/2094589.

COHEN, Laurence E.; LAND, Kenneth C. Age structure and crime : symmetry versus asymmetry and the projection of crime rates through the 1990's. **American Sociological Review**, [S. l.], v. 52, n. 2, p. 170-183, abr. 1987. ISSN: 0003-1224. <http://dx.doi.org/10.2307/2095446>.

COHEN, Mollie J.; LUPU, Noam; ZECHMEISTER, Elizabeth J. **The political culture of democracy in the Americas, 2016-2017**: a comparative study of democracy and governance.

[S. l.]: Latin American Public Opinion Project, aug. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2yvnw0o>. Acesso em: 20 dez. 2018.

CORZINE, Jay; HUFF-CORZINE, Lin. Racial inequality and black homicide: an analysis of felony, nonfelony and total rates. **Journal of Contemporary Criminal Justice**, [S. l.], v. 8, n. 2, 1992. <https://doi.org/10.1177/104398629200800207>.

CORZINE, J.; HUFF-CORZINE, Lin; WHITT, Hugh P. Cultural and subcultural theories of homicide. In: SMITH, M. D.; ZAHN, M. A. (ed.). **Homicide: a sourcebook of social research**. London: Sage Publications, 1999. p. 42-57.

CRUTCHFIELD, Robert D.; GEERKEN, Michael R.; GOVE, Walter R. Crime rate and social integration. **Criminology**, Washington, v. 20, n. 3 and 4, p. 467-478, 1982. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1745-9125.1982.tb00472.x>.

CURMAN, Andrea S. N.; ANDRESEN, Martin A.; BRANTINGHAM, Paul J. Crime and place: a longitudinal examination of street segment patterns in Vancouver, BC. **Journal of Quantitative Criminology**, New York, v. 31, n. 1, p. 127-147, mar. 2015. DOI 10.1007/s10940-014-9228-3.

DAMMERT, Luca. **Fear and crime in Latin America: redefining state-society relations**. New York: Routledge, 2012.

DEFINA, Robert H.; ARVANITES, Thomas M. The weak effect of imprisonment on crime: 1971-1998. **Social Science Quarterly**, [S. l.], v. 83, n. 3, p. 635-653, dez. 2002. <https://doi.org/10.1111/1540-6237.00106>.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DURKHEIM, Émile. **Lições de Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

EISNER, Manuel. Modernization, self-control and lethal violence. The long-term dynamics of european homicide rates in theoretical perspective. **British Journal of Criminology**, [S. l.], v. 41, p. 618-638, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/2GBXCvK>. Acesso em: 30 set. 2018.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENAMORADO, Ted *et al.* Income inequality and violent crime: evidence from Mexico's drug war. **Policy Research Working Paper**, [S. l.], n. 6935, p. 1-29, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2Dug9It>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FOWLES, Richard; MERVA, Mary. Wage inequality and criminal activity: an extreme bounds analysis for the United States, 1975-1990. **Criminology**, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 163-182, may 1996. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1996.tb01201.x>.

FOX, James Alan; LEVIN, Jack. Serial Murder: popular myths and empirical realities. In: SMITH, M. D.; ZAHN, M. A. (ed.). **Homicide: a sourcebook of social research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1999. p. 165-175.

FRAGOSO, Julia Estela Monárrez. La cultura del feminicidio en Ciudad Juárez, 1993-1999. **Frontera Norte**, Tijuana, v. 12, n. 23, p. 87-117, 2000. ISSN: 0187-7372. Disponível em: <https://bit.ly/2L0MHA7>. Acesso em: 30 out. 2018.

GASTIL, Raymond D. Homicide and a regional culture of violence. **American Sociological Review**, [S. l.], v. 36, n. 3, p. 412-427, jun. 1971. DOI: 10.2307/2093082

GREENBERG, David F. Age, crime, and social explanation. **American Journal of Sociology**, Washington, v. 91, n. 1, p. 1-21, 1985. <http://dx.doi.org/10.1086/228242>.

HACKNEY, Sheldon. Southern Violence. **The American Historical Review**, [S. l.], v. 74, n. 3, p. 906-925, feb. 1969. <https://doi.org/10.1086/ahr/74.3.906>.

HALE, C. Fear of crime: a review of the literature. **International Review of Victimology**, [S. l.], v. 4, p. 79-150, jan. 1996. <https://doi.org/10.1177/026975809600400201>.

HARER, Miles D.; STEFFENSMEIER, Darrel. The differing effects of economic inequality on black and white rates of violence. **Social Forces**, [S. l.], v. 70, n. 4, p. 1035-1054, jun. 1992. DOI: 10.2307/2580200.

HIPP, John R. Spreading the wealth: The effect of the distribution of income and race/ethnicity across households and neighborhoods on city crime trajectories. **Criminology**, Washington, v. 49, n. 3, p. 631-665, 2011. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1745-9125.2011.00238.x>.

HIRSCHI, Travis. **Causes of delinquency**. Berkeley: University of California Press, 1969.

HIRSCHI, Travis; GOTTFREDSON, Michael. Age and the explanation of crime. **American Journal of Sociology**, [S. l.], v. 89, n. 3, p. 552-584, nov. 1983. Disponível em: <https://bit.ly/2mMIEdC>. Acesso em: 30 nov. 2018.

HORWITZ, Allan V. **The logic of social control**. New York: Plenum Press, 1990.

HUFF-CORZINE, Lin; CORZINE, Jay; MOORE, David C. Southern exposure: deciphering the south's influence on homicide rates. **Social Forces**, [S. l.], v. 64, n. 4, p. 906-924, 1986. DOI: 10.2307/2578786.

HUGHES, Lorine A.; SCHAIBLE, Lonnie M.; GIBBS, Benjamin R. Economic dominance, the “American dream,” and homicide: A cross-national test of institutional anomie theory. **Sociological Inquiry**, [S. l.], v. 85, n. 1, jan. 2015. <https://doi.org/10.1111/soin.12065>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 1980. **IBGE**, [S. l.], 1980. Disponível em: <https://bit.ly/2QkisDa>. Acesso em: 20 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 1991. **IBGE**, [S. l.], 1980. Disponível em: <https://bit.ly/2QkisDa>. Acesso em: 20 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2000. **IBGE**, [S. l.], 1980. Disponível em: <https://bit.ly/2QkisDa>. Acesso em: 20 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. **IBGE**, [S. l.], 1980. Disponível em: <https://bit.ly/2QkisDa>. Acesso em: 20 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PIB - Brasil - 2010/2016. **IBGE**, [S. l.], [2017]. Disponível em: <https://bit.ly/2TGvT5y>. Acesso em: 20 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2017. **IBGE**, [S. l.], [2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2qPKiMd>. Acesso em: 20 nov. 2018.

JORGE, Maria Helena Prado de Mello; GAWRYSZEWSKI, Vilma Pinheiro; LATORRE, Maria do Rosário D. de O. I - Análise dos dados de mortalidade. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 31, n. 4 suppl, p. 5-25, ago. 1997. ISSN 0034-8910. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101997000500002>.

JÚNIOR, J. M. N. Os homicídios no Nordeste Brasileiro. In: MORAES, L. P. B. DE; SPAGNA, L. M. N. (Eds.). . **O Panorama dos Homicídios no Brasil**. 6. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2011.

KAWACHI, Ichiro; KENNEDY, Bruce P.; WILKINSON, Richard G. Crime: social disorganization and relative deprivation. **Social Science and Medicine**, [S. l.], v. 48, n. 6, p. 719–731, 1999. DOI: 10.1016/S0277-9536(98)00400-6.

KORNHAUSER, Ruth Rosner. **Social sources of delinquency** - an appraisal of analytic models. Chicago: University of Chicago Press, 1978.

KOVANDZIC, Tomislav V.; VIERAITIS, Lynne M. **The effect of county-level prison population growth on crime rates**. **Criminology and Public Policy**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 213-244, jun. 2006. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9133.2006.00375.x>.

KUBRIN, Charis E.; WEITZER, Ronald New directions in social disorganization theory. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, [S. l.], v. 40, n. 4, p. 374–402, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2DtF5jB>. Acesso em: 17 set. 2018.

LAFREE, Gary. A summary and review of cross-national comparative studies of homicide. In: SMITH, M. D.; ZAHN, M. A. (ed.). **Homicide: a sourcebook of social research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1999. p. 125-145.

LAFREE, Gary; BLUMSTEIN, Alfred; WALLMAN, Joel. Explaining the crime bust of the 1990's. **The Journal of Criminal Law and Criminology**, [S. l.], v. 91, n. 1, p. 269-305, 2000. DOI: 10.2307/1144150.

LAFREE, Gary; CURTIS, Karise; MCDOWALL, David. How effective are our “better angels”? Assessing country-level declines in homicide since 1950. **European Journal of Criminology**, [S. l.], v. 12, n. 4, jul. 2015. <https://doi.org/10.1177/1477370815584261>.

LAFREE, Gary; DRASS, Kriss A. The effect of changes in intraracial income inequality and educational attainment on changes in arrest rates for african americans and whites: 1957 to 1990. **American Sociological Review**, [S. l.], v. 61, n. 4, p. 614-634, aug. 1996. DOI: 10.2307/2096396.

LAFREE, Gary; DRASS, Kriss A.; O'DAY, Patrick. Race and crime in postwar America: determinants of african-american and white rates: 1957-1988. **Criminology**, [S. l.], v. 30, n. 2, may 1992. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1992.tb01101.x>.

LAFREE, Gary; TSELONI, Andromachi. Democracy and crime: a multilevel analysis of homicide trends in forty-four countries, 1950-2000. **The ANNALS of the American**

Academy of Political and Social Science, [S. l.], v. 605, n. 1, p. 25–49, may 2006.
<https://doi.org/10.1177/0002716206287169>

LAGOS, Marta; DAMMERT, Lucia. **La Seguridad Ciudadana**: el problema principal de América Latina. [S. l.]: Corporación Latinobarómetro, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2Uxmad7>. Acesso em: 20 out. 2018.

LAND, Keneth C.; MCCALL, Patricia L.; COHEN, Lawrence E. Structural covariates of homicide rates: are there any invariances across time and social space?. **American Journal of Sociology**, [S. l.], v. 95, n. 4, p. 922–963, 1990. Disponível em: <https://bit.ly/2UTQBiG>. Acesso em: 20 out. 2018.

LEE, Matthew. R. Reconsidering culture and homicide. **Homicide Studies**, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 319–340, out. 2011. <https://doi.org/10.1177/1088767911424542>.

LIMA, Maria Luiza C. de; XIMENES, Ricardo. Violência e morte: diferenciais da mortalidade por causas externas no espaço urbano do Recife, 1991. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 829–840, out. 1998. ISSN 0102-311X.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1998000400025>.

LIMA, Renato Sérgio de. **Contando crimes e criminosos em São Paulo**: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000. 205 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira. (coord.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016**. São Paulo: [s. n.], 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2AxVwML>. Acesso em: 20 nov. 2018.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira. (coord.). CERQUEIRA, D. R. de C. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017**. São Paulo: [s. n.], 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2EJYf2e>. Acesso em: 20 nov. 2018.

LOFTIN, Colin; HILL, Robert H. Regional subculture and homicide : an examination of the gastil-hackney thesis. **American Sociological Review**, [S. l.], v. 39, n. 5, p. 714–724, out. 1974. DOI: 10.2307/2094316.

LOFTIN, Colin; PARKER, Robert N. An Errors-in-variable model of the effect of poverty on urban homicide rates. **Criminology**, [S. l.], v. 23, n. 2, 1985. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1985.tb00337.x>.

MACDONALD, John; SAMPSON, Robert J. The world in a city: immigration and America's changing social fabric. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, [S. l.], v. 641, n. 1, p. 6–15, 2012. <https://doi.org/10.1177/0002716212438939>.

MACEDO, Adriana C. *et al.* Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 35, n. 6, p. 515–522, dez. 2001. ISSN 0034-8910. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102001000600004>.

MALES, Mike. Age, poverty, homicide, and gun homicide: is young age or poverty level the key issue? **SAGE Open**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1–12, 2015. DOI: 10.1177/2158244015573359

MARTINEZ, Ramiro; ROSENFELD, Richard; MARES, Dennis. Social disorganization, drug market activity, and neighborhood violent crime. **Urban Affairs Review**, [S. l.], v. 43, p. 846-874, 2008. doi: 10.1177/1078087408314774.

MCCALL, Patricia L. The Invariance of structural covariates: reflections on 20 years of homicide research. **Homicide Studies**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 215-218, 2010. <https://doi.org/10.1177/1088767910375351>.

MCCALL, P. L. *et al.* A study of geometry content knowledge of elementary preservice teachers. **Journal of Quantitative Criminology**, v. 29, n. 2, p. 167–190, 2013.

MCCALL, Patricia L.; LAND, Keneth C.; PARKER, Karen F. An empirical assessment of what we know about structural covariates of homicide rates: a return to a classic 20 years later. **Homicide Studies**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 219-243, 2010. <https://doi.org/10.1177/1088767910371166>.

MCCALL, Patricia L.; LAND, Keneth C.; PARKER, Karen F. Heterogeneity in the rise and decline of city-level homicide rates, 1976-2005: A latent trajectory analysis. **Social Science Research**, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 363-378, jan. 2011. DOI: 10.1016/j.ssresearch.2010.09.007.

MCCALL, Patricia L.; PARKER, Karen F.; MACDONALD, John M. The dynamic relationship between homicide rates and social, economic, and political factors from 1970 to 2000. **Social Science Research**, [S. l.], v. 37, n. 3, p. 721-735, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2Zwwar4>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MERTON, Robert K. Social structure and anomie. **American Sociological Review**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 672-682, 1938. Disponível em: <https://bit.ly/2LYdJny>. Acesso em: 20 set. 2018.

MESSNER, S. F. Poverty, inequality, and the urban homicide rate: some unexpected findings. **Criminology**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 103-114, may 1982. doi: 10.1111/j.1745-9125.1984.tb00314.x

MESSNER, Steven F. Regional differences in the economic correlates of the urban homicide rate. **Criminology**, [S. l.], v. 21, n. 4, p. 477-488, nov. 1983a. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1983.tb00275.x>

MESSNER, Steven F. Regional and racial effects on the urban homicide rate : the subculture of violence revisited. **American Journal of Sociology**, [S. l.], v. 88, n. 5, p. 997–1007, 1983b. <https://doi.org/10.1086/227767>.

MESSNER, S. F. *et al.* The spatial patterning of county homicide rates: an application of exploratory spatial data analysis. **Journal of Quantitative Criminology**, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 423-450, dez. 1999. Disponível em: <https://bit.ly/2VmRjo8>. Acesso em: 22 dez. 2018.

MESSNER, Steven F.; GOLDEN, Reid M. Racial inequality and racially disaggregated homicide rates: an assessment of alternative theoretical explanations. **Criminology**, [S. l.], v. 30, n. 3, aug. 1992. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1992.tb01111.x>.

MESSNER, Steven F.; ROSENFELD, Richard. Social structure and homicide: theory and research. In: SMITH, M. D.; ZAHN, M. A. (ed.). **Homicide: a sourcebook of social research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1999. p. 27-41.

MESSNER, Steven F.; ROSENFELD, Richard. **Crime and the American Dream**. Belmont: Wadsworth, 2012.

MESSNER, Steven F.; SAMPSON, Robert J. The sex ratio, family disruption, and rates of violent crime: the paradox of demographic structure. **Social Forces**, [S. l.], v. 69, n. 3, p. 693-713, mar. 1991. DOI: 10.2307/2579470.

MESSNER, Steven F.; SOUTH, Scout J. Interracial homicide: a macrostructural-opportunity perspective. **Sociological Forum**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 517-536, sep. 1992. Disponível em: <https://bit.ly/2vgNKRP>. Acesso em: 20 out. 2018.

MICHALOS, Alex C.; LAND, Keneth C. Replies to our commentators. **Social Indicators Research**, [S. l.], v. 135, n. 3, p. 1057-1078, apr. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2UBu2dE>. Acesso em: 30 out. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 7-18, 1994. ISSN 0102-311X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500002>.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 139-157, dez. 2007. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142007000300010>.

MONTEIRO, Felipe Mattos; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 93-117, jan./abr. 2013. e-ISSN: 1984-7289. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2013.1.12592>.

MONTEIRO, F. M.; CONSTANTE, V. Violência e Segurança Pública em Chapecó: uma análise espacial e temporal das taxas de homicídios no período de 1980 a 2015. In: HASS, M. et al. (ed.). **Políticas públicas, descentralização e participação social: contribuições ao estudo da trajetória em Chapecó/SC**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2018. v. 1, p. 320.

NAGIN, Daniel S. Analyzing developmental trajectories: A semiparametric, group-based approach. **Psychological Methods**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 139-157, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/2Dv4SI9>. Acesso em: 20 nov. 2018.

NAGIN, Daniel S. **Group-Based Modeling of Development**. Cambridge: Harvard University Press, 2005.

NAGIN, Daniel S.; TREMBLAY, Richard E. Developmental trajectory groups: fact or a useful statistical fiction? **Criminology**, [S. l.], v. 43, n. 4, p. 873-904, 2005. DOI: 10.1111/j.1745-9125.2005.00026.x.

NIVETTE, Amy E.; EISNER, Manuel. Do legitimate politics have fewer homicides? A cross-national analysis. **Homicide Studies**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 3-26, jul. 2013. <https://doi.org/10.1177/1088767912452131>.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira da; ZAVERUCHA, Jorge; ROCHA, Enivaldo Casrvalho da. Homicídios no Brasil: revisando a bibliografia nacional e seus resultados empíricos. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, São

Paulo, v. 67, n. 1, p. 75-94, 1º semestre 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2ISarny>. Acesso em: 20 nov. 2018.

OUSEY, Graham C.; KUBRIN, Charis E. Exploring the connection between immigration and violent crime rates in U.S cities, 1980-2000. **Social Problems**, [S. l.], v. 56, n. 3, p. 447-473, 2009. DOI: 10.1525/sp.2009.56.3.447.

OUSEY, Graham C.; KUBRIN, Charis E. Immigration and the Changing Nature of Homicide in US Cities, 1980-2010. **Journal of Quantitative Criminology**, [S. l.], v. 30, n. 3, out. 2013. Não paginado. DOI: 10.1007/s10940-013-9210-5

PARKER, Karen F.; MCCALL, Patricia L. Homicide patterns: a look at the areas. **Criminology**, [S. l.], v. 37, n. 3, p. 447-478, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/2IQpw96>. Acesso em: 20 out. 2018.

PARKER, Karen F.; HEFNER, M. Kristen. Intersections of race, gender, disadvantage, and violence: applying intersectionality to the macro- level study of female homicide. **Justice Quarterly**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 223-254, feb. 2013. <https://doi.org/10.1080/07418825.2012.761719>.

PARKER, Karen F.; MCCALL, Patricia L. Adding another Piece to the Inequality-Homicide Puzzle The Impact of Structural Inequality on Racially Disaggregated Homicide Rates. **Homicide Studies**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 35-60, feb. 1997. <https://doi.org/10.1177/1088767997001001004>.

PARKER, Karen F.; STANSFIELD, Richard; MCCALL, Patricia L. Temporal changes in racial violence, 1980 to 2006: A latent trajectory approach. **Journal of Criminal Justice**, [S. l.], v. 47, p. 1-11, dec. 2016. DOI: 10.1016/j.jcrimjus.2016.06.001.

PARKER, Robert Nash. Poverty, subculture of violence, and type of homicide. **Social Forces**, [S. l.], v. 67, n. 4, p. 983-1007, jun. 1989. <https://doi.org/10.1093/sf/67.4.983>.

PARKER, Robert Nash; SMITH, M. Dwayne. Deterrence, poverty, and type of homicide. **American**, [S. l.], v. 85, n. 3, p. 614-624, nov. 1979. Disponível em: <https://bit.ly/2W7rmGw>. Acesso em: 23 set. 2018.

PEARSON-NELSON, Benjamim. **Understanding homicide trends**: the social context of a homicide epidemic. New York: LFB Scholarly Pub, 2008.

PERES, Maria Fernanda Tourinho; NIVETTE, Amy. Social disorganization and homicide mortality rate trajectories in Brazil between 1991 and 2010. **Social Science & Medicine**, [S. l.], v. 190, p. 92-100, aug. 2017. DOI: 10.1016/j.socscimed.2017.08.013.

PERES, Maria Fernanda Tourinho *et al.* Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo, Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, [S. l.], v. 23, p. 268-276, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2UT2rcT>. Acesso em: 22 nov. 2018.

PERES, M. F. T.; CARDIA, N.; SANTOS, P. C. **Homicídios de Crianças e Jovens no Brasil, 1980 a 2002**. São Paulo: NEV/USP, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2W0Yob2>. Acesso em: 23 set. 2018.

PETERSON, Ruth D.; KRIVO, Lauren J. Racial Segregation and Black Urban Homicide. **Social Forces**, [S. l.], v. 71, n. 4, p. 1001–1026, 1993. DOI: 10.1093/sf/71.4.1001.

PHILLIPS, Julie A. The relationship between United States, 1970 to 1999. **Journal Of Research In Crime And Delinquency**, [S. l.], v. 43, n. 3, p. 230–260, 2006. <https://doi.org/10.1177/0022427806286565>.

PINKER, Steven. **The better angels of our nature**. 1. ed. London: Penguin Books, 2012.

PRATT, Travis C.; CULLEN, Francis T. Assessing macro-level predictors and theories of crime: a meta-analysis. **Crime and Justice**, [S. l.], v. 32, p. 373–450, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2DuSYOa>. Acesso em: 24 set. 2018.

RAPHAEL, Steven; WINTER-EBMER, Rudolf. Identifying the effect of unemployment on crime. **The Journal of Law & Economics**, [S. l.], v. 44, n. 1, p. 259–283, 2001. DOI: 10.1086/320275.

RIBEIRO, Eduardo; CANO, Ignacio. **Vitimização letal e desigualdade no Brasil**. Porto Alegre: Civitas, 2016.

RIVERA, M. The sources of social violence in Latin America: An empirical analysis of homicide rates, 1980–2010. **Journal of Peace Research**, [S. l.], v. 53, n. 1, p. 84–99, 2016. <https://doi.org/10.1177/0022343315598823>.

ROBERT, Philippe. **Sociologia do Crime**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SALLA, Fernando. Os impasses da democracia brasileira. **Lusotopie**, [S. l.], p. 419–435, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2ZyctPF>. Acesso em: 23 nov. 2018.

SAMPSON, Robert J. Race and criminal violence: a demographically disaggregated analysis of urban homicide. **Crime & Delinquency**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 47–82, 1985. <https://doi.org/10.1177/0011128785031001004>.

SAMPSON, Robert J. Crime in cities: the effects of formal and informal social control. **Crime and Justice**, [S. l.], v. 8, p. 271–311, 1986. Disponível em: <https://bit.ly/2GvTE6V>. Acesso em: 20 out. 2018.

SAMPSON, Robert J.; WILSON, William J. Toward a theory of race, crime, and urban inequality. In: GABBIDON, S. L.; GREENE, H. T. (ed.). **Race, Crime and Justice: a reader**. New York: Routledge, 2005. p. 103–108.

SANTOS, Simone M. *et al.* Detecção de aglomerados espaciais de óbitos por causas violentas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 1996. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, p. 1141–1151, out. 2001. ISSN 0102-311X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2001000500015>.

SANTA CATARINA. Secretaria de Segurança Pública. Gerência de Análise e Estatística Criminal. **Homicídios em Santa Catarina 2014-2017**. Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, Florianópolis, [2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2W2mT6Q>. Acesso em: 20 nov. 2018

SCHAIBLE, Lonnie M.; ALTHEIMER, Irshad. Social structure, anomie, and national levels of homicide. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, [S. l.], v. 60, n. 8, p. 936-963, jul. 2015. <https://doi.org/10.1177/0306624X15595420>.

SEIBEL, Erni José *et al.* Crime organizado e sistema penitenciário: considerações sobre os atentados em Santa Catarina. In: BONAMIGO, I. S.; CHAVES, L. C. (ed.). **Violências e segurança pública na contemporaneidade**: um desafio às tecnologias e inovações sociais. Chapecó: Argos, 2013. p. 343.

SHIHADDEH, Edward S.; FLYNN, Nicole. Segregation and crime: the effect of black social isolation on the rates of black urban violence. **Social**, [S. l.], v. 74, n. 4, p. 1325-1352, jun. 1996. DOI: 10.2307/2580353.

SHIHADDEH, Edward S.; MAUME, Michael O. Segregation and crime: the relationship between black centralization and urban black homicide. **Homicide Studies**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 254-280, 1997. <https://doi.org/10.1177/1088767997001003004>.

SILVA, Ânderson. Pesquisa aponta que 57,1% dos catarinenses se sentem inseguros no Estado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 9 nov. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2Zt74sO>. Acesso em: 20 set. 2018.

SMITH, M. Dwayne. Variations in correlates of race-specific urban homicide rates. **Journal of Contemporary Criminal Justice**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 137-149, may 1992. <https://doi.org/10.1177/104398629200800206>.

SMITH, M. Dwayne.; DEVINE, Joel A.; SHELEY, Joseph F. Crime and unemployment: effects across age and race categories. **Sociological Perspectives**, [S. l.], v. 35, n. 4, p. 551-572, winter 1992. DOI: 10.2307/1389299.

SMITH, M. Dwayne; PARKER, Robert Nash. Type of homicide and variation in regional rates. **Social Forces**, [S. l.], v. 59, n. 1, p. 136-147, sep. 1980. DOI: 10.2307/2577837.

SMITH, M. Dwayne; ZAHN, Margareth A. **Homicide**: a sourcebook of social research. London: Sage Publications, 1999.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Não matará**s: desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A criminologia e as desventuras do jovem Dado. In: MORAES, L. P. B. de; SPAGNA, L. M. N. (ed.). **O Panorama dos Homicídios no Brasil**. 6. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2011. p. 11-30.

SOUZA, Edinilsa R. Homicídios no Brasil: o grande vilão da saúde pública na década de 80. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 45-60, 1994. ISSN 0102-311X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500004>.

SPELMAN, William. The limited importance of prison expansion. In: BLUMSTEIN, A.; WALLMAN, J. (ed.). **The crime drop in America**. [S. l.]: Cambridge University Press, 2006. p. 97-129

SPELMAN, William. Crime, cash, and limited options: explaining the prison boom. **Criminology & Public Policy**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 29-77, 2009. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9133.2009.00546.x>

STEFFENSMEIER, Darrel J. *et al.* Age and the distribution of crime. **American Journal of Sociology**, [S. l.], v. 94, n. 4, p. 803-831, 1989. Disponível em: <https://bit.ly/2W5wA5A>. Acesso em: 25 nov. 2018.

STEFFENSMEIER, Darrel; STREIFEL, Cathy; SHIHADDEH, Edward S. Cohort size and arrest rates over the life course: the easterlin hypothesis. **American Sociological Review**, [S. l.], v. 57, n. 3, p. 306-314, 1992. DOI: 10.2307/2096237.

STULTS, Brian J. Determinants of Chicago neighborhood homicide trajectories: 1965-1995. **Homicide Studies**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 244-267, 2010. <https://doi.org/10.1177/1088767910371173>.

SUTHERLAND, E. H. White-Collar criminality. **American Sociological Association**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 190-194, 1940. Disponível em: <https://bit.ly/2Vq80is>. Acesso em: 22 set. 2018.

TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock. The new criminology: for a social theory of deviance. **American Journal of Sociology**, [S. l.], v. 80, n. 4, p. 1048-1050, jan. 1975.

THOMPSON, Sara K.; GARTNER, Rosemary. The spatial distribution and social context of homicide in Toronto's neighborhoods. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v. 51, n. 1, p. 88-118, feb. 2014. <https://doi.org/10.1177/0022427813487352>.

THORNTON, Arland; YOUNG-DEMARCO, Linda. Four decades of trends in attitudes toward family issues in the United States: the 1960s through the 1990s. **Journal of Marriage and Family**, [S. l.], v. 63, n. 4, p. 1009-1037, 2001. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2001.01009.x>.

TITTLE, Charles R. Two empirical regularities (maybe) in search of an explanation: commentary on the age/crime debate Charles. **Criminology**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 75-85, 1988. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1988.tb00832.x>.

TONRY, Michael. Why crime rates are falling throughout the western world. **Crime and Justice**, [S. l.], v. 43, n. 1, p. 1-63, set. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2XFD1wy>. Acesso em: 30 out. 2018.

TRINDADE, Zeide Araujo *et al.* Representações sociais de masculinidade e risco na adolescência e suas articulações com contextos de violência. In: ZANOTELLI, C. L.; RAIZER, E. C.; VALADÃO, V. de A. (ed.). **Violência e contemporaneidade**: dimensões das pesquisas e impactos sociais. Vitória: Grafita, 2007. p. 177-187.

TSELONI, Andromachi *et al.* Exploring the international decline in crime rates. **European Journal of Criminology**, [S. l.], v. 7, n. 5, p. 375-394, sep. 2010. <https://doi.org/10.1177/1477370810367014>.

TUTTLE, James; MCCALL, Patricia L.; LAND, Kenneth C. Latent trajectories of cross-national homicide trends: structural characteristics of underlying groups. **Homicide Studies**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 343-369, may 2018. <https://doi.org/10.1177/1088767918774083>.

UNODC. **Global Study on Homicide**Unodoc. [s. l.: s. n.], 2013. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22057928>. Acesso Em: 20 nov. 2018.

WASELFSZ, Julio Jacob. **Mapa da Violência 2012**. 1. ed. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

WASELFSZ, Julio Jacob. **Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil**Mapa da violência. Brasília: Flacso, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2bVB1fk>. Acesso em em: 22 set. 2018.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

WEISBURD, David *et al.* Trajectories of crime at places: a longitudinal study of street segments in the city of Seattle. **Criminology**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 283-322, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2UCKKt6>. Acesso em: 27 set. 2018.

WEISS, Douglas B. *et al.* The 1990's homicide decline: a western world or international phenomenon? A research note. **Homicide Studies**, [S. l.], v. 20, n. 4, p. 321-334, 24 nov. 2016. <https://doi.org/10.1177/1088767916634406>.

WHEELER, Andrew P.; WORDEN, Robert E.; MCLEAN, Sarah J. Replicating group-based trajectory models of crime at micro-places in Albany, NY. **Journal of Quantitative Criminology**, [S. l.], v. 32, n. 4, p. 589-612, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2vhacKB>. Acesso em: 27 dez. 2018.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo Social**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 5-41, maio 1997. ISSN 0103-2070. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20701997000100002>.

WILLIAMS, Kirk R. Economic sources of homicide: reestimating the effects of poverty and inequality. **American Sociological Review**, [S. l.], v. 49, n. 2, p. 283-289, apr. 1984. DOI: 10.2307/2095577.

WILLIAMS, Kirk R.; FLEWELLING, Robert L. The social production of criminal homicide: a comparative study of disaggregated rates in american cities. **American Sociological Review**, [S. l.], v. 53, n. 3, p. 421-431, 1988. DOI: 10.2307/2095649.

WILSON, William J. **The truly disadvantaged: the inner city, the underclass, and public policy**. 2. ed. [S. l.]: The University of Chicago Press, 2012.

WOLFGANG, Marvin E. **Patterns in criminal homicide**. [S. l.]: University Pennsylvania Press, 1958.

WOLFGANG, M. E.; FERRACUTI, F. NCJRS Abstract - National Criminal Justice Reference Service. **NCJRS National Criminal Justice Reference Service**, 1982. <https://www.ncjrs.gov/App/Publications/abstract.aspx?ID=83013>. Acesso em: 20 nov. 2018.

YUNES, J.; ZUBAREW, T. Mortalidad por causas violentas en adolescentes y jóvenes: un desafío para la región de las Américas. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 102-171, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/2PzfV85>. Acesso em: 20 set. 2018.

ZAHN, Margareth A.; MCCALL, Patricia L. Trends and Patterns of Homicide in the 20th-Century United States. In: SMITH, M. D.; ZAHN, M. A. (ed.). **Homicide: a sourcebook of**

social research. [s.l.] Sage Publications, 1999. p. 376. DOI:
<http://dx.doi.org/10.4135/9781483328430.n2>.

ZALUAR, Alba. Violência e Crime. *In*: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**: v. 1: antropologia. São Paulo: Sumaré: Anpocs; Brasília: Capes, 1999. p. 13-107.

APÊNDICE A – ANÁLISE FATORIAL

Para a realização do teste de análise fatorial, levamos em conta os seguintes procedimentos. Primeiro, selecionamos as variáveis de interesse relacionadas às mortes por causas externas: **‘homicídios’**, **‘suicídios’** e **‘acidentes de transporte’**, **‘outras causas externas de lesões acidentais’** e **‘sequelas de causas externas’**. Todas estas variáveis precisaram ser adaptadas devido às diferentes classificações adotadas pelo SIM/Datasus, de 1980 a 1995, pela CID 9, e de 1996 a 2016, pela CID 10.

Desse modo, para a composição do **número de homicídios**, agregamos as informações do grande grupo CID 9 classificadas com o código ‘E55: Homicídios e lesões provocadas intencionalmente por outras pessoas’ e do grande grupo CID 10 classificadas com o código ‘X85 - Y09: Agressões’. O mesmo procedimento foi realizado para as outras variáveis: **número de suicídios**, por exemplo, levou em conta as informações do grande grupo CID 9 ‘E54: Suicídios e lesões autoinflingidas’ e do grande grupo CID 10 ‘X60 - X84: Lesões autoprovocadas voluntariamente’.

O **número de acidentes de transporte** foi composto pelos grandes grupos CID 9 ‘E47: Acidentes de transporte’ e CID 10 ‘V01 - V99: Acidentes de transporte’; e o **número de mortes por outras causas externas de lesões acidentais**, pelos grandes grupos CID 9 ‘E48: Envenenamento acidental’; ‘E49: Acidentes pacientes procedimento médico, reação adversa, complicação tardia’; ‘E50: Quedas acidentais’; ‘E51: Acidentes causados por fogo e chama’; ‘E53: Efeitos adversos drogas medicamentos substâncias biológicas fins terapêuticos’ e CID 10 ‘W00 - X59: Outras causas externas de lesões acidentais’. Já o **número mortes de sequelas de causas externas** originou-se dos grandes grupos CID 9 ‘E52: Outros acidentes, incluindo efeitos tardios’ e CID 10 ‘Y85 – 89: Sequelas de causas externas’.

Em segundo lugar, realizamos trabalho idêntico buscando adaptar as variáveis referentes às mortes cuja causas não foram identificadas. **Número de mortes por envenenamento sem intenção determinada** resultou das informações pertencentes às categorias CID 9 ‘E980: Envenenamento sólidos líquidos ignorados acidentes ou intencionalidade’; ‘E981: Envenenamento gás doméstico ignorado acidente ou intencionalidade’ e ‘E982: Envenenamento outros gases ignorados acidente ou intencionalidade’ e às categorias CID 10 ‘Y10: Envenenamento [intoxicação] por e exposição a analgésicos, antipiréticos e anti-reumáticos não-opiáceos, intenção não determinada’; ‘Y11: Envenenamento [intoxicação] por exposição a anticonvulsivantes [antiepilépticos], sedativos, hipnóticos, antiparkinsonianos e psicotrópicos não classificados em outra parte, intenção não

determinada'; 'Y12: Envenenamento [intoxicação] por exposição a narcóticos e a psicodislépticos [alucinógenos] não classificados em outra parte, intenção não determinada'; 'Y13: Envenenamento [intoxicação] por exposição a outras substâncias farmacológicas de ação sobre o sistema nervoso autônomo, intenção não determinada'; 'Y14: Envenenamento [intoxicação] por exposição a outras drogas, medicamentos e substâncias biológicas e as não especificadas, intenção não determinada'; 'Y15: Envenenamento [intoxicação] por exposição ao álcool, intenção não determinada'; 'Y16: Envenenamento [intoxicação] por exposição a solventes orgânicos e hidrocarbonetos halogenados e seus vapores, intenção não determinada'; 'Y17: Envenenamento [intoxicação] por exposição a outros gases e vapores, intenção não determinada'; 'Y18: Envenenamento [intoxicação] por exposição a pesticidas, intenção não determinada' e 'Y19: Envenenamento [intoxicação] por exposição a outros produtos químicos e substâncias nocivas e aos não especificados, intenção não determinada'.

O **número de mortes por enforcamento estrangulamento sem intenção determinada** foi composto pelas categorias CID 9 'E983: Lesão enforcamento estrangulamento sufocamento ignorado acidente ou intencionalidade' e CID 10 'Y20: Enforcamento, estrangulamento e sufocação, intenção não determinada'. E o **número de afogamento e submersão sem intenção determinada**, pelas categorias CID 9 'E984: Lesão submersão ignorado acidente ou intencionalidade' e CID 10 'Y21: Afogamento e submersão, intenção não determinada'.

Uma variável importante relacionada ao **número de mortes por arma de fogo sem intenção determinada** foi construída por meio das categorias CID 9 'E985: Lesão arma fogo e explosão ignorado acidente ou intencionalidade' e 'E922: Acidente causado por arma de fogo' e CID 10 'Y22: Disparo de pistola intenção não determinada'; 'Y23: Disparo de fuzil, carabina e arma de fogo de maior calibre, intenção não determinada'; 'Y24: Disparo de outra arma de fogo e de arma de fogo não especificada, intenção não determinada'; 'Y25: Contato com material explosivo, intenção não determinada'; 'Y26: Exposição a fumaça, fogo e chamas, intenção não determinada'; 'Y27: Exposição a vapor de água, gases ou objetos quentes, intenção não determinada'; 'W32: Projétil de revólver'; 'W33: Rifle, espingarda e armas de fogo de maior tamanho'; 'W34 Projéteis de outras armas de fogo e das não especificadas'.¹⁷¹

¹⁷¹ Os códigos W20 a W49 referem-se às mortes causadas por 'exposição a forças mecânicas inanimadas', do Grande Grupo 'outras causas externas por lesões acidentais'. Trabalhamos com estas três informações (W32, W33 e W34), por entender que acidentes relacionados ao contato com projétil de revólver ou espingarda também podem aparecer como homicídios mal classificados. Este mesmo procedimento é adotado por Cerqueira (2012) ao relacioná-los ao grande grupo de mortes indeterminadas.

Número de mortes por objeto cortante e contundente sem intenção determinada levou em consideração as categorias CID 9 “E986: Lesão instrumento cortante penetrante ignorado acidente ou intencionalidade” e CID 10 “Y28: Contato objeto cortante penetrante intenção não determinada”; “Y29: Contato objeto contundente intenção não determinada”. Para o **número de mortes por salto empurrão de local elevado sem intenção determinada** as categorias CID 9 “E987: Lesão devido queda lugar elevado ignorado acidente ou intencionalidade” e CID 10 “Y30: Queda salto empurrão lugar elevado intenção não determinada”

Número de outros fatos ou eventos especificados ou não de intencionalidade não determinada as categorias CID 9 “E988 Lesão outros meios e não especificado ignorado acidente ou intencionalidade”; “E989: Efeitos tardios lesão ignorado acidente ou intencionalidade” e CID 10 “Y33: Outros fatos ou eventos especificados intenção não determinada”; “Y34: Fatos ou eventos não especificados e intenção não determinada”.

E por fim, o grupo relacionado ao **número de mortes por intervenções legais** ou mortes ocasionadas pela polícia, construídas através das categorias CID 9 “E970: Lesão por intervenção legal armas de fogo”; “E971: Lesão por intervenção legal com explosivos”; “E972: Lesão por intervenção legal com gás”; “E973: Lesão por intervenção legal com objeto contundente”; “E974: Lesão intervenção legal instrumento cortante e penetrante”; “E975: Lesão intervenção legal com outros meios especificados”; “E976: Lesão intervenção legal meios não especificados”; “E977: Efeitos tardios lesão infligida intervenção legal”; “E978: Execução legal” e CID 10 “Y35 a Y36: Intervenções legais e operações de guerra”. Por fim, as variáveis foram agregadas para o período de 1980 a 2015 e depois transformadas em taxas, considerando o tamanho da população para o último ano de referência (2015) e a leitura proveniente de 100.000 habitantes.

Tabela 14 – Análise Descritiva

Taxa	Estatísticas descritivas				
	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Taxa de homicídios (1980 a 2015)	295	–	1257	229,18	166,191
Taxa de suicídios (1980 a 2015)	295	35	935	268,62	149,471
Taxa de acidentes de transporte (1980 a 2015)	295	51	2041	773,13	338,852
Taxa de outras causas externas de lesões acidentais (1980 a 2015)	295	31	622	308,21	106,024
Taxa de sequelas de causas externas (1980 a 2015) - Homicídios contido.	295	–	478	142,07	105,811
Taxa de envenenamento (vários tipos) intencionalidade não determinada (1980 a 2015)	295	–	93	10,06	14,443
Taxa de enforcamento estrangulamento intencionalidade não determinada (1980 a 2015)	295	–	120	7,41	13,360
Taxa de afogamento e submersão intencionalidade não determinada (1980 a 2015)	295	–	105	8,32	13,659
Taxa de arma de fogo (exp.osição fumaça e vapor) intencionalidade não determinada (1980 a 2015)	295	–	223	20,73	26,534
Taxa de objeto cortante e contundente intencionalidade não determinada (1980 a 2015)	295	–	147	7,03	15,120
Taxa de queda salto empurrão de local elevado intencionalidade não determinada (1980 a 2015)	295	–	39	,79	3,354
Taxa de outros fatos ou eventos especificados ou não de intencionalidade não determinada (1980 a 2015)	295	–	227	59,93	46,386
Taxa de intervenções legais (1980 a 2015)	295	–	65	2,65	7,202

Fonte: elaborada pelo autor.

Como acidentes de transporte se referem a eventos muito distantes do nosso fenômeno de interesse, resolvemos retirar da análise e trabalhar apenas com a taxa de homicídios e de suicídios. Cabe destacar que a literatura clássica (Durkheim) já chamou atenção para a distinção entre os dois fenômenos, inclusive colocados em lados opostos em relação ao que representam no nível de desenvolvimento das sociedades. No entanto, circunstâncias referentes à causa intermediária da morte como uso de arma de fogo ou instrumento cortante podem agir de maneira idêntica nas duas situações. Assim, analisar de forma multivariada homicídios e

suicídios em conjunto com as mortes desconhecidas pode nos ajudar a identificar quais mortes por causa indeterminada representam estes grupos.

Tecnicamente, realizamos uma análise de componentes principais (técnica de extração dos fatores) e adotamos o tipo de rotação *varimax*. Em termos de adequação da amostra, a estatística de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) resultou em um valor de 0,77, acima da medida limite apontada por Hair *et al.* (2006), 0,5. Além disso, a estatística *Bartlett Test of Sphericity* (BTS) foi significativa.

Tabela 15 – Comunalidades

Taxas	Comunalidades	
	Initial	Extraction
Taxa de homicídios (1980 a 2015)	1,000	,622
Taxa de suicídios (1980 a 2015)	1,000	,550
Taxa de envenenamento (vários tipos) intencionalidade não determinada (1980 a 2015)	1,000	,498
Taxa de enforcamento estrangulamento intencionalidade não determinada (1980 a 2015)	1,000	,295
Taxa de afogamento e submersão intencionalidade não determinada (1980 a 2015)	1,000	,380
Taxa de queda salto empurrão de local elevado intencionalidade não determinada (1980 a 2015)	1,000	,650
Taxa de arma de fogo (exposição fumaça e vapor) intencionalidade não determinada (1980 a 2015)	1,000	,635
Taxa de objeto cortante e contundente intencionalidade não determinada (1980 a 2015)	1,000	,551
Taxa de intervenções legais (1980 a 2015)	1,000	,476
Taxa de sequelas de causas externas (1980 a 2015) - Homicídios contido.	1,000	,512
Taxa de outras causas externas de lesões acidentais (1980 a 2015)	1,000	,379
Taxa de outros fatos ou eventos especificados ou não de intencionalidade não determinada (1980 a 2015)	1,000	,385

Fonte: elaborada pelo autor.

As comunalidades representam a proporção da variância para cada variável incluída na análise, que é explicada pelos componentes extraídos. Usualmente, o mínimo aceitável é 5; resolvemos permanecer com todas as variáveis no modelo, pois nossa intenção é verificar a diferença entre elas não só estatística mas também conceitualmente.

Tabela 16 – Eigenvalues

Componentes	Eigenvalues		
	Total	% da Variância	Acumulada %
1	3,296	27,467	27,467
2	1,442	12,018	39,485
3	1,194	9,950	49,434
4	,980	8,169	57,603
5	,890	7,414	65,017
6	,829	6,908	71,925
7	,775	6,462	78,387
8	,639	5,325	83,712
9	,591	4,923	88,635
10	,528	4,399	93,034
11	,480	3,998	97,032
12	,356	2,968	100,000

Fonte: elaborada pelo autor.

De acordo com a Regra de Kaiser, devem-se extrair apenas os fatores com valor de *eigenvalue* acima de 1 ou variância acumulada acima de 60%. Novamente, por conta de nosso interesse conceitual, tomamos como referência o *eigenvalue* que selecionou três fatores.

Tabela 17 – Component Matrixa (continua)

Taxa	Component		
	1	2	3
Taxa de homicídios (1980 a 2015)	,675	,401	-,072
Taxa de suicídios (1980 a 2015)	,513	-,535	-,040
Taxa de envenenamento (vários tipos) intencionalidade não determinada (1980 a 2015)	,501	-,240	-,436
Taxa de enforcamento estrangulamento intencionalidade não determinada (1980 a 2015)	,524	,044	,135
Taxa de afogamento e submersão intencionalidade não determinada (1980 a 2015)	,337	-,143	,496
Taxa de queda salto empurrão de local elevado intencionalidade não determinada (1980 a 2015)	,050	,344	,727
Taxa de arma de fogo (exposição fumaça e vapor) intencionalidade não determinada (1980 a 2015)	,679	,384	-,162
Taxa de objeto cortante e contundente intencionalidade não determinada (1980 a 2015)	,636	,376	,070

Tabela 17 – Component Matrixa (conclusão)

Taxa	Component		
	1	2	3
Taxa de intervenções legais (1980 a 2015)	,082	,574	-,375
Taxa de sequelas de causas externas (1980 a 2015) - Homicídios contido.	,627	-,342	-,033
Taxa de outras causas externas de lesões acidentais (1980 a 2015)	,558	-,198	,167
Taxa de outros fatos ou eventos especificados ou não de intencionalidade não determinada (1980 a 2015)	,598	-,151	,062

Fonte: elaborada pelo autor.

Nota: Extraction Method: Principal Component Analysis.a
a. 3 components extracted.

Tabela 18 – Rotated Component Matrixa

Taxa	Component		
	1	2	3
Taxa de homicídios	,228	,753	,053
Taxa de suicídios	,728	-,032	-,137
Taxa de envenenamento sem intenção determinada	,478	,251	-,455
Taxa de enforcamento estrangulamento sem intenção determinada	,376	,355	,166
Taxa de afogamento e submersão intencionalidade não determinada	,404	,023	,465
Taxa de queda salto empurrão de local elevado intencionalidade não determinada	-,103	,134	,788
Taxa de arma de fogo (exposição fumaça e vapor) intencionalidade não determinada	,232	,762	-,038
Taxa de objeto cortante e contundente intencionalidade não determinada	,232	,681	,184
Taxa de intervenções legais	-,362	,541	-,229
Taxa de sequelas de causas externas	,687	,181	-,081
Taxa de outras causas externas de lesões acidentais	,565	,198	,144
Taxa de outros fatos ou eventos especificados ou não de intencionalidade não determinada	,551	,279	,054

Fonte: elaborada pelo autor.

Notas: Extraction Method: Principal Component Analysis.
Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.a
a. Rotation converged in 5 iterations.

De fato, a análise fatorial considerando a taxa de **homicídios** e **suicídios** apontou que as mortes ligadas às armas de fogo, a objeto cortante e contundente e às intervenções legais (polícia) cujas causas não foram esclarecidas associaram-se às taxas de homicídios. No caso do primeiro fator, podemos verificar que algumas variáveis que se esperaria que possuísem uma estrutura latente similar à taxa de suicídios, como a ‘taxa de envenenamento sem intenção

determinada' e 'taxa de enforcamento sem intenção determinada', receberam valores altos no primeiro (dos suicídios), no segundo e no terceiro fator. Isso pode ter ocorrido devido a nossa escolha por abdicar de algumas exigências estatísticas em prol da manutenção da coerência conceitual. De qualquer modo, o teste apresentou uma coerência aproximando essas variáveis aos suicídios. Talvez, se tivéssemos restringido a análise a dois fatores, a interação ocorreria por completo no primeiro fator.

Portanto, considerando que, tecnicamente, o fator pode indicar que as variáveis estejam medindo aspectos da mesma dimensão subjacente, o teste realizado potencializa o argumento da literatura especializada referente ao papel das mortes indeterminadas na classificação dos homicídios, no nosso caso, principalmente as seguintes variáveis: 'taxa de arma de fogo sem intenção determinada', 'taxa de objeto cortante e contundente sem intenção determinada' e 'taxa de intervenções legais'.

APÊNDICE B - LISTA DE MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA INCLUÍDOS NA ANÁLISE

Quadro 4 – Lista de municípios analisados (continua)

	<i>Municípios</i>	<i>Meso</i>	<i>Micro</i>	<i>Número de Homicídios (1992 a 2017)</i>	<i>População 2017</i>
1	Abdon Batista	Serrana	Curitibanos	4	2.604
2	Abelardo Luz	Oeste Catarinense	Xanxerê	110	17.847
3	Agrolândia	Vale do Itajaí	Ituporanga	11	10.581
4	Agronômica	Vale do Itajaí	Rio do Sul	6	5.437
5	Água Doce	Oeste Catarinense	Joaçaba	38	7.154
6	Águas de Chapecó	Oeste Catarinense	Chapecó	26	6.445
7	Águas Frias	Oeste Catarinense	Chapecó	0	2.387
8	Águas Mornas	Grande Florianópolis	Tabuleiro	7	6.298
9	Alfredo Wagner	Grande Florianópolis	Tabuleiro	17	9.960
10	Anchieta	Oeste Catarinense	S.Miguel Oeste	23	5.832
11	Angelina	Grande Florianópolis	Tijucas	3	4.943
12	Anita Garibaldi	Serrana	Campos de Lages	24	7.537
13	Anitópolis	Grande Florianópolis	Tabuleiro	6	3.248
14	Antônio Carlos	Grande Florianópolis	Florianópolis	9	8.327
15	Apiúna	Vale do Itajaí	Blumenau	27	10.542
16	Arabutã	Oeste Catarinense	Concórdia	2	4.281
17	Araquari	Norte Catarinense	Joinville	87	35.268
18	Araranguá	Sul Catarinense	Araranguá	167	67.110
19	Armazém	Sul Catarinense	Tubarão	8	8.520
20	Arroio Trinta	Oeste Catarinense	Joaçaba	5	3.564
21	Arvoredo	Oeste Catarinense	Concórdia	1	2.261
22	Ascurra	Vale do Itajaí	Blumenau	4	7.877
23	Atalanta	Vale do Itajaí	Ituporanga	5	3.254
24	Aurora	Vale do Itajaí	Rio do Sul	5	5.688
25	Balneário Barra do Sul	Norte Catarinense	Joinville	30	10.317
26	Balneário Camboriú	Vale do Itajaí	Itajaí	314	135.268
27	Balneário Piçarras	Vale do Itajaí	Itajaí	70	21.884
28	Barra Velha	Vale do Itajaí	Itajaí	90	27.781
29	Belmonte	Oeste Catarinense	S.Miguel Oeste	3	2.709
30	Benedito Novo	Vale do Itajaí	Blumenau	14	11.425
31	Biguaçu	Grande Florianópolis	Florianópolis	195	66.558
32	Blumenau	Vale do Itajaí	Blumenau	550	348.513
33	Bom Jardim da Serra	Serrana	Campos de Lages	9	4.694
34	Bom Retiro	Serrana	Campos de Lages	36	9.796
35	Bombinhas	Vale do Itajaí	Itajaí	28	18.623
36	Botuverá	Vale do Itajaí	Blumenau	2	5.100
37	Braço do Norte	Sul Catarinense	Tubarão	49	32.648

Quadro 4 – Lista de municípios analisados (continuação)

	<i>Municípios</i>	<i>Meso</i>	<i>Micro</i>	<i>Número de Homicídios (1992 a 2017)</i>	<i>População 2017</i>
38	Braço do Trombudo	Vale do Itajaí	Rio do Sul	7	3.709
39	Brusque	Vale do Itajaí	Blumenau	131	128.818
40	Caçador	Oeste Catarinense	Joaçaba	285	77.323
41	Caibi	Oeste Catarinense	Chapecó	20	6.213
42	Calmon	Oeste Catarinense	Joaçaba	21	3.380
43	Camboriú	Vale do Itajaí	Itajaí	401	78.731
44	Campo Alegre	Norte Catarinense	S.Bento do Sul	31	12.012
45	Campo Belo do Sul	Serrana	Campos de Lages	30	7.177
46	Campo Erê	Oeste Catarinense	Chapecó	71	8.787
47	Campos Novos	Serrana	Curitibanos	150	35.710
48	Canelinha	Grande Florianópolis	Tijucas	28	11.944
49	Canoinhas	Norte Catarinense	Canoinhas	157	54.403
50	Capinzal	Oeste Catarinense	Joaçaba	56	22.524
51	Capivari de Baixo	Sul Catarinense	Tubarão	21	24.298
52	Catanduvas	Oeste Catarinense	Joaçaba	21	10.632
53	Caxambu do Sul	Oeste Catarinense	Chapecó	14	3.850
54	Celso Ramos	Serrana	Campos de Lages	8	2.760
55	Cerro Negro	Serrana	Campos de Lages	16	3.254
56	Chapecó	Oeste Catarinense	Chapecó	795	213.279
57	Cocal do Sul	Sul Catarinense	Criciúma	10	16.446
58	Concórdia	Oeste Catarinense	Concórdia	101	73.766
59	Cordilheira Alta	Oeste Catarinense	Chapecó	13	4.321
60	Coronel Freitas	Oeste Catarinense	Chapecó	21	10.130
61	Coronel Martins	Oeste Catarinense	Xanxerê	5	2.548
62	Correia Pinto	Serrana	Campos de Lages	63	13.358
63	Corupá	Norte Catarinense	Joinville	31	15.541
64	Criciúma	Sul Catarinense	Criciúma	545	211.369
65	Cunha Porã	Oeste Catarinense	Chapecó	16	11.057
66	Curitibanos	Serrana	Curitibanos	148	39.566
67	Descanso	Oeste Catarinense	S.Miguel Oeste	11	8.399
68	Dionísio Cerqueira	Oeste Catarinense	S.Miguel Oeste	59	15.450
69	Dona Emma	Vale do Itajaí	Rio do Sul	3	4.081
70	Doutor Pedrinho	Vale do Itajaí	Blumenau	4	4.043
71	Eral Valho	Oeste Catarinense	Joaçaba	9	4.480
72	Faxinal dos Guedes	Oeste Catarinense	Xanxerê	23	10.745
73	Florianópolis	Grande Florianópolis	Florianópolis	1.732	485.838
74	Formosa do Sul	Oeste Catarinense	Chapecó	3	2.549
75	Forquilha	Sul Catarinense	Criciúma	51	25.988
76	Fraiburgo	Oeste Catarinense	Joaçaba	117	36.261
77		Oeste Catarinense	Xanxerê	21	3.058

Quadro 4 – Lista de municípios analisados (continuação)

	<i>Municípios</i>	<i>Meso</i>	<i>Micro</i>	<i>Número de Homicídios (1992 a 2017)</i>	<i>População 2017</i>
78	Garopaba	Sul Catarinense	Tubarão	26	22.082
79	Garuva	Norte Catarinense	Joinville	51	17.479
80	Gaspar	Vale do Itajaí	Blumenau	106	67.392
81	Governador Celso Ramos	Grande Florianópolis	Florianópolis	14	14.229
82	Grão Pará	Sul Catarinense	Tubarão	5	6.537
83	Gravatal	Sul Catarinense	Tubarão	9	11.394
84	Guabiruba	Vale do Itajaí	Blumenau	11	22.732
85	Guaraciaba	Oeste Catarinense	S.Miguel Oeste	11	10.259
86	Guaramirim	Norte Catarinense	Joinville	48	42.872
87	Guarujá do Sul	Oeste Catarinense	S.Miguel Oeste	8	5.139
88	Guatambú	Oeste Catarinense	Chapecó	18	4.733
89	Herval D'Oeste	Oeste Catarinense	Joaçaba	54	22.443
90	Ibicaré	Oeste Catarinense	Joaçaba	8	3.268
91	Ibirama	Vale do Itajaí	Rio do Sul	20	18.721
92	Içara	Sul Catarinense	Criciúma	105	54.845
93	Ilhota	Vale do Itajaí	Itajaí	39	13.857
94	Imaruí	Sul Catarinense	Tubarão	14	10.571
95	Imbituba	Sul Catarinense	Tubarão	76	44.076
96	Imbuia	Vale do Itajaí	Ituporanga	8	6.133
97	Indaial	Vale do Itajaí	Blumenau	78	66.497
98	Ipira	Oeste Catarinense	Concórdia	5	4.562
99	Iporã do Oeste	Oeste Catarinense	S.Miguel Oeste	4	8.930
100	Ipuacu	Oeste Catarinense	Xanxerê	31	7.400
101	Ipumirim	Oeste Catarinense	Concórdia	13	7.561
102	Iraceminha	Oeste Catarinense	Chapecó	9	4.067
103	Irani	Oeste Catarinense	Concórdia	26	10.285
104	Irati	Oeste Catarinense	Chapecó	8	1.984
105	Irineópolis	Norte Catarinense	Canoinhas	27	11.133
106	Itá	Oeste Catarinense	Concórdia	19	6.275
107	Itaiópolis	Norte Catarinense	Canoinhas	72	21.506
108	Itajaí	Vale do Itajaí	Itajaí	826	212.615
109	Itapema	Vale do Itajaí	Itajaí	167	61.187
110	Itapiranga	Oeste Catarinense	S.Miguel Oeste	25	16.683
111	Itapoá	Norte Catarinense	Joinville	94	19.355
112	Ituporanga	Vale do Itajaí	Ituporanga	32	24.622
113	Jaborá	Oeste Catarinense	Joaçaba	10	3.990
114	Jacinto Machado	Sul Catarinense	Araranguá	26	10.539
115	Jaguaruna	Sul Catarinense	Tubarão	22	19.527
116	Jaraguá do Sul	Norte Catarinense	Joinville	199	170.835
117	Jardinópolis	Oeste Catarinense	Chapecó	3	1.625

Quadro 4 – Lista de municípios analisados (continuação)

	<i>Municípios</i>	<i>Meso</i>	<i>Micro</i>	<i>Número de Homicídios (1992 a 2017)</i>	<i>População 2017</i>
118	Joaçaba	Oeste Catarinense	Joaçaba	51	29.608
119	Joinville	Norte Catarinense	Joinville	1.698	577.077
120	José Boiteux	Vale do Itajaí	Rio do Sul	7	4.887
121	Lacerdópolis	Oeste Catarinense	Joaçaba	0	2.251
122	Lages	Serrana	Campos de Lages	538	158.508
123	Laguna	Sul Catarinense	Tubarão	143	45.311
124	Lajeado Grande	Oeste Catarinense	Xanxerê	2	1.453
125	Laurentino	Vale do Itajaí	Rio do Sul	3	6.790
126	Lauro Muller	Sul Catarinense	Criciúma	13	15.149
127	Lebon Régis	Oeste Catarinense	Joaçaba	72	12.133
128	Leoberto Leal	Grande Florianópolis	Tijucas	3	3.140
129	Lindóia do Sul	Oeste Catarinense	Concórdia	5	4.615
130	Lontras	Vale do Itajaí	Rio do Sul	20	11.774
131	Luís Alves	Vale do Itajaí	Blumenau	9	12.413
132	Macieira	Oeste Catarinense	Joaçaba	7	1.799
133	Mafra	Norte Catarinense	Canoinhas	116	55.907
134	Major Gercino	Grande Florianópolis	Tijucas	4	3.429
135	Major Vieira	Norte Catarinense	Canoinhas	25	8.015
136	Maracajá	Sul Catarinense	Araranguá	4	7.139
137	Maravilha	Oeste Catarinense	Chapecó	47	25.076
138	Marema	Oeste Catarinense	Xanxerê	6	1.906
139	Massaranduba	Norte Catarinense	Joinville	15	16.455
140	Matos Costa	Oeste Catarinense	Joaçaba	18	2.614
141	Meleiro	Sul Catarinense	Araranguá	6	7.047
142	Mirim Doce	Vale do Itajaí	Rio do Sul	4	2.374
143	Modelo	Oeste Catarinense	Chapecó	9	4.192
144	Mondai	Oeste Catarinense	S.Miguel Oeste	24	11.496
145	Monte Carlo	Serrana	Curitibanos	33	9.785
146	Monte Castelo	Norte Catarinense	Canoinhas	50	8.471
147	Morro da Fumaça	Sul Catarinense	Criciúma	22	17.532
148	Morro Grande	Sul Catarinense	Araranguá	5	2.915
149	Navegantes	Vale do Itajaí	Itajaí	380	77.137
150	Nova Erechim	Oeste Catarinense	Chapecó	7	4.879
151	Nova Itaberaba	Oeste Catarinense	Chapecó	8	4.339
152	Nova Trento	Grande Florianópolis	Tijucas	10	14.099
153	Nova Veneza	Sul Catarinense	Criciúma	17	14.837
154	Novo Horizonte	Oeste Catarinense	Chapecó	4	2.532
155	Orleans	Sul Catarinense	Tubarão	28	22.723
156	Otacílio Costa	Serrana	Campos de Lages	41	18.313
157	Ouro	Oeste Catarinense	Joaçaba	8	7.363

Quadro 4 – Lista de municípios analisados (continuação)

	<i>Municípios</i>	<i>Meso</i>	<i>Micro</i>	<i>Número de Homicídios (1992 a 2017)</i>	<i>População 2017</i>
158	Ouro Verde	Oeste Catarinense	Xanxerê	4	2.245
159	Palhoça	Grande Florianópolis	Florianópolis	451	164.926
160	Palma Sola	Oeste Catarinense	S.Miguel Oeste	29	7.558
161	Palmitos	Oeste Catarinense	Chapecó	39	16.253
162	Papanduva	Norte Catarinense	Canoinhas	50	19.015
163	Paraíso	Oeste Catarinense	S.Miguel Oeste	12	3.613
164	Passo de Torres	Sul Catarinense	Araranguá	21	8.370
165	Passos Maia	Oeste Catarinense	Xanxerê	19	4.243
166	Paulo Lopes	Grande Florianópolis	Florianópolis	12	7.360
167	Pedras Grandes	Sul Catarinense	Tubarão	2	4.026
168	Penha	Vale do Itajaí	Itajaí	78	31.025
169	Peritiba	Oeste Catarinense	Concórdia	1	2.855
170	Petrolândia	Vale do Itajaí	Ituporanga	6	6.021
171	Pinhalzinho	Oeste Catarinense	Chapecó	23	19.511
172	Pinheiro Preto	Oeste Catarinense	Joaçaba	4	3.480
173	Piratuba	Oeste Catarinense	Concórdia	17	4.102
174	Planalto Alegre	Oeste Catarinense	Chapecó	7	2.844
175	Pomerode	Vale do Itajaí	Blumenau	23	32.334
176	Ponte Alta	Serrana	Curitibanos	19	4.767
177	Ponte Alta do Norte	Serrana	Curitibanos	12	3.413
178	Ponte Serrada	Oeste Catarinense	Xanxerê	34	11.545
179	Porto Belo	Vale do Itajaí	Itajaí	48	20.294
180	Porto União	Norte Catarinense	Canoinhas	101	35.207
181	Pouso Redondo	Vale do Itajaí	Rio do Sul	28	16.957
182	Praia Grande	Sul Catarinense	Araranguá	14	7.364
183	Presidente Castello Branco	Oeste Catarinense	Concórdia	1	1.610
184	Presidente Getúlio	Vale do Itajaí	Rio do Sul	12	16.996
185	Presidente Nereu	Vale do Itajaí	Rio do Sul	3	2.304
186	Quilombo	Oeste Catarinense	Chapecó	36	10.044
187	Rancho Queimado	Grande Florianópolis	Tabuleiro	2	2.871
188	Rio das Antas	Oeste Catarinense	Joaçaba	18	6.246
189	Rio do Campo	Vale do Itajaí	Rio do Sul	13	6.043
190	Rio do Oeste	Vale do Itajaí	Rio do Sul	4	7.463
191	Rio do Sul	Vale do Itajaí	Rio do Sul	98	69.188
192	Rio dos Cedros	Vale do Itajaí	Blumenau	15	11.431
193	Rio Fortuna	Sul Catarinense	Tubarão	3	4.606
194	Rio Negrinho	Norte Catarinense	S.Bento do Sul	106	42.029
195	Rio Rufino	Serrana	Campos de Lages	2	2.489
196	Riqueza	Oeste Catarinense	S.Miguel Oeste	23	4.670
197	Rodeio	Vale do Itajaí	Blumenau	15	11.488

Quadro 4 – Lista de municípios analisados (continuação)

	<i>Municípios</i>	<i>Meso</i>	<i>Micro</i>	<i>Número de Homicídios (1992 a 2017)</i>	<i>População 2017</i>
198	Romelândia	Oeste Catarinense	S.Miguel Oeste	17	5.022
199	Salete	Vale do Itajaí	Rio do Sul	8	7.634
200	Salto Veloso	Oeste Catarinense	Joaçaba	8	4.655
201	Sangão	Sul Catarinense	Tubarão	9	12.233
202	Santa Cecília	Serrana	Curitibanos	105	16.701
203	Santa Helena	Oeste Catarinense	S.Miguel Oeste	3	2.266
204	Santa Rosa de Lima	Sul Catarinense	Tubarão	1	2.139
205	Santa Rosa do Sul	Sul Catarinense	Araranguá	9	8.356
206	Santa Terezinha	Norte Catarinense	Canoinhas	26	8.846
207	Santo Amaro da Imperatriz	Grande Florianópolis	Florianópolis	24	22.609
208	São Bento do Sul	Norte Catarinense	S.Bento do Sul	146	82.842
209	São Bonifácio	Grande Florianópolis	Tabuleiro	5	2.899
210	São Carlos	Oeste Catarinense	Chapecó	18	11.132
211	São Cristóvão do Sul	Serrana	Curitibanos	30	5.464
212	São Domingos	Oeste Catarinense	Xanxerê	23	9.502
213	São Francisco do Sul	Norte Catarinense	Joinville	186	50.701
214	São João Batista	Grande Florianópolis	Tijucas	49	35.065
215	São João do Itaperiú	Vale do Itajaí	Itajaí	8	3.690
216	São João do Oeste	Oeste Catarinense	S.Miguel Oeste	2	6.309
217	São João do Sul	Sul Catarinense	Araranguá	7	7.268
218	São Joaquim	Serrana	Campos de Lages	70	26.646
219	São José	Grande Florianópolis	Florianópolis	735	239.718
220	São José do Cedro	Oeste Catarinense	S.Miguel Oeste	31	13.897
221	São José do Cerrito	Serrana	Campos de Lages	37	8.588
222	São Lourenço do Oeste	Oeste Catarinense	Chapecó	69	23.698
223	São Ludgero	Sul Catarinense	Tubarão	10	12.934
224	São Martinho	Sul Catarinense	Tubarão	2	3.210
225	São Miguel da Boa Vista	Oeste Catarinense	Chapecó	4	1.848
226	São Miguel do Oeste	Oeste Catarinense	S.Miguel Oeste	104	39.793
227	Saudades	Oeste Catarinense	Chapecó	11	9.664
228	Schroeder	Norte Catarinense	Joinville	20	20.095
229	Seara	Oeste Catarinense	Concórdia	43	17.526
230	Serra Alta	Oeste Catarinense	Chapecó	5	3.301
231	Siderópolis	Sul Catarinense	Criciúma	19	13.870
232	Sombrio	Sul Catarinense	Araranguá	39	29.710
233	Sul Brasil	Oeste Catarinense	Chapecó	4	2.551
234	Taió	Vale do Itajaí	Rio do Sul	20	18.261
235	Tangará	Oeste Catarinense	Joaçaba	24	8.738
236	Tijucas	Grande Florianópolis	Tijucas	108	36.931
237	Timbé do Sul	Sul Catarinense	Araranguá	10	5.377

Quadro 5 – Lista de municípios analisados (conclusão)

	<i>Municípios</i>	<i>Meso</i>	<i>Micro</i>	<i>Número de Homicídios (1992 a 2017)</i>	<i>População 2017</i>
238	Timbó	Vale do Itajaí	Blumenau	19	42.801
239	Timbó Grande	Norte Catarinense	Canoinhas	37	7.767
240	Três Barras	Norte Catarinense	Canoinhas	64	19.146
241	Treze de Maio	Sul Catarinense	Tubarão	11	7.098
242	Treze Tílias	Oeste Catarinense	Joaçaba	14	7.545
243	Trombudo Central	Vale do Itajaí	Rio do Sul	10	7.211
244	Tubarão	Sul Catarinense	Tubarão	148	104.457
245	Tunápolis	Oeste Catarinense	S.Miguel Oeste	2	4.597
246	Turvo	Sul Catarinense	Araranguá	16	12.746
247	União do Oeste	Oeste Catarinense	Chapecó	7	2.600
248	Urubici	Serrana	Campos de Lages	36	11.191
249	Urupema	Serrana	Campos de Lages	3	2.487
250	Urussanga	Sul Catarinense	Criciúma	15	21.177
251	Vargão	Oeste Catarinense	Xanxerê	5	3.590
252	Vargem	Serrana	Curitibanos	14	2.543
253	Vargem Bonita	Oeste Catarinense	Joaçaba	12	4.597
254	Vidal Ramos	Vale do Itajaí	Ituporanga	14	6.356
255	Videira	Oeste Catarinense	Joaçaba	135	52.066
256	Vitor Meireles	Vale do Itajaí	Rio do Sul	11	5.056
257	Witmarsum	Vale do Itajaí	Rio do Sul	2	3.912
258	Xanxerê	Oeste Catarinense	Xanxerê	134	49.738
259	Xavantina	Oeste Catarinense	Concórdia	8	4.012
260	Xaxim	Oeste Catarinense	Xanxerê	102	28.210
<i>Total</i>	260	6	20	17.296	6.868.900

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) e nos Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010).

APÊNDICE C – LISTA DE MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA EXCLUÍDOS DA ANÁLISE

Quadro 6 –Lista de municípios excluídos da análise

	<i>Municípios</i>	<i>Mesorregiões</i>	<i>Microrregiões</i>	<i>Nº de homicídios (1992 a 2017)</i>	<i>População 2017</i>
1	Alto Bela Vista	Oeste Catarinense	Concórdia	3	1967
2	Balneário Arroio do Silva	Sul Catarinense	Araranguá	36	12344
3	Balneário Gaivota	Sul Catarinense	Araranguá	13	10413
4	Balneário Rincão	Sul Catarinense	Criciúma	36	12403
5	Bandeirante	Oeste Catarinense	S. Miguel Oeste	4	2751
6	Barra Bonita	Oeste Catarinense	S. Miguel Oeste	7	1739
7	Bela Vista do Toldo	Norte Catarinense	Canoinhas	20	6304
8	Bocaina do Sul	Serrana	Campos de Lages	11	3456
9	Bom Jesus	Oeste Catarinense	Xanxerê	8	2919
10	Bom Jesus do Oeste	Oeste Catarinense	Chapecó	2	2151
11	Brunópolis	Serrana	Curitibanos	5	2539
12	Capão Alto	Serrana	Campos de Lages	8	2597
13	Chapadão do Lageado	Vale do Itajaí	Ituporanga	2	2953
14	Cunhataí	Oeste Catarinense	Chapecó	2	1955
15	Entre Rios	Oeste Catarinense	Xanxerê	9	3183
16	Ermo	Sul Catarinense	Araranguá	1	2076
17	Flor do Sertão	Oeste Catarinense	Chapecó	3	1594
18	Frei Rogério	Serrana	Curitibanos	3	2146
19	Ibiam	Oeste Catarinense	Joaçaba	1	1967
20	Iomerê	Oeste Catarinense	Joaçaba	3	2917
21	Jupiaí	Oeste Catarinense	Xanxerê	7	2127
22	Luzerna	Oeste Catarinense	Joaçaba	2	5705
23	Paial	Oeste Catarinense	Concórdia	5	1577
24	Painel	Serrana	Campos de Lages	3	2376
25	Palmeira	Serrana	Campos de Lages	8	2586
26	Pescaria Brava	Sul Catarinense	Tubarão	1	9980
27	Princesa	Oeste Catarinense	S. Miguel Oeste	7	2906
28	Saltinho	Oeste Catarinense	Chapecó	15	3847
29	Santa Terezinha do Progresso	Oeste Catarinense	Chapecó	7	2557
30	Santiago do Sul	Oeste Catarinense	Chapecó	3	1317
31	São Bernardino	Oeste Catarinense	Chapecó	6	2449
32	São Pedro de Alcântara	Grande Florianópolis	Florianópolis	18	5602
33	Tigrinhos	Oeste Catarinense	Chapecó	5	1695
34	Treviso	Sul Catarinense	Criciúma	1	3863
35	Zortéa	Serrana	Curitibanos	1	3300
<i>Total</i>				266	132.261

Fonte: elaborado pelo autor com dados obtidos no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) e nos Censos Demográficos (IBGE, 1980, 1991, 2000, 2010).

APÊNDICE D – GRÁFICO E MAPAS DOS MODELOS TESTES PARA 2 E 3 GRUPOS DE TRAJETÓRIAS

Gráfico 34 – Trajetórias das taxas empíricas locais de homicídios para os municípios de Santa Catarina: 2 grupos (1992 a 2017)

Fonte: elaborado pelo autor com taxas bayesianas empíricas locais de homicídios.

Figura 13 – Mapa dos municípios de SC identificados no modelo de trajetória para 2 grupos

Fonte: elaborado pelo autor com taxas bayesianas empíricas locais de homicídios.

Gráfico 35 – Trajetórias das taxas empíricas locais de homicídios para os municípios de Santa Catarina: 3 grupos (1992 a 2017)

Fonte: elaborado pelo autor com taxas bayesianas empíricas locais de homicídios.

Figura 14 – Mapa dos municípios de SC identificados no modelo de trajetória para 3 grupos

Fonte: elaborado pelo autor com taxas bayesianas empíricas locais de homicídios.